

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**“A Paraíba Pequeninina e Doida’: José Américo e a  
Revolução de 30”**

**Guaracy Medeiros de Assis**

**RECIFE**

**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**“A Paraíba Pequeninina e Doida’: José Américo e a  
Revolução de 30”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Nordeste do Brasil, por Guaracy Medeiros de Assis, para a obtenção do título de mestre em história, tendo como orientadora a Prf.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monique Guimarães Cittadino.

**RECIFE**

**2005**

A848p. Assis, Guaracy Medeiros de. "A Paraíba Pequena e Doida": José Américo e a Revolução de 30/ Guaracy Medeiros de Assis. – Recife, 2005.

193p.

Orientadora: Monique Guimarães Cittadino

Dissertação (mestrado) CFCH/ UFPE.

1. Paraíba – História – Política.



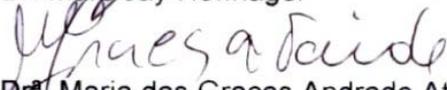
## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO GUARACY MEDEIROS DE ASSIS

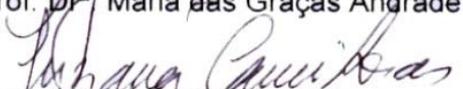
Às 9:00 h do dia 20 (vinte) de julho de 2004 (dois mil e quatro), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Guaracy Medeiros de Assis** intitulada “**A Paraíba Pequena Doida: José Américo e a Revolução de 30**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Monique Guimarães Cittadino (Orientadora), Marc Jay Hoffnagel e Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida. Assinam, também, a presente ata a Vice-Coordenadora Prof<sup>a</sup>. Suzana Cavani Rosas e a Secretária Maria Betania Pinto de Oliveira, para os devidos efeitos legais.

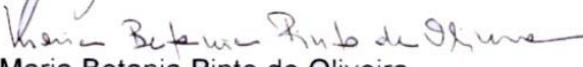
Recife, 20 de Julho de 2004.

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monique Guimarães Cittadino (Orientadora)

  
Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

  
Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

  
Prof. Dr.<sup>a</sup> Suzana Cavani Rosas

  
Maria Betania Pinto de Oliveira

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
INTRODUÇÃO.....	vi

### I. BIOGRAFIA E AS RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA 1930:

1.1. Origem, nascimento e trajetória político-cultural.....	01
1.2. José Américo e a <i>intelligentsia</i> brasileira.....	17
1.3. A Paraíba e seus Problemas: visão político-administrativa e sócio-econômica da Paraíba de início de século.....	37

### II. JOSÉ AMÉRICO E O GOVERNO JOÃO PESSOA: Ascensão de Américo e queda das oligarquias:

2.1. Antecedente do cisma político na Paraíba de 30.....	54
2.2. Sucessão presidencial e ascensão de José Américo.....	60
2.3. José Américo, a Aliança Liberal e a revolta de Princesa.....	81

### III. A PARAÍBA PEQUENINA ENDOIDECE: historiografia x luta pelo poder.

3.1. Discussão historiográfica.....	102
3.2. O poder em cena.....	115
3.3. Prenúncio e Revolução de 30 na Paraíba.....	136
CONCLUSÃO.....	163
FONTES.....	171
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	175

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Deus da minha vida, sem o qual nada poderia fazer. E, certamente, aqui cheguei por sua interferência.

Quero não só agradecer, mas a eles dedicar este trabalho, cujo produto e consecução não teria sentido se não fosse por eles e para eles. Estou falando, obviamente de minha família: minha esposa, amiga e companheira Marta e meus filhos Marcus e Matheus. Deles subtraí momentos importantes e talvez únicos que jamais voltarão. Quantas vezes tive que parar de escrever o presente trabalho porque o Matheus chegava sentava ao colo e dizia que agora era a sua vez de usar o computador. A simplicidade com que cobrava algo era irresistível, pois não podia exigir mais do que ele poderia oferecer. Ao Marcus, que já tinha um entendimento maior e cobrava menos, com seu jeito arredo e discreto, pois sabia que o pai fazia algo importante e não podia ser incomodado. Sentir suas ânsias e necessidades era bastante difícil, mas necessário.

Marta foi, certamente, a mais compreensível, suportando até quando era insuportável a minha ausência, pois eram viagens e trabalho, concomitantemente, e ela tinha que estar lá presente, forte, suprimindo em muitos momentos as carências dos filhos que sentiam a ausência paterna, sem ter como suprir suas próprias carências, todavia não hesitou. Ajudou-nos, também, digitando parte dos documentos que transcrevera nas intermináveis fichas. Enfim, a eles devo a elaboração deste trabalho e a eles agradeço por fazerem parte de minha vida e de minha formação.

É sempre bom lembrar os nomes das pessoas a quem devemos grande parte da nossa formação. Evidentemente, os meus pais, Edvaldo e Inês, pessoas simples de pouca instrução, mas que lutaram bastante para ver seus cinco filhos com alguma formação. A eles devo minha formação como pessoa, o meu caráter, enfim, sou o produto de ambos.

Chegar até aqui, não foi nada fácil. O término da graduação deixou-me paralisado. Até que um dia resolvi fazer uma outra graduação. Foi esta decisão que me fez reencontrar nos corredores do CCHLA/UFPB, minha professora e hoje orientadora, Monique Cittadino. Minha grande incentivadora durante o curso, foi ela que me conduziu a iniciação científica, como também, foi através de seu incentivo e disponibilidade que resolvi enfrentar a pós-graduação. A esta grande pessoa e, também, grande profissional, devo parte da minha formação acadêmica. Ser seu aluno era um desafio prazeroso, não eram muitos que se atreviam, alguns ficavam para trás por quedarem-se diante das dificuldades e não enxergarem o sabor da vitória que estava adiante. Preferiram o comodismo, a preguiça e os comentários perversos e infundados. Portanto, a você Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Monique Cittadino, meu profundo e sincero agradecimento, muito obrigado.

Quero também agradecer ao Prof. Marc Hoffnagel, por motivos que não cabem aqui serem colocados, foi esta grande pessoa, que mui cautelosamente mudou os rumos do nosso projeto, inicialmente proposto. Conduziu-nos a discussão dos problemas, a revisão dos objetivos, fez com que amadurecêssemos de forma tal, que ao final não nos reconhecíamos, havíamos criado solidez onde antes eram apenas dúvidas. Ser seu aluno foi também uma grande experiência, mostrou-nos que a exigüidade do tempo poderia nos ser um aliado, e foi.

A Professora Maria das Graças Ataíde, da UFRPE, foi para mim um outro grande prazer. Uma outra grande pessoa e profissional, a ela devo grande parte do material acerca da Análise do Discurso e Imaginário Político, cuja importância possibilitou parte da consecução desta dissertação, porquanto foi com a Prof<sup>a</sup> Graça que consegui subsídios para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo. A responsabilidade, o zelo, o carinho e o profissionalismo com que éramos tratados é algo indescritível. Aqueles que tiveram o privilégio de ser seu aluno, de ler alguma de suas obras, saíram convictos de sua grande capacidade e humildade como pessoa.

Tive realmente excelentes professores nesta pós-graduação que ampliaram grandemente o nosso horizonte. Assim, a cada um agradeço por suas imensuráveis contribuições, são eles o Prof. Antônio Paulo, a Prof<sup>a</sup> Tânia Brandão e o Prof. Marcos Carvalho. Quero também expressar o meu reconhecimento ao Prof. Carlos Miranda que sutilmente nos deu bastante apoio durante o curso e a Prof<sup>a</sup> Socorro Ferraz, nossa coordenadora.

Aos colegas e amigos do mestrado Marjone, Cristiano, Osvaldo, Anna Elizabhet, Tatiana, Tatiana Ferraz, Rômulo, Geiza e Maciel. Juntos, enfrentamos as novidades e dificuldades na Pós-graduação. Aprendemos na prática o significado da palavra alteridade. A cada um deles meu profundo agradecimento pelas críticas pertinentes, pelas sugestões e apoio nas horas difíceis. Não poderia deixar de mencionar a minha amiga doutoranda Adriana, pessoa extremamente compreensiva, com sua maturidade acadêmica muito nos ajudou, a ela também meus agradecimentos. Agradecemos também pelo apoio dos funcionários da pós-graduação de História, Luciane e Carmem, Secretária e Bibliotecária, respectivamente, ambas sempre atentas às nossas necessidades, sempre cobrando os relatórios, os prazos, os livros, as dissertações.

Gostaria de mencionar também alguns dos professores da Universidade Federal da Paraíba a quem devemos o reconhecimento pelas sugestões e contribuições, que direta ou indiretamente contribuíram para chegarmos até aqui. São eles: Rosa Godoy, Mozart Vergetti, Regina Célia, Laura Aquino, Regina Bear, Joana Neves, Raimundo Barroso e Flávio Weisntein (UFPE).

Agradecemos também às instituições e suas respectivas direções Fundação Casa de José Américo – FCJA e Fundação Espaço Cultural – FUNESC que colaboraram com seus acervos

documentais abrindo suas portas sem impedimentos e/ou restrições de quaisquer natureza. Gostaria de nomear três pessoas muito queridas para nós que compõem o quadro da FCJA, são elas: D. Hilda, D. Marinês e Carmem. Estas pessoas que tanto incomodamos, mas elas sempre estavam lá, pacientes e alegres nos ajudando a localizar a documentação, bem como indicando outras interessantes.

Meus agradecimentos ao CNPq, que ao fornecer-nos uma bolsa de estudos, facilitou-nos e muito o andamento do curso, porquanto a ajuda no financiamento das despesas com viagens, alimentação, livros, entre outras coisas, foi de assaz significação.

## RESUMO

Este trabalho, tem como escopo evidenciar a atuação do intelectual paraibano, José Américo de Almeida, na Revolução de 30, na Paraíba. A Revolução é vista aqui como o ápice de um processo cumulativo de questionamentos, que envolve temas como Estado/Nação e o modelo de Estado implantado com a República, consolidado com a “*política dos governadores*”, enfatizando-se principalmente a disputa pelo Poder. Américo, filho de uma família tradicional, luta efetivamente pela implantação de mudanças na vida política local, buscando a modernização do estado e da região. Sua preocupação como intelectual é assinalada nas obras *A Paraíba e Seus Problemas* e em *A Bagaceira*, cujas propostas quando efetivadas no governo João Pessoa, causam espécie no meio político local, redundando numa luta acirrada pelo *Poder*, tendo como conseqüências à morte do governador do estado, uma guerra civil e a Revolução propriamente dita, das quais buscamos fazer surgir a participação do povo neste processo. Abordaremos, também, o discurso da ordem e desordem, cujas facções em litígio na Paraíba utilizam-na fartamente em busca da desqualificação do outro e da conseqüentemente legitimação do poder. Deste período, vislumbramos a política do silêncio a qual José Américo é submetido pela historiografia paraibana, principalmente no que concerne ao tema, Revolução de 30. Entendemos que esta omissão, tem uma razão clara e inequívoca e esta se dá pelo fato de Américo ocupar um ambiente tão amplo e significativo na política e na cultura no período de 28 a 30, e em anos subseqüentes, que chega a obscurecer o mito João Pessoa, gerando, assim, a necessidade do silenciamento político.

Palavras-Chave: Revolução de 30. Disputa pelo Poder. Silenciamento Político.

## ABSTRACT

This work, has as target to evidence the performance of the paraíba intellectual, José Américo de Almeida, in the Revolution of 30, the Paraíba. The Revolution is seen here as the apex of a cumulative process of questionings, that involves subjects as Estate/Nation and the model of State implanted with the Republic, consolidated with the "politics of the governors", emphasizing mainly the dispute for the Power. Américo, son of a traditional family, effectively fights for the implantation of changes in the local life politics, searching the modernization of the state and the region. Its concern as intellectual is designated in the workmanships the Paraíba and Its Problems and in the After-wine, whose proposals when accomplished in the government João Pessoa, they cause species in the way local politician, resulting in a fight incited for the Power, having as consequences to the death it governor been it, a civil war and the Revolution properly said, which we search them to make to appear the participation of the people in this process. We will approach, also, the speech of the order and clutter, whose factions in litigation in the Paraíba satiated use it in search of the disqualification of the other and consequently the legitimation of the power. Of this period, we glimpse the politics of the silence which José Américo is submitted by the paraibana historiografia, mainly in that it concerns to the subject, Revolution of 30. We understand that this omission, it has a clear and unequivocal reason and this if it gives for the fact of Américo to occupy a so ample and significant environment in the politics and the culture in the period of 28 the 30, and in subsequent years, that arrive to overshadow the myth João Perssoa, generating, thus, the necessity of the silence politician.

**Key words:** *Revolution of 30. Dispute for the Power. Silence Politician.*

## INTRODUÇÃO

Esta Dissertação tem por objetivo discutir a proposta política de José Américo de Almeida, delineada desde a publicação de *A Paraíba e seus Problemas*. Tendo como foco central, a Revolução de 30 na Paraíba. Para tanto, analisaremos outros acontecimentos que ocorreram entre os anos de 1928-1930, todos eles intrinsecamente ligados, tais como modernização estatal, estrutura de Poder, Aliança Liberal e a Revolta de Princesa.

Os acontecimentos políticos que envolveram a Paraíba nos anos de 1928 e 1930 ousaram, segundo José Américo de Almeida, mais que a própria Revolução de 30. A política brasileira era, até então, orientada pela chamada “*política dos governadores*” que, sendo um compromisso de mão-dupla entre as partes federadas e o Governo Federal, fortalecia demasiadamente os municípios e conseqüentemente seus chefes políticos, caracterizando o mandonismo local redundando na privatização do poder público. Em “*O ano do Nego*”, José Américo definiu como se encontrava a Paraíba, ou seja, com fulcro na política de exclusão do café-com-leite, apresentava uma vida municipal decadente envolta num “*feudalismo bronco e absorvente*”, onde o chefe local manobrava a polícia, a justiça sofria a mesma ingerência e o fisco ora era instrumento de favorecimento, ora de perseguição, variando conforme o matiz político. Entendia Américo que era necessário libertar a política dessas amarras podres que tolhia o crescimento da nação. Tudo isto fora expresso em seus pensamentos.

Desde a indicação do nome de João Suassuna, como sucessor de Sólon de Lucena para a Presidência do Estado, em 1924, que se ensaiara uma crise na política paraibana, mas por insistência de Epitácio Pessoa, manteve-se o nome de Suassuna. Eleito, seu desempenho foi considerado medíocre, acentuando-se ainda mais as reservas ao seu nome, enquanto liderança política. Com a aproximação do fim de seu mandato, acreditava poder indicar o candidato para suceder-lhe, já que ocorrera o precedente em sua própria eleição. Desta forma, agiu apontando o nome de Júlio Lyra, chefe de polícia do seu governo. Entretanto, este nome foi preterido por Epitácio, que se encontrava ausente do país e impôs o nome de seu sobrinho, João Pessoa, à Presidência do Estado.<sup>1</sup>

A partir deste momento, João Pessoa começou a formar o seu secretariado convidando José Américo para a Secretaria-Geral de seu governo. Era evidente a notoriedade do nome do futuro secretário geral da Paraíba, porquanto do sucesso obtido pelo lançamento do livro *A Bagaceira*,

---

<sup>1</sup> Cf. RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder**: (Paraíba – 1889-1930). João Pessoa: UNIVERSITÁRIA – UFPB, 1989, p. 254 e ss.

que inaugurou, no país, o romance regional. Era, também, neste momento, consultor jurídico do Estado.

José Américo encontrava-se, portanto, longe da política desde a dissidência familiar em 1907, quando juntamente com seu primo Semeão Leal apoiou a candidatura dissidente de Gama e Melo, contra seu tio Walfredo Leal. Estava reticente. Entretanto, aceitou o convite a partir do diagnóstico emitido por João Pessoa quanto à política paraibana, ou seja, “*podre*” e só uma “*vassourada*” para expurgar esses elementos da vida pública.

No cargo, José Américo começou a se destacar e, de certa forma, a desempenhar uma certa preeminência sobre João Pessoa,<sup>2</sup> embora a tenha negado veementemente. A ação efetiva de José Américo se deu a partir da adesão da Paraíba à Aliança Liberal quando noticiou aos amigos: “*agora não se diz mais pequenina e boa: é Paraíba pequenina e doida*”,<sup>3</sup> em referência a ousadia do pequeno estado do norte em enfrentar a política do Catete.

A Paraíba, em virtude desta decisão, sofreu fortes represálias do Governo Federal e de estados vizinhos que se tornaram hostis a partir de então. Internamente, vivenciou querelas inimagináveis em virtude da exclusão de nomes tradicionalmente eletivos do situacionismo local para as eleições de março de 1930. Provocando o rompimento tácito com o líder máximo da política sertaneja, José Pereira, que posteriormente rebelou-se decretando o “*Território Livre de Princesa*”, apoiado pelos Pessoa de Queirós de Pernambuco, em busca de forçar uma intervenção federal no estado.

Na famigerada eleição de 30, José Américo foi eleito para a Câmara Federal com um pouco mais de 28000 votos, contra três mil do seu concorrente. Todavia, foi degolado juntamente com toda a bancada situacionista paraibana e parte da mineira. Ao retornar do Rio de Janeiro foi comandar pessoalmente as operações contra os revoltosos de Princesa, obtendo relativo sucesso. Neste ínterim, João Pessoa foi assassinado na cidade do Recife por João Dantas, advogado paraibano ligado a José Pereira,<sup>4</sup> fazendo com que explodisse na Paraíba um período de caça às bruxas, marcado por uma violência tal, que deixou marcas indelévels na memória coletiva do povo paraibano. José Américo retornou à Paraíba, capital do estado, buscando controlar os exageros cometidos, uma vez que o estado não poderia sofrer uma intervenção federal, haja vista o andamento da conspiração e por estar abrigando-se no estado o Capitão Juarez Távora, líder

<sup>2</sup> Cf. PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo**: a saga de uma vida. Brasília: INL; Senado Federal, 1987, pp. 133 e ss; ver também, colocações de Batista Luzardo in: **Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984, pp. 172/173.

<sup>3</sup> ALMEIDA, José Américo. **O ano do nego**: memórias. João Pessoa: A União, 1978, p. 16.

<sup>4</sup> A ligação de João Dantas com José Pereira, aqui referida, não deve ser entendida como uma insinuação e/ou atribuição política ao assassinato do presidente João Pessoa. Acreditamos que este crime tenha conotações eminentemente passionais. Os fatos políticos foram ingredientes significantes, mas não o principal motivo. Sobre este acontecimento, ver JOFFILY, José. **Revolta e Revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

militar da Revolução. Com a deflagração do movimento e sua conseqüente vitória, José Américo juntamente com Távora nomeou todos os interventores dos estados do norte, da Bahia até o Pará, ficando a Paraíba sob sua intervenção.

Neste contexto, pretendemos discutir a ascensão de um certo tipo de intelectual à vida pública, isto é, a política “... cuja emergência, enquanto sujeito coletivo, parece ligado a certas condições sociais, políticas e culturais”. Destarte, faz-se necessário aludirmos a noção de *intelligentsia*, que para Luciano Martins deve ser entendida como “um sentimento de não-identificação com a sociedade tal como esta se apresenta, o que pode traduzir-se por uma rejeição do status quo e constituir a fonte do desejo de transformar tal sociedade”.<sup>5</sup> Embora o autor esteja se referindo ao caso russo especificamente, e de sabermos das especificidades de cada caso e de cada momento histórico, esta noção aplica-se perfeitamente ao problema aqui tratado, uma vez que partimos da idéia do intelectual que se lançou na política, cujo escopo maior era a transformação da sociedade em que vivia. Deste modo, fica evidenciado em José Américo de Almeida este tipo de intelectual, oriundo de uma família reconhecidamente oligarca, atuando na política de forma tal, a fim de modificar o *status quo* inicial.

Portanto, desde já fica evidenciada a não concordância do conceito de intelectual proposto por Gramsci, ao menos como compreendido pelo senso comum, que de certa forma, muda o foco de *transformação* para a noção de *interesse*, idéia esta defendida por Sérgio Miceli e refutada peremptoriamente por Daniel Pécaut, uma vez que entende a noção de *interesse* como uma ambigüidade em que se deve considerar pelo menos três variáveis dela decorre.<sup>6</sup>

É certo que os intelectuais de fim do século dezenove e início do vinte reagem de forma incipiente, reivindicavam a liderança moral da nação, mas mostravam-se incapazes de pensar uma nova sociedade. Segundo Martins, isto decorria da ausência de pensamento utópico, tal qual o percebido no caso russo, entretanto, não significava dizer que esta ausência fosse em decorrência da aproximação dos intelectuais com a classe dominante, mas do fato de ser a nação, e não a sociedade suas preocupações prementes.

Todavia, na década de vinte, esta *intelligentsia* se pôs à ação. Notoriamente, foi o campo cultural o mais inovador, os assuntos que agitavam a cena política faziam parte do seu dia-a-dia, quer fossem de direita ou de esquerda, mas o fundamental era quererem transformar suas angústias e anseios em ação política.

---

<sup>5</sup> MARTINS, Luciano. “A gênese de uma *Intelligentsia*: Os Intelectuais e a Política no Brasil”, 1920/1940. in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº4, São Paulo, ANPOCS, 1987, p. 67.

<sup>6</sup> Esta discussão será estabelecida na segunda parte do 1º Capítulo.

Para percebermos o caso paraibano, faz-se mister entendermos um pouco a política brasileira que se pôs em prática com a ab-rogação do império [conforme afirmação de Martins], ou seja, como se fundamentava a República Velha.

Liberalismo político, panacéia que todos acreditavam ser a fórmula do sucesso capaz de livrar as forças produtivas das amarras centralizadoras do estado Imperial. A proposta inicial, conforme Faoro, veredava pelo incentivo a indústria que tinha por objetivo a modernização do país, vindo esta a reboque daquela. Entretanto, dois obstáculos se interpunham, a saber, o liberalismo e o federalismo. O primeiro já era visto por Rui Barbosa como um exagero, por entender que não deveria ser negado à União o comando da economia; o federalismo, segundo Faoro, este deveria ser de um tipo mitigado, cuja finalidade seria barrar o inevitável acesso ao poder por parte de São Paulo, o estado economicamente mais forte, caso a proposta de um federalismo hegemônico preponderasse. Sob a ameaça de ver seus produtos preteridos em decorrência da política econômica, o chamado *encilhamento*, os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul reagiram, por entenderem que “a prosperidade industrial e o apoio à economia se fariam à sua custa, com o agigantamento da União”.<sup>7</sup> Destarte, foi sob o federalismo hegemônico que a República caminhou restaurando os interesses agrários. Portanto, a corrente vencedora, os paulistas, defendia e estimulava uma política econômica com fulcro na solidez e estabilidade da fazenda solvável voltada para o comércio exterior. Todavia, para esta política subsistir fazia-se necessário aliar-se a corrente mineira estabelecendo-se, no entendimento de Faoro, um compromisso pluralista de interesses, mas não nacional. Assim se estabeleceu o predomínio dos estados poderosos do sul, concretizando-se na conquista da Presidência da República.

Vitoriosa a famigerada política de exclusão, ou seja, a “*Política dos Governadores*” consubstanciada no federalismo hegemônico, também excludente, as demais regiões soçobraram.

Isto ficou evidenciado em “*A Paraíba e Seus Problemas*”, estudo de José Américo de Almeida, lançado em 1923, em que o autor atribuía às secas a responsabilidade pelo atraso social e econômico pelo qual passava o estado e a região. Neste mesmo bojo, fazia a denúncia contundente que subjazia em seu discurso, ou seja, os estados nordestinos, em especial os mais pobres, ficavam a mercê das incertezas climáticas, sem nenhuma preocupação dos governos Imperial e Republicano em seus respectivos períodos – nas secas de 1844 a 1846, 1877 a 1879; 1898, 1900, 1903 a 1904 e 1915. Portanto, denunciava o abandono e o estado de calamidade pública, pelos quais passavam esses estados, decorrente da inércia do Governo Federal.

---

<sup>7</sup> FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: a formação do patronato político brasileiro. Vol. 2, 10ª edição. São Paulo: Globo, 2000, p. 122.

Nas suas palavras, a resistência à seca através dos séculos fora mais a “*resistência da raça blindada*” do que a ação governamental. José Américo dizia sem meias palavras e sem interpretações dúbias que a Paraíba e os outros estados nordestinos, exceto o Ceará, nunca fizeram estridente denúncia de suas penúrias, de suas mortandades, da corrupção que desviava parte dos parcos e atrasados recursos enviados, quer pelo Império, quer pela República.

Em *A Bagaceira*, romance de cunho social, José Américo apontou para a necessidade de modernização da estrutura política, ao indicar o embate entre o trato com a terra e a velha forma de produção do açúcar e suas conseqüentes relações clientelistas. Isto é, para o desenvolvimento do estado, necessitava-se romper com a forma arcaica e nociva de se fazer política e de administração. Na obra, J. Américo sugere a existência de um conflito latente, cuja premência indica a necessidade de mudança nas relações entre as classes.

Os anos vinte, que foram de contestações, redundaram a partir de 1928, na Paraíba, numa ação resoluta começando atingir na base, a política local. Todavia, o ápice da mudança se deu com a Revolução de 30, revolução esta, que na Paraíba teve um caráter todo especial, haja vista a forma traumática de como ocorrera.

Conforme José Américo, A Revolução de 30 se deu eminentemente pela disputa do poder, em decorrência da dissidência entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. O que de certa forma seria desconsiderar sua própria atuação, bem como a de todos aqueles que contestaram e lutaram contra o modo de se fazer política. É bem verdade que no momento desta afirmação ele se referia às interpretações acerca da revolução. Mas como a Revolução de 30 é vista? Há inúmeras interpretações das quais iremos abordar, em capítulo específico, algumas das principais teses acerca do tema, sem a preocupação de defender esta ou aquela, sem nos preocuparmos também com a querela: foi ruptura ou continuidade, o advento da revolução.

O trabalho “*‘A Paraíba Pequenina e Doida’: José Américo e a Revolução de 30*” está dividido em três capítulos, todos eles subdivididos em três partes, além da conclusão. O primeiro deles, apresentará o seguinte conteúdo: em primeiro lugar, uma breve biografia de José Américo de Almeida; em seguida, veremos José Américo inserido na conjuntura macro social e econômica, em que se fundamentou seu pensamento, da qual derivou a sua proposta política. Portanto, discutiremos a noção de *intelligentsia* e de *intelectual orgânico*. Por fim, buscaremos reconstruir, mais especificamente, o caso paraibano, ou seja, como José Américo via a estrutura sócio-econômica e político-administrativa da Paraíba durante a Primeira República, evidenciados na sua obra “*A Paraíba e Seus Problemas*” e em “*A Bagaceira*”.

No segundo capítulo, também subdividido em três partes, estabeleceremos a relação existente entre José Américo e o governo João Pessoa. Na 1ª parte deste capítulo, evidenciaremos

as raízes das querelas políticas que se findaram na cisão política de 1930. Na segunda parte, fundamentaremos a posição de que as ações empreendidas no governo João Pessoa tinha por base o pensamento de José Américo demonstrado em *A Paraíba e seus Problemas* e em *A Bagaceira*. Bem como, evidenciar o *silenciamento político* ao qual José Américo de Almeida está submetido na historiografia paraibana; Na última parte, veremos a posição paraibana no rompimento do pacto federal não apoiando a candidatura oficial do Catete, deflagrando-se a revolta de Princesa. Onde propomos, de certa forma, uma revisão na historiografia paraibana quanto ao tema, por entendermos que muita injustiça é cometida em relação a memória daqueles que empunharam as armas e combateram em defesa do estado, senão de um ideal.

No terceiro e último capítulo, trazemos à baila uma discussão historiográfica acerca do tema Revolução de 30. Em seguida, utilizando Américo como uma lente pela qual visualizarmos a Revolução de 30 na Paraíba, ou seja, 30 como sendo consequência de uma luta pelo *Poder* como ele afirmava. Desta forma, analisaremos a emergência dos discursos da *ordem e desordem* em que os protagonistas da história buscavam perante o povo a legitimidade, em busca do poder. Por fim, veremos a emergência da Revolução propriamente dita na Paraíba, como fruto de um pensamento que se apresentava como revolucionário. A ascensão de novos elementos na administração pública como corolário da deposição dos antigos “proprietários” do estado e os discursos de desmobilização do povo, vislumbrando-os não como “massa amorfa” ou inerte que não resignificavam os acontecimentos ao seu redor.

## **I – BIOGRAFIA E POLÍTICA: José Américo e as Relações de Poder na Paraíba de 1930.**

### **1.1. Origem, nascimento e trajetória político-cultural:**

A cidade natal de José Américo de Almeida, inicialmente denominada como Sertão de Bruxaxá, passou a chamar-se Brejo de Areia nos anos sessenta do século XVIII. Seu povoamento foi feito por correntes imigratórias provindas do estado de Pernambuco, da capital paraibana e de Mamanguape, cidade litorânea que dominou administrativamente o Brejo de Areia por longos anos. Em 1815, Brejo de Areia passou a categoria de Vila, chamando-se desde então Vila Real do Brejo de Areia. O seu território era constituído pelas seguintes povoações: Alagoa Grande, Remígio, Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada. Assim sendo, a Vila Real de Brejo de Areia permaneceu por muito tempo na condição de maior município paraibano. Constituía, pois, a segunda Comarca do Estado, da qual fazia parte a cidade de Campina Grande.

Areia, como é hoje conhecida, permaneceu na condição de Vila até ao final da primeira metade do século XIX. Foi, após a Capital, a primeira vila elevada à categoria de cidade no estado da Paraíba, pela lei nº 2, de 18 de maio de 1846.

Em virtude de ligações familiares, interesses econômicos, entre outros, o estado da Paraíba e, mais especificamente, a cidade de Areia, sempre estiveram intrinsecamente associados ao estado de Pernambuco, cuja influência política, econômica e cultural, por muitos anos foi determinante. Dessas ligações decorreu o imiscuir-se da cidade paraibana em inúmeras contestações provindas daquele estado, como a Revolução de 1817, embora tenha sido ínfima a sua participação, a Revolta de 1824, quando a cidade chegou a ser sede do governo revolucionário na Paraíba e na de 1821, decorrente da constituição jurada por D. João VI. Nessas manifestações liberais da primeira metade do século XIX se encontravam presentes ambos os ramos familiares de José Américo de Almeida, tais como Joaquim José dos Santos Leal, comandante da Guarda Nacional, deputado Provincial e participante da Praieira, pelo lado materno, e Félix Antônio de Albuquerque, chefe da Revolução de 1824, na Paraíba, pelo ramo paterno.

A economia do município de Areia baseou-se, por longo tempo, na cultura do algodão, constituindo, conforme Joacil de Brito Pereira, “... *o município mais bem aparelhado, na Paraíba,*

*para o comércio do algodão*".<sup>1</sup> Entretanto, a partir de meados do século dezenove, a cana-de-açúcar ganhou espaços e fez surgir, com ela, os engenhos que fabricavam aguardente e rapadura. A consolidação desses engenhos propiciou o surgimento de "... *uma casta rural rica e poderosa*".<sup>2</sup> Tal prosperidade possibilitou a esta o hábito da educação de seus filhos, formando assim uma elite intelectual que influenciou, posterior e decisivamente, os rumos políticos do Estado. Em regra, esses jovens eram enviados à Faculdade de Direito do Recife ou ao Seminário de Olinda e ao estado da Bahia, onde se bacharelavam em medicina. Eventualmente, um ou outro, mais abastado, educava-se no Rio de Janeiro ou na Europa. Alguns desses senhores de engenho mantinham fazendas de criação de gado, em uma área contígua ao Brejo, isto é, na região denominada de Curimataú, região seca de água salobra e solo rico em minerais, para onde levavam o gado nas invernadas mais rigorosas que atingiam o Brejo. Ainda no âmbito econômico, destacava-se a feira da cidade de Areia que ganhou tamanha importância, chegando a tornar-se a maior do estado e do norte do Império, cujos estabelecimentos e empórios comparar-se-iam aos maiores e melhores das capitais nordestinas.<sup>3</sup>

Ao longo do século dezenove, a cidade de Areia firmou-se de forma inequívoca nas artes, desenvolvendo um ambiente cultural extremamente profícuo, o que lhe possibilitou a denominação de *Atenas paraibana*. Foi lá onde se estabeleceu a primeira escola interiorana do Estado e onde surgiu, também, o primeiro teatro paraibano, o *Teatro Minerva*, já que o da capital só seria criado 30 anos depois. Detinha um conjunto orquestral considerado o melhor do Nordeste e, conforme afirmação de Fiúza/Gonçalves, a música "... *já nessa época, havia se tornado uma das expressões artísticas mais importantes de Areia*".<sup>4</sup> Areia também produziu pintores de renome nacional e internacional como os irmãos Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo e Pedro Américo de Figueiredo e Melo, este último um dos pintores mais importantes do país no período.<sup>5</sup> A atividade literária foi, também, extremamente pujante com inserções na política e na economia. Destacando-se nesta atividade o jornalismo, que desde o último quartel do século XIX, já se encontrava em circulação, chegando a abranger um período, aproximadamente, de 70 anos. Seus principais escritores, que lá nasceram ou que lá viveram, foram Maximiano Lopes Machado, Horácio de

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo**: a saga de uma vida. Brasília: INL; Senado Federal, 1987, p. 59.

<sup>2</sup> PEREIRA, Joacil de Brito. Op. Cit. p. 59.

<sup>3</sup> Idem, p. 61.

<sup>4</sup> FIÚZA, Alexandre Felipe/GONÇALVES, Regina Célia e outros. **Uma história de Areia**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1998, p. 120.

<sup>5</sup> As principais obras de Pedro Américo foram os quadros *O Grito do Ipiranga* e *a Batalha do Avaí*.

Almeida, José Américo de Almeida, Simeão Leal e Octacílio de Albuquerque. Na poesia popular destacou-se João da Santa Cruz.<sup>6</sup>

Foi de Areia de onde provieram os principais políticos paraibanos, considerando apenas o período republicano. Dentre eles podemos destacar: Álvaro Machado, João Lopes Machado, Walfredo Leal (tio de José Américo), Cunha Lima, Simeão Leal (primo de José Américo), Coelho Lisboa, Octacílio de Albuquerque, entre outros. Os três primeiros foram presidentes de Estado e responsáveis pela estruturação e manutenção de umas das mais longas oligarquias do país e mais proeminentes dentro da Paraíba, a saber, o alvarismo.

Entretanto, a cidade que outrora fora símbolo de hegemonia econômica, política e cultural apresentava, desde finais do século XIX e início do XX, sinais de crise e decadência.

Areia se caracterizara, desde sua conquista, por ser uma cidade de passagem quer fosse de pessoas, animais e de diferentes produtos agrícolas, já que era ponto obrigatório de ligação entre o litoral e o sertão. Estando, portanto, sua economia voltada para o mercado externo, conseqüentemente iria sofrer com suas altas e baixas, ora com perdas, ora auferindo lucros, conforme o ânimo da economia mundial. Todavia, com a inserção no mercado mundial do açúcar antilhano e europeu, a região do Nordeste brasileiro perdeu espaços voltando-se para o mercado interno, incapaz de absorver toda a produção excedente. Assim sendo, em Areia, a produção se voltava para o fabrico da rapadura e da aguardente, diminuindo, portanto, a do açúcar. A crise agravava-se com a falta de incrementos do solo, provocando o seu esgotamento e a conseqüente perda de produtividade atingindo seu ápice com a introdução das usinas, o que acarretou a paralisação dos engenhos e bangüês. Aduzindo-se a isto o isolamento econômico provocado pela preterição da cidade de Areia em relação aos caminhos de ferro, acentuando a queda econômica não só desta cidade, como de outras produtoras, antes vigorosas, como Mamanguape, uma vez que além da dificuldade de escoar sua produção, encareceu-a de forma a torná-la inviável.

No caso de Areia, especificamente, sua vocação de empório comercial do sertão sofreu um sério golpe com a instalação desses ramais ferroviários. Campina Grande, servida pelo trem, passou a ser o principal ponto de ligação entre litoral e interior, ou melhor, entre o sertão e o Porto do Recife. Esta foi,

---

<sup>6</sup> Cf. FIÚZA, Alexandre Felipe/GONÇALVES, Regina Célia e outros. Op. Cit. pp. 122/3.

também, a causa da decadência acelerada de Mamanguape, que viu o Porto de Salema ser praticamente desativado em função da concorrência do Recife...<sup>7</sup>

Pereira, sem menosprezar as variantes econômicas da decadência, aduz a esta o advento da República que fez assomar “... a implantação do mandonismo e da prepotência”,<sup>8</sup> visto que a exigência de uma formação partidária dividiu ainda mais os grupos que antes se classificavam em Liberais e Conservadores, pondo-os numa luta acirrada pelo controle político. Assim, seguiram-se os prélrios que acentuaram a dicotomia política local contribuindo, pois, para a sua decadência sócio-econômica.

A República forjou o seguinte quadro político na Paraíba, por extensão na cidade de Areia: Deodoro no poder fez ascender à presidência do Estado o magistrado Venâncio Neiva que, de acordo com Horácio de Almeida, teve por mérito harmonizar a família paraibana.<sup>9</sup> Neiva nomeou para chefe de polícia do estado João Coelho Lisboa, substituído posteriormente, pelo areense José Antônio Maria da Cunha Lima. Desta forma, o Coronel Cunha Lima passara a condição de líder político na cidade de Areia. Com a deposição de Deodoro da Fonseca e ascensão de Floriano Peixoto ao poder, veio a desagregação que, nas palavras de Horácio de Almeida “... a convulsão veio de fora para dentro”.<sup>10</sup> Assumiu a direção política estadual uma Junta Governativa composta pelo Coronel Cláudio Savaget, Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Fernandes de Carvalho que impuseram uma política de “demolição” dissolvendo a Assembléia Legislativa e declarando sem efeito a Constituição estadual promulgada a 5 de agosto de 1891. Esta Junta dissolveu, também, a Intendência da cidade de Areia, nomeando em seu lugar os familiares do Coronel José Cabral de Vasconcelos: Rufino Augusto de Almeida, Francisco Galdino de Almeida e Maximiano de Almeida. Esta ingerência provocou uma reação agressiva por parte do Coronel Cunha Lima que, pelo uso da força e à frente de sua milícia privada, destituiu, a 5 de fevereiro de 1892, os intendentos recém nomeados, levando consigo os documentos públicos do município.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Idem, p. 92.

<sup>8</sup> Cf. PEREIRA, Joacil de Brito. Op. Cit, p. 79.

<sup>9</sup> Esta visão difere do posicionamento de Rodrigues que afirma exatamente o contrário “Venâncio Neiva tenta implantar um governo de Coalizão, procurando harmonizar os grupos contrários, nascidos das divergências remanescentes do regime anterior. Essa harmonia não se viabilizou, e logo os atritos começaram a ocorrer”. Cf. RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder**. (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1989, p. 22. (grifos nossos)

<sup>10</sup> Cf. ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1978, p. 212.

<sup>11</sup> Cf. PEREIRA, Joacil de Brito. Op. Cit, p. 79.

Esta instabilidade política levou a destituição da Junta Governativa a 18 de fevereiro do mesmo ano, fazendo Floriano Peixoto nomear para a presidência do Estado o major de Exército Álvaro Lopes Machado, engenheiro militar e filho natural de Areia, que se encontrava na Bahia. Chamado às pressas, seu escopo era a pacificação da política paraibana, o que de certa forma foi conseguido. Álvaro Machado manteve a dominação política por vinte anos ininterruptos, sendo sobrestada apenas por sua morte em 1912. Promulgou uma nova Constituição, fundou o Partido Republicano da Paraíba (PRP), com o objetivo de criar uma base de sustentação para o seu governo, elegendo para a Assembléia 30 novos deputados dentre eles, três saídos de Areia, a saber, Cunha Lima, Walfredo Leal e Prudêncio Milanez.

O primeiro deles detinha a chefia política local decorrente de sua ascensão desde o governo de Venâncio Neiva, sendo mantido por Álvaro Machado. Com o passar dos anos, Cunha Lima passou a ser alijado paulatinamente da chefia local. Mesmo assim, em abril de 1893, conseguiu eleger a unanimidade dos conselheiros municipais em Areia, concedendo à oposição uma vaga, de sua escolha, que recaiu sobre os ombros de Inácio Augusto de Almeida, pai de José Américo de Almeida. Walfredo Leal, desde sua eleição em 1893 para 1ª vice-presidência do Estado,<sup>12</sup> fomentou habilmente o rompimento entre Álvaro Machado e Cunha Lima, o que se concretizou definitivamente com a intervenção estadual e a dissolução do Conselho Municipal de Areia, em março de 1895, quando foi nomeada em seu lugar uma Intendência reconhecidamente hostil ao Coronel Cunha Lima, o que lhe proporcionou um longo ostracismo político.<sup>13</sup>

A Prefeitura e a Subprefeitura da cidade de Areia, órgãos criados pela Lei Estadual nº 27, de 1895, foram ocupados pelo Coronel José Cabral de Vasconcelos e Inácio Augusto de Almeida.

Outro parente próximo de José Américo que ascendeu à política estadual foi Simeão Leal – que já era chefe político em Areia – pela ação do presidente eleito em 1896, Gama e Melo, ao nomeá-lo para a Chefia de Polícia, tornando-se o seu braço direito.

Este foi o ambiente político/cultural em que nasceu e se formou José Américo de Almeida. Como se percebe, filho de família proeminente na política, na economia, no clero, na educação, etc. José Américo se autodescreve atribuindo muita importância aos ramos familiares a que pertence, e, como já evidenciamos, todos eles com influência política e econômica de assaz significação, que certamente foram fatores determinantes, direta ou indiretamente, em sua trajetória política:

---

<sup>12</sup> Walfredo Leal, como 1º Vice-Presidente, governou a Paraíba de abril a julho de 1893. Cf. ALMEIDA, Horácio de. Op. Cit. p. 261.

<sup>13</sup> Cf. PEREIRA, Joacil de Brito. Op. Cit, pp. 80/1.

Chamo-me José Américo para o uso e por completo José Américo de Almeida, como poderia ser Cabral, Vasconcelos, Coelho, Leal, Soares ou outro qualquer ramo da família.<sup>14</sup>

Assim, a 10 de janeiro de 1887, nasceu no engenho Olho D'água, José Américo de Almeida, filho de Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leal de Almeida. Quinto filho de uma prole numerosa, onze ao todo (dos que sobreviveram). Iniciou seus estudos em casa com Júlia Verônica dos Santos Leal, a quem, nas palavras de José Américo, “... *Areia deve mais do que a todos os seus doutores, todos os seus sacerdotes e todos os seus políticos*”.<sup>15</sup> Aos nove anos de idade deixou o convívio do engenho, da família, e foi continuar os estudos com um tio padre, Odilon Benvindo de Almeida, na cidade de Areia. Saindo do convívio do tio em 1902, ingressou no Seminário Diocesano da Paraíba, lá permanecendo por mais dois anos, até o momento da família convencer-se de que ele não tinha dom para o sacerdócio e abandonar definitivamente a idéia de transformá-lo padre.

Ao sair do Seminário submeteu-se, mais uma vez, aos exames, entrando para os quadros do Liceu Paraibano. Em seguida, ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Nesta Faculdade, José Américo aprofundou seu interesse por filosofia e história, dedicando tempo à leitura de Hegel e dos materialistas. Afirmava a respeito destas leituras, com certo desdém que “... *lia aquilo tudo como se fosse história literária, para conhecer os sistemas*”.<sup>16</sup> Nas eleições de 1907, ainda quando estudante de Direito, apoiou a dissidência Gama e Melo/Simeão Leal contra seu tio Walfredo Leal, sendo esta considerada a sua primeira experiência política. Esta dissidência decorreu dos malabarismos políticos postos em prática por Álvaro Machado para manter sob o seu domínio o governo do Estado, como explica Oswaldo Trigueiro:

Sem desrespeito à Constituição ou à legislação eleitoral, Álvaro Machado renunciou a três anos de mandato, passou o governo definitivamente ao Walfredo Leal de sempre, e voltou para o Rio de Janeiro vitorioso e fortalecido, na perene chefia. Mas, para isso, o Estado, sem contar com a

<sup>14</sup> ALMEIDA, José Américo de. **Antes que me esqueça**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 11.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_ . **Discursos do seu tempo**. 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1965, p. 9.

<sup>16</sup> Cf. CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política**: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 80.

eleição sucessório ordinária, teve de arcar com quatro eleições parciais extraordinárias, indispensáveis ao reajustamento político, que atendia sobretudo aos interesses e comodidades do chefe supremo. Vindo para o governo do Estado, Álvaro abriu vaga no Senado, para o qual foi eleito Walfredo, que, por sua vez, abriu uma vaga na Câmara. Para esta, foi eleito Simeão Leal, que abriu a vaga de Primeiro Vice-Presidente. Para esta foi eleito Walfredo, que abriu vaga no Senado. Como Vice-Presidente, Walfredo tornou-se sucessor de Álvaro, que renunciou ao governo e, em seguida, foi reeleito senador, na vaga que ele próprio abria há menos de um ano.<sup>17</sup>

Dessa querela que tomou forte conotação familiar resultou a quase desistência da política por sua parte, pois, como ele mesmo afirmou, “... vi o leão sacudir a juba e trovejou na terra seu verbo tempestuoso (...) depois dessa experiência, arreneguei da política”.<sup>18</sup>

Após sua formatura foi nomeado para a Promotoria Pública na Comarca de Sousa, no sertão paraibano. Seguiu-se um ano de convívio com o sertão – é comum se afirmar que foi desta experiência que decorreu suas observações para a consecução da obra “*A Paraíba e seus problemas*”, lançado no ano de 1923. Posteriormente, retornou à capital do estado e exonerou-se do cargo indo advogar na cidade de Guarabira. Nesta cidade, entregou-se à leitura de diversos clássicos que consolidaram sua formação intelectual:

Fartei-me de ler todos os portugueses: todo Camilo, todo Castilho. Todo Herculano, todo Garret, o ranço clássico que ficaria impregnado no bico de minha pena. Acabaria apreciando Gil Vicente, Rebelo da Silva, Frei Luís de Sousa e Padre Antônio Vieira. Tive o mau gosto de me entusiasmar por Guerra Junqueiro. Camões, esse era universal.

Dei-me ao estudo da Lingüística. A Filologia haveria de levar-me a manter fastidiosas polêmicas.

<sup>17</sup> MELLO, Oswaldo Trigueiro de A. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982, pp. 28/9.

<sup>18</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit, p. 23.

Enchi-me também da eloquência do púlpito: Bousset, Lacordaire, Dupanloup, Didon. Dessa familiaridade com os pregadores católicos me adveio talvez certo sinete bíblico.<sup>19</sup>

Aos 23 anos de idade foi nomeado para a Procuradoria-Geral do Estado, o que não era muito comum, haja vista a pouca idade e por ser lugar para desembargadores, cujos vencimentos só eram inferiores aos do presidente de Estado. Sua nomeação só pode ser explicada pela interferência do tio Walfredo Leal. Os onze anos que passou no cargo foram anos de dedicação aos estudos. Lia Gide, Bryce,<sup>20</sup> livros de economia, ensaios, entre outras obras. Conforme sua afirmação, esta diversificação de leituras também contribuiu para a redação de *A Paraíba e seus problemas*.

Em 1915, com a cisão do acordo político entre Walfredo Leal e Epiácio Pessoa,<sup>21</sup> José Américo retornou à vida política, desta vez ao lado de Walfredo Leal e, conseqüentemente, contrário a Epiácio Pessoa, que, neste momento, era um líder ascendente no Estado. A partir de então, Américo começou a destacar-se no cenário político à frente do walfredismo estabelecendo grandes polêmicas, via jornais, com os epitacistas. Conforme Pereira, esta atitude de José Américo, bem como o rompimento com o tio em 1907, já trazia em si a marca do *“homem fadado para as lutas norteadas por idéias”*.<sup>22</sup> Neste embate entre Epiácio e Walfredo pelo controle político do estado, um dos mais ásperos já desenrolados na Paraíba, há referências de Pedro da Cunha Pedrosa de que José Américo insuflou seu tio ao rompimento. Todavia, ele o nega, e afirma que apenas *“... media o gigante que desafiara Floriano Peixoto e avaliava a desigualdade da competição. Mas, aberta à luta, fui dos mais aguerridos”*.<sup>23</sup>

Neste confronto em busca do controle da direção política estadual, saiu vencedora a corrente orientada por Epiácio Pessoa que consolidou uma nova oligarquia permanecendo no poder até 1930 – se bem que nas sucessões de Sólton de Lucena e João Suassuna o desgaste dessa oligarquia fosse visível. Apesar da vitória dos seus opositores, José Américo se manteve na Procuradoria-Geral até 1921 – no entanto, afastado da política partidária. No governo Sólton de Lucena, deixou definitivamente esse cargo, assumindo a função de consultor jurídico do Estado, o que lhe

<sup>19</sup> ALMEIDA, José Américo de. **Eu e eles**. 3 ed. (facsimilar). João Pessoa: A União, 1994, p. 16.

<sup>20</sup> James Bryce (primeiro visconde de Bryce) escritor irlandês de família escocesa (1838-1922), estadista e jurista. Escreveu sobre história, política e diplomacia. Cf. CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. p. 90.

<sup>21</sup> Sobre o acordo e a cisão entre os grupos oligarcas, walfredista e o epitacista, ver RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. Op. Cit. pp. 157 e ss.

<sup>22</sup> Idem, p. 119.

<sup>23</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 235.

possibilitou o exercício da advocacia que só deixou ao assumir, em 1928, a Secretaria Geral do Estado no governo João Pessoa.<sup>24</sup>

Em 1923, José Américo foi desincumbido da elaboração de um relatório que evidenciasse as obras realizadas no Nordeste pelo presidente da República, Eptácio Pessoa. Entretanto, produziu um livro em forma de ensaios, a saber, *A Paraíba e seus problemas*, que foi além da proposta inicial. O escopo desta obra buscou responder porque a Paraíba e a região Nordeste encontravam-se em uma situação desfavorável frente às conjunturas macroeconômica e política brasileira. Tornou-se, pois, um livro célebre e de fundamental importância para o estado da Paraíba.

Podemos afirmar, de certa forma, que seu intuito não fora alcançado, uma vez que o tom ensaístico não conseguira chamar a atenção nacional para os problemas locais das regiões menos favorecidas. Em 1928, José Américo já era considerado na Paraíba um jurista e um intelectual de sucesso, todavia, o reconhecimento nacional surgiu com o lançamento do romance *A Bagaceira* que foi saudado por Tristão de Ataíde como:

O romance que Euclides da Cunha teria escrito se fosse romancista. De um Euclides da Cunha sutil e bárbaro a um só tempo. O romance daquilo de que *Os Sertões* foram à epopéia.

Nem apenas um romance social. Nem apenas um romance de instintos, embora exagerando um pouco esta face em prejuízo daquela. Ambas as coisas, ao mesmo tempo, e ambas com tal originalidade, tal firmeza de traço, tal angústia de sentimentos profundos, bárbaros, primitivos, e ao mesmo tempo tal requinte de psicologia em recolher a cada passo gotas de verdade profunda, – que acabei o livro sentindo que nascera realmente alguém para exprimir não apenas

---

<sup>24</sup> Embora esta afirmação seja encontrada em alguns livros, dada pelo próprio José Américo, ou seja, que deixara as funções de Consultor Jurídico do Estado, quando assumiu a Secretaria Geral, nós encontramos no Arquivo Histórico da Fundação Espaço Cultural (FUNESC) os seguintes documentos: um atestado médico e um decreto, assinado pela Junta Médica do Estado e pelo Interventor do Estado, respectivamente, que dizem exatamente o contrário: **DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA** (12/04/1930) “Após cuidadoso exame, estando o mesmo [José Américo] sofrendo de uma miopia bastante acentuada, acompanhada de perturbações visuais, sendo, portanto, de parecer que lhe sejam concedidos dois meses de licença para repouso e tratamento de acordo com o respectivo laudo”; **DECRETO Nº 35** (16/12/1930) “O interventor federal do estado da Paraíba, considerando que o Dr. José Américo de Almeida, *consultor jurídico do estado*, se encontra atualmente ocupando a pasta da *Viação e Obras Públicas no Governo Provisório da República*, portanto, afastado das funções de seu cargo e tendo em vista o critério estabelecido pelo governo revolucionário, Decreta: Art. Único: é considerado em disponibilidade, sem vencimentos, o Dr. José Américo de Almeida, *Consultor jurídico do estado*, enquanto se conservar afastado do seu cargo, revogados as disposições contrário”. (grifos nossos) Levando-nos a inferir que Américo demonstrava uma certa insegurança quanto aos rumos da política, pois, se algo desse errado, quer na secretaria do governo estadual, quer no ministério federal, estaria garantida sua função de Consultor jurídico do estado.

o horror do inexprimível daquela terra do Nordeste, mas um pouco de todo homem brasileiro de hoje. E dizê-lo duramente, mas sem grosseria. Asperamente, mas sem brutalidade. Dizê-lo com o coração ferido e ao mesmo tempo com a alma apaixonada e uma inteligência extraordinariamente penetrante.<sup>25</sup>

E arremata da seguinte forma:

Eu afirmo sem hesitar: este livrinho de um desconhecido pode ser colocado, com vantagem, ao lado dos maiores romances brasileiros. Pois não é apenas um grande livro nosso: é um grande livro humano.<sup>26</sup>

Foi, portanto, José Américo de Almeida, com a linguagem romanceada, que introduziu o tema Nordeste no cenário nacional, o que não havia conseguido com *A Paraíba e seus problemas*. Adentrando por caminhos inimagináveis, superando todas as barreiras, inaugurou o romance regional e abriu as portas para tantos outros romancistas como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, etc.

Neste mesmo ano, 1928, José Américo foi convidado por João Pessoa para assumir a Secretaria Geral do Estado. Afirmava em suas falas que só aceitou o convite após ter ouvido a seguinte resposta à indagação das pretensões de João Pessoa no governo, isto é, “*Vou dar uma vassourada*”. De acordo com Américo:

A vassourada seria a reforma, a revisão do regime democrático, na prática. Com esta declaração ele me conquistou e decidi renunciar a tudo para participar deste movimento, só aceitei porque ele disse que ia fazer uma reforma política e fez; drástica, terrível, derrubou amigos, políticos, correligionários.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup>ATAÍDE, Tristão. “Uma Revelação”. in: Gonzaga Rodrigues et Natanael Alves (orgs). **José Américo: o escritor e o homem público**. João Pessoa: A União, NT, pp. 13/14.

<sup>26</sup> Idem, pp. 19/20.

<sup>27</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. p. 120.

Visão esta reforçada por Joacil de Brito Pereira ao afirmar que:

Ambos afinavam nesse ponto, porque queriam modernizar a Paraíba, renová-la contra o coronelismo, corrigir a política dos caciques varrer o cangaço, extirpar os desmandos do velho sistema, reformar as estruturas do velho patriarcalismo, fortalecer o poder pessoal dos chefes políticos.<sup>28</sup>

Assumiu, pois, a Secretaria Geral do Estado que, posteriormente, foi desmembrada por sua sugestão em Secretaria do Interior e Justiça e Secretaria de Segurança Pública, cabendo-lhe a primeira, cuja atividade era mais política. É interessante aduzir que, neste período, José Américo tem efetiva participação no governo. Todavia, esta só se perceberá indiretamente – no sentido de ser uma atuação nos bastidores – quer pela efetivação de suas propostas, quer por declarações do próprio João Pessoa ou ainda de contemporâneos.<sup>29</sup>

No ano de 1930, pela aproximação das eleições para a Presidência da República e Assembléia Nacional, João Pessoa indicou José Américo para disputar uma vaga para a Câmara Federal. Neste período, a Paraíba, que defendia o projeto da Aliança Liberal, já se encontrava atordoada pela dissidência do partido situacionista que se cindiu ao apagar das luzes do mês de fevereiro de 1930,<sup>30</sup> culminando com a expulsão de José Pereira<sup>31</sup> e João Suassuna,<sup>32</sup> o primeiro, deputado estadual e grande líder político no sertão paraibano, o segundo, ex-presidente do Estado que fora expurgado da chapa eleitoral situacionista<sup>33</sup> e, de última hora, lançou-se candidato pela chapa de oposição:

<sup>28</sup> PEREIRA, Joacil de Brito. Op. Cit. p. 133.

<sup>29</sup> Como por exemplo, uma declaração em que Álvaro de Carvalho afirmara ser José Américo o único secretário que João Pessoa respeitava e atendia. Cf. CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução**: 70 dias na presidência do Estado da Paraíba e memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978, p. 147. E uma outra declaração que partiu do próprio José Américo, em *O Ano do Nego*, ao afirmar ser ele o indicado por João Pessoa para a resolução de problemas de caráter político, já que o mesmo se abstinha de resolvê-los, mandando o interessado "... se acertar com o *nosso politiquero*". Cf. ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego**: memórias. João Pessoa: A União, 1978, p. 33. Estas questões serão objetos de detalhamento no próximo capítulo.

<sup>30</sup> Cf. A União de 28 de fevereiro de 1930, fl. 1. "AO APAGAR DAS LUZES".

<sup>31</sup> José Pereira deputado estadual e principal chefe político do sertão paraibano, com fortes ligações econômicas (e até de compadrio) com os Pessoa de Queiroz de Pernambuco que desencadeou a luta armada contra João Pessoa.

<sup>32</sup> João Suassuna ex-presidente do Estado da Paraíba (1924 – 1928), também, líder sertanejo que se elegeu para a Câmara Federal nas eleições de março de 1930, sendo assassinado, nas ruas do Rio de Janeiro por vingança pela morte de João Pessoa.

<sup>33</sup> Atribui-se esta cisão a retirada de todos os nomes de correligionários da chapa eleitoral que iriam disputar as eleições majoritárias, a exceção do nome de um primo de João Pessoa. No entanto, outras questões, estavam em jogo, tais como enfraquecimento do poder dos coronéis, questões econômicas, etc.

A Paraíba ficou atônita diante da inclusão do nome do Dr. João Suassuna na chapa apresentada pelos nossos adversários aos sufrágios dos seus concidadãos, no dia 1º de março. Ninguém poderia crer que o homem a quem concedeu o nosso partido os postos de maior significação e realce, na esfera da administração pública e da política, fosse pedir ou aceitar um abrigo protetor à sombra vacilante das bandeiras inimigas, precisamente no instante em que estão em jogo os interesses da Paraíba e do partido que generosamente o criou. Excluído da nossa chapa, por motivos que agora não vêm ao caso apurar, (...) <sup>34</sup>

Nesta eleição, José Américo e os demais componentes da chapa obtiveram ampla margem de votos, sendo ele o mais votado com mais de vinte e oito mil sufrágios. Todavia, esta eleição não fora reconhecida pela Junta Apuradora, o que provocou não só na Paraíba, mas em todo o país, fortíssimas manifestações:

A consciência da Paraíba digna ainda não se refez do escandaloso caso da Junta Apuradora, adredemente preparada para o esbulho dos candidatos liberais, que na realidade foram os verdadeiros eleitos no último pleito.

(...) o ignominioso atentado encontrou no ânimo de todos os paraibanos a mais formal repulsa, cobrindo o risco traçado por mãos afeitas a toda sorte de falcatruas. E as figuras apareceram, qual a qual mais dignas da outra e se concertaram com a solidariedade dos homens mais desmoralizados do nosso meio, até a consumação da monstruosidade eleitoral de maior repercussão nesses quarenta anos de República.

A desfaçatez dessa comédia foi tão a nu, que a maneira por que a fizeram denuncia as inteligências mais rudimentares e dos ânimos mais desprevenidos a fraude que cometeram (...).

Mas é que no açodamento em que perpetravam o crime, assombrados com o terror que lhes infundia a condenação do espírito popular, os cínicos roubadores de votos não repararam que se traiam deploravelmente.

---

<sup>34</sup> Cf. A União de 28 de fevereiro de 1930, fl. 1, “AO APAGAR DAS LUZES”.

Nunca a Paraíba se estarreceu diante de tão asquerosa bambochata, que há de estigmatizar para sempre os nomes daqueles que a promoveram.<sup>35</sup>

Previa-se, portanto, que na Comissão de Verificação da Câmara poder-se-ia mudar tal situação, haja vista a ilegitimidade da Junta Apuradora:

O Juiz Federal na secção deste Estado acaba de entrar em gozo de férias, assumindo o exercício do elevado cargo o Juiz Substituto Dr. Gouveia Nóbrega.

Essa autoridade, em ofício nº 70, datado de ontem, comunicou ao governo do Estado que o juizado lhe fora transmitido, por aquele motivo, mas tivera de passá-lo imediatamente ao 1º Suplente, Dr. Eugênio Carneiro Monteiro, por haver sido chamado com urgência ao Rio de Janeiro, pelo Sr. ministro do Interior.

Consumou-se, assim uma verdadeira acrobacia de substituições no juízo federal neste Estado, e todo mundo está vendo que esses fatos não aconteceram por simples coincidência, num momento em que se aproxima a reunião da Junta Apuradora das eleições de 1º de março, que na Paraíba constituíram vitória esmagadora dos candidatos liberais à presidência e vice-presidência da República e dos candidatos situacionistas à representação Federal.<sup>36</sup>

José Américo viajou ao Rio de Janeiro a fim de provar, na Comissão de Verificação da Câmara, as fraudes ocorridas nas eleições próximas passadas na Paraíba, buscando defender o seu direito de candidato eleito, bem como dos demais esbulhados, porém, sem sucesso:

Minha primeira impressão ao chegar foi de desapontamento. Deixara a Paraíba a pegar fogo e, apalpando o terreno, chocou-me a indiferença dos companheiros de causa. Assisti a uma reunião da Aliança Liberal e vi todos

---

<sup>35</sup> Cf. A União de 10 de abril de 1930, fl. 1. “O ESBULHO DOS VERDADEIROS ELEITOS DO POVO”.

<sup>36</sup> Cf. A União de 29 de março de 1930, fl. 1.

murchos, apáticos, falando baixo. Alguém demonstrava impaciência: ‘espera-se e fica-se esperando’. Se não me engano, era Oswaldo Cordeiro de Farias.

(...) Estava preparado para a defesa. Fomos pegados de surpresa; (...). Tomei a palavra de improviso, fiz um libelo que o ‘Jornal do Comércio’, do Rio, registrou, em linhas gerais:

‘Começou o candidato contestante dizendo que maioria instituiu o princípio do diploma para o reconhecimento dos poderes, sem computar o exame do pleito, mas que diziam diploma dizia verdade eleitoral. Não se conceberia que a honrada comissão de inquérito fechasse os olhos a tudo para enxergar somente o título infiel de que eram portadores os diplomados da Paraíba, com a assinatura de dois suplentes criminosos, como condição de sua validade. Passou a demonstrar a ilegitimidade, ou melhor, a imprestabilidade desse documento. O caso da Junta Apuradora da Paraíba era monstruoso. Vem sendo esposado o critério do diploma pela presunção do cunho de justiça de uma magistratura togada. Deveria prevalecer como expressão numérica e índice de moralidade.

Que representaram esses valores políticos? Os 30 mil votos que me foram dados ou os 2 mil e tantos alcançados pelo meu competidor, elevados pela Junta Apuradora a mais de 5 mil? Contra esse cálculo prevalece a Ata parcial dos trabalhos, do dia 7.

(...) Que é que deve vingar? Esse papelucho indecente ou a soberania do eleitorado!? Que deve prevalecer? Essa cédula falsa ou à vontade da Paraíba consciente? Que deve salvar-se? Esse corpo de delito ou a majestade do Congresso Nacional?

Srs. da maioria quereis fulminar nossas pequenas vitórias, o que resta de uma campanha de sacrifícios cívicos, de tensão popular e sangue derramado? (...).<sup>37</sup>

Ao retornar à Paraíba, Américo foi designado por João Pessoa para a Secretaria de Segurança Pública, cargo que só aceita por se tratar de um convite pessoal e por que “... *ganhara uma grande amizade e tinha que retribuí-la*”,<sup>38</sup> bem como, em virtude da situação periclitante pela qual passava

<sup>37</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. pp. 60/62.

<sup>38</sup> Idem, p. 71.

o Estado. Foi pessoalmente comandar as tropas legalistas que enfrentavam os rebeldes de Princesa, no sertão paraibano, estabelecendo seu posto de comando na cidade de Piancó. Era uma situação difícil, haja vista os óbices empreendidos pelo Governo Federal, que usou de todos os meios para impedir que a Paraíba adquirisse, legalmente, armas e munições para defender-se de um inimigo interno que atentava contra um Estado federado e pelos governos estaduais do Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco, que vigiavam suas fronteiras impedindo ao máximo quaisquer possibilidades de entrada de material bélico, assim como impediam o livre trânsito dos soldados paraibanos em seus territórios, deixando os “cangaceiros” transitarem livremente.<sup>39</sup>

Enquanto Américo estava no sertão, uma ordem foi dada por Ademar Vidal, secretário do Interior e Justiça do governo João Pessoa, para que a polícia invadisse<sup>40</sup> o escritório de João Dantas.<sup>41</sup> De lá recolheram documentos de cunho pessoal, sendo alguns deles publicados em A União, jornal oficial do Estado, cujo desdobramento redundou no assassinato do então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa.

A morte de João Pessoa obrigou o retorno de José Américo à capital encontrando-a num estado de descontrole total. Os perrepistas eram perseguidos; suas casas, seus comércios eram depredados. Mediante tal situação, e por já não mais existir o compromisso que o mantinha no cargo, ele comunicou ao Primeiro Vice-Presidente, Álvaro de Carvalho, que estava deixando a Secretaria. No entanto, foi persuadido a permanecer, caso contrário, Carvalho também renunciaria, significando a

---

<sup>39</sup> “Recife, 8 – Presidente João Pessoa – acabo de receber a resposta do meu telegrama ao comandante Wolmer da Silveira, que está em triunfo, a que resolvi ouvir, como avisei a v. exc., *sobre o seu pedido de passagem de um contingente da polícia paraibana no trecho da estrada do nosso território em direção a Princesa*. Pondera aquele comandante que ‘quanto ao caso da passagem da força paraibana por nosso território, a fim de atingir o objetivo, penso ser isso inconveniente, dada a probabilidade de haver encontro com os antagonistas nessa passagem, ficando assim deslocado o teatro de operações para o nosso Estado, com prejuízo de sua ordem e interesses’. *Como sei que se está invocando o convênio entre dois Estados para repressão ao banditismo, em que permite a entrada livre da polícia de um território no território do outro*, para justificar a passagem sobre que v. exc. me telegrafou, *declaro não poder consentir os amotinados de Princesa na categoria de criminosos cuja perseguição foi prevista no citado convênio, pôs o seu chefe é Deputado ao Congresso da Paraíba e até pouco tempo membro da divisão executiva do partido situacionista deste Estado*.

*Pelas razões expostas não posso atender ao pedido de v. exc. para a passagem de sua polícia em nosso território, evitando-se assim conflitos a que somos estranhos transponham as nossos fronteiras, em detrimento da tranquilidade e interesses da região limítrofe de Pernambuco. Saudações – Estácio Coimbra*”. Cf. A União de 9 de abril de 1930, fl. 1. (grifos nossos)

<sup>40</sup> Cf. declarações de Joaquim Inojosa in: José Américo de Almeida. “O ano do nego: memórias”. João Pessoa: A União, 1978, pp. 175/176.

<sup>41</sup> João Dantas, filho do médico Franklin Dantas Correia e Júlia Veloso, formou-se em Direito no ano de 1914, exerceu a profissão, da qual foi considerado um exímio profissional. Foi ele o principal protagonista da morte de João Pessoa a 26 de julho de 1930, na confeitaria Glória, na cidade do Recife. Sobre a vida de João Dantas, ver: MELO, Fernando. **João Dantas**: uma biografia. João Pessoa: Acauã, 2002.

ascensão de Júlio Lyra,<sup>42</sup> inimigo político de João Pessoa. Isto levaria inevitavelmente a uma convulsão social, que fatalmente precipitaria a intervenção federal no Estado.<sup>43</sup>

Após a eclosão e vitoriosa a revolução, José Américo fora surpreendido, segundo ele, por uma carta de Juarez Távora que lhe atribuía a responsabilidade pelo governo da Paraíba, em caráter transitório, e, posteriormente, a função de Governador Central a que ficariam subordinados todos os governos revolucionários do Norte do país.<sup>44</sup> Nesta função, juntamente com Juarez, José Américo nomeou os vários interventores do Norte, até o estado do Pará. Com a consolidação da vitória e ascensão de Getúlio Vargas, José Américo deixou as funções as quais estava investido e assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas, onde empreendeu uma política de modernização da máquina administrativa que se consubstanciava em uma política nacionalista e austera que chegou a perturbar interesses locais e estrangeiros, como o caso da *Light*<sup>45</sup> e de outras empresas multinacionais:

... no ministério, a minha ação foi essa. Eu fiz a revisão de quase todos os contratos e concessões a empresas estrangeiras com preocupação nacionalista, revi todas as concessões da estrada de ferro dadas a companhias estrangeiras. (...). A São Paulo-Rio Grande, a administração do porto, varias concessões que relacionei, no sentido de regularizar e nacionalizar todos esses serviços. Travei luta com a São Paulo-Rio Grande para rescindir o contrato com o cais do porto, que era francês, fui criticado. Sobretudo pela preocupação de nacionalizar os serviços públicos, as concessões do serviço público.<sup>46</sup>

Esta foi uma breve biografia da trajetória política de José Américo de Almeida que, em suma, compreende dos seus antepassados à ascensão a política nacional a frente do Ministério da Viação e

---

<sup>42</sup> Júlio Lyra 2º Vice-Presidente do Estado e ex-chefe de polícia no Governo João Suassuna (1924-1928).

<sup>43</sup> Todas as questões aqui expostas, tais como, Aliança Liberal, revolta de Princesa e morte de João Pessoa serão mais bem trabalhados em capítulo próprio.

<sup>44</sup> ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego**: memórias. João Pessoa: A União, 1978, p. 216.

<sup>45</sup> Aspásia Camargo em nota de rodapé nº 6 diz o seguinte: “A construção da usina de Salto, perto de Resende (RJ), era recomendada pelos engenheiros da Central do Brasil e defendida pelo governo, *especialmente pelo ministro José Américo de Almeida*, como forma de assegurar a autonomia de fornecimento de eletricidade às linhas da Central. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito constituída em 1949 concluiu que, na ocasião, a Light insistiu junto aos poderes públicos para impedir a construção da usina; ao mesmo tempo, *foi reduzindo sucessivamente os preços que cobrava em resposta ao empenho do ministro em levar adiante a construção*. Finalmente, a CPI afirmou em suas conclusões que a Light contribuiu decisivamente para que o governo desistisse de edificar a usina naquela ocasião. Coleção Moacir Teixeira da Silva, CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. in: CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. p. 203. (grifos nossos)

<sup>46</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. p. 205.

Obras Públicas. Para ser integralmente compreendida faz-se necessário enveredarmos pela discussão intelectual legada do final do século XIX que, lançará luzes em sua proposta política/administrativa redundando na Revolução de 30.

## 1.2. José Américo e a *Intelligentsia* brasileira

De acordo com Jarbas Medeiros, as três últimas décadas do século XIX foram de extrema significação para o mundo, porquanto de seu ingresso em uma nova fase política, econômica e cultural, com características bastante peculiares. Com a segunda revolução industrial, levada a cabo pela expansão do capitalismo, que se irradiava das chamadas grandes potências econômicas e militares, inaugurava-se no âmbito industrial um desenvolvimento extremamente inusitado o que lhe concedia novas feições e sentido, outorgando-lhe uma nova dimensão, econômica e social. Entretanto, esta expansão não foi sem conseqüências, uma vez que ocorrera concomitantemente às fases de crise. Deste modo, a superprodução industrial ocorrida naquele pólo irradiador, não encontrando meios de ser absorvida pelos seus mercados nacionais buscava, pois, novos mercados provocando “... *uma expansão sem precedentes do comércio internacional*”.<sup>47</sup>

A guerra engendrada pelos trustes e monopólios em busca de novos mercados e fornecedores de matérias-prima foi sem precedentes e não levou mais em conta as questões de fronteiras. Generalizava-se, portanto, uma fase extremamente belicosa, em que se pretendia colonizar e/ou recolonizar e conquistar novas “áreas de influência” e “territórios econômicos”. Louis Snyder, historiador norte-americano, caracterizou esse momento de gestação e/ou (re) arrumação da nova ordem mundial da seguinte forma:

El sistema de alianzas era el método aceptado para lograr la seguridad en un mundo desequilibrado a causa del choque de intereses imperialistas y de la lucha global por mercados, materias primas y colonias... El mundo entró en el

---

<sup>47</sup> MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 1.

siglo XX dividido y lleno de temor. El problema más crítico que había entonces pendiente era el de la amenaza de la guerra.<sup>48</sup>

Neste mesmo instante, no Brasil, pululavam as novas correntes filosóficas e sociológicas que se debatiam entre si, como as positivistas e neopositivistas, neokantianas, pragmatismo, utilitarismo, naturalismo, bem como o materialismo histórico e dialético, que passaram a influenciar diretamente nas ciências jurídicas e na ciência política, tendo como conseqüência direta a crise do Estado liberal, que passou a ter suas instituições questionadas nos mais diversos aspectos. As ciências, as artes se desenvolveram de tal forma que possibilitaram grandes mudanças na forma de viver e de pensar das sociedades. Surgiam novas fontes de energia, como a eletricidade, desenvolvendo-se as hidrelétricas e termelétricas. Registrava-se a utilização do aço em substituição ao ferro; o avanço dos sistemas de telecomunicações, telefonia, telegrafia e radiofonia; a turbina a vapor, o motor de combustão interna, o automóvel, o avião etc. Na medicina ocorria uma melhoria de assaz significação, o que possibilitava a diminuição na taxa de mortalidade. Na física, as teorias de Einstein e Planck abriam novas perspectivas para o conhecimento humano, com novos conceitos acerca do macro e microcosmo. A pintura, a música, a poesia sofriam as influências do cubismo e abstracionismo, dodecafonismo e futurismo, respectivamente. Nesta conjuntura ocorria, ainda, a simbiose entre o poder militar nacional – uma vez que a produção industrial diversificada, em massa e a baixo custo era a arma de conquista de novos mercados e do aperfeiçoamento militar – e o desenvolvimento econômico da pátria, passando a se confundirem.<sup>49</sup>

No entendimento de Jarbas Medeiros, percebe-se que tais mudanças, em um primeiro momento, fazem assomar um sem número de características de expansão, que ocorrem simultaneamente às crises e estas se agravam à medida que o tempo avança. Assim, o período histórico que abrange os anos que vão de 1870 aos anos da primeira e segunda grande guerra, pode ser sintetizado da seguinte forma: imposição de um novo *sistema econômico hegemônico*, já na forma estrutural de capitalismo financeiro, que se mostrava mais eficiente na operação da economia mundial na busca de mercados, de matérias-primas e de lucros; o estímulo ao uso de *novas técnicas de administração e organização do trabalho* o que conduziu a uma *transformação nas Universidades* a fim de sua melhor adaptação às novas exigências; a *sociedade urbano-industrial* passou a definir-se como *categoria histórica*,

<sup>48</sup> SNYDER, Louis L. **El mundo en el siglo XX** – 1900-1950. Barcelona: Labor, NT, p. 11 e 35. Apud: MEDEIROS, Jarbas. Op. Cit. p. 2.

<sup>49</sup> Cf. MEDEIROS, Jarbas. Op. Cit. pp. 2/3.

porquanto da hegemonia das nações industriais (modernas) sobre as agrícolas (atrasadas); o surgimento do conceito de *sociedade de massas* no cenário político e social, bem como, o surgimento de *doutrinas apocalípticas* da civilização ocidental “... *ao lado de ideologias otimistas, utilitárias, pragmáticas e reformistas*”,<sup>50</sup> tiveram como conseqüência o entrelace e o condicionamento entre guerras e revoluções sociais (*rebelião das massas – Revolução de 1917 e Revolução mexicana de 1910*); o *nacionalismo econômico e político, o militarismo e o livre-cambismo* passaram a ser praticados por todas as nações, conforme suas posições de força no interior do sistema mundial. No caso das economias reflexas e dependentes (como a brasileira) oscilaram entre o protecionismo e o livre-cambismo; por fim, a *crise generalizada e progressiva do Estado liberal* e suas instituições como a democracia, o sufrágio universal, o sistema de partidos políticos, a divisão de poderes, as liberdades públicas, etc. Buscou-se, portanto, uma forma de se institucionalizar o “... *intervencionismo estatal, o autoritarismo, o totalitarismo, a ‘democracia social’, o corporativismo etc*”.<sup>51</sup>

Neste quadro de ajustamento (econômico/político/financeiro/científico/cultural) inseriu-se a economia brasileira (reflexa e dependente) intrinsecamente associada ao mercado mundial “... *de tal forma que todas as oscilações e crises deste último teriam reflexo certo em nossa decisão e estratégia política internas*”.<sup>52</sup> A industrialização e o avanço tecnológico eram símbolos de civilização, prestígio e força, o que determinava a posição de cada país no cenário mundial. Portanto, o Brasil se caracterizava como nação atrasada, cuja economia se baseava essencialmente no café, voltada para a exportação de bens primários e matérias-primas e importação de bens manufaturados e de capitais. Esta situação conduzia invariavelmente toda a sociedade, principalmente as Forças Armadas, a uma inquietação de forma tal que:

Havia, portanto, entre nós, um consenso favorável mais ou menos generalizado por todas as nossas elites dirigentes<sup>53</sup> no sentido de encaminhar o Brasil na rota da industrialização (em geral através do investimento estrangeiro), se bem que a natureza desta, assim como os meios, os métodos e o prazo histórico para atingi-la não fossem questões pacíficas e muitas resistências fossem

---

<sup>50</sup> Idem, p. 4.

<sup>51</sup> Idem, p. 4.

<sup>52</sup> Idem, p. 5.

<sup>53</sup> Medeiros usa a expressão “elites dirigentes”, por entender que sua conotação está mais próxima de nossa sociedade escravista ou, pelo menos até 1930, recentemente egressa do escravismo. Idem, p. 8. (nota de roda pé nº 4)

efetivamente criadas, embora não insuperáveis, como o próprio tempo se encarregou de demonstrar.<sup>54</sup>

Deste modo, deu-se, debilmente, o fomento ao processo de industrialização no Brasil. Traduzido por Medeiros como sendo um subproduto da estratégia financeira voltada exclusivamente para valorização, defesa e sustentação do café, que tinha vigido ao longo das três primeiras décadas do século vinte, nesta ordem. Desta associação absoluta, estabeleceu-se uma dependência e reciprocidade entre os diversos interesses envolvidos, a saber, a economia cafeeira, o comércio interno e externo, dominados por firmas e bancos estrangeiros, a nossa indústria possível, como as têxteis, couro e alimentícia, e as Forças Armadas. Indubitavelmente, esta *nova fase histórica* recém inaugurada pelo Brasil forjou uma nova sociedade *urbano-industrial-tecnológica e de massas*, que veio a abalar, inexoravelmente, suas instituições sociais, políticas e culturais até então vigentes de forma a miná-las, pela base, em que se fragmentou:

... o nosso sistema de propriedade à base do braço escravo, com a Abolição; o nosso sistema de relacionamento entre a Igreja e o Estado, com a separação de ambos; o nosso sistema político-institucional, com a República; o nosso sistema cultural, com a Escola do Recife e movimentos de idéias seus contemporâneos; o nosso sistema de distribuição regional de Poder, com a implantação da hegemonia paulista sobre a Federação, o nosso sistema de relacionamento internacional, com a entrada em cena de novas potências mundiais – e, portanto, novos centros de influência e de hegemonia – como Estados Unidos e Alemanha.<sup>55</sup>

Assim sendo, Jarbas Medeiros buscou demonstrar as preocupações de alguns autores do início do século vinte, resgatando como eles viram e entenderam o período pelo qual passava o país. Medeiros tentou estabelecer os fundamentos teóricos daquilo que escreveram – Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral. E aqui serão vistos como sintetizadores do pensamento nas três primeiras décadas do século em questão, e que nos servirão como base para o entendimento do

---

<sup>54</sup> Idem, p. 5.

<sup>55</sup> Idem, p. 7.

pensamento americista. É importante lembrar que José Américo foi contemporâneo a todos eles, tendo escrito *A Paraíba e seus problemas*, *A bagaceira*, *Coiteiros e Boqueirão*, entre os anos de 1923 e 1935, sendo os três últimos, romances. O que nos permite identificar nestas obras as mesmas preocupações dos autores citados, isto é, a modernização do país. Isto faz com que se possa caracterizar José Américo como um pensador autoritário, que juntamente com eles compuseram o governo para a estruturação do novo Estado Nacional que se instalou a partir de 1930.

Conforme a leitura de Jarbas Medeiros, Oliveira Vianna demonstra em suas obras três preocupações básicas, a saber: a) a unidade nacional, vista em sua dimensão territorial, política, social e econômica, o que caracterizava o seu nacionalismo; b) a modernização institucional que ele tinha como sinônimo do corporativismo e, c) a conciliação das classes sociais.

Indubitavelmente, estas preocupações advinham de um modelo de Estado liberal “deformado” e “imperfeito” tal como aquele característico da Primeira República, que havia se tornado um verdadeiro óbice à modernização do país. Entretanto, a consecução e a aplicabilidade de tais propostas demandavam a reforma da política e economia até então vigentes. Deste modo, tais objetivos só poderiam ser atingidos através de “... *um Executivo federal sem contrastes, um Governo forte e intervencionista*”,<sup>56</sup> ou seja, via *autoritarismo*, pois esta seria a única forma de se garantir a soberania de nosso País. Esse autoritarismo seria autóctone, telúrico, essencial, vindo a se contrapor ao liberalismo que, no Brasil, se apresentava artificial.

O autoritarismo caracterizava-se, assim, como natural ao Brasil e o liberalismo era visto como *made in Europe*, transplantado, copiado “... *próprio de elites universitárias litorâneas*”<sup>57</sup> *desvinculadas de nossa ‘realidade’, ‘utópicas’, ‘sonhadoras’, etc. – liberalismo este jamais verdadeiramente enraizado entre nós*”.<sup>58</sup> Oliveira Vianna, bem como os demais autores citados, inclusive José Américo, entendiam o liberalismo como prejudicial e danoso à coletividade brasileira, porquanto se mostrava “desagregador”, “desarticulador” e “dissolvente” o que comprometia tanto a integridade territorial e política quanto a solidariedade social entre as classes:

---

<sup>56</sup> Idem, p. 167.

<sup>57</sup> A expressão “*elites universitárias litorâneas*” aparece, na visão de Vianna, em oposição ao Brasil matuto, para ele o Brasil legítimo. Vale lembrar que para Vianna, o matuto é aquele ocupante das matas da região sudeste, ou seja, a elite política da região. E não o matuto a que nos remete o imaginário popular do jeca-tatu de Monteiro Lobato. Esta mesma oposição e legitimidade se encontram na visão de Américo só que em relação ao Brasil do sertão.

<sup>58</sup> Idem, p.159.

Liberalismo continua sempre sendo sinônimo de regionalismo,<sup>59</sup> de particularismos, de facciosismo, de separatismo, escudo por detrás do qual se escondiam os nossos ‘clãs feudais’, ‘parentais’ e ‘eleitorais’, assim como toda coorte de ‘políticos profissionais’...<sup>60</sup>

O liberalismo e o federalismo se equivaliam na Primeira República, resultando em:

Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincialismo preponderante, em vez de ser um agente de força e progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento e, em vez de assegurar a liberdade e a democracia... Campanhas e propagandas com intuítos eleitorais só se justificam entre povos, cuja organização partidária não é o clã pessoal.<sup>61</sup>

Na visão de Oliveira Vianna, bem como em José Américo de Almeida,<sup>62</sup> os republicanos se diferenciavam dos ex-monarquistas apenas no “progresso material”, uma vez que ele julgava, neste aspecto, a República mais laboriosa que o Império. E este progresso material estava intrinsecamente associado à afirmação do Brasil perante o mundo, já que “... *não é possível nenhuma organização central forte num País de base física vasta, de baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar*”.<sup>63</sup> Assim, o melhoramento de nossa infraestrutura permitiria uma maior e melhor:

---

<sup>59</sup> Neste aspecto, José Américo tinha o mesmo entendimento de Vianna. Realmente, Américo nunca se filiou ao movimento regionalista, o que evidentemente traz à baila o modo como compreendia o regionalismo, ou seja, para ele, o regionalismo significaria sempre “separatismo”. Portanto, não havia porque se filiar a este ou aquele movimento. Assim, também, percebeu Gilberto Freyre que fez um comentário bastante significativo em relação à obra de Américo: “Com *A Bagaceira* principiou no Brasil a voga de um romance ao mesmo tempo que moderno – sem modernismo à lá Semana de Arte Moderna – social e regional. (...) Daí, no que tenho escrito acerca do Movimento Regionalista, saído do Recife desde o começo da década de 20, **nunca ter filiado José Américo de Almeida a esse movimento** ou ter sugerido, na sua obra, influência assimilada pelo autor daquela interpretação que, na década de 20, processou-se inovadoramente no Recife acrescentando a perspectiva de renovação artística ou literária iniciada em São Paulo como ‘modernista’ a socialmente ou filosoficamente social do Nordeste, como região, e do Brasil, como nação com valores tradicionais susceptíveis de modernização”. Cf. D’ANDRÉA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista**. Campinas: editora UNICAMP, NT, p. 183. (grifos nossos).

<sup>60</sup> Cf. MEDEIROS, Jarbas. Op. Cit. p. 161.

<sup>61</sup> VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva**. 1 ed. N.T., 1930. Apud. MEDEIROS, Jarbas. Op Cit. p.163.

<sup>62</sup> Para Américo foi com a República que a Paraíba e o Nordeste, como um todo, passaram a se desenvolver, embora que lentamente, mas, com segurança. Cf. ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, p. 271.

<sup>63</sup> VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 295.

... ‘circulação’ entre todas as regiões do País, coesão entre todas as nossas classes sociais e unidade nacional (...) implicaria objetivamente um programa administrativo de vias de transporte e de comunicação, tais como ferrovias, rodovias, telegrafia etc. o ‘progresso material’ seria, assim, condição de nossa unidade nacional.<sup>64</sup>

De acordo com Medeiros, todo o pensamento político brasileiro no período do entre guerras foi dominado por uma visão evolutiva, em que se precisava alcançar um padrão democrático, cujo modelo seria o anglo-saxão. Assim, Oliveira Vianna entendia que o Estado liberal brasileiro havia queimado etapas em sua trajetória evolutiva, não seguindo, portanto, aquilo que seria o caminho natural, ou seja, Estado-Aldeia, Estado-Império e Estado-Nação, passando de Estado-Império a condição de Estado-Nação. Em decorrência desta queima de etapas gerou-se uma democracia imperfeita, baseada na falta de uma consciência institucional de Nação,<sup>65</sup> que por sua vez, só seria alcançada através da organização das classes sociais. No entanto, essas classes, a comercial, a agrícola, a industrial, a proletária, etc, ainda viviam em um estado de inconsciência de sua própria força o que as tornava, portanto, em classes dissociadas de tipo amorfo. Essa consciência seria atingida através de um Estado autoritário e corporativo. Assim, o Estado moderno, para Vianna, era aquele que fazia uso da especialização técnica<sup>66</sup> de administração, levando-o a defender “*a ascensão política das classes produtoras ao Poder*” e a decadência dos parlamentos:

Esta decadência dos parlamentos e a crescente importância das delegações de classes nos conselhos do Governo têm a sua explicação na própria estrutura das sociedades modernas. O advento da grande indústria, os modernos processos de negócios, as grandes concentrações comerciais, a crescente industrialização do trabalho agrícola etc. Deram aos interesses econômicos, que são os interesses vitais da sociedade, uma complexidade tal de organização e de

---

<sup>64</sup> MEDEIROS, Jarbas. Op. Cit. pp. 169/170.

<sup>65</sup> Cf. VIANNA, Oliveira. Apud. MEDEIROS, Jarbas. Op. Cit, p. 165.

<sup>66</sup> José Américo dedica em A Paraíba e seus Problemas um capítulo inteiro voltada à questão da necessidade da **especialização técnica**, chamado a “Ação Dispersa”, em que demonstra o entorpecimento do meio em decorrência do estado primitivo de sua exploração. Não podendo, portanto, a cultura rudimentar e a criação praticada no estado e na região competir com o regime econômico de outros centros de atividade “Faltava em tudo e por tudo a educação técnica”. Cf. ALMEIDA. José Américo de. Op. Cit. p. 479 e ss.

técnica que eles se tornaram, por isso mesmo, logicamente fora do alcance das corporações puramente políticas.<sup>67</sup>

Uma outra questão evidenciada por Vianna diz respeito a visão eugênica da sociedade, estereótipo(racismo) que também atribuíram a José Américo.<sup>68</sup> Em relação a Américo, tal estigma decorria de sua defesa idealizada da força nordestina ser mais bem representada pelo homem sertanejo, naturalmente, mas não necessariamente branco, já que a mestiçagem atingira os sertões. Tal posicionamento derivava da não concordância com a visão determinista defendida pelos sociólogos da época “*Não incido, portanto, nos extremos (...), no ‘determinismo geográfico’ de Demolins, Tourneville e Brunhes, que reputam o meio físico como o fundamento de toda a ciência social; mas penso que desse fator da produção depende, em grande parte, o destino dos povos*”,<sup>69</sup> corroborado por Vianna, ou seja, de que o homem era influenciado pelo meio geográfico em que nasceu, portanto, a causa do sub-desenvolvimento do Nordeste como corolário de fatores físico-climático e da mestiçagem. Pontos estes negados peremptoriamente por Américo, uma vez que “... *demonstrava que o sub-desenvolvimento da Paraíba não residia no homem nordestino e muito menos na mestiçagem, pois o mestiço era exatamente o tipo ideal de homem adaptado à civilização tropical*”.<sup>70</sup> Vianna entendia e explicitava que havia realmente uma superioridade da raça ariana sobre as demais e não hesitava em afirmar que aos brancos cabia a direção dos destinos da nação, o que explica a visão da “falta” ao nosso povo, o *povo massa*, de uma opinião pública organizada, esta última também defendida por Américo. Evidentemente, este posicionamento deixa extremamente claro a quem caberia a condução dos destinos da nação, ou seja, a elite. O que reforça o entendimento unilateral de que a direção política, entre outras, deveria vir, como sempre, de cima para baixo. De acordo com Jarbas Medeiros, esta adesão explícita às teorias raciais impelia Vianna a um elogio permanente às elites dirigentes que “... *haviam estruturado as nossas instituições sócio-políticas dominantes*”. Demonstrava, pois, a dificuldade de tais elites não compreenderem:

<sup>67</sup>VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1927, p. 107. Apud. MEDEIROS, Jarbas. Op.Cit. pp. 171/2.

<sup>68</sup> Sobre o discurso racista em Américo ver D’ANDRÉA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta**: Gilberto Freyre e a literatura regionalista. Campinas: editora UNICAMP, pp. 166 e ss.

<sup>69</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, pp. 52/3.

<sup>70</sup> BURITY, Tarcísio de Miranda. “Matriz e antecipações sociológicas em A Paraíba e seus problemas” in: José Américo de Almeida. Op. Cit. (posfácio) p. 715.

Nem o heroísmo do caudilho, nem o heroísmo do bandido. O seu herói, a personalidade magnética e imperante, que centraliza a surda e silenciosa admiração das massas, é o homem de idéias e convicções, o reformador político ‘capaz de realizar’, de posse do Poder do Estado, um grande programa de regeneração e moralidade públicas.<sup>71</sup>

Em relação a Francisco Campos, Jarbas Medeiros caracteriza-o como um sujeito híbrido, ora conservador, ora modernizador, numa visão que pode perfeitamente ser estendida a José Américo:

Campos não poderia àquela época ser classificado como um conservador *tout court*, um defensor do *status* institucional vigente. Ao contrário da grande maioria dos componentes das elites políticas que então dirigiam o nosso País, já trazia ao debate e à ação administrativa pública, na década de 20, os conceitos e os programas que objetivavam a montagem, entre nós, de um Estado nacional, antiliberal, autoritário e moderno. *Colocado dentro da estrutura de poder então vigente, nela trabalhava não certamente para solapar suas bases sociais – e nisto qualificava-se como um conservador – mas sim para substituir e reconstituir, do alto, as suas instituições políticas burocráticas, modernizando-as.*<sup>72</sup>(grifos nossos)

Como Campos, José Américo defendia uma maior intervenção nas políticas locais, diminuindo os poderes dos dirigentes que tornavam a vida municipal decadente, envolta num “*feudalismo bronco e absorvente*”, cujo chefe manobrava a polícia, a justiça e o fisco, sendo ora instrumento de favorecimento, ora de perseguição, variando conforme o matiz político.<sup>73</sup> Tanto Américo quanto Campos entendiam que a industrialização deveria ser compreendida aos moldes do desenvolvimento agrário:

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_ . **Populações meridionais do Brasil**. 2 ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1922, p. 172. Apud. MEDEIROS. Jarbas. Op. Cit. p. 191.

<sup>72</sup> MEDEIROS. Jarbas. Op. Cit. p. 12.

<sup>73</sup> Cf. ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego**: memórias. João Pessoa: A União, 1978, p. 22.

De todas as indústrias é a agricultura que mais carece dessa proteção tutelar. Promover as grandes obras públicas, organizar as forças da produção, propagar a técnica agrária, fundar sociedades de crédito agrícola, introduzir novas culturas, encorajar a iniciativa privada, manter a defesa sanitária das plantas, ativar o policiamento rural – são forma da valorização do solo e do aparelhamento da riqueza que não colidem com as próprias teorias da abstenção.<sup>74</sup>

Outra semelhança estabelecida entre ambos dá-se na área do ensino, haja vista a defesa de Campos da necessidade de criação de um *ensino técnico regular* “... particularmente em um país que, como o nosso, aspira a um rápido e extenso desenvolvimento industrial”.<sup>75</sup> O país precisava encontrar os caminhos que o conduzisse a integrar o sistema sociopolítico-econômico ocidental. Mas, o Estado liberal brasileiro, com base no federalismo hegemônico implantado na República Velha era um dos óbices a ser vencido, porquanto, como afirmava José Américo, “... entendem alguns que o mal deriva da desigualdade territorial, mantida pelo art. 2º da Constituição, dando lugar à hegemonia dos grandes estados”.<sup>76</sup> Para Américo, isto determinava a supremacia de uma região sobre as demais, anulando em sua significação – ou seja, a soberania popular – a autonomia regional, o sufrágio universal e a representatividade parlamentar, privilegiando-se “... a licenciosidade de clãs e de oligarquias rurais que enfeudavam, na realidade, ‘a vontade popular’ e a ‘opinião pública’”. José Américo se encaixa assim na avaliação de Medeiros:

Os regionalismos estaduais e a prevalência dos interesses *subalternos* e particularistas dos grupos políticos (*a politicalha*) sobre os interesses maiores da Nação e da *coletividade social* eram todos considerados, por nosso pensamento político ‘modernizador’, como fatores de efetiva desagregação, desarticulação, desunião nacional e social e de atomização do poder nacional:

<sup>74</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, p. 641.

<sup>75</sup> CAMPOS, Francisco. **Pela civilização mineira**. Belo Horizonte: N.T. 1930, p. 73. Apud. MEDEIROS. Jarbas. Op. Cit. p.15.

<sup>76</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 292.

impedia, de fato, a emergência de um Estado moderno entre nós.<sup>77</sup>(grifos do autor)

Azevedo Amaral, que anunciara o século do revolucionismo (século XX) em substituição ao do evolucionismo, século dezenove, entendia o Estado autoritário como modelo, político e institucional, de Estado moderno. E este, por sua vez, era e deveria ser um Estado intervencionista baseado na autoridade de um Executivo forte. No entendimento de Medeiros, Amaral defendia um Estado intervencionista que “... *viria assim em nome de soluções técnicas para os problemas concernentes às ‘grandes massas da população’, os quais teriam sido relegados pelas minorias oligárquicas liberais que detinham o controle do Estado ‘neutro’ e ‘absenteísta’ do laissez-faire, a um plano secundário*”.<sup>78</sup>

Para Amaral, um Estado autoritário seria aquele capaz de, ao mesmo tempo, representar e identificar entre si o Estado e a Nação, o que o tornava tanto nacional quanto democrático. *Representação e democracia* para Amaral significavam algo restrito àqueles que podiam sintetizar um caminho único e inequívoco, na coletividade, evidenciando seu caráter excludente e elitista:

Em uma coletividade nacional, o que constitui as forças ativas de cujo dinamismo resultam as manifestações características da vida social, econômica, cultural e política *não é a totalidade das massas formadoras da população*. Nestas cumpre *discriminar os elementos que intervêm direta e ativamente no jogo do dinamismo coletivo e que, na realidade, tem concentradas na sua órbita de atividade as responsabilidades e as iniciativas vinculadas à propulsão e à orientação da nacionalidade*. Ao lado dessas forças sociais [da elite] reúnem-se outras [as massas] que, embora tenham incontestavelmente um papel a representar, não atuam senão como instrumentos de realização dos objetivos dirigentes cujas tendências, ajustando-se em um sistema coordenado sob o ritmo da idéia nacional, imprimem o verdadeiro sentido da vida coletiva.

<sup>77</sup> MEDEIROS. Jarbas. Op. Cit. p. 16.

<sup>78</sup> Idem, p. 65.

O conceito da democracia, na sua acepção autêntica, envolve logicamente essa organização hierárquica da sociedade, fora da qual, aliás, não se pode conceber a existência coletiva senão em uma forma de confusão incompatível com a afirmação de uma idéia nacional orientada para finalidades precisas e claras.  
<sup>79</sup>(grifos nossos)

E, acrescenta:

Supor que a democracia se baseie na igualdade real e prática das unidades componentes do corpo social é uma idéia não somente ilusória em contradição com a realidade objetiva, mas também irreconciliável com o conceito de uma organização nacional concretizada na existência do Estado.<sup>80</sup>

Como já aludimos, José Américo estudou no início do século XX (1905/1908), na Faculdade de Direito do Recife, numa época em que esta Faculdade encontrava-se, ainda, bastante influenciada pelas correntes filosóficas e sociológicas da Escola do Recife,<sup>81</sup> onde fervilhavam discussões tais como a eugenia, a formação da nação, que influenciaram bastante na sua formação intelectual.

De uma forma geral, a *intelligentsia* brasileira colocava em destaque a necessidade da formação nacional, entendida como a questão da unidade territorial, política, social e econômica, assim como defendiam modernização institucional do país e a conciliação entre as classes, ditadas pelo poder pessoal e carismático de uma única autoridade, o que não deve ser confundido com o totalitarismo. Todos esses pontos estão visivelmente contemplados nas obras de José Américo.

No que tange ao primeiro ponto, ou seja, a unidade nacional, pode-se perceber na crítica ao Império que, embora tenha mantido a união territorial, a colocava em perigo por não contemplar igualmente o *melhoramento material* entre as províncias, relegando ao abandono algumas de suas

---

<sup>79</sup> AMARAL, Azevedo. **Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, pp. 190/1.

<sup>80</sup> AMARAL, Azevedo. Op. Cit. p. 191.

<sup>81</sup> Movimento iniciado no Recife, pelo sergipano Tobias Barreto, nos princípios dos anos 60 do século dezenove, na poesia, que repercutiu em outros centros culturais, que teve como consequência o alargamento no seu âmbito de ação que abrangeu quase totalmente as esferas da atividade intelectual: como a crítica literária e musical; a filosofia; o direito, a história, o folclore, etc. Cf. PAIM, Antônio. **A filosofia da escola do Recife**. Rio de Janeiro: Saga, 1966, p. 9.

unidades. Implícita a esta, depreende-se uma crítica, embora sutil,<sup>82</sup> à República e ao seu federalismo hegemônico que, similarmente ao regime ab-rogado, dispensava tratamento diferenciado aos demais estados federados, denominado por Werneck Vianna de *liberalismo excludente*<sup>83</sup> o que poderia levar, no entendimento de Américo, a uma possível desagregação entre as unidades federadas, como ocorreu em 1930.

Quanto à modernização institucional, esta deveria ser mediada pela ação pessoal do governante – por isso compreende-se a exaltação ao Homem do Norte<sup>84</sup> e do governo que foi implantado, na Paraíba, a partir de 1928 – corporificado ao Estado. Em outras palavras, era preciso um Estado forte capaz de impedir os localismos, direcionando-os para o interior do aparelho estatal, o que sugere o rompimento com o sistema político oligárquico até então vigente, assim como se fazia necessário à implantação do corporativismo<sup>85</sup> o grande responsável pela consecução de uma mentalidade agregadora, isto é, nacional.

No terceiro e último ponto, José Américo evidencia em *A Bagaceira* um conflito latente entre as classes sociais, que deveria ser dirimido pela ação sistemática de uma nova elite política, única capaz de conduzir o povo, massa amorfa sem opinião formada sobre os grandes temas que afligiam a sociedade. Origina-se desde então, uma classe de intelectuais, da qual José Américo fazia parte, extremamente preocupada com os rumos do país e que passava, portanto, a teorizar sobre o mesmo, tentando modernizá-lo via a ação política.

Segundo Luciano Martins, não há uma relação necessária entre a condição de intelectual e a política, havendo sim, um elo de ligação entre a condição de ator político a um certo tipo de intelectual, “*cuja emergência, enquanto sujeito coletivo, parece ligado a certas condições sociais,*

---

<sup>82</sup> Não podemos esquecer que a obra, *A Paraíba e seus Problemas* nasceu como um panegírico ao governo republicano de Epiácio Pessoa, no entanto, José Américo ao criticar o descaso do Império para com as províncias menos favorecidas, não exime a República a responsabilidade inerente e que dela se esperava a consecução dos melhoramentos pretendidos.

<sup>83</sup> Cf. VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Paz e terra, 1989, p. 99 e ss.

<sup>84</sup> O Homem do Norte foi à designação dada a Epiácio Pessoa por José Américo, no entanto, tal adjetivo caberia a qualquer homem da Região Nordeste, ou seja, só um filho natural da terra poderia compreender as mazelas que assolavam a região. E detentor de uma visão modernizadora, empreendesse o seu desenvolvimento, investindo maciçamente em infraestrutura.

<sup>85</sup> O Corporativismo deve ser compreendido como uma reação contra o individualismo liberal, que do ponto de vista social buscava uma forma de suprimir a luta de classes, o recurso aos meios violentos e assegurar melhores condições de trabalho através de convenções coletivas, negociadas entre representantes de patrões e empregados. Do ponto de vista econômico, o corporativismo desejava disciplinar a produção. A restrição ao direito de fundar empresas como meio de proteger os produtores da concorrência excessiva; garantir ao consumidor igual defesa mediante o controle da qualidade e do preço. Cf. LAJUGIE, J. **As doutrinas econômicas**. Tradução de J. Guinsburg. 4 ed. São Paulo: Difel S. A. 1976, pp. 93/4.

*políticas e culturais*".<sup>86</sup> Portanto, Martins evidencia o conceito de *intelligentsia* proposto por Alexander Gella que, a partir do caso russo, traduziu tal conceito como sendo:

Uma forma objetiva de alienação, que resulta ao mesmo tempo numa atitude negativa ou revolucionária com respeito ao *establishment* dominante, e numa atitude de rejeição ao modo de vida e aos papéis tradicionalmente conservadores das classes média e inferior.<sup>87</sup>

No entanto, e apesar das dificuldades advindas dessa caracterização, Martins acredita ser esta a que melhor define uma *intelligentsia* e que estaremos no pleno domínio de sua problemática ao entendermos a expressão "*Forma Objetiva de Alienação*" como:

Um sentimento de não-identificação com a sociedade tal como esta se apresenta, o que pode traduzir-se por uma rejeição do *statu quo* e constituir a fonte do desejo de transformar tal sociedade.<sup>88</sup>

O que se põe em questão, na concepção de Martins, é buscar saber porque esse sentimento de não-conformismo por parte dos intelectuais (de final de século XIX e início do XX) se manifesta exatamente na política, uma vez que tal manifestação poderia se dar em qualquer um outro plano, como no campo da ciência, da literatura, etc, tomando a forma de rejeição da sociedade (organização) e de suas formas de governo, entendendo, portanto, o imiscuir-se na política como dever dos intelectuais.<sup>89</sup> Ainda, conforme o entendimento de Luciano Martins, as reivindicações destes intelectuais eram insuficientes e bastante superficiais, não chegando a tomar uma forma concreta para transformação da sociedade permanecendo toda discussão, ainda, no plano da condenação moral quando não resvalando para o desalento. Para Martins, o permanecer nas fímbrias da "condenação moral" e do "desalento" decorriam da ausência de um "*pensamento utópico*" a essa *intelligentsia brasileira* em formação, tal como o existente na *intelligentsia* russa. Para alguns, esta ausência de pensamento utópico decorria da origem dessa *intelligentsia*, ou seja, geralmente da classe dominante

---

<sup>86</sup> MARTINS, Luciano. "A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940". in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 04, São Paulo, ANPOCS, 1987, p. 65.

<sup>87</sup> MARTINS, Luciano. Op. Cit. p. 66.

<sup>88</sup> Idem, p. 67.

<sup>89</sup> Idem, p. 67.

ou por ela cooptada.<sup>90</sup> No entanto, o autor afirma peremptoriamente que não havia, neste momento, nenhum tipo de constrangimento ou óbice que fosse capaz de impedir formas de expressões de idéias críticas e novas. Assim:

Por contraditório que isso possa parecer, somente a cooptação da intelligentsia pela classe dominante é manifestamente insuficiente para explicar a ausência de pensamento utópico. Não há de resto, motivo para supor (salvo por um reducionismo à maneira de um certo ‘funcionalismo marxista’) que as crenças nascidas a partir de uma determinada classe sirvam necessariamente aos interesses dessa classe, incluindo-se aí aquilo que diz respeito às classes dominantes (...). Na verdade mais que a sociedade, é a nação que constitui o eixo das preocupações dos intelectuais.<sup>91</sup>

Aduz, também, que esses intelectuais não faziam defesas do *statu quo* dessa ou daquela classe, antes pelo contrário, denunciavam-no em nome de uma ética intelectual. Estes intelectuais pertenciam a um *novo tipo sociológico* que experimentou diversas transformações, como as de um capitalismo nascente e que não se limitaria mais a apenas contemplar as novidades do “mundo civilizado”. Em decorrência, estes intelectuais se lançaram em direção às criações literárias, à ciência, ao jornalismo, enfim, buscavam responder às especificidades da sociedade brasileira.

O Brasil dos anos vinte passou por transformações notórias e significativas tanto na cultura como na política e foram em ambos os campos que os intelectuais buscaram estabelecer sua identidade social e não seu *status*, lançando-se à ação tentando instituir o liame entre a modernidade e a modernização do país. Conforme inferências de Martins, os intelectuais nutriam um forte sentimento de isolamento e impotência, porquanto se punham a tarefa de extrair o país do atraso em que vivia, mas sem saber como fazê-lo; apresentavam também um certo desencanto com a política, já que não conseguiam nela encontrar o seu lugar, partindo para uma subordinação dessa política ao principio abstrato de organização o que evidenciava antecipadamente a *visão tecnocrata* da mudança social; por fim, na análise de Martins, os intelectuais entendiam a reforma da sociedade necessariamente por uma reforma da educação.

---

<sup>90</sup> Idem, p. 73.

<sup>91</sup> Idem, pp. 73/4.

Para Martins, esta *intelligentsia* já constituída falava em seu próprio nome, não querendo substituir nenhuma classe social nem falar em nome da nação, estando, portanto, ciente e ciosa de sua contribuição para a transformação das estruturas sociais.

Com uma outra abordagem, Daniel Pecaute se desvincula da discussão conceitual de *intelligentsia*, já que todos compreendem mais ou menos que se está falando de uma elite intelectual, trabalhando, pois, com a noção de “engajamento” entendida como sendo:

(...) a decisão arbitrária de tomar partido contra si mesmo. Consistia, a um só tempo, em articular as classes destinadas por suas condições a ocupar-se do universal, e em encarnar o movimento da história rumo a seu sentido final.<sup>92</sup>

Destarte, o desejo de transformar a sociedade levou os intelectuais à ação, envolvendo-os nos engajamentos políticos nas mais variadas tendências, quer direita, ultradireita, esquerda ou ultra-esquerda, cujo ativismo:

(...) conquistou também os intelectuais de maior ou menor envergadura, católicos, reacionários, que aderiram às legiões, fundaram centros, desencadearam movimentos e sonharam com a tomada do poder.<sup>93</sup>

Daniel Pecaute aduz, ainda, o corolário deste engajamento e salienta que:

(...) não ‘brincavam’ de política: lutavam efetivamente pelo poder, visando a objetivos entre os quais não havia possibilidade de compromisso. O caráter do regime e desses movimentos era tal que esses confrontos nada tinham de puramente simbólico: a violência que demonstraram, as sucessivas ondas de repressão, com seu séquito de exílios e prisões, lá estão para demonstrá-lo.<sup>94</sup>

Para compreendermos bem e termos uma dimensão mais clara e precisa desta afirmação supra que Pecaute alude, basta-nos referenciar a ação de José Américo no Teatro de Operações, durante a

<sup>92</sup> Cf. PECAUTE, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991, p.5.

<sup>93</sup> Cf. PECAUTE, Daniel. Op. Cit. p. 75.

<sup>94</sup> Idem, p. 90.

Revolta de Princesa, em que Américo teve a ousadia de ir *in loco* comandar as ações militares de combate aos revoltosos. Expondo, não só a sua a vida, mas, também, a do próprio filho.<sup>95</sup> Por mais que se tratasse das funções de comando, com base na cidade de Piancó,<sup>96</sup> corria-se risco nos mais diversos aspectos, quer fosse dos próprios comandados, quer nos deslocamentos necessários entre as várias cidades do sertão paraibano, como abordaremos em capítulo próprio. Assim sendo, Pecaut discorda enfaticamente da posição tomada por Sérgio Micelli, que entende a ação desses intelectuais, na vida política, como sendo uma forma de garantir seu *status* perdido e, em menor grau, um emprego, preferencialmente, às expensas do Estado, uma vez que, geralmente, eram oriundos da classe oligárquica decadente. Sendo, portanto, suas opiniões ideológicas apenas ardis a fim de preservarem suas posições nas elites dirigentes:

Eram, na verdade, herdeiros que puderam tirar partido de uma correlação de forças extremamente favorável à produção de obras cujos reclamos reformistas coincidiam com os interesse de autopreservação da fração de classe a que pertenciam.<sup>97</sup>

Pecaut descarta, portanto, qualquer tentativa de substituir a noção de *valores* pela de *interesse*, sem, no entanto, desprezá-la, o que seria uma redução demasiada e simplificadora da questão. Daniel Pecaut entende a noção de *interesse* como uma ambigüidade em que se deve considerar pelo menos três variáveis dela decorrente, a saber: a) o pertencimento a um determinado grupo social de origem, a oligarquia decadente; b) a identificação com uma categoria social específica, os escritores; e, c) a inserção no aparelho de Estado. Para Pecaut, a primeira variável é individual e sua posição no seio da família conta tanto quanto a posição da família e a mudança de comportamentos coletivos apóia-se, sobretudo, num efeito de agregação. Já a segunda é coletiva; no entanto, supõe uma pré-constituição

---

<sup>95</sup> Reynaldo Mello de Almeida, à época com quatorze anos de idade, encontrava-se no comboio do governo que foi emboscado no famigerado “Massacre de Água Branca” em Água Branca, que dista aproximadamente 60 km de Princesa, no dia 5 de julho de 1930, em que morreram mais de cem homens da Força Pública, que se dirigiam ao povoado de Tavares com a finalidade de apoiar a Coluna do Tem. João Costa. Cf. CAMRGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 150.

<sup>96</sup> Cidade localizada no Alto Sertão paraibano a uns 450 km da Capital onde foi implantado o posto de comando de onde se originavam as ordens para as tropas da força Pública. Já foi uma cidade politicamente influente e foi também palco da resistência à Coluna Prestes, onde ocorreu a morte do padre Aristides, líder político local, que comandou a resistência a Coluna.

<sup>97</sup> Cf. MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979, p 167.

da categoria de intelectual. No terceiro caso, ela pode ser apenas ocasional e não implica necessariamente na supressão da autonomia ideológica.<sup>98</sup>

Como afirmamos anteriormente, Pecaute não despreza a *noção de interesse*, já que em seu entendimento toda a categoria social, ao se empenhar em determinada tarefa, cuja elaboração traz em si um cunho ideológico, age legitimamente em sua busca de reconhecimento, bem como no estabelecimento e na organização de seus próprios interesses. Entretanto, a inexistência de um *Campo Cultural* independente “... capaz de produzir uma hierarquia institucionalizada de posições” agia como um limitador desses interesses, concedendo-lhes, portanto, uma consciência limitada.<sup>99</sup>

Para nós, a *noção de interesse* tal como está posta, indica uma esterilização na atividade humana, porquanto lhe retira as *possibilidades* de criação. Impossibilitando, pois, a sua própria existência como ser social contraditório, influenciado social e politicamente, porquanto os engessam numa estrutura rígida, senão em um discurso estruturante, como o “*sistema da cômoda*”<sup>100</sup> de Lucien Febvre, impedindo-os de “*circularem*”<sup>101</sup> pelos diversos estratos sociais. Vejamos o que diz Antônio Candido no prefácio do livro “*Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*”:

(...) É que no fundo a atitude de Micelli é polêmica, e talvez ele ‘julgue’ mais do que seria preciso (...).

Mas o fato é que no processo estão envolvidos os homens, com a sua carne e a sua alma, de modo que conviria acentuar mais que um Carlos Drummond de Andrade ‘serviu’ o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que suas idéias contrárias eram patentes e foi como membro do Gabinete do Ministro Capanema que publicou os versos políticos

<sup>98</sup> Cf. PECAUTE, Daniel. Op. Cit. p. 20.

<sup>99</sup> Idem, p. 22.

<sup>100</sup> Lucien Febvre, criticou veementemente aqueles que acreditavam transcrever a história, a partir do documento escrito, com toda imparcialidade, chamando-os de *metódicos*. Segundo Febvre, estes historiadores buscavam apresentar separadamente e sucessivamente, como se fosse possível, os fatos sociais, políticos, econômicos, intelectuais, etc. A esta forma de ver a história, ele denominou de *sistema da cômoda* “... a boa e velha cômoda de mogno, glória dos larzinhos burgueses. Tão bem arrumada e em tão boa ordem! Gaveta décima, a política: ‘a nacional’ à direita, ‘a internacional’ à esquerda, nada de confusão. Segunda gaveta: canto direito, ‘o movimento da população’; canto esquerdo ‘organização da sociedade’...” FEVBRE, Lucien. **Combates pela História**. Tradução Leonor Martinho Simões e Gisela Muniz. 2 ed. Lisboa: Presença, 1985, p. 77.

<sup>101</sup> A idéia de circularidade aqui posta é a mesma calcada por Ginzburg, em que há um intercâmbio de cultura entre as classes dominante e subalterna que se influenciam reciprocamente, isto é de baixo para cima e vice-versa. Ver GINZBURG. Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Betania Amoroso. São Paulo: Cia. das letras, 1987, p. 13.

revolucionários de Sentimento do Mundo e compôs os de Rosa do Povo. Já um Cassiano Ricardo se enquadrou ideologicamente e apoiou pela palavra e a ação, porque o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista, devido a motivos que Micelli apontou muito bem no Capítulo I. Outros que nem vale a pena nomear, para poderem repousar com menos infelicidade no seio de Deus, eram pura e simplesmente escribas vendidos, sem alma nem fé.<sup>102</sup>

Assoma-nos, pois, o conceito de *intelectual* de Gramsci que na óptica de Martins seria apenas uma variante sofisticada da *noção de valores* substituindo-a pela de *interesses*, o que não concordamos integralmente, haja vista não compreendermos que Gramsci exclua a possibilidade de uma nova visão de mundo, ou de novas visões de mundo. Mas, afinal o que diz realmente Antônio Gramsci? Em primeiro lugar, Gramsci questiona se os intelectuais formam um grupo socialmente autônomo e independente ou se cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais especializada.<sup>103</sup>

Apresenta, portanto, as duas formações mais importantes das diversas categorias intelectuais, a saber: a dos empresários e a eclesiástica. Não levaremos em conta a primeira delas, uma vez que José Américo não se encontraria inserido na mesma. Possivelmente se encontraria na segunda, visto que para Gramsci esta categoria pode ser:

Considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade.<sup>104</sup>

Como vimos, José Américo descende de famílias proprietárias de terra, ligadas à política e ao clero. Ora, esta categoria de intelectuais, por se ter formado historicamente ao longo do tempo e de forma ininterrupta, segundo Gramsci, se considera autônoma e independente do grupo social

<sup>102</sup> CANDIDO, Antônio. Prefácio in: Sérgio Micelli. Op. Cit. pp. xi- xii.

<sup>103</sup> Cf. GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p. 3.

<sup>104</sup> Cf. GRAMSCI, Antônio. Op. Cit. p. 5.

dominante. O que trará conseqüências significativas nos campo político e ideológico, porquanto esta posição de *independência* se relaciona a toda uma filosofia idealista que se define como a “... *expressão desta utopia social*”, ou seja, independente e com características próprias.<sup>105</sup>

Para Gramsci, todo homem desenvolve algum tipo de atividade intelectual e participa de uma concepção de mundo, possuindo uma linha de conduta moral consciente que contribuirá para manter ou modificar esta concepção, produzindo, portanto, novas maneiras de pensar. No entanto, não significa dizer que todos assumirão esta condição, como evidencia Gonzáles “... *não serão designados socialmente como intelectuais aqueles que trabalham com meios expressivos ‘populares’*”.<sup>106</sup> Assim, o intelectual não é mais aquele puramente eloqüente, mas sim aquele que se imiscui ativamente na vida prática como construtor/organizador elevando-se à concepção humanista histórica, sem a qual não se chegará a dirigente.

Conforme Gonzáles, a concepção de intelectual de Gramsci é a mesma para a política, ou seja, trata-se de uma *expressão cultural* cujo objetivo seria o de assumir as formas homogêneas de consciência social, em um grupo no qual as classes envolvidas (produtora/trabalhadores) encontrem a proposta intelectual “*capaz de dirigir a sociedade*”. E será desta *trama cultural*, ou seja, desta simbiose entre as classes, que sairão as justificações imediatas para o exercício das formas de influência e dominação na sociedade.<sup>107</sup> Portanto, o *intelectual orgânico* é o ápice da:

... *consciência de um intelectual sobre sua própria situação na sociedade (...)*  
[assim] *O intelectual orgânico de um grupo social subalterno que está rompendo com a rédea de hegemonias tradicionais formulará um novo projeto de relação com o senso comum.*<sup>108</sup>(grifos nossos)

Gonzáles acrescenta, ainda, que este intelectual irá estabelecer com a atividade cultural já existente uma relação em que se mantém:

... vestígios de todas as formas anteriores de dominação, mas também de todas as formas anteriores de reflexão que podem ter servido como instrumento para

---

<sup>105</sup> Idem, p.6.

<sup>106</sup> Cf. GONZALES, Horácio. **O que são os intelectuais.** (Coleção Primeiros passos) São Paulo: brasiliense, 1981, p. 88.

<sup>107</sup> Cf. GONZÁLES, Op. Cit. p. 90.

<sup>108</sup> Idem, pp. 94/5.

se livrar dessa dominação. E depois, ‘de dentro’ dela, tenta torná-la crítica; de ‘dentro’ dela... porque não há pensamentos ‘falsos’ ou ‘verdadeiros’ em si mesmos, mas pensamentos que expressam com mais ou menos clareza a presença dos interesses de classe (...).<sup>109</sup>

O autor de *A Bagaceira* pertencia a uma classe social definida – grupo de proprietários de terra, senhores da política, que no instante em questão podemos chamá-la decadente. Mas não podemos concebê-lo como um intelectual preso a este grupo de visão retrograda, carcomida, como se dizia à época. Entendemos que com esse grupo ele rompeu e ajudou a derrubá-lo, encabeçando desde então a política local. Conseqüentemente, não vemos nesta condição subsídio suficiente o bastante para caracterizá-lo como chefe oligarca, como pretende Eliete Gurjão,<sup>110</sup> aos moldes de Álvaro Machado, Monsenhor Walfredo Leal e Eptácio Pessoa. Entendemos que com ele assomou um novo grupo de dirigentes (os técnicos/classe média) disseminados pelo aparelho estatal e estes sim, foram os responsáveis pelas reformas/mudanças a partir de então. Com isto não estamos afirmando que as práticas políticas anteriores tenham se evaporado, mas que a partir do processo revolucionário de 30 uma nova concepção de mundo entrou em voga.

Veremos, pois, como José Américo de Almeida via e entendia a política local e nacional, discernindo como se encontravam a administração, a economia e a sociedade do seu estado, região e país. Evidentemente este ponto de vista, evidenciado na obra *A Paraíba e seus problemas*, será abordado através das concepções autoritárias do intelectual e político que “chama” para si as responsabilidades da reforma política/administrativa da sociedade em que vive. Estas proposituras serão postas em prática pelo governo João Pessoa a partir de fins de 1928.

### **1.3. A Paraíba e seus problemas: visão político–administrativa e sócio-econômica:**

Em *A Paraíba e seus problemas*, José Américo de Almeida discute todos os pontos que, segundo ele, conduziram a Paraíba e o Nordeste a uma situação econômica e política desfavorável no

---

<sup>109</sup> Idem, p. 95.

<sup>110</sup> Ver GURJÃO, Eliete Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Universitária, 1994.

cenário nacional. Situação esta decorrente da omissão injustificável da classe dirigente, isto é, da classe política, que se pautou, na mais pura inércia, ou mais gravemente em uma “*despudorada renúncia*”.<sup>111</sup> Em sua análise, ele traz a lume a indicação daquilo que acreditava ser a solução para estes mesmos problemas. Os principais pontos problemáticos da Paraíba e da região eram os seguintes: em primeiro lugar, timidez e ineficiência política dos homens públicos paraibanos e nordestinos, que teve como conseqüência o não aparelhamento desses Estados – a exceção, em parte, Pernambuco e Bahia – em rodovias, ferrovias, comunicações, portos, etc. Evidenciando-se, no caso paraibano, para a evasão de impostos. Em segundo, a ausência de educação técnica para melhor aproveitamento na agricultura e pecuária. Por fim, a falta de investimentos na produção agrícola, o que levava os agricultores ao endividamento, em virtude da agiotagem.

Como solução para essa problemática, como veremos adiante, José Américo defendia uma forte intervenção estatal, ou seja, só um Estado forte poderia direcionar as ações de governo livrando-o das amarras e ingerências das políticas locais.

Assim sendo, para poder evidenciar a ineficiência política, Américo traz à baila o ambiente físico, demonstrando como este se apresentava em relação às obras públicas a fim de deixar claro que a “*Paraíba não era um meio que devesse ser condenado ao abandono. Suas condições naturais são as mais vantajosas*”<sup>112</sup> e que os trabalhos já iniciados deveriam ser concluídos para que não se perdessem os investimentos até então aplicados.<sup>113</sup> Ele questionava não somente as crises climáticas que exigiam uma intervenção peremptória enfatizando que, os problemas locais e regionais não podiam ser classificados apenas como corolário do clima. Portanto, apresentava, também, como responsável pela situação atual da história político-administrativa da Paraíba, suas relações com os poderes centrais, que se caracterizavam como uma continuidade de preterições sistemáticas que

---

<sup>111</sup> Omissão ou Renúncia? José Américo aponta para o fato de uma falta de postura política contundente e eficaz, por parte dos políticos paraibanos, capaz de intervir na política nacional que se invertesse em benefícios para o estado, caracterizando a omissão. Entretanto, havia uma pregação à época, muito difundida, que indicava como solução para a região o seu total abandono, literalmente, o despovoamento das terras nordestinas. Assim, quando José Américo falava em uma “despudorada renúncia” estava se referindo àqueles que defendiam tal solução. O que seria mais grave do que a própria omissão. Portanto, poderia está ocorrendo a um só tempo, tanto a omissão, quanto a renúncia.

<sup>112</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1984, p. 38.

<sup>113</sup> Em A Paraíba e seus Problemas, José Américo, também, denuncia uma prática que se tornara nociva não só para o estado/região, mas para o país, principalmente para o erário público, porquanto estas obras passavam anos abandonados e muitas delas quando retomadas, já encontravam suas infraestruturas comprometidas ou tinham seus equipamentos e materiais desviados para outras obras e/ou roubados. Era também uma tentativa de convencer o futuro Governo Federal a dar continuidade as obras em andamento e em fase de conclusão no Nordeste, o que não ocorreu.

relegavam às províncias pobres, os de terceira classe ou *bagageiros da Federação*,<sup>114</sup> simples migalhas.<sup>115</sup> Essas migalhas seriam os benefícios adquiridos por estes pequenos estados, quando o melhoramento a ser engendrado nos estados de primeira ou de segunda classe dependia necessariamente dos melhoramentos daqueles.

Segundo José Américo, a Paraíba necessitava de programas de governo que demandavam um certo tirocínio dessas necessidades regionais, porquanto a falta de conhecimento do meio levava a ceticismo das autoridades a ponto de declararem esses investimentos como mantenedores da índole preguiçosa do povo nordestino, bem como caracterizá-los como desnecessários,<sup>116</sup> o que prejudicava a aplicação das propostas para a solução das crises climáticas. Como agravante, José Américo acrescenta que o escol paraibano era privado dos altos postos da política e da administração nacional o que corrobora com a posição de Rosa Silveira ao afirmar a subordinação desta elite (nordestina) em relação a sulista.<sup>117</sup>

Contudo, e apesar dessa subordinação, esta elite nordestina, e em especial a paraibana, ao chegar ao poder, pouco ou nada fizeram em benefício da região, em virtude das diferenças locais. A Paraíba teve por duas vezes a oportunidade de ter um político nas hostes governamentais, a exemplo de Aristides Lobo e Epitácio Pessoa. Mas, o primeiro, como afirmava José Américo, tornara-se estranho aos nossos interesses, não tendo oportunidade de agir em favor da Paraíba; o segundo encontrava-se incompatibilizado com a direção de Álvaro Machado, já que era de uma outra facção política, o venancismo,<sup>118</sup> e não interveio, em nosso favor, numa ação conjunta. Aduzindo-se a isto as querelas regionais que se apresentavam como problema de difícil solução, porquanto se tratava de um sentimento extremamente forte, ou seja, o sentimento regional:

---

<sup>114</sup> Expressão usada por Luis Werneck Vianna que expressa o tratamento dispensado pelo Governo Federal aos estados da federação sem importância política e/ou econômica. Cf. Vianna. Luiz Werneck. Op. Cit. p. 102.

<sup>115</sup> “Minas Gerais, S. Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro decidem soberanamente dos destinos do país. Só eles são consultados sobre candidaturas presidenciais, importantes medidas econômicas e financeiras, etc.; para eles se reservam os dispendiosos melhoramentos realizados pela União – estradas de ferro, portos, etc., *cabendo aos pequenos simples migalhas ou o aproveitamento das vias de comunicação entre Estados grandes através dos menores*” Cf. MAXIMILIANO, Carlos. Comentários a Constituição Brasileira in ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 292.

<sup>116</sup> Cf. declarações de Teixeira Júnior e Afonso Penna in: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. pp. 204 e 291, respectivamente.

<sup>117</sup> Acerca do regionalismo nordestino Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência de consciência da desigualdade regional.** São Paulo: Moderna, 1984, pp. 42/43.

<sup>118</sup> Designação dada àqueles que seguiam a orientação política de Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, primeiro presidente do estado da Paraíba, quando da implantação do regime republicano e que foi deposto por Floriano Peixoto, permanecendo no poder de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1891.

(...) o sentimento regionalista é muito mais exagerado nos brasileiros do que o da nacionalidade. Definem esse preconceito as questões de limites interestaduais.<sup>119</sup>

Pois:

No Brasil não são os interesses comuns que têm determinado o conagraçamento. Há problemas locais que influem nas preferências. Mas onde há uma causa de zona<sup>120</sup>, da mesma natureza, como no nordeste, falha a coesão.<sup>121</sup>

Em decorrência da centralização política e da insignificante representação política das provinciais setentrionais, principalmente no que concernia a posição de mando, José Américo via na Proclamação da República uma vontade expressa de corrigir essas distorções a partir do momento em que as vice-presidências foram concedidas aos nordestinos: Manuel Vitorino, Rosa e Silva, Urbano dos Santos e Estácio Coimbra. Américo acreditava que a região poderia ter seus reclamos atendidos com a presença de nordestinos em cargos de direção política nacional. Todavia, tudo se tornara inócuo, haja vista a política engendrada pelos estados do sul, em especial São Paulo e Minas Gerais, que impuseram ao país um sistema federativo excludente, cujo poder decisório estava nas mãos destes dois estados, só eventualmente questionados.<sup>122</sup>

No que concerne aos Ministérios, a inacessibilidade de políticos setentrionais era a mesma, – o que dificultava os investimentos em infraestrutura na região – uma vez que em tantos anos de vida republicana e depois de organizado o regime, só se contava, como titulares das mais variadas pastas, os seguintes nomes:

---

<sup>119</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. pp. 292/3.

<sup>120</sup> A expressão “causa de zona” refere-se a questões, comuns aos estados, que afligiam ou podiam afligir a região, como por exemplo, as secas, a falta de comunicações (rodovias, ferrovias, telégrafos, etc).

<sup>121</sup> Idem, pp. 294/5.

<sup>122</sup> Conforme Werneck Vianna, o Rio Grande do Sul, por não poder indicar um candidato à presidência da República, não aceitava a condição de segunda classe, evidenciando, pois, seu caráter “... cismático (...) datando da primeira sucessão para um governo civil, quando foi eleito Prudente de Moraes. A seguir, veta a candidatura Campos Sales e, na de Rodrigues Alves, a de Bernardino de Campos, dessa vez com êxito, elegendo-se o mineiro Afonso Pena. Mais tarde, findando o mandato de Epiácio Pessoa, veta Artur Bernardes. Nesse último evento, a ação ‘regional’ do Rio Grande do Sul perde sua conotação localista, para ganhar foro nacional. Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, desviando-se do Oficialismo, juntam-se a ele na candidatura Nilo Peçanha, um fluminense, dando surgimento à Reação Republicana”. Cf. VIANNA, Op. Cit, pp. 102/3.

Gonçalves Ferreira, Eptácio Pessoa, Severino Vieira, J. J. Seabra (2 vezes), Tavares de Lyra (2 vezes), Miguel Calmon (2 vezes), e, por pouco tempo, Esmeraldino Bandeira, José Bezerra, Pereira Lima, Urbano dos Santos, Ferreira Chaves e Estácio Coimbra. Mostrei, em face desses precedentes, qual deveria ser o *programa governamental de um filho do Nordeste desamparado*.<sup>123</sup>(grifos nossos)

Como já aludimos, José Américo responsabilizava a monarquia pelo legado desastroso à Paraíba, apesar de todo o “*devorismo*” imposto, como por exemplo, os dotes de casamento da Família Real que as províncias eram obrigadas a pagar. A província paraibana continuava seu lento desenvolvimento. A centralização monárquica contribuía, a seu modo – porquanto obstava todas as iniciativas –, pelo não favorecimento da província, pois mantinha como modelo administrativo, administrações inconstantes, cujos presidentes efêmeros e com raras oportunidades de serem produtivos, não conseguiam perceber as necessidades físicas e culturais locais, haja vista a exigüidade de tempo que não lhes permitia uma melhor compreensão do meio, que ainda conservava sua aparência primitiva. Quando não, estavam ofuscados pelas separações partidárias que “*desassociava as energias patrióticas*”.<sup>124</sup>

José Américo traz a lume a mensagem do presidente de Província, Antônio da Costa Pinto, proferida a 5 de agosto de 1856, que ilustra bem sua afirmação anterior e que evidenciará o descaso dos presidentes de províncias e por extensão do governo imperial, que empregavam mal os recursos que lhes eram enviados (quando não os desviavam):

A história das obras públicas nesta província é triste; depois de muitos dispêndios de não pequenas somas não temos um único edifício, que mereça tal nome; cuja conclusão tem-se conseguido, são tais, que realmente antes nunca tivessem sido começadas.<sup>125</sup>

Conforme J. Américo, a Paraíba tornava-se refém de uma situação para a qual não lhe foram concedidos meios de resistência, levando-nos a compreender que a solução empreendida fora a de um

<sup>123</sup>ALMEIDA, Op. Cit. p. 43.

<sup>124</sup>Idem, p. 257.

<sup>125</sup>Mensagem do Presidente de Província, Antônio Costa Pinto, Apud: ALMEIDA. José Américo de. Op. Cit. p. 260.

*conformismo generalizado*, uma vez que se impunha uma depressão pela falta de estímulos dos poderes públicos, em face de ausência de investimentos, em transportes, em exportação direta, etc.

Fazia-se mister a construção do porto na capital que funcionaria como escoadouro da riqueza avolumada e como meio de se emancipar da praça do Recife que, desde tempos imemoriais, impedia o desenvolvimento paraibano, atrofiando-o numa subalternidade exaustiva. A carência de vias de transporte era, também, uma causa de dispersão, uma vez que fomentava um intercâmbio comercial indesejável com os estados vizinhos, intercâmbio este que levou o estado paraibano a tomar algumas medidas fiscais de proteção que tentavam, debalde, sobrestá-lo. Destarte, desviava-se clandestinamente pelas fronteiras nossa maior energia, ou seja, os impostos estaduais, sendo conseqüentemente, o interior abastecido por outras praças, principalmente por Recife e Mossoró. Eram, pois, esses impostos de exportação e de importação subtraídos aos cofres estaduais, porquanto quase dois terços dos produtos de nosso território tomavam outro rumo que não o da praça da capital, que se depauperava pelo retraimento do interior, sendo, pois, um dos responsáveis por impedir o estado de movimentar-se com os recursos próprios. Portanto, só a construção do porto da Paraíba (capital), associado a ações restritivas e proibitivas, ligadas ao desenvolvimento de nossa produção agrícola interiorana, fazendo-a convergir para nosso centro comercial, poderia proporcionar relativa independência e progresso ao estado. Assim, o meio desaparelhado demonstrava sua incapacidade para o enfrentamento das crises gerais que fatalmente viriam. Faltava, pois, o estímulo regionalista, a seu ver a “*dedicação que só os nossos estadistas poderiam manifestar à terra preterida (...)*”.<sup>126</sup>

Américo aludia, em seu entendimento, à existência de uma política de exclusão das pequenas províncias decorrente da falta de uma bancada numerosa que lhes prestasse apoio, assim como derivada, também, da desigualdade territorial, mantida pelo art. 2º da Constituição Federal, que concedia a hegemonia aos grandes estados da Federação, ou seja, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Para se chegar a uma posição de equilíbrio, a solução passava por uma ação política eficaz e de certa forma contestatória, por parte da *intelligentsia* local e nacional.

O espólio deixado à Paraíba pela monarquia fora insignificante e até contraproducente, conforme relatório de Retumba,<sup>127</sup> que:

---

<sup>126</sup> Idem, p. 269.

<sup>127</sup> Tenente Francisco Soares da Silva Retumba, engenheiro militar do Império, responsável pela elaboração de diversos relatórios acerca de obras realizadas na Região Nordeste, como açudes, ferrovias, etc.

(...) percorreu o interior nos últimos dias da monarquia e procurou, em seu segundo relatório, (...), determinar as ‘causas imediatas do atraso deplorável, mais do que isto, do estado de inércia completa em que permanece, desde há muito, a província’. E conclui:

‘Parece incrível que a tanto tenha chegado a incúria dos governantes, a falta de iniciativa dos paraibanos’.

(...) De forma que a monarquia, dominante por mais de meio século, só transmitiu à Paraíba autônoma um grande encargo: a dívida passiva de perto de 900 contos que não correspondia ao patrimônio existente.<sup>128</sup>

A República, para o autor de *A Paraíba e seus problemas*, fez com que o estado entrasse num desenvolvimento, embora lento, porém seguro, que prenunciava o surto de progresso dos anos que sucederam a queda do Império. Entretanto, a Paraíba não poderia suprir com recursos próprios o descaso de séculos da falta de investimentos. Fazia-se premente que a União atendesse às mais sensíveis lacunas, realizando obras que colaborassem com o desenvolvimento da região. Todavia, a não representatividade dos nossos homens públicos era um mal crônico que tornava o estado paraibano em *fator não ponderável*, ou seja, não representativo, ou melhor, insignificante mesmo, cujo despreço prolongava o esquecimento em que jazia. Esse *fator não ponderável* fez-se sentir logo cedo quando da aprovação de um crédito, em 1893, de 500 contos para cada um dos estados do Piauí, Goiás e Paraíba, em que ao último, diferentemente dos demais citados, fora permitido receber a quantia de apenas 150 contos, tendo o restante caído em exercício findo. Após muitos esforços conseguiu, em julho de 1896, receber a quantia de 200 contos; o restante, 150 contos, jamais receberia. Além do que, desses 350 contos recebidos, 200 contos foram para o pagamento ao próprio Governo Federal de uma dívida contraída ainda no Império, em 1883.<sup>129</sup>

Embora percebamos uma certa cautela de José Américo em criticar a República, ele enfatiza que foram necessários alguns estados de calamidade pública, provocados pelas secas dos anos 1898, 1903/1904 e 1915, para que a República se desincumbisse, mui tibiamente, de nossos destinos. No entanto, o regime democrático não se importava com o povo que implorava desesperadamente por auxílios federais, ficando a mercê de outros golpes irremissíveis, em decorrência da imprevidência

<sup>128</sup> Relatório do Engº Militar Tem. Retumba. Apud ALMEIDA, Op. Cit. pp. 268/9.

<sup>129</sup> Cf. ALMEIDA, Op. Cit. pp. 271/2.

*contumaz dos dirigentes*,<sup>130</sup> como enfatizava as mensagens enviadas à Presidência da República, pelo presidente da Paraíba, Gama e Melo, a 27 de junho de 1895:

Tendo a honra de confirmar o que expus em telegrama de 15 [maio] do passado a V. Exc. sobre seca que aflige importante zona deste estado. Embora o mesmo flagelo possa assumir proporções assustadoras, abstenho-me presentemente de pedir algum auxílio especial ao Governo Federal. Atendendo, porém, que escasseiam sensivelmente as redas do estado, venho rogar a V. Exc. que se digne de expedir as necessárias providências para que seja remetida ao tesouro do estado a quantia de 150:000\$000, saldo da de 500:000\$000, autorizada pelo decreto Legislativo nº 120 de 8 de novembro de 1892.<sup>131</sup>

Por não receber resposta imediata e pelo agravamento da situação, Gama e Melo escreve novamente a 18 de julho do mesmo ano:

Reiterando telegrama 15 maio cumpro o dever comunicar agrava-se situação seca abrangendo um terço dos municípios, tendo sido escassa a produção nos outros. É provável capital seja invadida populações famintas que emigram diversas localidades. Conselhos municipais representam pedindo socorro.<sup>132</sup>

Deste modo, para que a Paraíba obtivesse o prolongamento de suas linhas telegráficas para Campina Grande via Alagoa Grande, Bananeiras e Areia, teve que arcar com 32 contos para os cofres federais, além da obrigação de ceder prédios para as estações, que posteriormente foram transformados em postos telefônicos, desconsiderando o tamanho do esforço empreendido pelo estado para a consecução desses trabalhos. Só a muito custo outros melhoramentos foram obtidos, como por exemplo, o pequeno desenvolvimento da viação férrea. No entanto, o problema mais grave, ou seja, a seca, ia ficando insolúvel. Durante as crises climáticas, eram minguados e tardios os

---

<sup>130</sup> *Idem*, pp. 215/6.

<sup>131</sup> *Idem*, p. 217.

<sup>132</sup> *Idem*, p. 217.

auxílios da União e, passada a causa imediata, não se tratava de nenhuma obra de prevenção que pudesse minorar seus efeitos.

Segundo José Américo, ao estado da Paraíba faltava-lhe uma organização aos moldes dos grandes centros de trabalho e de progresso, mas, ao se comparar o estado atual das conquistas, ou seja, o período do presidente Epitácio Pessoa, momento em que Américo escreve a Paraíba e seus problemas, com o longo passado de esterilidade, a situação paraibana era admirável. Coube, portanto, à autonomia republicana a construção das riquezas e culturas paraibanas e que “*essas novas responsabilidades foram encaradas como um estímulo para o supremo esforço de outros destinos*”.<sup>133</sup> No entanto, o estado, marcado pela inércia de seus homens públicos, continuava a aguardar por uma solução definitiva, por parte do poder público federal, para os seus problemas fundamentais de infraestrutura, que serviria como um resgate das injustiças crônicas e como ponto de partida de para o seu desenvolvimento político e sócio/econômico.

O segundo fator indicado por J. Américo para a situação vigente na década de 20 era a ausência de ensino profissional (conhecimento técnico) que se pronunciava também como um obstáculo ao progresso agrário do estado e da região. A cultura de cereais permanecia como agricultura de subsistência, não satisfazendo nem mesmo o consumo interno local. Quanto ao fumo e algodão herbáceo, estes eram explorados sem grande desenvolvimento, predominando, até certo ponto, uma monocultura primitiva. Paradoxalmente, a Paraíba dispunha de excelentes condições naturais para o desenvolvimento da cultura do algodão, produto este que apresentava grandes qualidades em sua fibra, cor, resistência e comprimento, condições estas secundadas pela modicidade dos salários que indicavam excelentes condições para concorrência internacional.

Esse conceito, “conhecimento técnico”, fora externado desde fins da década de oitenta, do século XIX, e ainda tinha grande aplicação principalmente em todo o interior do estado. José Américo recorre, pois, a Cincinato Braga, parlamentar paulista, para reforçar o uso e a disseminação da educação técnica:

Em São Paulo ainda não aprendemos, geralmente, essa verdade. Trabalhamos incansavelmente, não há dúvida. E esse é o nosso melhor título de honra. Mas trabalhamos às escuras, quase como trabalham os cegos. Não sabemos

---

<sup>133</sup> Idem, p. 277.

produzir, senão o que a natureza, por si só, nos põe entre as mãos. *Nosso trabalho vive separado da ciência.*<sup>134</sup>(grifos nossos)

Em resposta a esta colocação de Braga, Américo indagava sobre a situação em que se encontrava a Paraíba: “*E que não se dirá da Paraíba? (...). Cumpre dar nova direção à inteligência dos paraibanos (...)*”.<sup>135</sup>

A educação técnica era uma função diretiva, sem a qual o trabalho não daria tudo o que era de se esperar das energias da terra. De certa forma, a situação começou a mudar com a ascensão de Epitácio Pessoa à Presidência da República que, ao instituir uma *política de agrônomos*, possibilitava uma eficiente transformação em nossa capacidade produtora, indicadora de que dentro de pouco tempo revigoraria a economia paraibana.

Como elementos de suporte ao incremento técnico, José Américo defendia a inserção de elementos estrangeiros em plagas nordestinas a fim de influenciar na mentalidade da organização do trabalho e a necessidade de uma intervenção estatal como o meio mais fácil de subdividir os latifúndios, com vistas a uma melhor ocupação, embora esta já fosse satisfatória em relação aos demais estados da federação, ocorrendo ainda uma tendência de fracionamento dos latifúndios, haja vista as questões de sucessões hereditárias.

Por fim, na visão americista, a carência de crédito rural foi fator determinante para a falta de incremento na agricultura e a conseqüente queda da produtividade agrícola. Conforme José Américo, a falta de crédito impôs inúmeras dificuldades a nossa lavoura, sobretudo pela inexistência de uma organização bancária. Em virtude disto, invariavelmente, os agricultores viviam nas mãos de agiotas, escorchados por juros exagerados, que Américo afirmava estar na faixa dos 30% ao ano. Esta prática exauria as finanças dos agricultores, cujos lucros advindos das safras eram totalmente absorvidos pelos altos juros praticados pela agiotagem.

Duas soluções foram tentadas para debelar as crises decorrentes da falta de crédito, durante o período imperial, e ambas fracassaram: a primeira empreendida pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que findou como instrumento da ruína da lavoura e dos lavradores que entravam em processos de execuções, geralmente leoninas; a segunda decorreu da viagem de D. Pedro II à Paraíba, que culminou numa medida de ordem econômica, a lei nº 1.083, de 22 de agosto

---

<sup>134</sup> BRAGA, Cincinato. in: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 644.

<sup>135</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 644.

de 1860, que, segundo J. Américo, aniquilou o cooperativismo que já se esboçava e restringiu, com medidas proibitivas e sem compensações reais, a iniciativa privada. Ele acreditava que a melhor política para a lavoura seria nutri-la de caixas rurais, independentemente do capitalismo e do Estado. Onde não fosse possível agir assim, em virtude da impossibilidade dessa organização, os poderes públicos deveriam intervir diretamente ou por meio de empréstimos aos estabelecimentos populares a fim de suprir as deficiências do organismo econômico.<sup>136</sup>

Como solução definitiva para esses problemas, José Américo é enfático ao concordar com Cincinato Braga na tese da *ação direta do Estado* na modernização do país. Tal qual Rui Barbosa, defendiam o abandono das doutrinas de não intervencionismo do Estado,<sup>137</sup> doutrinas estas que, nas palavras de Braga, tanto seduziram os estadistas do século dezenove, mas que já não satisfaziam as necessidades do momento, além do que nos países mais cultos e mais ricos do mundo era o “... *Estado o grande líder econômico de seu povo*”.<sup>138</sup>

Para Américo, essa ingerência por parte do Estado na economia era um apelo ao progresso, tanto do estado quanto da região. No entanto, buscava a relativização desse “intervencionismo” retirando-lhe quaisquer conotações de fundamento político, alegando que tal visão não ia além de uma concepção prática. Uma vez que entendia:

As teorias da liberdade econômica e da iniciativa individual, professada pelos fisiocratas e por Adam Smith, com a fórmula do *laissez-faire* que se converteu no sentido menos passivo de *fair-play*, acolheram-se, depois da reação inaugurada por Sismondi, no otimismo de Bastiat<sup>139</sup>. Mas, afinal, conspiraram contra esse liberalismo as correntes da escola histórica, do socialismo de Estado, do marxismo e dos cristãos sociais. E a tradição individualista só logrou renascer com a tendência libertária do anarquismo.

*O intervencionismo*, por sua vez, restringiu-se, com outros fundamentos, na recente metamorfose do solidarismo.<sup>140</sup>

<sup>136</sup> Idem, pp. 647 e ss.

<sup>137</sup> Ver FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro. Vol. 2, 10ª edição. São Paulo: Globo, 2000, p. 120.

<sup>138</sup> Cf. BRAGA, Cincinato. in: ALMEIDA. Op. Cit. p. 641.

<sup>139</sup> Bastiat pertenceu à escola econômica dos *liberais otimistas franceses*, que se contrapunham aos *pessimistas britânicos* (Malthus e Ricardo), que pregava a abstenção do Estado ridicularizando as doutrinas protecionistas e advogando a liberdade de trocas entre os povos. Cf. LAJUGIE, J. Op. Cit. pp. 26/7.

<sup>140</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op Cit. p. 641.

Ou seja, a intervenção estatal seria o meio termo que convinha como solução para a falta de crédito, não só para a produção em si, mas para toda infraestrutura necessária à mesma. Em outras palavras, só a ação governamental firme e desimpedida poderia intervir a favor dos estados e regiões, quando se tratasse do interesse coletivo no estabelecimento da ordem econômica. Intervindo, portanto, todas as vezes que esse interesse estivesse em questão. Esta ação estatal seria, pois, uma missão de cultura e bem-estar, cuja organização deveria ser mais econômica do que política, sem os exageros do industrialismo de Saint-Simon.<sup>141</sup> Conforme o autor, as sociedades em formação, como a nossa, careciam do Estado Providência, que devia realizar a felicidade geral. Mas, reduzir ao mínimo essa função ou atribuir-lhe um caráter indireto seria consagrar o estado paraibano e a região nordestina a inércia esterilizadora, porquanto da falta de investimento anterior.

José Américo conclui, atribuindo à agricultura um caráter industrial, enfatizando ser ela a que mais carecia da proteção tutelar. Portanto, cabia ao Estado a promoção das grandes obras públicas; a organização das forças da produção; a propagação da técnica agrária; a fundação das sociedades de crédito agrícola; a introdução de novas culturas; o encorajamento da iniciativa privada; a manutenção da defesa sanitária das plantas; a ativação do policiamento rural como formas de valorização do solo e do aparelhamento da riqueza<sup>142</sup> que não colidiam com as próprias teorias da abstenção.<sup>143</sup>

Paradoxalmente, José Américo de Almeida apresenta-se por um lado demonstrando a incapacidade política da classe dirigente paraibana, por outro tentando esvaziar seu próprio discurso de qualquer conotação política. Certamente, tal preocupação advém de uma época *sui generis* que foram as décadas dos anos vinte coincidentes com “*um estado político e social que sacudia o mundo*

---

<sup>141</sup> Saint-Simon foi um dos primeiros a conceber a aplicação do método científico aos fatos sociais. Acreditava que o porvir pertenceria à indústria, a única fonte de riqueza. Mas, para que isso ocorresse fazia-se necessário a eliminação da ociosidade e converter todos os homens em produtores. Não via com bons olhos a ação do Estado na economia. Esta intervenção se ocorresse deveria ser empreendida pelos mais capacitados, ou seja, os produtores (comerciantes e industriais) e os intelectuais. Cf. LAJUGIE, J. Op. Cit. p. 47.

<sup>142</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 642.

<sup>143</sup> As teorias absenteadas são aquelas associadas ao liberalismo que pregam a total abstenção do Estado na economia, ou seja, a não-intervenção. O que evidencia um paradoxo, no entanto, parece-nos que José Américo, associa-se, em tese, ao catolicismo social que, a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, pregava o seguinte: “*Propriedade Privada* – ela admite que a propriedade privada corresponde ao direito natural, mas estipula que o proprietário não tem apenas direitos, mas também deveres para com a sociedade. *Papel do Estado* – Reconhece os defeitos da atual organização econômica. Para remediá-los, advoga, em primeiro lugar, a ação da igreja por meio de sua doutrina e de suas obras, mas também a intervenção do Estado, se o interesse da comunidade exige, particularmente para defender os trabalhadores”. Cf. LAJUGIE, J. Op. Cit. p. 43 . Tal fundamentação faz sentido, já que a partir dos anos 30 a igreja católica recupera seu prestígio e volta a ter influência no seio do Estado, que perdera com a Proclamação da República .

*em soluções violentas*".<sup>144</sup> Tempos estes definidos por Azevedo Amaral como o século do "revolucionismo", que se contrapunha ao século do evolucionismo.<sup>145</sup>

Esse convulsionar da condição geral tornara-se num pensamento de desordem, cujos "arrancos subversivos, excitava as maiorias espoliadas evidenciando uma febre de reivindicações que arremetia contra os velhos moldes e ameaçava subverter as bases políticas e sociais".<sup>146</sup> Existia, portanto, no seu entendimento, um conflito latente entre as diversas classes que compunham o cenário político/social daquele instante e que poderia a qualquer momento explodir, e ele era peremptório ao afirmar que o povo, sem opinião, precisava ser conduzido pela classe dirigente, ou seja, a nova classe política. Para ele, tal problema assomava aos olhos mui claramente:

Manifestei, apreensivo, pela imprensa a pressão dessa gravidade: 'Este momento de transição que atinge a nossa pátria, requer uma mentalidade servida de idéias jurídicas, filosóficas e sociais, capaz de apreender o conjunto dos fenômenos que definem a aspiração geral.

Sem aplicação desses princípios não será dado fixar uma orientação compatível com o movimento mundial que, no seu aspecto negativo e demolidor, constitui o fermento de uma das crises mais temerosas da história. Só um espírito conservador, temperado de sábias concepções, logrará adotar a direção média e resguardar a ordem jurídica, sem detrimento dessas prementes reivindicações, que devem restringir-se às prerrogativas e liberalidades de nossa construção democrática'.

E o verbo flamejante de Ruy Barbosa, ao trono das apóstrofes, em encrespações fulminantes, era o oráculo da ruínia. O iluminado construtor de nossas instituições ateava, no desnudamento dos costumes políticos, tendências reacionárias que poderiam explodir na mais desenvolta anarquia.

O protesto de sua proscricção, em nome da moralidade pública, contra a ascendência de entidades suspeitas e o culto da incompetência, repercutia,

---

<sup>144</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 286.

<sup>145</sup> AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. N.T: Omena & Barreto, 1930, p.182. Apud. MEDEIROS, Jarbas. Op. Cit. p. 54.

<sup>146</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 286.

como uma advertência profética, nas próprias classes conservadoras, estranhas, às competições partidárias.

Era preciso reintegrar a democracia brasileira na sua finalidade como anteparo à onda demagógica.<sup>147</sup>

Tal ambivalência o perseguiu ao longo de sua trajetória política. Já em 1976, quando em sua entrevista a Aspásia Camargo, Américo insiste, por exemplo, em esvaziar todo o conteúdo político contido em *A Bagaceira*, ao afirmar que este é um romance social e não político. Indubitavelmente, *A Bagaceira* é um romance social, porém, as saídas indicadas para solução dos problemas da seca, do êxodo rural, da abertura de estradas, assim como a ruptura e/ou reforma da estrutura política vigente, passam necessariamente pela ação política.

De acordo com Helder Viana, José Américo buscou evidenciar dois eixos temáticos em *A Bagaceira*, a saber:

(...) Conflito entre a mentalidade tradicional de um antigo senhor de engenho (Dagoberto) com seu filho (Lúcio), bacharel formado num grande centro urbano. Dagoberto representa a *velha estrutura social e política* do brejo paraibano, enquanto Lúcio simboliza as *mudanças mentais do mundo moderno* [e] o conflito que eclode com o deslocamento dos migrantes sertanejos para o brejo, o impacto com o novo ambiente e a permanência de um sentimento de retorno à terra natal.<sup>148</sup>(grifos nossos)

José Américo tem uma preocupação clara, ou seja, de não ver suas propostas confundidas com qualquer tipo de movimento contestatório, apesar de sê-lo, a ponto de o mesmo buscar esclarecer qual o sentido do termo “intervencionismo”, isto é, “*Eu não diria ‘intervencionismo’, nome que exprime na França a doutrina do socialismo de Estado, para excluir toda idéia de um fundamento político*”.<sup>149</sup>

Para compreendermos o que José Américo entendia por Revolução, temos que nos reportar a concepção de Oliveira Vianna, compartilhada por Américo. Para Vianna, as revoluções deveriam ter

<sup>147</sup> Idem, pp. 286/7.

<sup>148</sup> VIANA, Helder do Nascimento. **Tragédia e desilusão**: a representação do Nordeste na obra de José Américo de Almeida. João Pessoa (Mestrado em Ciências Sociais), UFPB/CCHLA, 1995, p. 61.

<sup>149</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 641.

todo um processo de organização que transcendia, em muito, os motins e arruaças. Para uma revolução, necessita-se de aliciamento de tropas, equipamentos, mobilização, manobras; para lutar, persistir e vencer. Para que se alcance isto, são necessárias:

... parte da massa popular, qualidades e condições de ordem material, de ordem social, de ordem moral e de ordem política, que raramente se encontram reunidas: \_ consciência clara e vibrátil do direito violado, tradições de liberdade política, profundas e vivas; (...); \_ uma classe prestigiosa e rica, donde possa sair um escol capaz de direção e comando; uma forte capacidade de organização militar e cooperação social; \_ um certo humor militante, intrépido, agressivo; uma certa capacidade de persistência, obstinação e tenacidade na prossecução de um fim ideal e remoto; \_ certas condições materiais favoráveis (...) etc.

Sem essas condições de viabilidade e eficiência, organização e vitalidade, as revoluções políticas, *de caráter popular*, perdem cedo a importância, desviam-se dos seus objetivos superiores, para acabar dissolvendo-se nessas várias formas de anarquia difusa da população (...).<sup>150</sup>(Grifos do autor)

Como veremos adiante, toda esta visão elitista e excludente de revolução será a tônica dos discursos estampados nos editoriais do Jornal A União (órgão oficial de imprensa do governo paraibano) à época das movimentações revolucionárias, em que se evidenciam os papéis que cabiam a classe dirigente e ao povo. Ou seja, à primeira, cabia a condução da revolução e, ao segundo, apenas legitimar a ação daquelas, quando chamados. Portanto, não é surpresa nenhuma que José Américo, ao explicitar sua idéia acerca do povo, deixe claro que o considera uma massa inconsciente que precisa da orientação dos homens esclarecidos a fim de atingir a sua modernização. Também é evidente seu conceito de democracia, porquanto o papel de escolha não deveria estar nas mãos do povo, uma vez que compreende que a consciência pública da população está em formação, não sendo, ainda, capaz de selecionar as qualidades exigidas para os chefes de Estado, o que corrobora com as posições de Vianna e Amaral. No entanto, essa tendência não tem o caráter de um movimento dominador:

---

<sup>150</sup> VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. 5 ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 404.

A maioria [da população] não possui nem senso psicológico para distinguir as individualidades e as situações. A ausência de partidos formados pela divergência de princípios expostos, como instrumentos de propaganda, na imprensa e nos comícios, é uma das causas dessa desorientação.

A massa popular não está familiarizada com a discussão dos problemas da nacionalidade e, por isso, sacrifica os valores no automatismo dos sufrágios.

Os condutores – não digo da opinião pública, porque não a temos organizada – do aparelho eleitoral que moldam, na maioria das vezes, suas preferências pelo prestígio regional dos candidatos.<sup>151</sup>

Entretanto, José Octávio em sua tese acerca do centralismo estatal implantado a partir de 30, evidencia a postura de José Américo de Almeida, cuja ação política extrapola esse seu “conservadorismo”, indo diretamente confrontar esses cuidados existentes no seu discurso:

Nesse particular, quando do exercício do Ministério da Viação, Almeida, que já levantara a questão em *A Paraíba e seus problemas*, procurava ultrapassar o interesse privado e a conveniência política que vinham ‘traçando os rumos mais desastrosos’ e se revelando como ‘influência perturbadora’, *por esquema administrativo de orientação tecnicista, destinado a ‘fixar o programa das futuras realizações, subordinadas apenas aos imperativos do nosso progresso e às normas técnicas’*.

É dentro dessas diretrizes que a política de desenvolvimento do Nordeste alcançará, de 1930 a 34, uma de suas fases mais dinâmicas o que somente tornou-se possível em razão do enfraquecimento das oligarquias pela orientação centralizadora do outubrismo.<sup>152</sup>(grifos nossos)

<sup>151</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 281.

<sup>152</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada**: um estudo sobre a formação do centralismo em 1930. João Pessoa: A União, p. 368.

Veremos, pois, o que ocorreu na/com a Paraíba a partir da ascensão do presidente João Pessoa e de José Américo, seu secretário geral, cujas práticas irão comprovar uma nova forma de governar que foram anunciados aos quatro cantos do país:

Entre os sintomas auspiciosos de um renascimento cívico nacional destaca-se a atitude de alguns governadores que começam a manifestar, não apenas em palavras, mas em atos bastante significativos, o respeito pela vontade popular e a consideração aos direitos dos adversários. Gestos recentes do Dr. João Pessoa, presidente da Paraíba, e do Dr. Matos Peixoto, chefe do executivo cearense, vieram mostrar como triunfa naqueles dois estados nordestinos a corrente liberal a que já se havia caracteristicamente associado o Sr. Antônio Carlos, em Minas, o Sr. Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, e o Sr. Vital Soares, na Bahia.

Assim, tornam-se o Ceará, a Paraíba, a Bahia, Minas e o Rio Grande do Sul centros de irradiação do novo espírito republicano que procurava infundir nas instituições a força vivificadora do gênio da democracia. Semelhantemente movimento constata, entretanto, com o retrocesso político que se opera por forma desoladora no grande estado, cujas tradições se acham tão intimamente identificadas com a evolução política da nacionalidade (...).<sup>153</sup>

Foi, portanto, a partir desses modelos de governos da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os dois primeiros não ousaram romper com a política do Catete, que as contestações se iniciaram e se tornaram mais contundentes quando da criação da Aliança Liberal, onde os dois últimos estados se associaram à Paraíba na Revolução de 30.

---

<sup>153</sup> Cf. A União de 1 de Fevereiro de 1929, fl. 1. “GOVERNADORES LIBERAIS E GOVERNADORES REACIONÁRIOS”

## II – JOSÉ AMÉRICO E O GOVERNO JOÃO PESSOA: Ascensão de Américo e queda das oligarquias.

### 2.1. Antecedente do cisma político na Paraíba de 30

No nosso entendimento, devemos buscar as raízes do processo histórico que se desencadeou na Paraíba nos finais dos anos trinta e que, de certa forma, culminou com a Revolução de 30 no Brasil, nas dissensões político-partidárias que ocorreram a partir da indicação de João Suassuna ao governo paraibano.

A ascensão de Epiácio Pessoa à presidência da República consolidou definitivamente sua hegemonia na política paraibana, uma vez que as oposições vigentes, bem como os próprios dissidentes do Partido Republicano da Paraíba, preferiram uma conciliação ao enfrentamento aberto com o Governo Federal.<sup>154</sup> Notoriamente na Primeira República, a ocupação do cargo presidencial variava entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, e a ascensão de qualquer um outro nome à Presidência da República só se daria em situações emergenciais, como no caso da morte do paulista Rodrigues Alves, candidato natural à sucessão presidencial para o quadriênio 1920/1924; e/ou quando o sistema vigente periclitava com pregações divergentes, mesmo que na aparência, como as propaladas por Rui Barbosa, na campanha civilista. Assim sendo, o nome de Epiácio para o Executivo Federal surgiu como um tertius a fim de conter as possíveis dissensões que viessem ameaçar a “política dos governadores”. Política esta que a partir de então se converteria “... na política do presidente, num salto que seria consolidado por Epiácio Pessoa”.<sup>155</sup>

Conforme Faoro, Epiácio, apesar de servir aos propósitos da política de valorização do café, não foi o instrumento dócil nas mãos das forças coligadas. Em seu governo, deu-se um enfrentamento tácito, cujos contestadores deveriam submeter-se à presidência da República, a tal ponto de o presidente nomear para pastas militares, ministros civis como no caso dos ministérios da Guerra e

---

<sup>154</sup> Cf. RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. pp. 232/3.

<sup>155</sup> Cf. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro. Vol. 2, 10ª edição. São Paulo: Globo, 2000, p. 226.

Marinha.<sup>156</sup> Estas idiossincrasias criaram-lhe constrangimentos e desgostos com a política, de forma que, ao final de seu governo, decidiu “abandoná-la”, afastando-se<sup>157</sup> da chefia do Partido Republicano da Paraíba:

Coronel Inácio Evaristo – Paraíba do Norte – tenho a honra comunicar a V. Exa., como presidente Comissão Executiva, que resolvi encerrar minha carreira política, deponho mãos generosas Partido honroso posto chefe me confiou. Enquanto não for eleito meu sucessor, poderá mandato continuar ser exercido, como está sendo, pelo nosso preclaro amigo Senador Venâncio Neiva. Agradeço todos correligionários subidas provas de confiança com que me honraram. A Paraíba continuará ser objeto minhas preocupações e muito feliz me julgarei se a puder servir em outros ramos atividades. – Saudações cordiais. Epitácio Pessoa.<sup>158</sup>

A decisão de Epitácio se mostrou contraproducente à oligarquia que vigeu desde 1915, porquanto transferiu o comando do partido que lhe pertencia ao presidente do Estado, concedendo-lhe uma ampliação estimável de seu poder, o que se efetivou a partir do governo de Solon de Lucena.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> Cf. FAORO, Raymundo. Op. Cit. pp. 234 e ss; Ver também descrição de José Américo acerca do político Epitácio Pessoa, que corrobora com Faoro e fortalece a visão de instrumento *não-dócil* “*Vetou o orçamento da despesa sem se importar com as conseqüências dessa atitude que poderia sacrificar a base parlamentar do governo. Fez-se o escarcéu e deu em nada. Mas a política iria tocaíá-lo com suas armadilhas. Novo barulho. A prisão do Marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, presidente do Clube Militar, considerado líder do Exército, sabendo do risco que corria com essa medida extrema.*

Não tardou o desfecho. A cena do Forte de Copacabana, misto de loucura da idade e de desagravo suicida, ampliou nossa galeria de heróis.

Podia haver razões, mas ele foi implacável. *Só enxergou no punhado de bravos os inimigos da ordem.* Nessa hora era quem comandava. E deteve o ímpeto, como faria Floriano Peixoto, a ferro e fogo. *Pouco se dava que se iniciasse aí o ciclo revolucionário que, depois de tantas vidas destruídas, iria explodir, triunfalmente, em 1930.*” Cf. ALMEIDA, José Américo de. **Discursos do seu tempo.** 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1965, pp. 260 e ss. (grifos nossos)

<sup>157</sup> Este abandono/afastamento significara mais um show de pirotecnia do que algo concreto, pois, de fato ele nunca ocorreu. Porquanto, efetivamente, Epitácio jamais deixou de imiscuir-se acerca de quaisquer assuntos que dissesse respeito a cargos e sucessões na Paraíba, decidindo quais os rumos a serem seguidos. A prova mais cabal disso se deu nas sucessões estaduais de Solon de Lucena e de João Suassuna, nos quadriênios 1924/1928 e 1928/1932, respectivamente. Cf. RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. pp. 240 e ss; e 254 e ss.

<sup>158</sup> PESSOA, Epitácio. **Na Política da Paraíba:** (2ª Fase: 1912-1935). Rio de Janeiro: INL, 1962. Apud. RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. p. 234.

<sup>159</sup> Sólon de Lucena, político paraibano natural da cidade de Bananeiras que fica a aproximadamente 120 km da capital do estado, foi presidente da Assembléia Legislativa, diretor do Liceu paraibano e era considerado líder dos “*jovens turcos*” – os *jovens turcos* adotaram esta designação, inspirados na Revolução Turca de Mustafá Kemal Ataturk de 1909. Cf. MELLO, Fernando. **João Pessoa:** uma biografia. 2ed. João Pessoa: idéia, 2000, p. 81 –, ala jovem do epitacismo que se

Com esta transferência de poder, uma das principais prerrogativas que a partir de então passou a ter o presidente do Estado, foi o da indicação de seu sucessor ao governo estadual, o que nas palavras de Rodrigues significou “... *modificações nas ‘bases orgânicas’ da agremiação partidária*”.<sup>160</sup>(grifos nossos).

A despeito de esta prerrogativa ser considerada um direito legítimo do presidente do Estado, porém, não o sendo de fato, não deixou de ser danosa ao epitacismo. Tais danos começaram a se evidenciar com o início do processo sucessório para o quadriênio 1924/1928, quando Solon de Lucena indicou para sua sucessão o também *Jovem Turco* e amigo pessoal, João Suassuna. Não obstante a indicação do presidente, a outra ala do epitacismo, os *Goelas*, pretendiam ver na Presidência algum dos seus quadros, a saber: o senador Antônio Massa ou os deputados federais Otacílio de Albuquerque e/ou Tavares Cavalcanti. Os dois primeiros gozavam da simpatia do senador Venâncio Neiva, virtual presidente do Partido Republicano, que tendia a apóia-los. Contudo, de acordo com Rodrigues, havia no seio da oligarquia epitacista um sem número de prevenções entre as alas que a compunham, fato este que foi evidenciado pelo próprio Solon de Lucena, o qual escreveu para Epitácio demonstrando a necessidade de ser ter à frente da presidência estadual um sucessor, cuja lealdade:

... ‘só uma amizade forte consolida; e com bastante abnegação para sopitando os próprios impulsos pessoais manter esse espírito de quase absoluta cordialidade e união que ora desfrutamos’.<sup>161</sup>

Tais prevenções em si são assaz significativas, pois sugerem uma insubordinação latente no âmbito da oligarquia, ou seja, estava caracterizada a pretensão de vãos mais altos e com as próprias asas, o que Epitácio muito sutilmente tolhia. A persistência de Solon quanto ao nome de Suassuna causou fortes e indesejáveis reações, não só na bancada federal paraibana, como também em outras que se colocavam terminantemente contrárias a esta indicação.<sup>162</sup> Destarte, se colocava em cheque a

---

opunham aos “*goelas*” – os mais antigos seguidores de Epitácio – e tinham por objetivo a supremacia política no âmbito estadual.

<sup>160</sup> RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. p. 234 .

<sup>161</sup> Trecho da carta de Sólon de Lucena enviada a Epitácio Pessoa em 15 de fevereiro de 1924. Apud: RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. p. 240.

<sup>162</sup> O telegrama enviado a Sólon de Lucena, pelos presidenciais, demonstrando suas insatisfações, aduzia a interferência do deputado mineiro e líder da bancada governista na Câmara, Antônio Carlos que havia se manifestado “formalmente antipático Suassuna motivo contrato secas”. Cf. RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. p 243.

autoridade e autonomia do presidente do Estado que, se sentindo pressionado, recorreu, mais uma vez, a Epiácio, demonstrando que não estava disposto a retroceder na questão:

Lancei candidatura tendo prévia aprovação V. Excia. E tácita confiança Venâncio que achou caso devia ser confiado meu critério. Assim, não me parecendo digno retroceder, tanto mais por acusações infundados contra um candidato limpo como Suassuna, encareço seu parecer urgente sobre assunto que tenho responder aqueles três amigos. Aliás estou certo parecer V. Excia. será favorável sustentação minhas indicações, precisando eu neste caso seu franco apoio moral em termos ser publicado. Com este apoio e palavras sei V. Excia. aí poderá dar favor minha situação nada recearei.<sup>163</sup>

A atuação do ex-presidente, neste caso, fora decisiva, o que favoreceu a indicação de João Suassuna à presidência estadual e a subordinação dos “*goelas*” (a exceção de Otacílio de Albuquerque e Antônio Massa), que obedeceram às recomendações de Epiácio e ratificaram<sup>164</sup> a indicação do nome de Suassuna em telegrama ao presidente Bernardes:

Havendo comunicado V. Exa. inclusão deputado Suassuna suceder-me governo, tenho hoje satisfação acrescentar aquele nome entusiasticamente recebido chefes nossos correligionários municípios bem assim outras classes elementos independentes todo Estado. Muito grato e satisfeito palavras V. Exa. que me acaba de ser pelo eminente Dr. Epiácio Pessoa. Fazendo justiça maneiras públicas V. Exa. e tendo consciência minha conduta também sincera uniforme perante política nobre amigo, sempre esperei apoio solidariedade atual Presidente República, tanto mais um caso como este sucessão ponto

<sup>163</sup> Carta de Sólon de Lucena enviada a Epiácio Pessoa em 4 de maio de 1924. Apud: RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. p. 243.

<sup>164</sup> Rodrigues adverte que a ratificação do nome de Suassuna não fora aceita tão facilmente, já que a irredutibilidade de Antônio Massa e Otacílio de Albuquerque incentivou Venâncio Neiva a insistir junto ao presidente da República, que mais uma vez demandou de Epiácio considerar a possibilidade de uma ruptura na política local. Todavia, o oligarca paraibano desdenhou da força política dos dissidentes, deixando claro que a dissensão local não passava de “mero capricho pessoal” e, caso esta viesse a permanecer, não atingiria a bancada federal, como de fato não atingiu, ficando no âmbito restrito da política local. Cf. RODRIGUES. Op. Cit. p. 249.

magno interesse Estado e Partido, no qual eu não agiria sem parecer Dr. Epiácio, consulta méritos candidatos e prévia confiança de V. Exa.<sup>165</sup>

Apesar de toda a querela resolvida em prol de Suassuna, Lewin deixa claro que o rompimento dos velhos aliados venancistas com Epiácio mostrou-se inconciliável, principalmente com Otacílio de Albuquerque, e que eles posteriormente (1930), empreenderiam uma perseguição cerrada ao ex-oligarca.<sup>166</sup>

A vitória de Suassuna nas eleições foi inquestionável e, segundo Rodrigues, não ocorreram tensões intra-oligárquicas significativas, salvo questiúnculas de menores proporções. Entretanto, foi no período de Suassuna em que a estrutura coronelista fundamentada no mandonismo local exacerbou-se de forma até então não experimentada nas administrações epitaístas que o precederam.<sup>167</sup> Mello credita esse arroubo da *estrutura de dominação* mais a um fastio de Suassuna, em relação à coisa pública, que a um programa sistematicamente levado a cabo. E, arremata taxativamente:

No essencial, a inapetência de Suassuna para a coisa pública criava um *vácuo de poder* preenchido pelo coronelato e estrutura de poder paralelo em que o *Estado submergia* com as funções públicas empalmadas por particulares que cedo exorbitarão das atribuições, passando a não prestar contas a ninguém, e convertendo-se eles próprios no mais alto grau de autoridade nos limites do Estado-membro.<sup>168</sup>(grifos do autor).

O governo Suassuna, em decorrência de sua “... *inapetência para a coisa pública*” foi um governo medíocre. Evidentemente, diversos fatores contribuíram para esse “insucesso” do Executivo paraibano, como por exemplo, dois terços de seu mandato foram gastos combatendo grupos de cangaceiros que atormentavam o sertão paraibano, sem falarmos na passagem da Coluna Prestes e nas longas estiagens que afetaram diretamente a produção agrícola, fundamentalmente o algodão,

<sup>165</sup> NOBREGA, Apolônio. **História republicana da Paraíba**. João Pessoa: divisão de imprensa oficial, 1950, p.164. Apud. RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. p. 246.

<sup>166</sup> Cf. LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Vilalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 311.

<sup>167</sup> RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit. p. 250.

<sup>168</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. Op. Cit. p. 178.

principal produto de exportação. Aduzindo-se, também, as subvenções concedidas, pelo governo, a alguns produtores de açúcar, fazendo com que escasseassem ainda mais os poucos recursos.<sup>169</sup> O que ele atestará em discurso na cidade de Misericórdia em final de governo:

Durante muitos anos vivemos imersos em esperanças, mais ou menos felizes, como quase todos os nossos sonhos de progresso e anseios de triunfo. Era essa confortadora virtude o nosso maior alimento espiritual. *Ainda que não satisfizesse inteiramente aos nossos desejos e necessidades dava-nos, todavia muita resignação em todas as vicissitudes que nos sucediam e grande confiança no dia de amanhã (...).*<sup>170</sup>(grifos nossos).

Conforme Lewin, os dois últimos anos do governo Suassuna foram instantes de aprofundamento da separação no seio da oligarquia epítacista, que culminou com um sistemático afastamento e/ou abandono das funções diretivas de governo, a partir do momento em que Suassuna retirou-se para o interior, passando, a partir de então, mais tempo em suas propriedades do que na capital do estado, sede do governo.<sup>171</sup> Lewin acredita fundamentalmente que os desencantos de Suassuna para com as hostes epítacistas decorriam das diferenças entre os interesses do sertão e os da capital, fundamentando seu entendimento em três níveis, a saber: em primeiro lugar, como resultante da aproximação de Suassuna com os Dantas de Teixeira, ligando-o “*a um poderoso grupo de base familiar dos sertões*”, grupo este considerado de grande suspeição pelos epítacistas; em segundo lugar, o fosso caracterizado, entre as elites sertaneja e litorânea, advindas de questões sócio-culturais

<sup>169</sup> O Relatório referente ao Movimento havido durante o Exercício Financeiro de 1928-1929, diz o seguinte: “A exportação de açúcar, desde 1927, vem produzindo rendimentos reduzidos, de ano a ano, cuja diferença tem origem em causas diversas, tendo neste último exercício, como causa principal a desvalorização do produto nos mercados consumidores.

Além disso, concorrem também para essa redução as isenções e vantagens outras que os governos passados, com prejuízos dos altos interesses do estado, concederam aos proprietários das maiores usinas de fabricação de açúcar neste estado”. **Relatório Movimento Exercício Financeiro de 1928-1929**. Arquivo Histórico da FUNESC, Cx. nº 20, fl. 5.

<sup>170</sup> Cf. A União de 7 de Março de 1928, fl.1. “EXCURSÃO PRESIDENCIAL AOS MUNICÍPIOS DO VALE DO PIANCÓ”

<sup>171</sup> Cf. LEWIN, Linda. Op. Cit, p. 313. No tocante ao afastamento de Suassuna da sede de governo, há um desencontro de informações, porquanto Lewin identifica esta ausência a partir do dois últimos anos de governo. No entanto, Rodrigues esclarece na nota de nº 101, citando o jornal o COMBATE, que esta conduta de Suassuna era a regra e não a exceção, pois o governador ausentou-se da sede de governo já em seu primeiro ano de mandato governamental 187 dias (1925); no segundo e terceiro anos 185 dias (1926/1927). Cf. RODRIGUES, Inês Caminha. Op. Cit, p. 258. O que significou 1 ano 6 meses e 12 dias (557 dias) de afastamento, ou seja, mais de um terço do mandato.

e interesses geoeconômicas; por fim, tratava-se da mais pura “... *competição de base familiar característica da política faccional da Paraíba*”.<sup>172</sup>

Como vimos, todo imbróglio ocorre no governo Suassuna. A considerável força política que cabia à facção do governo em questão, associada ao prestígio de “*chefe de partido*”, na realidade permitiu aos líderes da política paraibana, no caso os coronéis, acreditarem que podiam indicar livremente qualquer nome à sucessão de João Suassuna, tal como fizera Solon de Lucena, e que teriam sua indicação respeitada por Eptácio Pessoa – precedente aberto na própria indicação de Suassuna, pelo “afastamento” de Eptácio. A ponto de o Coronel José Pereira Lima declarar ao jornal paraibano *Correio da Manhã* que a decisão da indicação cabia ao presidente do Partido (no caso, o presidente do Estado) e que “... *o senador nunca vetou, como nunca vetará, nenhuma decisão do atual presidente do Estado*”.<sup>173</sup> Pensando assim, o que era legítimo, Suassuna indicou como seu sucessor Júlio Lyra, seu chefe de polícia, para a presidência do estado, desencadeando definitivamente uma crise na oligarquia epitacista que cairá em 1930, quinze anos após seu início.

## 2.2. Sucessão presidencial e ascensão de José Américo

No entendimento de Mello, o epitacismo sofrera um processo de congelamento, a ponto de, ao perpetuar-se no poder com todos os seus vícios, minou os próprios alicerces do Estado, sendo, pois, a condição de epitacista suficiente para a prática “... *de todo tipo de irregularidades financeiro-administrativas e desmandos políticos*”, aduzindo, com isso, que Eptácio perdera o controle da própria oligarquia,<sup>174</sup> com a ascensão de João Pessoa. O autor em questão busca comprovar sua assertiva a partir da identificação da subjugação do Estado, pelos coronéis, cuja intenção era de:

... perpetuar-se no poder com tais intenções materializando-se na chapa dos três Jotas – Júlio Lyra, José Pereira e José Queiroga – com que Suassuna tencionava não só prover a própria substituição mas rodízio presidencial nos

<sup>172</sup> Cf. LEWIN, Linda. Op. Cit. pp. 313/4.

<sup>173</sup> Cf. MELO, Fernando. **João Pessoa**: uma biografia. 2ed. João Pessoa: idéia, 2000, p. 89.

<sup>174</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. Op. Cit. p. 187.

quatriênios seguintes, de modo a assegurar espécie de milenarismo sertanista.<sup>175</sup>

Mello consubstancia sua posição, corroborando com o entendimento de Ariano Suassuna, quando este atribuiu a atitude de seu pai, João Suassuna, um erro crasso por ceder às argumentações de Epiácio obliterando a indicação governista e permitindo a ascensão de João Pessoa, que terminou por agravar o confronto cidade-sertão,<sup>176</sup> ou seja, todos sabiam e sentiam o agravamento desse confronto, como percebeu Lewin ao afirmar que os interesses dos diversos grupos de base familiar diversificaram e tornaram-se mais complexos, tendo por conseqüência “... *o crescimento das tensões entre os grupos urbanos da capital e um núcleo de grupos de base familiar do interior rural...*”.<sup>177</sup>

Concordamos, em parte, com Mello no que tange a uma certa “diminuição” da influência política de Epiácio Pessoa na política paraibana. Todavia, não podemos entender a indicação do presidente do Estado como denotando um domínio total da política local, já que o ato de sugerir o nome do candidato à sucessão presidencial havia se tornado uma prerrogativa, senão de fato, mas de direito. Desta forma, em se tratando de uma prerrogativa, esta não pode ser entendida como um enfrentamento aberto à autoridade de Epiácio, o que descaracterizaria a perda de controle político, por parte de Epiácio, e relativiza o poder dos coronéis. O que se confirmou, portanto, no nosso entendimento, é o fato de que nenhuma das partes era suficientemente forte para subjugar ou prescindir da outra. Não partindo, então, nenhum dos lados para a confrontação pura e simples, cujo risco era o da fragmentação total do Partido ou o ostracismo político de uma das partes em questão.

Entretanto, poder-se-ia afirmar que ocorreu tanto uma, quanto a outra, ou seja, a fragmentação do Partido como o ostracismo político. Evidentemente. Porém, num outro momento, que não o da indicação sucessória, e para ambas as partes, o que não corrobora com a visão de Mello de *depuração* do epitacismo com a ascensão de João Pessoa, porquanto a nova visão política que assomou ao poder a partir da eleição de 1928 rompeu, definitivamente com a oligarquia epitacista, em outubro de 1930.

De acordo com Lewin, a indicação de João Pessoa por parte de Epiácio decorreu do fato de, naquele momento, o ex-presidente da República não estar em uma posição muito confortável diante do Executivo Federal, bem como de sua ausência do país, de aproximadamente seis meses por ano, com suas obrigações na Corte Internacional, tirando-lhe “... *um pouco do contato regular que ele*

---

<sup>175</sup> Idem, p. 188.

<sup>176</sup> Idem, p. 189.

<sup>177</sup> LEWIN, Linda. Op. Cit. p. 309.

*mantivera anteriormente com as bases estaduais*”. Desta forma, Epiácio pensava em reter o controle sobre as lideranças da oligarquia.<sup>178</sup> O que reforça o nosso entendimento da *ausência de força*, isto é, da hegemonia de uma das partes conflitantes, sobre a outra.

A alegação de Epiácio para demover João Suassuna do propósito de fazer Júlio Lyra presidente do Estado, ou seja, da necessidade de se ter o nome de um político conhecido no âmbito federal, a fim de evitar as ingerências do sul na política paraibana e, em mantendo-se o nome de Lyra, o estado, pequeno e pobre, correria um risco desnecessário, é considerada por Lewin como uma argumentação pouco convincente.<sup>179</sup> Indubitavelmente, concordamos que Epiácio manobrava mui cautelosamente a fim de consolidar o nome de um político mais próximo de si e de sua inteira confiança, em especial o de um parente, no controle da oligarquia. No entanto, não podemos achar as suas considerações como pouco convincentes. Haja vista ter José Américo demonstrado em *A Paraíba e seus problemas* o quanto a Paraíba já tinha sofrido pela falta de políticos de prestígio e influência na órbita do poder federal que pudessem fazer convergir verbas para o estado, portanto, as arguições de Epiácio tinham seus fundamentos de coerência, embora saibamos não serem os reais motivos.

Destarte, consolidada a indicação de João Pessoa, gerou-se no domínio privado muitas escaramuças e humilhações, porquanto Suassuna declarara a Epiácio que não se sentia bem “... *em servir a um partido que assim trata o seu correligionário inserido nas mais elevadas posições a que o guindaram para ser humilhado e atacado*”.<sup>180</sup> No âmbito público, paradoxalmente, anunciava-se a decisão do presidente do Partido Republicano da Paraíba, João Suassuna, como se por trás deste fato inexistissem ressentimentos e frustrações, bem como se buscava passar uma idéia de independência política na indicação dos nomes à sucessão governamental:

(...) Realiza-se hoje, às 19 horas, a convenção do Partido Republicano da Paraíba, a qual preclaro chefe situacionista, presidente João Suassuna, indicará os nomes dos candidatos a próxima sucessão governamental do Estado.

Reúne a convenção, que é de elevada significação política, *os correligionários de responsabilidades e posições definidas, os que exercem nos municípios a direção dos interesses do nosso partido, de modo que a assembléia de hoje exponencia na sua expressão mais real, as forças eleitorais dominantes no*

<sup>178</sup> LEWIN, Linda. Op. Cit. p. 327.

<sup>179</sup> Idem, p. 327.

<sup>180</sup> Idem, p. 315.

*Estado, disciplinadas no sentido de suas aspirações superiores.* <sup>181</sup>(grifos nossos)

Coincidência ou não, João Suassuna não compareceu a Convenção estadual do partido <sup>182</sup> que deliberaria acerca da indicação do nome à investidura máxima estadual, a qual deveria presidi-la. Em carta a José Gaudêncio, Vice-Presidente do Partido, e em preleção proferida após a homologação do nome de João Pessoa, Suassuna demonstra um discurso ambíguo (sujeição e independência), cuja conotação indica que as argumentações de Epitácio foram suficientes para convencê-lo [mas sem não alfinetá-lo], uma vez que fez uso dos mesmos argumentos:

(...) Correligionários francos e leais uns com os outros, sabemos da harmonia com que resolvemos os assuntos mais graves e essenciais a nossa economia partidária; *Mas quase sempre nos apreciam os atos por critério diverso os que, fora de cenário, se manifestam sobre fatos de importância política, qual a deliberação que será tomada hoje assentada pelos delegados do Partido Republicano da Paraíba.*

(...) A convenção os conhece de sobejo e ajuizará, no seu alto senso, do acerto da minha indicação, que me surgiu em conselho leal, amigo e desinteressado com o nosso conspícuo orientador, senador Epitácio Pessoa, sob cuja bandeira de chefe se fundou e consolidou a situação política de que os candidatos serão fiadores (...). <sup>183</sup>(grifos nossos)

Em sua preleção, após a Convenção:

(...) Foi indicado e aceito para a futura presidência do Estado o Dr. João Pessoa, homem que *não é um político militante, mas que por isto mesmo reúne da melhor forma as qualidades exercidas para a alta investidura.*

<sup>181</sup> Cf. A União de 15 de Maio de 1928, fl. 1.

<sup>182</sup> A União justificava a ausência de Suassuna como decorrente da morte de um sobrinho. Todavia em Carta a José Gaudêncio, Suassuna enfatiza algum sentimento de ética partidária e afirma o seguinte: “Investido nas funções de governante da nossa terra pareceria aos que de longe nos julgarem, *que minha presença no recinto dessa convenção poderia constranger o livre pronunciamento dos seus dignos membros (...)*”. Cf. A União de 16 de maio de 1928, fl. 1.

<sup>183</sup> Idem, fl. 1.

(...) Não é um político militante na expressão do termo, mas é um nome portador de grandes e desinteressados serviços ao nosso Estado, é um homem que sempre traz presente a imagem da nossa terra, pela qual é capaz de todos os sacrifícios (...).

Mais a lição que acaba de dar o nosso partido não é só de disciplina, de elevação moral, obediência e desambição.

*É que fomos buscar um elemento estranho à política desapercibida e extreme de quaisquer preocupações pessoais, mais uma lição de civismo inspirada nos princípios de Epitácio Pessoa.*

(...) *Foi assim também o partido que resolveu o caso da sucessão com independência e autonomia, com vivo atestado a nossa coesão e dignidade política* de modo que nós devemos estar duplamente satisfeitos pela solução do grave problema, encarado pelas necessidades do Estado.<sup>184</sup>(grifos nossos)

Não obstante, João Pessoa, já conhecendo o resultado da Convenção, preparava em segredo a escolha de seus auxiliares de governo. O convite a José Américo de Almeida se deu em dois momentos: o primeiro momento, digamos, mais informal, ocorreu em uma viagem ao Rio de Janeiro, quando o futuro governador fez-lhe o convite para assumir a Secretaria Geral do Estado, a quem caberia toda a coordenação política no novo governo, recebendo como resposta uma negativa, porquanto Américo afirmava estar afastado da política.<sup>185</sup> E como já aludimos, foi nessa conversa que João Pessoa referiu-lhe a *vassourada* que queria dar na politicagem paraibana.<sup>186</sup>

O segundo instante, isto é, o oficial, se deu através de telegrama, o qual segue transcrito:

Prezado Dr. José A. de Almeida,

Saudações.

Estou organizando o meu governo. Muito estimaria ter a sua preciosa colaboração. Diga-me se posso contar com ela no cargo de secretário.

Dê-me sua resposta pelo telégrafo. Basta dizer no despacho 'sim' ou 'não'.

---

<sup>184</sup> Idem, fl. 2.

<sup>185</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. p. 115.

<sup>186</sup> Ver nota de nº 27

Peço-lhe guardar reserva deste convite, ate que se dê o meu reconhecimento, porque só então deverei dar a conhecer os nomes dos meus auxiliares.<sup>187</sup>

Cabe aqui algum esclarecimento porque afirmamos anteriormente que havia uma barreira entre Epitácio e Américo – esta afirmação foi sustentada por J. Américo na entrevista concedida à Aspásia Camargo, para o CPDOC<sup>188</sup> – o que seria em si um óbice à ida deste último para a Secretaria, em decorrência do rompimento havido em 1915 entre Epitácio e Walfredo Leal, tio de Américo, quando se estabeleceu, entre ambos, uma luta acirrada em torno do controle político no estado. No instante da ruptura, se deu a volta de José Américo ao cenário político, desta vez, ao lado de Walfredo de quem também estava politicamente afastado, desde quando ainda era acadêmico de Direito. Sua volta foi caracterizada pelas grandes polêmicas, via jornais, estabelecidas com os epitacistas. Segundo Camargo, adveio daí uma certa admiração de Epitácio Pessoa pelo estilo polemista de Américo, o que não pode ser entendido como uma aproximação política entre ambos.

Conforme Camargo, em 1925, quando já fazia quatro anos que Américo deixara a Procuradoria Geral e assumira o cargo de consultor jurídico do Estado, se confirmou o apaziguamento da querela entre ambos como demonstra a correspondência de Epitácio enviada a Américo:<sup>189</sup>

Estou informado de quanto tem sido brilhante e proveitosa a sua colaboração no cargo de consultor (...) Não vai nisso um simples cumprimento, mas o reconhecimento de uma verdade por todos proclamada. Como paraibano muito lhe agradeço os serviços que está prestando ao Estado.<sup>190</sup>

As escaramuças esmaeciam-se e segundo o entendimento de Camargo, esta seria a “*origem mais remota*” do convite de João Pessoa a José Américo para assumir, em 1928, a Secretaria Geral de

<sup>187</sup> Telegrama de João Pessoa a José Américo de Almeida datado de 27 de setembro de 1928. Fundação Casa de José Américo (FCJA).

<sup>188</sup> “Nesta altura, Walfredo já se tinha aproximado de Epitácio; eu é que continuava distante”. Cf. CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. p. 115.

<sup>189</sup> Vale ressaltar o tom formal desta correspondência, haja vista a caracterização de um tratamento extremamente impessoal que, no nosso entendimento, faz assomar o afastamento político entre ambos. No entanto, Linda Lewin classifica José Américo na linha de auxiliares de Epitácio (Cf. LEWIN, Linda. Op. Cit. p. 314) Acreditamos que tal classificação se fundamenta nas cartas enviadas por José Américo a Epitácio e/ou a memorandos e pareceres emitidos pelo mesmo ao governo Suassuna. O que evidencia uma grande confusão, haja vista nos parece que a autora não levou em consideração a posição ocupada por Américo, neste momento, consultor jurídico do Estado, e ao fato de emitir pareceres ou opiniões pessoais, quando consultado, não pode ser suficiente para caracterizá-lo como auxiliar de Epitácio Pessoa.

<sup>190</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. p. 27.

seu governo.<sup>191</sup> Certamente, pesou para este convite o grande prestígio de que José Américo gozava em virtude da repercussão extremamente favorável pela publicação do romance *A Bagaceira*, bem como seu conhecimento dos problemas estaduais e sua postura política. Acrescentando-se a isso, o fato de João Pessoa se mostrar conhecedor de seu pensamento, com o qual concordava, consolidado em *A Paraíba e seus problemas*, que nos afigura como o esboço da Carta Programa adotada pelo governo João Pessoa.

Como já dissemos no capítulo anterior, não se pode identificar uma atuação explícita de José Américo no governo João Pessoa, já que nos jornais não se consegue identificar nenhuma reportagem que ponha em evidência qualquer ação direta de Américo, o que pode ser compreendido pela própria estrutura do jornalismo da época. Entretanto, na historiografia paraibana a mesma “omissão” ocorre, ou seja, José Américo é sistematicamente *silenciado*, e tal fato se mostra indesculpável, porém tem uma razão. E esta se dá por José Américo ocupar um ambiente tão amplo e significativo na política e na cultura no período de 28 a 30, e em anos subseqüentes, que chega a obscurecer a imagem de João Pessoa, gerando, assim, a necessidade do *silenciamento político*. Conforme Orlandi, a política do *Silêncio é o silenciamento*.<sup>192</sup>

Antes de falarmos acerca do *silenciamento político* precisamos de alguns esclarecimentos, que serão tomados por empréstimos da Eni Orlandi. Em primeiro lugar, é necessário dizer que a apreensão da especificidade da *materialidade do silêncio* é obtida a partir da relação entre o imaginário e o real. Desta forma, faz-se necessário lembrar que as noções entre imaginário, real e simbólico ocorrem no campo da psicanálise. Todavia, elas são vistas aqui sob a perspectiva da análise do discurso que lhes dará articulação própria a seu campo específico, ou seja, a articulação dessas três noções ocorrerá “... em relação à ideologia e à determinação histórica e não ao inconsciente, como é o caso da psicanálise”.<sup>193</sup> Portanto, o discurso é entendido como o lugar de contato entre a língua e a ideologia.

Assim sendo, fica esclarecido que *ideologia e língua* são entendidas diferentemente da visão que lhes atribuem as Ciências Sociais, ou seja, a ideologia é vista aqui se levando em consideração a materialidade lingüística; e a língua será vista em sua autonomia relativa, ou seja, pensando-se sua materialidade histórica, assim:

---

<sup>191</sup> Idem, p. 27.

<sup>192</sup> Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento do silêncio. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 30.

<sup>193</sup> Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit. p. 16.

A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação.<sup>194</sup>

Em segundo lugar, conforme o entendimento de Orlandi, o silêncio é o *não-dito* que se vê no interior da linguagem. Não se pode confundi-lo com o nada, ele não é o vazio sem história, pelo contrário: é silêncio significante, é fundador.<sup>195</sup> Destarte, “*O silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é*”.<sup>196</sup>

Por fim, e aqui se põe a nossa questão, há modos de se apagar os sentidos, de se silenciar e de se produzir o não-sentido onde ele se mostra como ameaça, pois há:

... uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma *não de calar mas de fazer dizer ‘uma coisa’, para não deixar dizer ‘outras’*. Ou seja, o silêncio recorta o dizer, esta é sua dimensão política.<sup>197</sup>  
(grifos nossos)

Podemos perceber claramente esta *significação*, ou seja, “... *dizer ‘uma coisa’, para não deixar dizer ‘outras’...*”, a partir do discurso recentíssimo de Wellington Aguiar,<sup>198</sup> em entrevista ao jornalista Wellington Farias, correspondente do Jornal Correio da Paraíba, acerca do papel desempenhado por José Américo no governo João Pessoa:

*José Américo conhecia a política municipal, porque morava aqui. Mas quem mandava era João Pessoa. Os adversários espalharam que Zé Américo era a alma negra de João Pessoa. Se houve alma negra, não foi Zé Américo. João*

---

<sup>194</sup> Idem. p. 20.

<sup>195</sup> Quando se diz que o silêncio é fundador está se afirmando “... seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos”. Idem. p. 23.

<sup>196</sup> Idem. p. 33.

<sup>197</sup> Idem. p. 55.

<sup>198</sup> Wellington Aguiar é membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, historiador diletante, jornalista e promotor de Justiça aposentado.

*Pessoa ouvia muito Zé Américo, porque era seu braço direito. João Pessoa era um reformador. Quando veio, já trouxe tudo pronto.*<sup>199</sup>(grifos nossos)

Vê-se declaradamente a presença de José Américo no discurso de vários historiadores, todavia, ele é o *não-dito*, está presente, mas em silêncio “o outro [José Américo] está presente, mas no discurso, de modo ambíguo (presente e ausente). E os modos de existência (presença) das personagens do discurso são significativas”.<sup>200</sup> Mas, onde se estabelece a significação no discurso de Aguiar? O que temos de *significativo* nesta entrevista, destacamos em três momentos, a saber: o primeiro momento consiste da afirmação de que José Américo era quem “*conhecia a política municipal*”, o que consolida sua atuação como o *politiqueiro*<sup>201</sup> do governo João Pessoa, ou seja, aquele quem dirimia/negociava os conflitos políticos intermediando as dissensões entre o governo e as demais lideranças políticas,<sup>202</sup> haja vista a conhecida assertiva de que João Pessoa não tinha habilidade para o trato com a política.<sup>203</sup>

O segundo ponto de *significação* é em relação à “*alma negra*”, isto é, tal concepção, embora pejorativa, disseminada pelos adversários políticos, demonstra a ascendência de Américo no governo, e como diz o próprio entrevistado “*João Pessoa ouvia muito Zé Américo, porque era seu braço direito*” o que corrobora com a afirmação de Álvaro de Carvalho ao pontuar que Américo era o único auxiliar a quem realmente João Pessoa dava ouvido.<sup>204</sup>

Por fim, dá-se o paradoxo daquilo que o entrevistado afirmara antes, ou seja, “*João Pessoa era um reformador. Quando veio, já trouxe tudo pronto*” e “*mas quem mandava era João Pessoa*”.

<sup>199</sup> Entrevista de Wellington Aguiar ao Jornal Correio da Paraíba. “*Era de ouro: testemunhos da história*” de 02 de novembro de 2003, p. R-3.

<sup>200</sup> Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit. p. 50.

<sup>201</sup> Ver nota de nº 29. Cf. declaração de João Pessoa: “... administração, quem a faz sou eu, e a política, dela está incumbido o Sr. José Américo de Almeida” in: VIDAL. Ademar. Op. Cit. p. 215.

<sup>202</sup> Esse papel de articulador fica extremamente claro nas declarações de Batista Luzardo ao demonstrar a intervenção de José Américo quando João Pessoa declarara a Luzardo que era contra a Revolução: “O José Américo, que era secretário do Interior e com quem tínhamos relações, era quem conhecia os meandros de tudo que estávamos fazendo. E ficou apreensivo, preocupado. Por favor, doutor, não faça nada. Peço-lhe que me espere até o meio-dia. Eu vou agora ao palácio, (...) às duas horas da tarde, estarei aqui. Peço aos senhores que não tomem nenhuma atitude até a minha volta. (...) Às duas horas aparece o João Pessoa com o José Américo. Então o Dr. João Pessoa, muito quieto – quem falou foi o José Américo: Dr. Embaixador, Dr. Luzardo, estamos examinando, conversei muito com o meu governador sobre esta coisa, a sua posição, o papel do Rio Grande, a Nação inteira está atenta para ouvir todas estas coisas, este movimento, que é sumamente grave. O Governador pensou que os senhores vinham pregando a revolução. Eu contei a ele o que estava acontecendo...”. LUZARDO. Batista. Depoimento in: **Anais da semana comemorativa da Revolução de 30**: simpósio realizado de 29 a 31-10-1980, pela Comissão Especial de Comemoração da Revolução de 30. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de Publicações, 1984, pp. 172/3.

<sup>203</sup> Cf. JOFFILY, José. **Revolta e revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 196 e ss.

<sup>204</sup> Ver nota de nº 29.

Percebe-se, portanto, uma necessidade premente de afirmar quem era o cabeça do governo, ou seja, quem de fato mandava, a quem pertencia o projeto de reforma político-econômica e administrativo. Assim sendo:

... se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. *É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar*, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos.<sup>205</sup>(grifos nossos).

Indubitavelmente, vê-se que há um imperativo, ou seja, o de afirmar e reafirmar através do discurso a direção reformista/revolucionária de João Pessoa. Esta se estabeleceu por uma tradição (*construção do mito*)<sup>206</sup> que se deu desde sua ascensão e consolidou-se com sua morte, conforme manifestava a imprensa carioca:

Para esse resultado tão satisfatório, sob o ponto de vista republicano, concordei decisivamente a atitude que o Sr. Dr. João Pessoa vem mantendo no estado nordestino.

Desde a sua eleição começou o atual governador da Paraíba a revelar em várias das suas declarações e atitudes uma *orientação verdadeiramente democrática*, a qual se traduziu mais tarde, depois de sua posse, *em vários gestos que impressionaram favoravelmente a opinião nacional (...)* Dir-se-ia que o Sr. João Pessoa não fez mais do que cumprir um rudimentar dever a que não tentam esquivar-se os governantes em todas as terras civilizadas. *Contudo, entre nós, as idéias políticas chegaram a tal confusão e tão profundo se tornou que o esquecimento dos preceitos mais elementares da ética de governo que*

---

<sup>205</sup> Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. Cit. p. 76.

<sup>206</sup> Entendemos que o mito é uma construção que ocorre a partir dos diversos discursos que estão postos e que se encontram, ou seja, para que ocorra essa construção do mito se faz necessário à existência de uma “comunidade sentido” tal como define Bronislaw Baczko, sem a qual não haverá qualquer construção, ou seja, esta construção independe da vontade “manipuladora” de alguém, em outras palavras, a morte de João pessoa foi o motivo emocional (estopim) para o movimento armado porque encontrou um ambiente discursivo (*comunidade sentido*) propício para que isto se desse.

*uma atitude, entre outras circunstâncias apenas corretas, assume proporções de um ato excepcional meritório.*<sup>207</sup>(grifos nossos)

Um outro fator que vem corroborar com o nosso pensamento se encontra no trabalho de Mello, quando este se refere ao primeiro pronunciamento de João Pessoa:

Essa questão [despovoamento das terras nordestinas], conjugada com as experiências de recuperação de terras secas, no vale do Tennessee, afigurar-se-ia, a julgar pelo noticiário da imprensa da época, bastante ampla, cabendo a José Américo formulá-la, histórica e antropro-sociologicamente, em *A Paraíba e seus problemas*. Colocações semelhantes às do discurso de Pessoa podem ser encontradas nessa monografia do pensador paraibano, referido no primeiro pronunciamento governamental.<sup>208</sup>(grifos nossos)

O discurso de Mello, em destaque nas frases acima, da forma como foi estruturado, pode levar-nos a entender, erroneamente, que foi o pensamento americista influenciado pelo discurso de João Pessoa e não o contrário, ou seja, quem desconhece que o referido pronunciamento governamental ocorreu em 1928, e que a obra *A Paraíba e seus problemas* foi escrita em 1923, entenderá que aquele precedeu este, provocando o *silenciamento* do autor de *A Bagaceira*. Isto é, não se nega que coube a José Américo a formulação histórica e antropro-sociológica em *A Paraíba e seus problemas*, no entanto, se diz isso, para afirmar que a gênese desse pensamento encontrava-se desde antes no discurso de João Pessoa.

Entretanto, como veremos, o programa governamental de João Pessoa estava com fulcro na obra americista. Destarte, faremos assomar a figura de José Américo ao cotejar as ações do governo João Pessoa com suas proposições estabelecidas em *A Paraíba e seus problemas*, *A Bagaceira e Coiteiros*.

Mello define como o centro do seu trabalho “*O problema do Estado na Paraíba: da formação à crise (1930/96)*”, a simbiose da efervescência ocorrida nos anos vinte – industrialização, urbanismo, renovação administrativa, modernismos literário e pedagógico, crise econômico-social, etc – com a

<sup>207</sup> Ver A União de 19 de Janeiro de 1929, fl. 1. “SOBRE O GOVERNO DO DR. JOÃO PESSOA: JUÍZOS DA IMPRENSA CARIOCA”.

<sup>208</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. Op. Cit. p. 199.

emersão da estrutura autoritário-corporativista de poder que ocorreu a partir de 30 absorvendo para dentro do Estado todas as demandas postas em relevo por tais segmentos.<sup>209</sup> Como já aludimos, José Américo formulou, inicialmente, em *A Paraíba e seus problemas*, as diretrizes da estrutura autoritário-corporativista de poder que se consolidou a partir do ano de 1935. Desta forma, o estudo de Mello nos servirá de parâmetro para retirar do *silenciamento político* o pensamento Americista, através das ações do governo João Pessoa.

Conforme Mello, João Pessoa empreendeu a reorganização fazendária do Estado levando-a a cabo, via guerra tributária, a fim de estancar a sangria financeira que impossibilitava o investimento dos poucos recursos estatais em benefício do próprio Estado, porquanto “... o coronelismo apossara-se da máquina fiscal, tumultuando-a profundamente”.<sup>210</sup> Assim sendo, pôs-se em execução a regulamentação da Secretaria da Fazenda que tinha por escopo retirar das mãos dos chefes locais o poder de decisão sobre a coisa pública (erário, justiça, polícia, finanças, etc) e coibir o abuso das substituições de funcionários à revelia da administração, e que estas, a partir de então, seriam prerrogativas do governador.<sup>211</sup>

Uma outra ação posta em prática por João Pessoa, embora incipiente, foi a tentativa de por o *tecnicismo* a serviço da administração. Conforme Mello, esta utilização ficou mais evidenciada a partir da chegada de Francisco D’Áuria<sup>212</sup> para assumir a direção do Tesouro Estadual. Com a implantação da Lei 673, de novembro de 1928, o governo paraibano pôs em prática uma arrecadação sistemática, semelhante a qualquer outro estado da federação. No entanto, diversas querelas decorreram a partir dela, uma vez que estancavam de forma abrupta, via a criação do *Imposto de Incorporação*, as subvenções e desvios “legais” que corroíam as finanças estaduais. Conforme Mello, esse imposto:

... variava de alíquota, conforme a sede das operações comerciais sobre que incidia. Se no caso das exportações as diferenças eram pequenas, variando

---

<sup>209</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. **O problema do Estado na Paraíba**: da formação à crise (1930/96). Campina Grande: EDUEP, 2000, p. 15. A tese fundamental desenvolvida pelo autor é que João Pessoa adotou na Paraíba pré-revolucionária, aquilo que seria o Estado brasileiro a partir do movimento revolucionário de outubro de 1930, ou seja, um Estado Autoritário Corporativo.

<sup>210</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. Op. Cit. p. 17.

<sup>211</sup> Conforme Mello, no Regulamento da Secretaria da fazenda in: A união de 14 de agosto de 1929, em seu artigo cento e um, o governo determinou que todos os empregados “... passavam a ser nomeados e demitidos pelo presidente do Estado, com a irrisória exceção dos serventes, da competência dos Secretários”. Idem. p. 18.

<sup>212</sup> Francisco D’Áuria, Ex-técnico financeiro do Tesouro Nacional. Veio a Paraíba por convite de João Pessoa a fim de reformular o Tesouro Estadual.

apenas entre 2 e 4% conforme o produto, nas importações a diferença tornava-se substancial, porquanto o imposto aplicado às mercadorias entradas no estado, por intermédio da capital, equivalia em média a um quarto daquele incidente sobre as negociadas com o estados vizinhos.<sup>213</sup>

É notório que em decorrência dessas medidas de recolhimento dos impostos aos cofres estaduais, momento em que o governo resolveu assumir suas prerrogativas, retirando das mãos do poder privado o “cuidado” atávico da coisa pública, gerou-se conflitos de tal monta que redundou em um levante armado, a Revolta de Princesa, que será tratado no próximo tópico do capítulo.

As medidas engendradas por João Pessoa faziam-se ecoar nos jornais, produzindo franco partidarismo, como indicava Joaquim Pimenta em sua coluna na A União:

Por enquanto, só duas classes não estão satisfeitas com o novo regime: os políticos profissionais e os funcionários desonestos. Os primeiros já não arrotam aquele prestígio que os tornava temidos e irresponsáveis por toda sorte de desmandos; os últimos, de vez em quando, são surpreendidos para prestação de contas, brincadeira de mau gosto que tem custado caro a mais de um. Também, se, o Sr. João Pessoa continuar nesse diapasão (...) contará na certa com a prevenção, se não a antipatia, de outra classe a dos magnatas dos demais estados, que só compreendem governo valendo-se de quantos conchavos, indecorosos e manobras fraudulentas para se eternizarem nas posições.<sup>214</sup>

Certamente aquelas duas classes não estavam satisfeitas, principalmente as dos “*políticos profissionais*” e à medida que as reformas avançavam as querelas também seguiam-nas. A insatisfação dessa classe política, que de certa forma era a base de sustentação do governo João Pessoa, gerou um problema de difícil solução, ou seja, a Revolta de Princesa. Porquanto da militarização dos coronéis interioranos que para “combater” o cangaceirismo,<sup>215</sup> demandavam

---

<sup>213</sup> Idem, p. 21.

<sup>214</sup> PIMENTA, Joaquim. Revista O Tacape in: A União de 9 de Março de 1929, fl. 1.

<sup>215</sup> Conforme Mello, Jacob Frantz, em entrevista, datada de 1980 “... despertou para o fato de que **nunca ocorreu qualquer confronto de Lampião com as milícias de José Pereira, apesar dos recursos postos à disposição deste pelo Tesouro Estadual**. Como parecia haver acordo tácito entre ambos, o único combate, travado no Serrote Preto e exaltado por Ariano Suassuna, resultou de precipitação (...) por parte do comandante da força volante, Tenente Francisco de

dispêndios do Estado findando numa atitude contraproducente, porque locupletou e armou-os contra o próprio estado, aduzindo a isto que muitos desses coronéis eram coiteiros.<sup>216</sup> Esta questão exigiu do governo João Pessoa medidas de contenção deste poder ameaçador (dos coronéis) que consistiu no recolhimento de armas, mas que tinha como alvo distorcido o cangaceirismo:

Não trago a convicção de *extinguir o cangaço* nos nossos sertões; *mas venho com o propósito de não lhes dar trégua esteja onde estiver e seja quem for o seu protetor, ou seu homiziador*. Quem se sentir humilhado com a ação da polícia que não o acolha em suas casas e propriedades. *O cangaceirismo é o produto da falta de justiça e da nossa viciada educação política feita em gerações sucessivas. Não é possível corrigir hábitos inveterados de um povo, apenas em um ou dois quatriênios.*<sup>217</sup>(grifos nossos)

Uma outra prioridade do governo de João Pessoa dizia respeito ao crédito que, devido à inexistência de uma rede bancária, suscitava problemas de ordem econômico-social e financeira. Segundo Mello, os coronéis se beneficiavam desta inexistência, uma vez que se imiscuíam nos interstícios deixados pelo Estado, tornando-se os manipuladores do crédito. Quer fossem os grandes produtores de algodão do sertão, quer usineiros da várzea do Paraíba, emprestavam dinheiro ao próprio Estado. Necessitava-se, pois, de uma ação que o desvencilhasse dessa situação crítica e dinamizasse o crédito, o que se configurou com a criação do Banco Agrícola e Hipotecário do Estado, com o auxílio prestado às Caixas Rurais e a reestruturação do Banco da Paraíba.<sup>218</sup>

Wellington Aguiar, por sua vez, enumera algumas medidas do governo de João Pessoa, cuja finalidade era a de incentivar o progresso do estado:

- a) Lei nº 680 de 21-11-1928, que determinou isenção de impostos por dez anos ao primeiro estabelecimento que se fundasse para produção de laticínios; b) a

---

Oliveira, que, desobedecendo ordens, lançou-se à perseguição do bando de Virgulino, pelo qual foi massacrado em Território alagoano” FRANTZ, Jacob. in: José Octávio de Arruda Mello. O problema do Estado na Paraíba: da formação à crise (1930/96). Campina Grande: EDUEP, 2000, p. 29. (grifos nossos)

<sup>216</sup> A expressão coiteiros significava o homizio de criminosos por parte dos coronéis, ou seja, coiteiro era aquele que dava guarida a criminosos (cangaceiros), sugerindo-se um liame estreito entre ambos.

<sup>217</sup> AGUIAR, Wellington. “As mensagens de João Pessoa” in: Nelson Coelho da Silva (Coordenador): **A Paraíba nos 500 anos do Brasil**. Vol. 1. João Pessoa: A União, 2000, p. 189.

<sup>218</sup> Ver MELLO, José Octávio de Arruda. Op. Cit. pp. 40 e ss.

mesma lei concedia também dez anos de isenção de tributos à primeira charqueada e à primeira fábrica de goiabada; c) esse diploma legal, ainda proporcionava quinze anos de isenção de impostos a quem montasse uma usina de açúcar no vale de Camaratuba, ao mesmo tempo que dispensava por trinta anos os tributos da firma ou pessoa que construísse uma fábrica de cimento; d) a referida lei dava o prêmio de cinco contos de réis ao primeiro agricultor que cultivasse cinco mil pés da denominada laranja da Bahia, oferecendo igual quantia a quem primeiro exportasse frutas paraibanas.<sup>219</sup>

Vejam, portanto, como Américo via e o que propunha acerca da administração político-financeiro estadual, cuja visão estava com o fulcro na modernização do estado e da região.

Podemos afirmar que, no romance *A Bagaceira*, Américo usa de metáforas para simbolizar algumas imagens que se afiguravam em seu pensamento como características da estrutura político/administrativa do estado, a saber: o engenho como representação do Estado; Dagoberto, senhor de engenho e pai do jovem Lúcio, encabeçando a estrutura de poder e representando os coronéis.<sup>220</sup> Conotando-se a relação de poder Dagoberto/coronéis pelo caráter de “exploração predatória” tanto para com os seus dependentes (o povo), como para com a natureza (o engenho/Estado), visto que o senhor/coronel se utilizava, ainda, de modos arcaicos de produção e administração. Américo anunciava a necessidade de uma nova visão administrativa que viesse romper com esse primarismo. Assim sendo, cabia a personagem do jovem Lúcio – bacharel em Direito, intelectual. Observar que Lúcio encarnava as mesmas qualidades de José Américo e mesmas características de nascimento – a renovação/reformismo, ao assumir a direção do engenho:

*... realizar sua utopia modernizadora, que representava uma mudança sensível naquela sociedade.* Desta maneira, procurava-se modificar a ‘monotonia da

<sup>219</sup> AGUIAR, Wellington. Op. Cit. pp. 192/3.

<sup>220</sup> Albuquerque Jr. Diz que Américo mostrou, em Dagoberto, um coronel, “... explorador, injusto, um homem emperrado, sem capacidade de transformar o mundo a sua volta, que assiste a ruína sem nada fazer” e acrescenta que no pensamento americista este “... tipo de coronel é mostrado como uma degenerescência (...) [mas que]. Na verdade, o coronelismo, um sintoma da decadência do patriarcado rural, surge da dependência crescente dos senhores de terra das benesses do poder público, do Estado, não só para manter seus privilégios, como para reproduzir os vínculos de dependência e solidariedade com as camadas populares. Surge da própria necessidade de compromisso e conciliação com os grupos urbanos emergente, bem como com os novos grupos econômicos rurais e com a manipulação política de um eleitorado bastante ampliado com o advento da República” ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **O engenho anti-moderno**: a invenção do Nordeste e outras artes. Campinas (Doutorado em História): UNICAMP/DHIFCH, 1994, pp. 192/3.

paisagem da rotina’, transformando-a em ‘vibração do barulho das máquinas’. A prática da coivara era extinta e sobre ela nascia opulentos campos cultivados. Toda natureza morta cedia lugar a uma verdura perene. Os casebres insalubres e a população vitimada por verminoses, sarna e boubas eram cuidadas através de ações sanitárias e higienizadoras.<sup>221</sup>(grifos nossos)

Embora José Américo apresente uma visão de modernização para o engenho/Estado, cuja transformação o elevou a categoria de Usina, é significativo perceber que a estrutura de poder que foi rompida, no romance, não migrou para uma outra esfera. Ou seja, mesmo modernizado o Estado, o *poder* deveria permanecer onde sempre esteve, ou seja, nas mãos da elite política, só que reformada. Todavia, paradoxalmente, a modernização só se daria se a estrutura de poder mudasse e/ou se expandisse, saindo, portanto, das estreitas influências do mandonismo político oligárquico.

Conforme análise de Viana, em *Coiteiros*, Américo reforça a mesma temática, qual seja, a influência negativa do poder dos coronéis:

... Perseguido constantemente, o bandido *necessita da ajuda do grande proprietário* para dar segurança a seu bando, seja através da concessão de armas e munições, ou do fornecimento de um refúgio. Até mesmo a própria sobrevivência física do bando dependia do coiteiro, já que nas condições de vida adversa na caatinga, os cangaceiros necessitavam constantemente de provisões e cuidados médicos.<sup>222</sup>(grifos nossos)

Américo, ao falar sobre os efeitos da seca nos sertões paraibanos, dele também hauriu o comportamento do mandonismo político paraibano, isto é, dos Coronéis que, grosso modo, era o problema central a ser enfrentado, já que as demais questões deles derivavam. O que nos leva a analisar cautelosamente o discurso para dele depreendermos o seu significado. Assim sendo, José Américo buscava demonstrar através da mensagem proferida, em 1844, pelo presidente da província, Carneiro de Campos, que os problemas advindos da seca, faziam assomar o comportamento de alguns chefes políticos e quais as atitudes necessárias havia de se tomar a fim de amenizar a roubalheira:

<sup>221</sup> VIANA, Helder do Nascimento. Op. Cit. p. 67.

<sup>222</sup> Idem, p. 79.

(...) Logo que cheguei à Campina *conheci que eram infelizmente muito verdadeiras as informações que me haviam dado do estado desgraçado em que se achavam os povos que dos sertões para ali haviam descido*. (...), entendi que era obrigado a socorrer quanto antes a estes infelizes; e porque as 130 sacas com farinhas que fiz remeter para as vilas do sertão ainda ali se achavam, porque a seca não dava lugar a que elas seguissem seu destino, mandei que fossem distribuídas diariamente grátis pelas pessoas mais necessitadas, *nomeando para este penoso trabalho ao cidadão Agostinho Lourenço Porto, cuja probidade me era conhecida e a quem dei as instruções para isto necessárias*.<sup>223</sup> (grifos nossos)

Este trecho do discurso do presidente de Província chama-nos a atenção no seguinte ponto: as informações que chegavam ao governo nem sempre eram críveis, haja vista ser necessário a presença do próprio presidente *in loco* a fim de atestar pessoalmente a veracidade das informações. O outro ponto em questão se dá pela necessidade de se nomear para uma simples função, ou seja, a distribuição dos mantimentos, alguém de inteira confiança do presidente, visando tentar impedir o açambarcamento e desvios dos benefícios, já que invariavelmente “... *esses socorros minguados eram, não raro, impunemente, desviados pela ladroeira inveterada que arrebatava o pão da boca dos famintos*”. Conforme Américo, o problema encontrava-se nas administrações: “*O mal decorria do desleixo dos governos*”,<sup>224</sup> o que evidentemente não se aplicaria a Carneiro de Campos.

Ainda no tocante ao tema, Américo demonstra que as imposições das secas aos nordestinos sempre foram desconsideradas pelos governos quer republicano, quer imperial. Até 1845, o trabalho assistencial não passava de esmolas oficiais, e a partir de então, o governo passou a empregar a mão-de-obra dos retirantes em trabalhos de açudes e estradas de rodagem. No entanto, essas obras eram dirigidas pelos chefes políticos locais “... *e, por isso, além de consumirem avultadas quantias no interesse partidário, não obedeciam às necessárias condições técnicas. Desapareciam aos primeiros invernos*”.<sup>225</sup> Por esta razão, ou seja, desvio de verbas e principalmente falta de conhecimento

<sup>223</sup> Mensagem de Carneiro de Campos in: Irineu Pinto. Datas e notas. Vol. 2. pp. 176/7. Apud. ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1984, p. 177.

<sup>224</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 197.

<sup>225</sup> Idem, p. 305.

técnico, rapidamente esses pequenos benefícios feitos pelo Governo Federal tornavam-se sem efeitos práticos.

No que tange a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, cujo objetivo era o de corrigir as ações de direção anárquica e estéril, muito pouco se fez pela Paraíba, e Américo corrobora sua afirmação com as palavras de Ildefonso Albano que afirmara o seguinte:

A própria inspetoria de Obras Contra as Secas tem vivido em modorra com muita burocracia e muito papel, mas sem vida, sem sangue, sem dinheiro! É um órgão inútil da Nação, é um peso morto no orçamento, mantido assim propositadamente, não para resolver o problema, mas para que nós flagelados não tenhamos pretexto para gritar, para que não tenhamos a impressão de que estamos esquecidos.<sup>226</sup>

José Américo exemplifica com o orçamento de 1915 o que ocorria no país e no estado em relação ao erário público. Foi neste ano consignado às obras 2.200:000\$000 (dois mil e duzentos contos de réis) e a distribuição das verbas deram-se da seguinte forma: 786:945\$000 (setecentos e oitenta e seis contos, novecentos e quarenta e cinco mil réis) para o pessoal titulado, desta soma 252:450\$000 (duzentos e cinqüenta e dois contos, quatrocentos e cinqüenta mil réis) era destinados aos adidos, ou seja, praticamente 50 % do montante dos recursos estava destinado ao pagamento de pessoal. Destarte, conclui:

Era o mal crônico dos serviços públicos. As sanguessugas do afilhadismo, o emperro das medidas, a descontinuidade dos planos, a intervenção dos interesses dispersivos – tudo desvirtuava e impedia o programa de melhoria das condições do Nordeste.<sup>227</sup>

Como já falamos no capítulo anterior, José Américo mostrava a extrema necessidade que o estado da Paraíba tinha de vias rápidas de comunicação, quer rodovias, quer ferrovias, sendo premente “... *que medidas sérias sejam tomadas no sentido de que a estrada continue para o*

---

<sup>226</sup> Parecer de Ildefonso Albano apresentado em 11 de agosto de 1919, acerca da ação efetiva da IFOCS, in: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 323.

<sup>227</sup> Idem, p. 324.

*sertão*”,<sup>228</sup> conforme indicava o eng<sup>o</sup> Retumba. De acordo com Américo, os poucos quilômetros de estradas de ferro construídas na Paraíba em comparação com seu número de habitantes parecia ao descuro suficiente para as necessidades do estado. Mas, quem realmente conhecia a natureza econômica da Paraíba identificava muito bem que as mesmas não atingiam o cerne da questão; antes pelo contrário, beneficiavam mais as cidades de estados vizinhos como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, em detrimento da capital paraibana.

Américo considerava benéfico o efeito das ligações com os estados vizinhos; todavia, estas não satisfizeram nosso problema econômico. Em alguns casos, agravou-lhe, como indica ao afirmar que “*O prolongamento [da estrada de ferro] para Campina Grande, além de ter contribuído para maior desvio de nossos produtos, não resolveu as dificuldades de comunicação da zona sertaneja*”.<sup>229</sup> José Américo chama a atenção para uma nota do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em que este destacava a participação da Paraíba na Exposição Nacional de 1922, indicando que só a quantidade exportada do algodão paraibano, já no ano de 1920 “... *‘ascendia a 11.716.008 quilos no valor de réis 26.952:193\$102 fora à consumida no Estado e a que é desviada clandestinamente por barreiras para Pernambuco e Rio Grande do Norte*’”.<sup>230</sup>(grifos nossos)

Necessitava-se, pois, com urgência, da construção do porto da capital ou outro, no caso o de Cabedelo, e vias de transportes rodoviários e ferroviários, haja vista serem os preços dos produtos regulados não pelo mercado geral, mas pelo do lugar da produção, o que empurrava para baixo os preços dos produtos, principalmente, os que se deterioram em pouco tempo, em decorrência da imobilidade. Desta forma, a consecução destas obras se apresentava como um:

... complemento da remodelação de todas as forças produtivas, como escoadouro da riqueza avolumada por essa complexa obra de aproveitamento. E é, especialmente, o meio de emancipação de uma praça que, desde tempos imemoriais, se atrofia numa subalternidade exaustiva.

A falta de vias de transporte era uma causa de dispersão. Formava-se o intercâmbio com os Estados vizinhos num movimento que medidas fiscais de proteção tentavam, debalde, embaraçar. *Desviava-se pelas barreiras nossas*

---

<sup>228</sup> Idem, p. 349.

<sup>229</sup> Idem, p. 351.

<sup>230</sup> Jornal do Comércio do Rio de Janeiro in: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 622.

*maiores energias e, conseqüentemente, o interior abastecia-se em mercados estranhos, principalmente no Recife e em Mossoró.*

*Subtraídos assim, nossos elementos de exportação e de importação, porque os produtos de quase dois terços do território tomavam outro rumo e a praça da capital, depauperada pelo retraimento do interior, não poderia movimentar-se, desfalcadas, desse modo, nossas principais condições de vitalidade, não lograríamos alcançar uma prosperidade compatível com os recursos próprios. Para criar novos progressos e serviços reprodutivos o Estado intervém no seu próprio interesse pela compensação das rendas públicas.*<sup>231</sup> (grifos nossos)

Américo traz à baila estudos realizados em 1859, 1860 e 1861 que indicavam a necessidade de se estabelecer no Nordeste, já naquela época: um serviço de meteorologia, um serviço de explorações geográfica e geológica, o melhoramento de portos, construção de estradas de ferro, grandes açudes, canais, poços artesianos, grandes e pequenas cisternas, garantia e concessão às empresas que estabelecessem engenhos de centrais de cana, de café, fábricas de tecidos de algodão, cordoarias de pita e fábricas de queijo e manteiga em grande escala; concessão de prêmios pecuniários.<sup>232</sup>

As medidas do governo João Pessoa causaram espécie, todavia foram atitudes que conquistaram a simpatia popular, bem como o apoio da Associação Comercial da Paraíba.<sup>233</sup> No entanto, havia uma campanha dissidente liderada pela facção política de Heráclito Cavalcante.<sup>234</sup> Estando em andamento uma cisão política que se aprofundou com o passar dos meses e início da campanha sucessória. Em desagravo a esta atitude dos heraclistas, ocorreu uma mobilização popular, denominada “A Grande Parada Cívica”, com representantes da indústria, agricultura, magistrados,

<sup>231</sup> Idem, p. 635.

<sup>232</sup> SANTOS, José Américo dos. “Seca no norte do Brasil” pp.32/5. in: ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, pp. 309 e ss.

<sup>233</sup> Isidro Gomes, presidente da Associação Comercial, se posicionava em relação ao governo João Pessoa de forma extremamente ambígua. Em moção de apoio as candidaturas Getúlio/João Pessoa, Isidro Gomes, votou contrariamente e afirmou que: “Essa divergência com a apresentação dessa moção não implica, entretanto que eu deixe de elogiar a administração do Sr. Presidente João Pessoa, que salvou a situação econômica do Estado.

Estamos de acordo com o Sr. presidente do Estado na parte administrativa (...), mas, politicamente, divergimos desse ponto de vista”. Cf. A União de 9 de agosto de 1929, fl. 2.

<sup>234</sup> Heráclito Cavalcante foi Desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba que militou na vida política com ferrenha oposição a Epitácio Pessoa. Durante os primeiros dias do governo João Pessoa, manteve uma postura não muito bem definida, ora elogiando, ora condenando o governo. Mas, com a sucessão presidencial e ao vislumbrar uma oportunidade em assumir uma posição de maior relevo, manteve-se em ferrenha oposição ao governo estadual.

advogados, elementos do clero, jornalistas, funcionários, classes proletárias e que, nas palavras de Irineu Joffily, tinha por objetivo o apoio à orientação tributária do governo:

... que já evidenciava sua eficiência, dando vida nova a um organismo combalido, cuja ressurreição já era um sonho de visionário. Afirmou que essa medida salutar não vinha apenas soerguer a capital do estado do seu alarmante marasmo, ao contrário, generalizava os seus benefícios por todo o território, do litoral ao Araripe.<sup>235</sup>

Em resposta a esse apoio, as palavras de João Pessoa foram muito significativas ao afirmar em público que tinha sido *“intransigente (...) com os meus auxiliares para que eles sejam tidos, de público, como os principais fatores da administração, que é mais deles do que minha”*.<sup>236</sup> (grifos nossos) Podemos afirmar que estas palavras não eram simples retórica, mas a expressão máxima do reconhecimento do próprio João Pessoa para com as bases de fundamentação do seu governo, isto é, seu secretariado. Neste mesmo instante, José Américo, secretário geral do governo paraibano, como articulador político desse governo, no auge de seu prestígio, discursou em praça pública, harmonizando governo e governados:

Louvada seja essa estupenda eclosão de justiça a um governo que se vos nega alguma coisa, é porque tudo vos quer dar. Eu sou testemunha quotidiana desse comovente desvelo. Nunca vi em homem nenhum mais apurado sentimento filial transformado num patriotismo que, em sua forma de nobre intransigência, o forma mais amigo da Paraíba do que seus amigos (...).

Toda ascensão é um sacrifício, *menos para quem sobe disposto a colher os frutos que não lhe pertencem. Para quem sobe de mãos puras, com o espírito de servir ao bem público, o poder é uma angustia de responsabilidades (...)*.

Meu pobre estado, minha terra pequenina, para que sejas rica e grande basta que sejas toda tua. *Vinham-te desarticulando, desmembrando, arrancando pedaço por pedaço, para que do teu corpo mutilado ficasse viva somente esta*

<sup>235</sup> Irineu Joffily in: A União de 27 de Junho de 1929 fl. 1.

<sup>236</sup> Cf. A União de 27 de Junho de 1929 fl. 1.

*nossa cidade, que como cérebro desse organismo roubado, apenas vivia para pensar nessa desgraça de um corpo desfeito em vida.*<sup>237</sup> (grifos nossos)

Américo afirmava com estas palavras que a desarticulação litoral/sertão era um fato e, por isso, danosa ao estado. E isto decorria da imprevidência de seus políticos. Assim, o estado se encontrava desarticulado e depauperado. Desta forma, os rumos do estado deveriam estar sob a orientação de um líder único a quem caberiam todas as decisões a serem tomadas, com seu centro a partir da capital do estado para que sua modernização ocorresse no sentido leste/oeste, haja vista que o inverso não seria possível em virtude da concorrência das outras praças que assediavam o comércio sertanejo da Paraíba (Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte) e a quem estava mais ligados do que em relação à própria capital.

Vê-se claramente que toda, ou quase toda ação levada a cabo pelo governo paraibano, de 1928, foram respostas a problemas identificados e formulados pelo pensamento americista. Em outras palavras, é em José Américo que vamos encontrar as bases das ações implementadas por João Pessoa no governo do estado.

### **2.3 – José Américo, a Aliança Liberal e a Revolta de Princesa:**

A campanha eleitoral para a presidência da República, em 1930, foi extremamente significativa para o país, em especial para a Paraíba, uma vez que, neste estado, a conjuntura política local encontrava-se em grande efervescência e de certa forma foi um dos elementos principais para a consecução da Revolução de 30.

A insistência de Washington Luiz em indicar Júlio Pestes para suceder-lhe na presidência da República cindiu as bases da fórmula de Campos Sales, que se fundamentava no revezamento do exercício presidencial entre os dois estados política e economicamente mais importantes, Minas e São Paulo, com toda sua carga de excludência e elitismo.

O estado paraibano em sua ínfima participação político/econômica era, ainda, o único estado da federação que não fora consultado acerca da sucessão presidencial. Quando esta se deu, o assédio

---

<sup>237</sup> Idem, fl. 1.

mineiro/gaúcho já havia ocorrido, através de Epitácio Pessoa, que indicou as diretrizes a serem seguidas, ou seja, o apoio a chapa dissidente representada pela Aliança Liberal, aceitando a vaga da vice-presidência oferecida a João Pessoa, que comporia ao lado de Getúlio Vargas. Américo, ao ser comunicado da decisão do governo pelo próprio presidente do estado, afirma que relutou bastante, como descreve em *O Ano do Nego*:

Estou só dizendo. E Deus queira que eu me engane – *a brincadeira vai custar caro*. Pode escrever.

Perdidos no Norte, entre inimigos, pagaríamos a petulância de dissentir de forças tão poderosas que já se haviam articulado com uma maciça maioria.

Não receava abraçar essa causa. No fundo do coração, sentia sua beleza.

Minhas apreensões eram pelos companheiros (...).<sup>238</sup>(grifos nossos)

A obra citada é um livro de memórias e poder-se-ia afirmar que Américo superestima sua atitude, demonstrando até uma certa clarividência daquilo que poderia ocorrer ao estado, usando até de um certo anacronismo, haja vista o amadurecimento das idéias que os anos lhe proporcionara. No entanto, quando o comunicado foi feito oficialmente e os discursos em apoio à atitude do governo paraibano sucederam-se, José Américo já dizia publicamente, prenunciando, em seu discurso a 2 de agosto de 1929, que “... *a queda da Paraíba não seria um desastre, seria um lindo, um heróico, um soberbo sacrifício*”.<sup>239</sup>

No entanto, cabia ao diretório estadual a homologação da decisão e Américo deixou transparecer em sua fala que o apoio a esta decisão do governo paraibano fora mais formal, e, como veremos, a partir desse momento, as atitudes contrárias ao governo recrudesceram:

Ao cabo de meia hora, abriu-se o gabinete e, com um semblante vitorioso, ele [João Pessoa] *anunciava a decisão unânime que acabava de ser tomada*, de apoio a Aliança Liberal. Vi todos de pé, calados, com fisionomia que traíam conflitos de consciência. Júlio Lyra, 2º Vice-Presidente, muito chegado a João Suassuna, deixava pender a cabeça (...).

<sup>238</sup> ALMEIDA, José Américo de. *O ano do nego*: memórias. João Pessoa: A União, 1978, pp. 14/5.

<sup>239</sup> Cf. A União de 2 de AGOSTO de 1929, fl. 1.

Reinava lá fora uma extraordinária expectativa. Quando atravessei o salão de espera, adiantou-se um grupo que me aguardava, cheio de impaciência. Rodearam-me: (...).

Satisfazendo-lhes a curiosidade, lembrei-me da expressão corriqueira:

– Agora não se diz mais pequenina e boa: é *Paraíba pequenina e doida*.<sup>240</sup>  
(grifos nossos)

Os jornais dignificavam a atitude do estado paraibano que ganhava expressão por se tratar “... *de um pequeno estado da federação, o único de todo o Brasil setentrional que rompeu até agora o círculo de subserviência em que se anulam os demais estados nortistas*”<sup>241</sup> – na verdade, a subserviência não era apenas dos estados nortistas, mas sim de toda a República Federativa. No entanto, o que importa destacar é a percepção de que havia uma atitude inaceitável de subserviência a um modelo de governo que se desgastava a galopes. O Diário do Povo assim se expressava:

Há dias que a opinião pública esperava com inquietude a palavra do chefe executivo paraibano no caso da sucessão. O Dr. João Pessoa era o único que ainda se não havia pronunciado a respeito.

É que S. Ex<sup>a</sup>. não queria levar ao presidente da República uma solidariedade apressada. Que não exprimisse os anseios dos seus coestadanos, que não fosse essa mentira que os outros governantes pregaram ao Sr. Washington Luis, afirmando capachamente o apoio, marginário do eleitorado dos estados.<sup>242</sup>

A postura da Paraíba, em negar o apoio à indicação presidencial, bem como em determinar a exclusão dos nomes tradicionalmente indicados para a formação da chapa eleitoral, a fim de concorrerem aos cargos eletivos, gerou um inconformismo tácito no seio do diretório estadual.<sup>243</sup>

<sup>240</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, pp. 15/6.

<sup>241</sup> O Diário da Manhã in: A União de 3 de agosto de 1929, fl. 1.

<sup>242</sup> O Diário do Povo in: A União de 1 de Agosto de 1929, fl. 2.

<sup>243</sup> No momento de se decidir pela formação da chapa eleitoral para a disputa das eleições de março de 1930, João Pessoa surpreendeu a todos com a *tese do rodízio* de candidatos à eleição, o que excluiu os componentes da situação, como João Sussuna e Oscar Soares. Este último era genro do Coronel Ignácio Evaristo, presidente da Assembléia Legislativa do estado, no entanto, João Pessoa manteve na chapa seu irmão Carlos Pessoa, o que gerou grande descontentamento. Lewin defende que a manutenção do nome de Carlos Pessoa se deu como corolário do rompimento ocorrido com o ramo familiar Pessoa de Queiroz, ou seja, João Pessoa não iria correr o risco de também perder o apoio familiar do ramo Pessoa Cavalcante.

Entretanto, nenhuma manifestação mais contundente foi expressa naquele momento. A ala política que viria posteriormente dissenter mostrava-se tal qual a expressão “raposa velha” destacando essas atitudes em especial em Suassuna – por ter sido o último presidente do estado e desfrutar de grande prestígio no meio político, isto é, no seio da oligarquia epítacista, que o colocara no poder –, já que se noticiava em *A União* “*O preclaro político paraibano [João Suassuna] assegurou a sua inteira solidariedade, na qualidade de membro da comissão executiva, à resolução do P. R. P. recusando a candidatura Júlio Prestes e adotando a do Dr. Getúlio Vargas à presidência da República*”,<sup>244</sup> e José Pereira. Como veremos, ambos vieram a romper com o governo nas proximidades das eleições presidenciais, onde o primeiro apresentou chapa eleitoral alternativa e o segundo partiu para a sublevação do estado. Ficando evidenciado que esta atitude não foi uma ruptura abrupta, mas pensada e planejada, cautelosamente. Porquanto, uma carta – datada de início de dezembro de 1929, porém publicada em abril de 30 – enviada por Manuel Arruda, delegado em Princesa, a seu amigo João Franca, denunciando que desde algum tempo havia uma movimentação muito suspeita nas terras do Cel. José Pereira. Tal fato foi levado ao conhecimento de José Américo.<sup>245</sup>

A atitude do governo da Paraíba, em relação ao nome de Júlio Prestes, conforme Fernando Melo, levantou das cinzas o oposicionismo de Heráclito Cavalcante<sup>246</sup> que, municiado pelo Governo Federal, tornou-se “... *uma dor-de-cabeça a mais para o já complicado Governo de João Pessoa*”,<sup>247</sup> provocando uma brecha na situação política local não passando despercebida pelo jornalismo da época e que foi explorada como sendo, em relação à Paraíba de “*um aspecto constrangedor e sombrio*”, uma vez que “*certos paraibanos se transviaram numa divergência só explicada pelo material instinto de oportunismo. Felizmente, são bem poucos, para que a nossa vergonha seja menor*”.<sup>248</sup> Tais divergências não se deram no Rio Grande do Sul, cuja política se dividia em facções envolvidas até mesmo em lutas fratricidas, mas que neste momento, harmonizaram-se em busca de interesses idênticos.

---

<sup>244</sup> Um fato curioso a ser notado é que ao se tratar de assuntos polêmicos percebe-se que Suassuna sempre está convenientemente ausente, vindo em seguida a público, via jornais, declarar que está de comum acordo com todas as decisões tomadas, embora estivesse ausente da Capital. Assim foi no momento da indicação do nome de João Pessoa a presidência do estado. Cf. *A União* de 2 de Agosto de 1929, fl. 1.

<sup>245</sup> Cf. *A União* de 9 de abril de 1930, fls. 1 e 3. “*CARTA DE MANUEL ARRUDA*”. Esta carta será transcrita na íntegra mais adiante, no próximo capítulo.

<sup>246</sup> Ver nota de nº 234, p. 79.

<sup>247</sup> MELO, Fernando. Op. Cit, p. 154.

<sup>248</sup> Cf. *A União* de 11 de agosto de 1929, fl. 1.

Evidentemente, Heráclito Cavalcante não dispunha do prestígio que pensava ou dizia ter. No entanto, provocou substanciais dores-de-cabeça ao governo do estado. Este, por sua vez, tentava através do jornal A União desacreditá-lo demonstrando que o prometido aos paulistas, ou seja, de estar “... cercado de elementos valiosos na política da Paraíba” seria mais um “... delírio de imaginação que se deve atribuir menos ao esgotamento nervoso da viagem, que ao intuito claro de cair no agrado dos líderes perrepistas”<sup>249</sup> e que isto seria simplesmente inexecutável, haja vista sua pouca sustentação política.<sup>250</sup> Ventilava-se, desde então, a possibilidade de intromissão externa, principalmente, econômica, na campanha presidencial que se desenvolveria no estado da Paraíba:

O entrevistado [Camilo de Holanda] (...) homem público do passado, inativo desde a muito tempo, não podia ter vindo à São Paulo combinar com o sr. presidente de S. Paulo os planos e os meios de fazer a campanha e a eleição na Paraíba. *O sr. Júlio Prestes não pode intervir no pleito a seu próprio benefício, como presidente de São Paulo. A não ser que a embaixada paraibana tenha vindo prover-se de fundos ou saber de onde eles provirão oportunamente esse é o único assunto emergente, a ser tratado com o sr. Júlio Prestes pessoalmente ou com o Catete.*<sup>251</sup>(grifos nossos).

Noticiava-se que haveria grande derrubada e transferências de funcionários públicos federais no estado, bem como a chegada de fundos para custear a campanha política presidencial e para a montagem de um jornal. Entretanto, o governo estadual desdenhava jocosamente de essa possibilidade vir a ocorrer. Afirmava os jornais, antes do retorno dos dois oposicionistas, que “*Ou falhou o trabalho de sapa que iam realizar no Rio, ou tudo não passava, o que é mais certo, de notícias mentirosas mandadas para cá pelos dois pioneiros da candidatura reacionária*”.<sup>252</sup>

<sup>249</sup> Cf. A União de 7 de setembro de 1929, fl. 1.

<sup>250</sup> Idem, fl. 1.

<sup>251</sup> A viagem dos oposicionistas Heráclito Cavalcante e José Gaudêncio feita aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo ficou denominada por alguns Jornais paulistas a exemplo do Diário Popular e Diário Paulista, como a “*Embaixada Paraibana*” Cf. A União de 10 de setembro de 1929, fl. 2. “A EMBAIXADA PARAIBANA”

<sup>252</sup> Cf. A União de 11 de setembro de 1929, fl. 1. “A CHEGADA DOS DOIS AMANHÃ”.

Enganava-se o governo paraibano, pois houve uma verdadeira caça às bruxas.<sup>253</sup> Vários funcionários federais, pela simples menção em defesa da Aliança Liberal ou negativa em assinar listas de adesão ao nome de Júlio Prestes, tiveram suas transferências automaticamente determinadas para estados distantes<sup>254</sup> e com ajuda de custo inferior ao valor de uma passagem de navio (o único disponível). Perseguições estas que contrariavam as orientações anunciadas pelo Governo Federal, cujo propósito era “... *respeitar e fazer respeitar as autoridades dentro das órbitas legais, bem como assegurar e fazer assegurar todos os direitos e liberdades, afim de que o próximo pleito (...) corra em completa ordem e nele se revele a suprema vontade da nação na escolha do seu futuro presidente*”.<sup>255</sup>

Apesar de todas as ações e intenções manifestadas pelo governo Washington Luis, a campanha da Aliança Liberal ganhava força no estado, conforme declarava Café Filho<sup>256</sup> em comentário sobre a sua viagem feita pelos sertões paraibanos em dezembro de 1929, aduzindo a premissa de um novo sentimento político, sem desconsiderar o velho clientelismo. Na avaliação deste político, uma intervenção federal naquele momento seria inaceitável pela “*raça matuta*”, isto é sertaneja:

Trouxe do sertão a mais agradável impressão. O perrepismo desconcertou com a nossa propaganda. Primeiro porque fugimos, em absoluto, dos ataques pessoais. Não referimos uma só vez o nome de um perrepismo. Sustentávamos teses, expúnhamos programas, discutíamos as vantagens do governo João Pessoa e Getúlio Vargas e apresentávamos o Sr. Júlio Prestes, tal qual ele é, no

---

<sup>253</sup> “Ainda não se apagou do espírito público a impressão desoladora pelas recentes remoções de funcionários do telégrafo nacional simpáticos à causa liberal.

A opinião pública de nossa terra ficou como que estarrecida, ante o realismo cruel dessa providência perseguidora, adotada com o intuito ostensivo de punir os serventuários (...) que não estiveram dispostos a sotopor aos imperativos de sua consciência cívica aos interesses subalternos. A União de 28 de setembro de 1929, fl.1. “OS PARAIBANOS REMOVIDOS DO TELÉGRAFO NACIONAL”

<sup>254</sup> “Foram ontem remetidos desta capital para a Bahia os funcionários (...); para o mato Grosso (...) e para Vitória (...).

À medida que alcança funcionários com largos anos de bons serviços prestados aquele departamento federal neste estado. Contra eles apenas pesavam ameaças, que se julgavam irrisórias, por haverem recusado, de acordo com os dispositivos do próprio regulamento dos telégrafos, a assinar uma lista de adesão à candidatura Prestes”. Cf. A União de 26 de setembro de 1929, fl. 2. “REMOÇÃO DE TELEGRAFISTA”

<sup>255</sup> Idem, fl. 2.

<sup>256</sup> Café Filho, jornalista potiguar e futuro presidente da República, que durante a campanha presidencial de 1930, saiu fugido do Rio Grande do Norte por perseguição do presidente daquele estado, Lamartine Mariz. Sobre a Revolução de 30 no Rio Grande do Norte, ver: MARIZ, Marilene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934**. Recife: UFPE/CFCH(dissertação de mestrado), 1982.

governo de São Paulo. Isso nos valeu a simpatia do próprio perrepismo, no interior, minguido como ele se encontra no sertão.

Todos os discursos dos caravaneiros foram assistidos pelos perrepistas locais e muitos chegavam a dirigir-me abraços e felicitações, deixando-me no ouvido a declaração: ‘tudo o que o Sr. disse é verdade, mas eu estou esperando um emprego...’ (...). Há uma expectativa de emprego e de administração de obras federais, que a gente não tem outro jeito senão achar graça.

A minha impressão é que todas as repartições públicas federais no Brasil têm menor número de cargos que os prometidos no sertão paraibano (...).

Senti, nos dias que estive no sertão, que o sertanejo paraibano compreendeu melhor do que esperávamos o momento impressionante da política nacional. E encerrando essa nossa palestra, deixe afirmar-lhe com absoluta segurança: é impossível a intervenção federal na Paraíba.

O sertanejo não consentirá... E quem quiser ver como se escreve, com sangue, a mais bela página da bravura matuta – experimente.<sup>257</sup>

A despeito dessa crescente adesão popular à Aliança Liberal, alguns fatos revelados pelos jornais começavam a dar indícios da ruptura que estava para ocorrer na Paraíba:<sup>258</sup> fatos que pareciam corriqueiros traziam em si cargas assaz significativas que passaram, talvez, despercebidos, em toda sua complexidade, como por exemplo, a “*demissão de um telegrafista*” ocorrida em virtude do envio indevido, por equívoco de destinatário, de um telegrama ao presidente João Pessoa. Quando, na verdade, tal telegrama fora enviado a João Dantas pelo seu irmão Joaquim, que se encontrava no Rio de Janeiro – há de perguntarmo-nos se um telegrafista experiente iria confundir os nomes João Pessoa/João Dantas. É possível, mas intrigante. Este inquiria de João Dantas que lhe respondesse com “... *urgência quanto necessitava para fundar um jornal aqui [na Paraíba]*”.<sup>259</sup> Outra evidência desta natureza assoma-nos através das declarações de Heráclito, quando afirmou que “... *se nossa vitória*

<sup>257</sup> Ver Café Filho in: A União de 29 de dezembro de 1929, fl.5. “OS SERTÕES PARAIBANOS EMPOLGADOS PELA ALIANÇA”.

<sup>258</sup> Percebemos os indícios da ruptura no fato das ligações dos Dantas com José Pereira, que se confirmarão com o desenrolar dos acontecimentos. Bem como nas declarações do desembargador Heráclito Cavalcanti quando de sua passagem pela cidade de Guarabira, no brejo paraibano. Cf. A União de 26 de setembro de 1929, fl. 2. “REMOÇÃO DE TELEGRAFISTA”

<sup>259</sup> Idem, fl. 2.

*falhar pelo voto, não falhará pela força...*”.<sup>260</sup> A questão, a saber, é se se trata de uma promessa/certeza de golpe, ou uma colocação fortuita? Os acontecimentos de março deixaram claro que havia uma predisposição de se chegar ao resultado esperado a qualquer custo até mesmo, pelas armas. Entretanto, as fraudes, as demissões, remoções, etc, foram suficientes ao governo para garantir-lhes a vitória nas urnas.

Por outro lado, o desembargador Heráclito tentava fomentar um estado de insegurança disseminando notícias facciosas concernentes a compras de armamento e munições em grande quantidade, pelo governo estadual.<sup>261</sup> Fato este que se desmente por si só, haja vista a notória falta dos materiais aludidos pelo desembargador quando da irrupção da Revolta de Princesa, além do que o estado encontrava-se descapitalizado, haja vista a quitação antecipada de um empréstimo firmado entre Paraíba e o Banco do Brasil, ainda no governo de Suassuna.

Outro fato ocorrido e certamente o de maior significação se deu com a publicação de algumas notas telegráficas, em que se denunciava a adesão de José Pereira àqueles que combatiam a chapa Getúlio/Pessoa. Os redatores de A União, leia-se o próprio governo, classificaram tais notícias como “*versão malévola*” publicadas por “*correspondentes telegráficos inescrupulosos*” que viviam de “*mentiras e de insídias*”. Assim respondeu José Pereira<sup>262</sup> quando indagado sob a acusação de ser solidário com políticos contrários a chapa oficial do governo paraibano:

Esse telegrama é apenas uma indignidade de quem o forgicou. Sou homem de responsabilidade provada a muitos anos; e duvido que alguém, quem quer que for, a ponha em questão a minha fidelidade política, em tempo algum fugindo do meu posto. Sou epítacista declarado e firme, desde muitos anos. E não me arreceio de que, quem quer que seja, aponte uma decaída da minha conduta política. Sou um homem que valho o que valho; não quero elogios ao meu

---

<sup>260</sup> Idem, fl. 2.

<sup>261</sup> “Rio, 14 – O Sr. Artur dos Anjos recebeu, da Paraíba, um telegrama firmado pelo Desembargador Heráclito Cavalcanti comunicado que o governo do Estado tem comprado grande quantidade de armamentos, chegando ali muitos caminhões cheios de munições”. Cf. A União de 17 de outubro de 1929, fl. 1.

<sup>262</sup> José Pereira sustentava peremptoriamente que continuava ao lado da Aliança Liberal, possivelmente, conseguira ludibriar, por algum tempo, alguns políticos. Vejamos um telegrama seu enviado a José Américo em outubro de 1929: “Princesa, 13 – Cheguei ontem, encontrando maior ordem município. *Nosso partido coeso, e graças a Deus ainda não conta deserção.* Todos firmes lado Aliança Liberal. Abraços – José Pereira” Cf. A União de 15 de outubro de 1929, fl.1. (grifos nossos)

proceder, porque procedo sempre de acordo com a minha consciência que é sempre livre.<sup>263</sup>

Entendemos neste momento não podermos associá-los em um mesmo lado, isto é, Pereira e Heráclito. Acreditamos, também, representarem correntes dissidentes antagônicas a primeira dissimulada e a segunda explícita. Fundamentamo-nos em alguns fatos que demonstram essa dissociação, ou seja, a tentativa de Heráclito de forjar a qualquer custo uma situação que justificasse uma intervenção federal, como exemplo, alardear a falsa notícia da compra de armamentos e munições, por parte do governo paraibano; bem como querer mostrar a prática da violência política<sup>264</sup> contra os prestistas:

Desejavam os adversários preparar uma situação que chegasse até a desordem, com provocações de toda espécie.

A perturbação da ordem pública partia de um plano estudado. Queriam que o governo da República decretasse a intervenção federal no estado, e para isso precisavam criar um ambiente de anarquia(...).

Os justos motivos não vieram e a intervenção não foi decretada...<sup>265</sup>

<sup>263</sup> Correio da Manhã in: A União de 7 de setembro de 1929, fl.1. “A ATITUDE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA”.

<sup>264</sup> “Rio, 1 – O Sr. presidente da República recebeu do Sr. Heráclito Cavalcanti o telegrama seguinte: ‘peço vênia informar v. exc. situação todo Estado anormalíssima. Presidente João Pessoa, pretexto não influir no pleito, deixou exercício governo. Em seguida dirigiu-se interior Estado, percorrendo todos os municípios dando ordens diretas delegados militantes não consentirem comparecimento prestistas eleições. Cumprindo essas ordens, polícia, logo após saída presidente, entrou cometer toda sorte violências, verdadeiras cenas vandalismo, espancando nossos correligionários, implantando enfim verdadeiro terror. Esta situação agravou-se sobremodo após cisão partido epitaquista. Em Areia já foram espancados cerca de quarenta cidadãos. Em Campina Grande grupos armados cometem desordens empiqueando estradas. Em Alagoa Nova, onde derrota dos Aliancistas estava iminente, as violências são de tal forma que o primeiro suplente do Juiz Federal teve casa varejada polícia conseguindo fugir mais de Trinta quilômetros a pé (...). Em Picuí então fechadas às agências do correio e dos telégrafos, cujos serventuários foram obrigados a abandonar os cargos ameaçados de inomináveis violências. Em Piancó, Misericórdia, Brejo do Cruz, Serraria, Conceição, Soledade, tropelias chegaram auge. Este escrito quando recebi telegrama chefe de Areia Cel. Cunha Lima seguintes termos: agora mesmo retirei minha residência todos meus esta cidade abandonando tudo evitar massacre anunciado polícia. Reina terror inaudito regime insegurança nunca visto. Tenciona polícia exterminar-me e minha família. Não tendo quem recorrer peço garantia de vida e propriedade. Telegramas idênticos recebi do Cel. José Targino da Cruz, cel. Salviano de Figueiredo, de Campina Grande. Força federal aquartelada aqui espera ordem presidente da Republica. Atenciosas saudações – Vianna do Castelo’.

Publicamos esse Telegrama do Desembargador Heráclito para que se edifiquem os nossos conterrâneos acerca das infames artimanhas desse desequilibrado moral que se encontra à frente do perrepismo na Paraíba”. Cf. A União de 5 de março de 1930, fl.1.

<sup>265</sup> PROCÓPIO, Severino Gomes. **Meu depoimento**: revolta de Princesa e Revolução de 1930. João Pessoa: A Imprensa, 1962, p. 64.

Presume-se que o governo a esperava, e partindo de Areia, cidade de José Américo,<sup>266</sup> já que os Cunha Lima, eram constantemente incitados por Heráclito Cavalcante para promoverem a desordem, o que não seria uma possibilidade remota de ocorrer,<sup>267</sup> a ponto de o governo dispensar a esta cidade um efetivo considerável da polícia militar. Este mesmo contingente foi aproveitado por Severino Procópio quando de sua passagem por Areia para combater o movimento deflagrado em Princesa.<sup>268</sup> Juntando-se ali aos policiais comandado pelo Tenente João Costa que chegara de Serraria, cidade vizinha a Areia.

Evidentemente, se o Desembargador contasse com José Pereira não estaria tentando os Cunha Lima para o cisma, já que o primeiro era tido como o Coronel mais poderoso dentro do estado. Havia sim uma notória insatisfação por parte de José Pereira, mas até então disfarçável.<sup>269</sup>

Deflagrou-se, então, a primeiro de março de 1930, dia da eleição presidencial, o movimento armado em Princesa, sob o comando de José Pereira, cujo objetivo era o mesmo pretendido por Heráclito, ou seja, provocar a intervenção federal no estado. De acordo com Severino Procópio, esta foi uma ação que José Pereira pôs em prática, mas que a considerava como uma “*luta inglória*”, pois, convenceram-no que a intervenção sairia rapidamente.<sup>270</sup> Procópio afirmara que Pereira não tinha razões para essa missão arriscada, já que mantinha boas relações, não só de amizade particular, mas também política, com João Pessoa e dispunha, também, da amizade de Epitácio Pessoa e contava com a “*amizade e apreço de todos nós, também, amigos do Governo do Estado*”.<sup>271</sup>

Indubitavelmente, Procópio conhecia as perdas econômicas infligidas aos Coronéis do interior, principalmente a José Pereira; a destituição de Suassuna, assim como dos demais correligionários da

<sup>266</sup> José Américo encontrava-se em Areia no momento da deflagração do movimento, em virtude da eleição.

<sup>267</sup> “O governo foi informado de que o Desembargador Heráclito Cavalcanti, numa de suas manobras indecorosas, estava instigando os Cunha Lima para a promoção de desordens no município de Areia, e que estes chegaram a iniciar até o aliciamento de cabras numa fazenda de sua propriedade, situada nos limites com o Rio Grande do Norte.

Diante disso, o chefe do executivo deliberou mandar aumentar o destacamento daquele município com mais 100 praças”. Cf. A União de 29 de março de 1930, fl. 1. “FOI AUMENTADO O DESTACAMENTO POLICIAL DE AREIA”.

<sup>268</sup> Severino Gomes Procópio, advogado campinense e Delegado Geral do governo João Pessoa e sobre as ações imediatas tomadas pelo governo quando da deflagração da revolta de Princesa ver: PROCÓPIO, Severino. Op. Cit, pp. 68 e ss.

<sup>269</sup> José Américo declarou em entrevista, a Aspásia Camargo, que a insatisfação de José Pereira iniciou-se desde o momento em que João Pessoa removeu “... o administrador da mesa de renda, que era irmão de José Pereira (...). Depois do desarmamento, ele teve necessidade de afastar alguns elementos que mantinha na cidade. Os Pessoa de Queiroz, parentes de João Pessoa, já estavam desgostosos com ele devido ao que se chamou de ‘guerra tributária’, e não acompanharam a Aliança Liberal”. CAMARGO, Aspásia. Op. Cit, p. 132.

<sup>270</sup> O que não ocorreu, pois, já a época da morte de João Pessoa e chegado ao fim da escaramuça “... estavam exauridas as energias dos contendores. Os arsenais esgotados, os armazéns vazios e os homens extenuados. Pior de tudo: nos cofres só uns trocadilhos...”. Cf. JOFFILY, José. **Revolta e revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 235.

<sup>271</sup> Cf. PROCÓPIO, Severino Gomes. Op. Cit, pp. 66/7.

chapa situacionista.<sup>272</sup> Conforme Procópio, Pereira não tinha razões para essa “*luta inglória*”. Entendia, pois, que esta atitude decorria de “*ambições da política*” sem limites e que Pernambuco – entenda-se os Pessoas de Queiroz – “... *não quis respeitar a cortesia e o apreço que o velho político sertanejo de Princesa desfrutava em nosso meio*”,<sup>273</sup> o que nos leva a inferir que o Coronel paraibano foi impelido para o combate por relações de amizade e compadrio, reforçando a posição de José Américo quando afirmava o alto grau de ligação entre José Pereira e os Pessoa de Queiroz.<sup>274</sup>

Acerca dessa dissensão, uma outra questão se põe, qual seja: José Pereira tencionava o assassinato de João Pessoa? Linda Lewin ao fazer considerações acerca do posicionamento de José Américo sobre um possível complô para assassinar João Pessoa,<sup>275</sup> inferiu que Américo declarara tal possibilidade. Acreditamos, ser infeliz esta posição de Lewin, haja vista ser contrária as declarações de Américo. Essa controvérsia se deu devido a um fato ocorrido durante a campanha aliancista para a presidência da República, quando João Pessoa decidiu percorrer os sertões paraibanos, inclusive passando por Princesa, reforçando o apoio dos políticos situacionistas. Conforme Américo, as tensões eram sentidas de parte a parte, todavia, o rompimento de fato ainda não ocorrera. Portanto, ao chegarem em Princesa, grande festa aguardava a caravana do então candidato a vice-presidência, o que foi tido como surpresa, em virtude dos ressentimentos. Com o fim das festividades e após grandes discursos, se recolheram para dormir. Nesta ocasião, Pereira teve uma atitude intrigante, e aqui reside a querela, que foi o de trancar a porta do quarto de João Pessoa, pelo lado de fora e ter guardado a chave consigo. Américo afirmou que “*Muita gente pensou que se premeditava um atentado, mas eu acho que foi ao contrário. José Pereira tirou a chave do quarto para não matarem João Pessoa: ele o estava defendendo de um atentado*”<sup>276</sup>(grifos nossos). Se compararmos esta declaração com uma outra dada em “*O ano do nego*”, veremos que foi a mesma concedida a Camargo, anos mais tarde:

Falou-se muito que José Pereira teria fechado o quarto de João Pessoa pelo lado de fora, guardando a chave. Houve quem atribuísse esse fato a uma

---

<sup>272</sup> Ver nota de nº 243, p. 83.

<sup>273</sup> Idem, p. 67.

<sup>274</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit, p. 132.

<sup>275</sup> Ver LEWIN, Linda. Op. Cit. p. 350.

<sup>276</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit, p. 134.

intenção criminosa. *Tenho que foi, ao contrário, uma medida de prudência, com receio de um atentado.*<sup>277</sup> (grifos nossos)

Certamente, a morte de João Pessoa não interessava a ninguém e não questionamos que esta possibilidade tenha sido aventada, no entanto, se esta fosse a opção possível, ela teria sido posta em prática mais cedo. Esta concepção, ou seja, a do assassinato, é defendida peremptoriamente por Procópio, já que entendia que o lado inimigo, isto é, aquele que iniciou a escaramuça ao perceber que a intervenção não viria e que não conseguiria vencer pelas armas, assim como, a tendência com a ascensão de Júlio Prestes era o da reconciliação, porquanto o governo não iria “... *recusar a colaboração de três estados, por mero capricho partidário ou político*”, a solução seria o assassinato de João Pessoa, levada a cabo por João Dantas, inclusive com o apoio da polícia de Pernambuco.<sup>278</sup> No entanto, uma das cartas dada a público, pela A União, em 30 de agosto de 1930 declarava que “*O Dr. João Dantas diz que não ficará satisfeito com a deposição de V. Exc. quer a vossa vida*”<sup>279</sup> (grifos nossos) – tal carta reforça o esforço inicial como atitude política, ou seja, a deposição de João Pessoa e evidencia o caráter passional do crime. Ora, o que se queria era impor ao presidente do estado uma derrota moral e política, buscava-se sim, a sua deposição, o que significaria o ostracismo político definitivo. O depoimento da professora estadual, Joana Augusta, que trabalhava, à época, em Princesa foi bastante revelador neste sentido e demonstra não estar longe da plausibilidade, já que demonstrou as impressões daquilo que se ouvia nas ruas, na boca da arraia-miúda “... *com a sua chegada [da professora em Princesa], tendo então sabido, por parte de pessoas amigas do Cel. José Pereira, que estava rompido com o presidente João Pessoa e disposto a juntar gente em armas para depor o presidente...*”<sup>280</sup> (grifos nossos).

Uma outra postura que corrobora com esse entendimento, só que desta feita partiu da boca do próprio José Pereira e evidencia a clareza que o mesmo tinha da conjuntura política, quando declarou “*Na noite de 26 de julho, em sua cidadela, cercado dos homens que nele confiavam cegamente – José Pereira Cardoso, Manoel Medeiros, Benedito Sintônio, Marcolino Diniz e Sinhô Salviano – fez*

<sup>277</sup> ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego**: memórias. João Pessoa: A União, 1978, p. 50.

<sup>278</sup> Cf. PROCÓPIO. Severino. Op. Cit, pp. 124 e ss.

<sup>279</sup> Trecho da carta enviada a João Pessoa por um informante (datada de 10/07/1930) in: A União de 30 de agosto de 1930. “DOMUMENTOS DA PERFÍDIA E CHANTAGEM POLÍTICA”

<sup>280</sup> Cf. A União de 26 de março de 1930, fl. 3. “OS CANGACEIROS DE JOSÉ PEREIRA TENTANDO CONVULSIONAR O SERTÃO”.

*um único comentário: 'perdemos a luta'*".<sup>281</sup>(grifos nossos) Ora, se se buscava o assassinato do presidente do estado, por que reconhecer antecipadamente que perdera a luta, após o assassinato de João Pessoa, seu desafeto político. Certamente, Pereira sabia o significado de uma atitude extremada dessa natureza e nunca pretenderia tal atitude fosse por razões políticas e/ou pessoais.

De uma forma geral, o tema Princesa, morte de João Pessoa, Revolução de 30 são extremamente instigantes, controversos e até se confundem, haja vista estar bem viva na memória coletiva do povo paraibano. Muita paixão se coloca ao se abordar o tema. Portanto, muito se tem falado dos revoltosos sertanejos, cuja valentia e táticas militares se tornaram verdadeiros épicos na nossa historiografia; o mesmo ocorrendo com a nossa Polícia Militar, só que em sentido inverso, ou seja, repleta de incompetência, deserções, etc.

Américo foi um dos protagonistas deste combate o que dá evidência à colocação de Pecaut, ao afirmar que a *intelligentsia* "... não brincavam de política" e muitos deles, como no caso, Américo, expuseram suas carreiras e suas próprias vidas em busca de um ideal, a Revolução.

Consideremos, portanto, a posição de Lewin que resume, grosso modo, a visão já consolidada acerca da Revolta de Princesa, ou seja, de que "*... os rebeldes sertanejos estiveram em vantagem militar desde março até julho, quando o governador foi assassinado*".<sup>282</sup>

Assim sendo, perguntaríamos porque as tropas legalistas, isto é, as do governo, não foram vencidas, já que eram incompetentes, estavam desmuniçadas, desmotivadas, cansadas e estropiadas? E como não se bastasse, sofrendo restrições por parte dos governos federal e estadual (Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará), e nestas condições permaneceram em combate, sem capitular, até a "intervenção federal". Concordamos que muita coisa está obscura, principalmente, pelos diversos relatos em que seus protagonistas buscam para si papéis de grande relevância no episódio.

Há falas de tão pueris e minudentes que são, chegam a ser irritantes, todavia, tem se propalado como fator de grande relevância, como o caso dos policiais que compunham a tropa do Tenente João Costa, quando sitiados em Tavares, recorreram a bater em latas de gasolina em decorrência da falta de munição.<sup>283</sup> Este fato de "extrema" relevância foi relatado pelo correspondente de A União, e que

<sup>281</sup> JOFFILY, José. Op. Cit, p. 235.

<sup>282</sup> Cf. Lewin, Linda. Op. Cit, p. 350.

<sup>283</sup> Ver LEWIN, Linda. Op. Cit, p. 352; Ver também MELO, Fernando. Op. Cit, p. 215/6, e VIDAL, Ademar. **1930**: história de João Pessoa e da Revolução na Paraíba. São Paulo: cia. Editora Nacional, 1933, p. 208. Há uma outra descrição de Ademar Vidal, acerca desse evento, que é simplesmente inimaginável da forma como ele o descreveu: "Durante os tiroteios com os cangaceiros, em Tavares, *os soldados da polícia paraibana repeliram a agressão com*

tinha por objetivo desqualificar as tropas de José Pereira, uma vez que enquanto os cangaceiros atiravam a esmo, sem conseguirem acertar o alvo, os policiais caçoavam deles, batendo em latas. Portanto, a dramaticidade e relevância que dão ao fato específico, o sítio, e por extensão a todo o episódio “Revolta de Princesa”, ressaltando uma situação de extremo desespero, parecem não ter ocorrido e a comprovação se dá pelo simples fato de os soldados do Tenente João Costa não terem sido vencidos, bem como a polícia militar como um todo, ter permanecido em combate até ao final do movimento. Vejamos, pois na íntegra o que disse o correspondente:

TAVARES, 3 – (Do enviado especial d’ “A União” à zona de operações) – Nestes últimos dias, Tavares tem recebido rápidas visitas de pequenos grupos, que *na impossibilidade de uma aproximação às posições das forças legais*, fazem disparos à grande distância, sem nenhum proveito.

O povoado de Tavares. Localizado em uma depressão do terreno, *está inexpugnável e afronta* qualquer investida inimiga por mais violenta e tenaz que seja.

A coluna ocupante, cujas demonstrações de bravura são inúmeras, sob o comando do capitão João Costa, é atualmente composta de cerca de 200 homens.

No momento em que *os cangaceiros fazem disparos sobre o povoado, a soldadesca prorrompe em gritos, batendo em latas, enxadas, chocalhos e desafios, irritando sobremodo os atacantes, que não se aproximam, recrudescendo, porém os disparos.*<sup>284</sup>(grifos do autor)

A descrição da topografia de Tavares corrobora as assertivas do correspondente, já que um alvo militar localizado em uma região baixa, favorece o tiro de longa distância. Em se tratando de uma área bem defendida e considerando o tipo de armamento usado por ambas as partes em conflito, a vitória do atacante só se daria no combate corpo-a-corpo e/ou vencido o inimigo pelo cansaço, fome e sede, como foi a tática empreendida, isto é, o sítio. Que consiste no cerco à área, impedindo a

---

*toques de lata, rufos, zabumbas*, formando um zepereira ensurdecedor, o que provocava mais violência dos capangas (...)” VIDAL. Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1978, p. 173.

<sup>284</sup> Cf. A União de 4 de maio de 1930, fl. 2. “A MASHORCA DOS CANGACEIROS CAPITANEADOS POR JOSÉ PEREIRA: Entrevista com Dr. Edrize Villar – Notícias de Tavares – Uma informação do “Jornal do Comércio”.

comunicação, o provisionamento de munição e alimento. No entanto, em todas as tentativas de se tomar Tavares no corpo-a-corpo, os rebeldes foram derrotados.

Não aceitamos, portanto, quaisquer argumentos desta natureza, ou seja, de uma polícia incapaz, covarde, desmotivada, etc. Entretanto, poderíamos atribuir algum insucesso das tropas legalistas, a outros fatores, tais como: a contribuição já aludida dos governos federal e estadual; a práticas não condizentes com a disciplina e decoro militar, que foram evidenciados em dois inquéritos militares. Um descrito no “*Memorial – Inquérito Policial Militar de Princesa*” cujo indiciado foi o Tenente João Francelino da Costa; e o outro inquérito que se estabeleceu a partir da *Portaria nº 970*, cujo indiciado foi o Tenente José Guedes da Silva.<sup>285</sup> A estes dois inquéritos voltaremos um pouco mais adiante.

No que tange ao conflito em Princesa, as considerações de José Américo sobre os problemas da resistência são extremamente significativas e pertinentes, haja vista centrar a questão no *Comando* e não na tropa, ou seja, o que ocorria na tropa era o reflexo das *desinteligências* ocorridas na condução da luta, bem como o bloqueio imposto ao estado. Para Américo, “*só a visão direta evitaria o colapso. Andava nessa causa aos trancos e barrancos, estava por assim dizer, nas últimas e nada se sabia de positivo...*”,<sup>286</sup> e o que ele acreditava ser necessário fazer era “*... representar a autoridade única, corrigindo os distúrbios causados pela rivalidade entre comandos...*”,<sup>287</sup> assim, precisava estar no local do conflito.

As notícias que chegavam à cidade da Paraíba era que havia “*... uma cinta em torno (de Princesa), a contê-la*”<sup>288</sup> o que não era verdade, porquanto das informações de invasão de outras áreas do Cariri e Sertão, até pouco tempo, infensas as desordens. Assim, Américo percebia em seu deslocamento para o sertão, que “*... alastrava-se o conflito. As coisas não estavam boas; o inimigo vinha vindo*”.<sup>289</sup>

No memorial do Tenente João Francelino escrito ao interventor federal, Antenor Navarro, encontramos denúncias gravíssimas que ocorreram durante os combates em Princesa. Denúncias estas que acreditamos serem fatores suficientes para determinarem os rumos do relativo insucesso da campanha de Princesa, todas elas praticadas pelo Comando. Por exemplo, a notícia mentirosa da morte, em combate, de um suposto militar alemão, ex-combatente da Primeira Guerra, que lutava ao

<sup>285</sup> Ambos documentos se encontram no Arquivo Histórico da FUNESC (fundação Espaço Cultural em João Pessoa).

<sup>286</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, pp. 71/2.

<sup>287</sup> Idem, p. 72.

<sup>288</sup> Idem, p. 76.

<sup>289</sup> Idem, p. 76.

lado dos “cangaceiros de Princesa”, cuja prova era a exibição, na capital, de uma platina retirada do referido combatente, como o resultado dos combates em Tavares, todavia, Francelino desfaz a farsa:

Ainda me achava naquela cidade [Patos], quando me foi mostrado pelo Dr. Plínio Lemos um rádio estampado na União do dia 1º [abril], procedente de Nova Olinda, datado de 31 de março e assinado pelo Capitão Irineu Rangel, dando como resultado da luta de Tavares, baixa de 56 cangaceiros entre mortos e feridos gravemente, *cujo despacho, somente depois de me achar nas forças em operação, vim, a saber, que fora redigido nesta capital, para produzir efeito*, conforme declarou o Dr. Severino Procópio ao Tenente José Guedes quando pedia ao mesmo oficial para confirmá-lo em sua entrevista ‘A União’, o qual teve o protesto do Capitão Irineu, transmitido pelo rádio, de Piancó, o que provavelmente não chegou às mãos do Dr. Presidente, vindo a saber, também, que a *platina aludida posta em exposição nesta capital, fora encontrada no leito da rua de Tavares, pelo sargento Angelino Soares de Figueiredo*, e, assim, foi sendo iludida a boa fé do Dr. João Pessoa, a quem **desta vez** não comuniquei tamanha falta porque logo não se me ofereceu oportunidade.<sup>290</sup>(grifos nossos)

O que se confirma, parcialmente, é a condição de pessoa enganada, desempenhada por João Pessoa no conflito, certamente não só ele, mas toda a população que tomou conhecimento de alguns falsos relatos de A União. Todavia, vale ressaltar o papel desempenhado por Francelino que foi designado por João Pessoa para dar-lhe “... *informações com o devido critério*” acerca dos acontecimentos,<sup>291</sup> conduzindo-nos ao entendimento de que a credulidade de João Pessoa não era total as informações chegadas do sertão. A despeito de não informá-lo do caso Tavares, ou seja, do suposto oficial Alemão, Francelino não deixou de cientificá-lo acerca de algumas atuações como a do

---

<sup>290</sup> Cf. COSTA. João Francelino da. Memorial – Inquérito policial de Princesa. Datado de 8 de dezembro de 1930. FUNESC, Cx. Nº 19, fl. 2/3.

<sup>291</sup> Nas atribuições de Francelino, determinadas por João Pessoa, encontrava-se “... entender-me com o Capitão Irineu Rangel e de volta prestar-lhe algumas *informações com o devido critério*” (grifos nossos). Idem.

Tenente Ascendino Feitosa que em vários momentos escusou-se do combate,<sup>292</sup> embora desfrutasse de alguma fama de grande combatente, entre outras coisas como veremos adiante.

A questão da falta de munição para a tropa era um fato, como conseqüência das imposições do Ministério da Guerra que criava óbices à compra e a aquisição das mesmas, pelo estado paraibano. José Américo quando falou acerca da “semana da bala” em que mulheres e crianças traziam ao presidente João Pessoa cartuchos de presente, ele afirmou que tais atitudes eram as “... *únicas compensações*”, quais compensações? Evidentemente, o apoio da população, mesmo com atitudes singelas como as demonstradas por estas personagens. É interessante observar que pouca ou nenhuma menção se fizeram às grandes doações tal como um carregamento de 11.000 cartuchos doados por comerciantes pernambucanos, ao governo estadual.<sup>293</sup> No entanto, parece-nos que a falta de munição não era a principal questão, já que de uma ou outra forma as munições e os armamentos chegavam às tropas. No relato de Francelino, não aparece reclamação sobre a falta de munição, mas sim, o que se questionava era a qualidade das munições que se tinha.<sup>294</sup> Algo mais grave acontecia, ou seja, a corrupção grassada com a compra clandestina de munição, em que o estado pagava pela munição comprada a si mesmo;<sup>295</sup> Américo em *O Ano do Nego* fez a denúncia, todavia, não atribuiu

<sup>292</sup> “... da atuação do Tenente Ascendino Feitosa (...) deixando de prestar auxílio ao Tenente Nonato e ao sargento Clementino Furtado, quando esses dois abnegados se achavam cercados na povoação de Patos (...)”. Idem.

<sup>293</sup> Foi um dia de festa o dia de ontem, no Quartel da Força Pública. Inesperadamente parou diante dele, as primeiras horas do dia, um automóvel do Estado vizinho, conduzindo grandes embrulhos.

Descendo, apressadamente, um rapaz moço de branco procurou o oficial de dia, entregando-lhe a seguinte carta:

Exmo. Dr. João Pessoa – Saudações – o portador, que é uma das firmas que esta subscrevem, entregará a V. Exc. alguns embrulhos contendo 11.213 balas de fuzil.

Levou-nos a esse gesto o modo como se tem portado o Presidente da República, impedindo que V. Exc. adquirir armas e munições para combater os cangaceiros que os outros governos assim ajudam, inclusive o deste Estado.

Comerciantes brasileiros, conhecedores do que seja o cangaceirismo no Nordeste, não podíamos ter outro gesto, na hora em que o Paraíba luta sozinha contra todos os governos armados e os cangaceiros oficializados. Não somos fabricantes de munição, mas também não precisamos dizer a ninguém onde a adquirimos.

O que nos aproveita e serve a V. EXC. é que cheguem às mãos do presidente paraibano a nossa contribuição para o combate final ao cangaceirismo político. Com respeito e profunda admiração subscrevemo-nos. Cf. A União de 23 de maio de 1930, fl.3. “ONZE MIL BALAS DE FUZIL OFERECIDAS POR COMERCIANTES DE UM ESTADO VIZINHO”

<sup>294</sup> “Por sugestão do Tenente Benício, resolvi com ele fazer um exame na munição de rifle, encontrando em dois mil e pouco cartuchos que existiam em depósito, quatrocentos e muitos de revólver Nagant, que não se adaptavam absolutamente àquela arma, Tomando em consideração a reclamação que me era feita pelas praças e o exame procedido na munição referida, providenciei comunicando o fato por ofício ao Capitão Irineu que nenhuma providência obteve, tendo o Capitão Antônio Salgado se dirigido ao Coronel Elísio Sobreira, solicitando abertura de um inquérito contra mim, por lhe ter feito referências e ser ele meu superior hierárquico”. Idem, fl. 6.

<sup>295</sup> “Grave irregularidade que ocorria em Piancó, chegava ao meu conhecimento, era a compra clandestina de munição feita aos próprios soldados por Antônio Brasilino e seus agentes, ao preço de 100 e 200 réis cada cartucho e revendido ao estado ao preço de 1000 réis. Este fato levei ao conhecimento do cel. Sobreira, por carta, cujo portador foi o civil Francisco Nitão, hoje 2º Tenente revolucionário. Contra estes fatos sempre me conservei sem reserva em atitudes de protestos, motivo porque, aos poucos, sorrateiramente, se avolumam contra mim por aqueles que procuravam ocultar a verdade”. Idem, fls. 5/6.

responsabilidades, escusando a incompetência do governo que tentava comandar uma operação dessa magnitude à distância, assim como o envolvimento de alguns oficiais, ainda hoje considerados “heróis da resistência”, deixando por conta da imaginação do leitor/pesquisador o desenlace para tal crime “*estabelecera-se um comércio ilícito: a compra de munição aos soldados para revenda. O governo do estado, vítima do bloqueio, tinha que comprar toda a arma que aparecesse. Acabei com esse negócio prendendo os receptores graúdos*”,<sup>296</sup> bem como o uso da agiotagem com a conivência de alguns oficiais, entre outras condutas não recomendáveis ao oficialato:<sup>297</sup>

... Tenente Ascendino Feitosa (...) quando com a força sob seu comando, aliada a ‘capangas’, atacara a vila de Conceição de Piancó, fato público e notoriamente conhecido, retirando-se para Princesa, onde passava noites em farras com Marcolino Diniz, cunhado de José Pereira e o maior cangaceiro do município declarando alto e bom som ‘que daquela data em diante não seria oficial da força Pública e sim cangaceiro, causando ainda prejuízo de quinze contos de réis que fora indenizado pelo estado com a quantia de sete contos e quinhentos mil réis (...) se comenta ainda a seu respeito sobre o incêndio da casa do cangaceiro José Joca em Sant’Anna dos Garrotes, dos oito fardos de fazendas que foram transportados para Piancó.<sup>298</sup>

A denuncia de fatos como estes, em seu conjunto, explicam e justificam alguma deficiência na atuação das tropas. Pois como se percebe, muita vaidade estava em jogo, à corrupção grassava o campo de combate, mas, mesmo assim, Francelino afirmava que a tropa em geral, portava-se “... *de modo disciplinado e satisfatório procurando assim manter as tradições de brio de nossa força Pública jamais desmentidas*”.<sup>299</sup>(grifos nossos)

<sup>296</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 79.

<sup>297</sup> “Torna-se necessário ainda esclarecer a v. excia. que o ódio que me votam certos oficiais da força (...), é tão somente por ter eu quando me recolhi da cidade de Campina Grande em novembro p.p., (...), *levado ao conhecimento do Exmo. Sr. presidente do estado, o inesquecível Dr. João Pessoa, a agiotagem vergonhosa que vinham fazendo os comandantes das sub-unidades com alguns fornecedores, passando vales aos pobres soldados com 10% de ágio por quinzena ou seja 20% ao mês, levando metade do produto, cuja transação que tão bons lucros vinham deixando foi dessa data em diante como medida de moralidade, mandado suspender de ordem do governo*” (grifos nossos). Idem, fl.13.

<sup>298</sup> Idem, fl. 10. Américo afirma que contra saques e as depredações tomou severas providências, o que ratifica as denúncias de Francelino. Cf. ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 79.

<sup>299</sup> Idem, fl. 8.

Em seu memorial, Francelino não nega ter havido deserções, mas que foram poucas e seus soldados sempre se comportaram com valentia, o que, se não desmente a tese da incompetência da tropa, ao menos a relativiza. Esta assertiva de Francelino entra aparentemente em choque com a visão de Américo, que afirmara ter “... *verificado deserções em massa (...). Eu precisava usar de energia, mesmo de dureza, para cortar o mal pela raiz. Era meu velho sistema: pegar o primeiro para dar a lição. A coação moral seria um santo remédio, pra que não se repetisse o mal*”.<sup>300</sup>

Conforme Procópio, a presença de José Américo no teatro de operações trouxe grande alento as tropas em combate, e todo aquele ambiente de falta de comando passou a modificar-se “*A ida de José Américo para o Piancó, melhorou muito a nossa situação. O secretário do interior estava presente no local dos acontecimentos. Era um fato animador*”.<sup>301</sup>

Outro documento que gostaríamos de nos referir é a *Portaria de nº 970* que trata do inquérito policial militar instaurado contra o Tenente José Guedes da Silva que combateu ao lado do Tenente Francelino Costa. Este em seus relatos fez comentários elogiosos a atuação do Ten. Guedes nas lutas travadas contra os “cangaceiros” de Princesa.<sup>302</sup>

O que nos chama a atenção é o fato de se ter em campo um oficial de capacidade de comando comprovada e reconhecida versatilidade, ser tirado do combate para satisfazer aos caprichos de certos oficiais-comandantes, por outro lado, a atitude tomada pelo Tenente Guedes demonstra certa deficiência no Comando dos oficiais superiores, já que simplesmente ele resolveu acompanhar um outro comandante que não aquele designado, o que deu origem à portaria nº 970, instaurando-se o IPM, que teve por base, os seguintes questionamentos: 1º - Onde se achava o referido Tenente quando seguiu para as forças em operação no interior do estado; 2º - Em que coluna serviu; 3º - Qual o motivo porque se retirou das forças em operação e desde quando; 4º - Onde esteve depois que deixou esse serviço e de ordem de quem.

Depreende-se que o Comando Geral não tinha o menor controle sobre o que ocorria nos campos de batalha, porquanto em momento algum o oficial deixara o combate, mas foi dele retirado para dizer que lá se encontrava. O que corrobora com a postura de Américo ao afirmar da falta de comando, ter provocado tantas perdas ao estado e quase a derrota para os rebeldes de Princesa.

O que se torna revelador nestes depoimentos é o fato de que o desempenho nos combates significava a indicação de uma possível ascensão social, portanto, não cabe a tese defendida por

---

<sup>300</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 79.

<sup>301</sup> Cf. PROCÓPIO. Severino. Op. Cit, p. 105.

<sup>302</sup> Cf. COSTA. João Francelino da. Op. Cit, fl. 8.

Fernando Melo de que a Polícia não tinha nenhuma motivação para defender o governo João Pessoa, com base nos testemunhos circunstanciais de Café Filho e Vitor do Espírito Santo que afirmavam “... *que as tropas da Força Pública lutavam amedrontadas e, sempre que podiam, escapavam à luta, largando às posições de combate e se recusando a enfrentar o inimigo*”<sup>303</sup> – o que não condiz com o depoimento de Francelino, assim como, com o desempenho dessa mesma força na campanha Revolucionária. Quando falamos em testemunhos circunstanciais, estamos afirmando que as visões de Filho/Vitor expressavam um dado momento do combate, portanto, não se pode estendê-lo a todo o processo. Como vimos, a ida de Américo foi um divisor de águas, ou seja, a partir de sua ida as coisas começaram a mudar, Américo acreditava que “... *urgia era retomar a ofensiva fosse como fosse. Precisávamos de uma vitória, a qualquer preço, para restaurar o espírito combativo*”<sup>304</sup> e elas vieram, como relatou Guedes em seu depoimento e Américo ressaltou:

Esses sucessos impressionaram tanto os adversários que o deputado João Suassuna esteve em São José do Egito, Pernambuco, com José Pereira, estudando uma fórmula que encerrasse o conflito. Procurou também o presidente Estácio Coimbra e pediu-lhe que intercedesse, no mesmo sentido, junto ao ex-presidente Epitácio Pessoa.<sup>305</sup>

Ver-se-á em ambos os depoimentos, mais explicitamente em Guedes a reivindicação ao reconhecimento de seu desempenho “... *que apesar de toda essa sua dedicação e amor ao serviço, o comandante, o comandante das forças em operação, nos seus relatórios, nunca fazia menção completa dos serviços prestados pelo respondente, motivo porque o chefe de governo não teve conhecimento do modo abnegado do depoente nos campos de batalha*”<sup>306</sup>(grifos nossos) em Francelino ficou patente que houve uma tentativa clara de prejudicá-lo, no entanto, após escrever ao interventor relatando os acontecimentos em Princesa, ele retornou a escrever-lhe, desta feita

<sup>303</sup> Cf. FILHO, Café et ESPÍRITO SANTO, Vitor. in: Fernando Melo. Op. Cit. p. 216.

<sup>304</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 87.

<sup>305</sup> Idem, p. 89.

<sup>306</sup> Cf. declaração do José Guedes da Silva ao inquérito policial militar datado de 14 de julho de 1930, Portaria de nº 970. Conforme a declaração de Francelino “... e o 2º [tem. José Guedes] pela energia, atividade e desassombro com que repeliu as terríveis investidas dos cangaceiros contra a nossa retaguarda, demonstrando mais uma vez suas brilhantes qualidades de valoroso militar”. Ver COSTA, Francelino. Op. Cit, fl.8. Este relato, concernente ao ataque a S. Boa Ventura foi dirigido ao Cap. Irineu Rangel que não deu publicidade ao mesmo, do qual tomou conhecimento José Américo e declarou pessoalmente em Piancó, segundo Francelino, que este “... foi um dos feitos brilhantes da campanha”. Idem.

reivindicando sua promoção, conotando-se a perseguição e ilegalidade do fato, uma vez que outros oficiais mais modernos foram promovidos a sua frente.

Para José Américo, o Governo Federal havia cometido um erro crasso, ou seja, permitir que a situação na Paraíba chegasse aonde chegou “... até levantar-se uma onda de emoção”<sup>307</sup> Washington Luis parecia imbuído do mesmo sentimento de desforra pela qual fora tomado José Pereira, só que para com a atrevida Paraíba. Américo afirmara que ao Governo Federal restava-lhe duas alternativas, a saber, submetê-la ou pacificá-la. Ambas com gravames ao seu próprio prestígio:

Todo o Brasil nos olhava, formando-se uma onda em favor do mais fraco. (...) A Paraíba acabaria sucumbindo, mais iria custar caro. Se o Governo Federal viesse sobre nós, teria que fazer uma chacina. A polícia não se entregaria. Sei muito bem disso. Quantos seriam contra nós? Cinco mil? Mais que fossem, o povo fanático deixar-se-ia matar. E essa sangueira levantaria um clamor, capaz de abalar as próprias pedras. Tudo faz crer ter sido essa a razão que detinha a investida.<sup>308</sup>

O entendimento não era mais possível, principalmente porque a ala revolucionária não a desejava, dizia Américo “*Ninguém daria marcha à ré*”. Qual seria então a alternativa? Ou a vitória ou o aniquilamento total.<sup>309</sup> Desta forma, a Paraíba foi arrastada para um conflito inevitável, tendo a frente no comando não mais as velhas oligarquias, que a partir de então, passariam por um severo reformismo, mas aqueles que propuseram a mudança/reforma das estruturas que emperravam o crescimento e desenvolvimento do país.

---

<sup>307</sup> ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit, p. 103.

<sup>308</sup> Idem, p. 199.

<sup>309</sup> Idem, p. 200.

### III – A PARAÍBA PEQUENINA E BOA ENDOIDECE: historiografia x luta pelo poder.

#### 3.1 - Discussão Historiográfica

A Revolução de 30, na nossa História, foi uma revolução preparada, uma revolução do povo, (...), estou falando para essa mocidade, essa mocidade que aí está e que não conhece uma palavra sobre esse movimento (...). Nas faculdades, no ginásio ainda não se ensina como e por que se desenvolveu a Revolução de 30. <sup>310</sup>

Invariavelmente a Revolução de 1930 foi, é e sempre será assunto de infundáveis controvérsias: ruptura ou continuísmo. A menos que a consideremos discussão superada. Superada por ser controversa e não por se chegar a um denominador comum. Para uns, 30 foi uma crise de hegemonia no bloco de poder que se recompôs logo em seguida, não havendo, portanto, nenhuma ruptura em sua base de sustentação. Para outros, este mesmo movimento foi um momento de mudanças, de ruptura com o *status quo* vigente. Há, ainda, aqueles que a vê como uma construção, cujo objetivo fora silenciar e\ou apagar os vestígios das tensões alvissareiras, ativas e perigosas das classes trabalhadoras. Por fim, há as posições dos atores históricos, daqueles que participaram ativamente do processo, planejaram, puseram as mãos em armas, e viveram a Revolução.

O texto em epígrafe tem por finalidade apenas instigar a discussão. Para Luzardo, “*não se ensina como e por que se desenvolveu a Revolução de 30*”, mas afinal de contas o que foi a Revolução de 30?

Discutiremos algumas teses com a finalidade apenas de visualizarmos como o tema é tratado. Dentre elas os trabalhos de: Boris Fausto, Werneck Vianna, Ricardo Antunes, Ângela de Castro Gomes, Edgard de Decca e Octávio Ianni, cada um com diferenças significativas entre si.

Fausto nega peremptoriamente que a Revolução de 30 tenha sido decorrente da insatisfação da classe industrial, da classe média ou protagonizada pelos tenentes. Esta sua postura decorre do fato de os industriais serem, naquele instante, uma fração de classe bastante incipiente e com pouco poder de

---

<sup>310</sup> Ver depoimento de Batista Luzardo à Câmara dos Deputados por ocasião da Semana Comemorativa da Revolução de 30 (50 anos da Revolução). In: **Anais da semana comemorativa da Revolução de 30**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984, p. 159.

pressão diante da classe agro-exportadora. Acrescenta, ainda, como indicadores dessa impossibilidade: o apoio dos industriais ao nome de Júlio Prestes à Presidência da República, quando mal se esboçou a campanha para a sucessão Presidencial, evidenciando em seu entendimento um alto grau de comprometimento com os representantes políticos dos cafeicultores, a saber, o PRP; a oposição sistemática levada a cabo por essa classe aos interventores nomeados por Getúlio Vargas, bem como sua adesão imediata à revolta constitucionalista de 32. Por fim, Fausto aponta para a estrutura socioeconômica e ideológica daqueles que se constituíram como elementos da cisão do pacto, ou seja, gaúchos e mineiros, onde todos, direta ou indiretamente, mantinham ligações com o meio rural e nutriam um certo ranço quanto à industrialização.

Para Fausto, o desenvolvimento industrial ocorrido no país a partir dos anos 30 foi consequência de uma “*Revolução do alto*”, ou seja, um desenvolvimento engendrado pelo Estado, uma vez que a burguesia nacional era incapaz de realizá-la, assim “*A Revolução de 1930 seja sob a forma direta de intervenção da fração de classe, seja sob a forma mediada de uma ‘revolução do alto’, não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política*”.<sup>311</sup>

A Revolução de 30 também não pode ser entendida como a revolução das classes médias, haja vista a própria dificuldade da conceituação de classe média, ou seja: o que seria a classe média nas décadas de 20 e 30? Além do que, havemos de levar em consideração a impossibilidade de visualizá-la claramente neste mesmo período. Por essas razões, na concepção de Boris Fausto, não há como perceber qualquer ligação entre classe média e os “tenentes”, além do que o tenentismo se apresentava “*como um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião*”, tratando-se mais de um movimento substitutivo que organizador do ‘povo’.<sup>312</sup>

Para Fausto, os “tenentes” eram autoritários e elitistas, e, quando no governo, suas experiências, salvo algumas exceções, demonstraram incoerências ideológica e política, o que lhes conduziu a uma rápida perda de identidade. Além do que, em muitos casos, os tenentes serviram apenas como elementos de persuasão nas mãos de Vargas neutralizando as oligarquias locais e proporcionando uma certa governabilidade.<sup>313</sup>

---

<sup>311</sup> FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.50.

<sup>312</sup> FAUSTO, Boris. Op. Cit, pp. 57-58.

<sup>313</sup> Esta posição de Boris Fausto é corroborada por José Américo de Almeida, quando este declarou ao jornalista Lago Brunet que Vargas e a Revolução só não caíram por estar em jogo a própria sobrevivência dos tenentes: “... Foi assim em 1930, sempre em crise, a ponto de ter-se cogitado de sua substituição [Getúlio] por junta de civis e militares. E arcando com o levante de São Paulo, que se sublevoou por um erro de psicologia política da Revolução, que estava fraca e não caiu

Por outro lado, Fausto entende que a *Revolução de 1930* não pode ser compreendida sem a participação das classes médias, do que não se pode inferir que a *Revolução* tenha sido materializada por ela; muito menos vê-la como ala hegemônica no processo revolucionário, nem como sendo seus beneficiários diretos; Fausto é cético quanto à possibilidade desta categoria social empreender um movimento político autônomo, principalmente neste período, que pudesse vir a redundar em uma subida ao poder, porquanto:

A pequena-burguesia brasileira da década de vinte é uma força subordinada. Seu inconformismo para com a prática oligárquica se adapta às cisões da classe dominante (...), funcionando como ‘base de massa’ de tais cisões. Isto é tanto mais simples quanto se trata de contar com a mobilização de uma categoria social cuja contestação não vai além das fronteiras que o sistema legitima.<sup>314</sup>

Conforme Fausto, a *Revolução de 1930* caracteriza-se por uma permanência significativa, ou seja, o fato de as relações de produção com base na grande propriedade agrária não terem sofrido alterações e o café ter continuado como sendo o principal produto de exportação brasileiro. Já no âmbito da política e embora alijada a burguesia cafeeira, nenhuma classe e/ou fração de classe conseguiu ter proeminência sobre as outras, que também chegaram ao poder. Provocando um *vazio no poder*, isto é, uma *crise de hegemonia* possibilitada por diversos fatores – cisão no seio das oligarquias dominantes, aglutinação das oligarquias não associadas ao café, militares, classes médias, massas populares – que num dado momento se aglutinaram deflagrando a crise institucional de 1930.

Segundo ele, tal situação conduziu necessariamente a um *Estado de Compromisso*, cuja composição contemplava as diversas classes e frações de classes. Para Fausto, o *Estado de Compromisso* foi possível em decorrência da conjugação de alguns fatores, a saber: a ausência de posicionamentos radicais e unilaterais no seio das classes dominantes; o posicionamento das classes médias que passaram a gozar de grande prestígio no novo aparelho de Estado, desempenhando papel importante nesta órbita. Já a classe trabalhadora ficou à margem deste compromisso sendo sistematicamente desmobilizada e despolitizada. Por fim, Fausto conclui que este *Estado de Compromisso* possibilitou uma nova forma de Estado, caracterizado por um maior intervencionismo

---

porque os interventores defendiam também as suas posições. Eram todos os estados contra um”. Cf. *Jornal Nacional* de 5 de dezembro de 1971, fl. 31. “José Américo: o patriarca das Revoluções”. JAA Cx. 01 Doc. 17.

<sup>314</sup> Idem, p. 84.

e centralização, como corolário do fim do sistema oligárquico e pelas mudanças nas diversas instituições.

Na concepção de Luis Werneck Vianna, em seu trabalho *Liberalismo e sindicato no Brasil*, cuja visão é bem distinta da de Boris Fausto, os anos vinte são anos de grandes alterações nas relações de classes, cabendo à burguesia agrária a responsabilidade pela condução do sistema político que se tornava cada vez mais complexo e exigia respostas prementes, que se consubstanciavam em um novo tipo de Estado. Entretanto, o liberalismo excludente implantado por esta burguesia agrária ao longo de toda a Primeira República apresentava extrema rigidez impossibilitando, portanto, espaços suficientes para manobras seguras. No entanto, sentindo-se compelida a minimizar o grau de exclusão político/econômico de um setor emergente pelos “... *movimentos civilistas, pela rebelião da juventude militar e pela luta operária*”,<sup>315</sup> ao fazê-la sentia-se atacada por trás por outras frações dominantes que compunham o bloco de poder.

Para Vianna, a crise econômica/financeira de 29, apenas precipitou a Revolução, imprimindo novas feições a um processo cujo fim, inexorável, teria certamente configurações mais avançadas do ponto de vista social. Assim, afirma que nenhuma das facções envolvidas no processo, a agrário-exportadora e a industrial, teria como manter sua tradicional postura liberal, haja vista, no primeiro caso, não haver recursos políticos, econômicos e sociais que pudessem satisfazer suas demandas e, no segundo, a extrema necessidade da acumulação de capital não ser compatível com a democratização do pacto liberal, acrescentando-se a isso o aumento da capacidade de reivindicação da classe trabalhadora.

Vianna nos conduz ao entendimento de que só poderíamos aceitar a idéia de uma classe hegemônica no poder e com fulcro no café se esta classe fosse capaz de dirimir os possíveis conflitos que porventura viessem aflorar em seu meio, entretanto, não foi capaz de “*explicitar uma obrigação política ampla o suficiente para compreender os novos setores emergentes*”,<sup>316</sup> mal conseguindo compor internamente com as demais frações de classe, a oligárquica não-exportadora e a fração industrial, mantendo-as à margem da política de Estado. Segundo ele, as forças potencialmente dissidentes permaneceram nesta condição, até o momento em que suas reivindicações se acumularam e convergiram em um mesmo sentido, demonstrando todo seu potencial disruptivo da ordem oligárquica, na primeira oportunidade que surgiu.<sup>317</sup>

---

<sup>315</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.100.

<sup>316</sup> VIANNA, Op. Cit., p. 102.

<sup>317</sup> Idem, p. 102.

Para Vianna, uma das grandes questões a ser administrada naquele momento decorria da concepção de *federalismo* da classe agrário-exportadora baseada no privilégio e na exclusão, em que a condução dos rumos políticos do país cabia exclusivamente aos estados de São Paulo e Minas Gerais. Desta forma, o federalismo hegemônico era responsável direto pelas constantes crises no interior daquela classe, provocando uma *crise de hegemonia*. No entanto, a classe dominante conseguiu postergar o inevitável até o final da década.

Em vinte e nove, com a sucessão presidencial, o “sistema da ordem” tentou mais uma vez impor sua concepção política de federalismo, o que não foi mais aceito pelos dissidentes, a saber, a oligarquia não-exportadora, os industriais e a classe média, que teve por conseqüência a ampliação do “*estatuto de participação*” dessas classes, bem como a revitalização do liberalismo, ou seja, a democratização da ordem liberal. Conforme Vianna, esta conversão dos dissidentes à “ampliação da pauta liberal” decorreu da necessidade de se ter um discurso capaz de congregar em torno de si as demais forças emergentes (classes médias urbanas, Forças Armadas) a fim de obter ressonância nacional em sua contestação a oligarquia no poder.

Segundo Werneck Vianna, não se tem levado em grande conta a decalagem evidenciada entre as camadas médias urbanas e o sistema do poder oligárquico fazendo assomar a idéia de que aquelas camadas serviram como instrumento de manobra nas mãos das oligarquias. Para ele, isto decorre de uma visão eminentemente “*Economicista, avaliando cada ator social por sua declaração empírica de intenções no mundo da economia, [isto] omite a questão essencial da falência política do sistema da ordem do liberalismo excludente*”. Que de certa forma modifica e/ou despreza o significado do processo cumprido,<sup>318</sup> ou seja, a participação efetiva de cada força em evidência no processo revolucionário.

Partindo desse liberalismo democratizante, Vianna acredita que foi nesse terreno onde ocorreu o desenvolvimento das idéias reformistas. Chamando a atenção para a “vocalização tutelar” dos militares que fez aparecer certa ambigüidade no movimento dos tenentes, cuja participação na política apresentava-se como um fenômeno que se dava em dois campos, a saber: a consciência de pertencimento a uma classe e uma outra mais de sentido mais corporativo. Conforme Vianna, enquanto predominou nos militares a primeira dimensão eles estavam efetivamente atuando como braço armado das camadas médias urbanas. Entretanto, quando a outra dimensão imperava este vínculo, embora existente, era bastante atenuado, no entanto, de uma forma ou de outra “... o

---

<sup>318</sup> Idem, p. 106.

*tenentismo se estabelecia como movimento antioligárquico, que quando reivindicava a abertura do pacto liberal, incompatível com o liberalismo excludente e privilegiador da oligarquia no poder, quer, e por razões ainda mais incisivas, a partir do momento em que se investiu da consciência de força tutelar”.*<sup>319</sup>

Indubitavelmente, Vianna concorda que a ruptura ocorrida no seio do tenentismo fez evidenciar um antiliberalismo cuja proposta apresentava-se autoritário-corporativa e de modernização do Estado. Tal proposta ascendeu ao poder com Juarez Távora e, de certa forma impossibilitou o pluralismo no que tange a ampliação do pacto liberal. No entendimento de Vianna, isto acarretou a mudança de foco da *economia política* para o *eminente político*, evidenciando-se a disputa do poder estatal, ficando explicitado que nenhuma força foi suficientemente forte para submeter as demais, muito menos suficientemente fraca para deixar-se submeter; o que certamente provocou uma *crise de hegemonia*.

Entretanto, a resposta para esta crise de hegemonia não foi o Estado de Compromisso defendido por Fausto, mas sim, um *Estado Corporativo* que, segundo ele, foi uma resposta a determinadas pressões conjunturais. Esse Estado Corporativo, não configuraria em si mesmo uma reorientação no “*sistema da ordem inclusiva*”. No entanto, seria um tipo de corporativismo com limites definidos:

- a) coordenação da intervenção do governo no sistema produtivo, a fim de contornar a crise econômica; b) adequação à ideologia outubrista; c) garantir a ‘paz social’ no setor urbano-industrial, controlando politicamente a classe operária, cujo potencial desagregador poderia ameaçar o equilíbrio instável reinante nas classes dominantes.<sup>320</sup>

Vianna buscou explicar a modernização pós-30 através da denominada “*via prussiana*” compreendendo-a, também, como expressa na idéia de “*revolução pelo alto*”. Para Vianna, entre os anos de 1920 e 1937 o país passou por um crescimento assaz significativo, principalmente nos primeiros sete anos da década de 30. E, ao diagnosticar que este aumento se deu a partir de um movimento político-militar, cuja liderança coube a uma oligarquia de base agrária, buscou identificar como o Estado se comportou em meio ao processo. Assim sendo, percebe que ao se apoderar do

---

<sup>319</sup> Idem, p. 107.

<sup>320</sup> Idem, p. 123.

aparato estatal, a fração da burguesia agrária não-exportadora já levava consigo parte dos setores urbanos emergentes e isto conferiu ao novo Estado uma “*dimensão universalizadora*”. Ao garantir-se no poder, a fração da burguesia agrária impediu um outro modelo de modernização do mundo agrário vindo de “baixo”, numa complexa simbiose entre burguesia urbana e/ou demais classes e camadas urbanas e propriedade camponesa “*possivelmente emergente*”, como atesta o autor. Portanto, com esta ampliação generalizadora do Estado, foi dado o último passo para a consumação da revolução burguesa no Brasil. De acordo com Luis Werneck Vianna, o Estado Liberal excludente constituía-se num grande óbice ao desenvolvimento capitalista, mas sua remoção via Aliança Liberal possibilitou:

As bases para promover ‘de cima’ o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses. O caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado. Elimina-se ou rebaixa-se a cota de livre movimentação dos grupos sociais na sociedade civil. Em relação às camadas médias urbanas, a política se completa com a cooptação operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além das suas necessidades. A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato Estatal.<sup>321</sup>

O autor esclarece, pois, que a concepção de “*revolução pelo alto*” não significa atribuir nenhum grau de participação à burguesia industrial ao poder político, mas que seus interesses foram contemplados pelo novo Estado. Aduz, ainda, que a singularidade da *via prussiana* no Brasil decorreu do fato de um setor economicamente mais desenvolvido ter sido desalojado do poder por um menos desenvolvido, mas que esse domínio econômico do aparelho estatal, por essa burguesia industrial, irá possibilitar-lhe “*um percurso extremamente rápido no sentido da adoção de novos papéis econômicos, como o do empresário agrícola, do industrial ou do financista*”.<sup>322</sup>

Por fim, Vianna questiona a associação de revolução “*pelo alto*” com a idéia de “*revolução sem revolução*”, apesar de uma permanência relativa do sistema político anterior. Entretanto, o autor

---

<sup>321</sup> Idem, p. 135.

<sup>322</sup> Idem, p. 139

acredita que a categoria de modernização “*pelo alto*” produziu uma certa abertura no campo analítico facultando uma melhor percepção dos processos pelos quais as classes dominantes cooptam as demais classes reduzindo-as à impotência.

Já para Ricardo Antunes, a revolução de 1930 foi um “*reformismo pelo alto*”, ou melhor “*um rearranjo do bloco de poder*” feito pelo alto excluindo-se as classes subalternas, o que corrobora com Werneck Vianna. Desta forma, 30 foi um momento de conciliação que conseguiu aglutinar ao redor de si os vários segmentos da sociedade, exceto a classe trabalhadora, caracterizando avanços e recuos. Inelutavelmente, foi o marco da modernização e transição para a industrialização, em que o Estado agiu como agente da modernização. Antunes não está preocupado em determinar se a Revolução de 30 foi ou não burguesa, foi ou não foi uma revolução da classe média; o fundamental para ele é que este movimento criou as condições essenciais para o assomar de uma nova classe dominante, a saber, a burguesia industrial; portanto, esta classe foi uma *cria da Revolução*.

Houve indiscutivelmente uma *crise de hegemonia* no pós-30 entre as frações de classe que estavam na órbita do poder e a conciliação engendrada pelas mesmas era sempre posta em xeque, haja vista uma ou outra classe e/ou fração de classe querer apoderar-se de uma maior “fatia” do aparelho estatal. Para Antunes, embora estas disputas não tenham provocado rupturas significativas, mas, ao contrário, produziram formas de compromisso que levou ao fortalecimento do Estado pós-revolução, isto não nos permite compreender que tenha existido formalmente um “*Estado de Compromisso*”, já que o Estado varguista:

Pautou sua atuação não como mero árbitro e mediador entre as frações dominantes, porém, mais que isso, *impôs*, ao aproveitar-se das fissuras existentes entre as frações dominantes, um projeto que se dirigiu para a constituição de um núcleo industrializante fundamental e que, neste processo, ultrapassou inclusive aos interesses *imediatos* das classes dominantes agrárias e mesmo da burguesia industrial, formulando um projeto que garantia a preservava a expansão capitalista do Brasil.<sup>323</sup>(grifos do autor)

---

<sup>323</sup> ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2 ed. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1988, p. 70.

Antunes também discorda da noção de “*Estado Corporativista*”, defendida por Vianna, visto que no Brasil o processo de industrialização já surgiu na condição de subordinação aos interesses do capitalismo monopolista; e que a presença marcante de setores burgueses agrários com forte poder de barganha no aparelho de Estado não condiz com o seu entendimento de *Estado Corporativista*, ou seja, que o corporativismo é inconcebível sem o Estado fascista, conforme indica Togliatti.<sup>324</sup>

Para Antunes, o que ocorreu foi um “movimento pendular” no interior do aparelho de Estado imediatamente no pós-30, onde ora movia-se em direção aos anseios da burguesia agrária, ora aos ditames da burguesia industrial, seguido de uma forte centralização consubstanciada por um “aparato burocrático-militar”. Segundo ele, este fortalecimento do Estado ocorreu em países de origem colonial. Portanto, a noção de *via colonial* se adequará mais eficazmente do que a noção da *via prussiana*, haja vista que nesta via “*não há uma nítida distinção entre o processo de transição dos países de capitalismo tardio como a Alemanha e o capitalismo no Brasil*”.<sup>325</sup>

“*1930: o silêncio dos vencidos*” de Edgar De Decca, tem como escopo demonstrar o silêncio ao qual foram submetidas algumas categorias que participaram efetivamente do processo revolucionário caracterizado pelas lutas de classe. Assim, ele entende que o período histórico em torno de trinta é uma dupla estratégia de produção do silêncio em que se verifica “... *tanto na produção da idéia de revolução de trinta, durante o exercício efetivo de dominação de classe*” como posteriormente, quando os discursos acadêmicos tornam a revolução de trinta como “fato histórico”, deixando de vê-la apenas como uma dimensão simbólica da luta de classes, em que foram suprimidas as vozes operárias. Desta forma, a operação científica procurou preencher os vazios e as lacunas deixadas por esse “fato” no momento de sua efetivação, e a partir daí a aplicação dos vários modelos da revolução burguesa.<sup>326</sup>

Conforme De Decca, este silenciar decorreu da própria noção do “*fato histórico*”, Revolução de 30. Para ele, esta construção simbólica de uma luta oculta toda a trama dos conflitos de classe. Por esta perspectiva, De Decca elegeu o ano de 1928 por entender, em primeiro lugar, que foi a partir deste ano que se deu o encontro das diversas discussões anteriores acerca do tema revolução democrático-burguesa com a questão da direção política da luta de classe, definindo-se a partir de então a revolução democrático-burguesa como lugar privilegiado onde se daria a produção da

<sup>324</sup> Cf. Togliatti, P. **Lições sobre Fascismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. Apud. ANTUNES, Ricardo. Op. Cit., p. 71.

<sup>325</sup> ANTUNES, Ricardo. Op. Cit, p. 72.

<sup>326</sup> De DECCA, Edgar S. **1930: o silêncio dos vencidos**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 69.

história, sob o ângulo do partido da classe operária; em segundo lugar, elegeu o Estado de São Paulo, no ano supra, por acreditar que a transfiguração das lutas de classe em lutas regionais foi de natureza ideológica e que neste estado existia uma classe operária capaz de defender uma proposta política de revolução democrático-burguesa, assim como fora lá que houve um intenso jogo da questão democrática no âmbito do capital e do trabalho; por fim, justifica que foi neste ano, 1928, e não em nenhum outro em que todos os grupos se propuseram sob a perspectiva da revolução: luta contra as oligarquias; e a aceitação de Luis Carlos Prestes na liderança do movimento de oposição; bem com foi a partir de então que o Bloco Operário Camponês – BOC fundou diversos comitês em todo o Brasil, cuja intenção era o de organizar os sindicatos dos operários têxteis.<sup>327</sup>

Houve, segundo ele, três propostas de revolução advindas de segmentos díspares, a saber, a do Partido Democrático, a dos “tenentes” e a proposta do BOC que, conforme suas perspectivas, todos estes, *setores políticos*, ensejavam a categoria revolução como possibilidade efetiva para a sociedade.

Destarte, ele classifica os “tenentes” como um objeto de estudos de construção privilegiada, haja vista terem se tornado objeto de inúmeros estudos, o que conferiu legitimidade ao tema *tenentismo*, e que essa legitimação estabeleceu quais os agentes da luta que permaneceriam, via memória histórica da Revolução de 30, no imaginário da sociedade, provocando, portanto, a eliminação dos demais agentes históricos. Assim, o tenentismo, cuja memória histórica da revolução estabeleceu-os como opositores da oligarquia, “*inimigo comum*” a todas as propostas de revolução. Forjando-se, pois, concretamente a idéia de um *sujeito político* capaz de destruir tais oligarquias, a saber, Luis Carlos Prestes e/ou os “revolucionários”, assim:

Os ‘revolucionários’ como sujeito político de revoluções tornam-se, portanto, um espaço a ser ganho para cada uma das propostas existentes em 1928. Nessa medida, imprimir um determinado conteúdo e uma qualificação a este sujeito político transforma-se em ponto decisivo para a direção política do processo de luta.<sup>328</sup>

O Partido Democrático (PD), para De Decca, implantou no seio da classe dominante o temário revolução, quando o incorporou em sua proposta política, sem contudo assumi-lo, já que este era

<sup>327</sup> Ver De DECCA, Edgar S. Op. Cit, pp. 80-81.

<sup>328</sup> Idem, pp. 87-88.

assunto para o *sujeito político*, ou seja, os “revolucionários”. Para o autor, era suficiente e conveniente ao PD permanecer na órbita revolucionária, porquanto lhe garantiria angariar simpatias dos demais opositores do Partido Republicano. Exteriorizar qualquer posicionamento implicava numa polarização, o que seria problemático para o PD. Necessitava-se, então, de tempo e mais do que tudo de aproximar-se decisivamente das lideranças opositoras a fim de ampliar suas próprias bases partidárias para poder disputar o poder no interior da classe dominante, combatendo o Partido Republicano. Isto requeria um esforço de ampliação de alianças capaz de polarizar em torno de seu programa o maior número possível de setores da sociedade. Exatamente por isso que o PD não poderia romper com o temário da revolução, pois significaria cortar de uma vez por todas o seu caminho para o poder, já que suas bases se tornariam precárias para um enfrentamento eleitoral de maior envergadura contra seu principal opositor.<sup>329</sup>

Conforme o autor, a classe operária era uma presença incômoda para os partidos contendores. Assim, este era o instante propício para a classe operária imiscuir-se no processo revolucionário incomodando as várias facções em cena. Por um lado, sua organização em partido – BOC conferiu-lhe visível poder de pressão via mobilização partidária e sindical, incomodando o governo; e por outro, a oposição necessariamente teve de encampá-los para assim ampliar seu leque de propostas.

Indubitavelmente para o autor, o Bloco Operário Camponês, direcionando a força “informe” do operariado, possibilitou a qualificação da luta antioligárquica como luta contra o domínio dos grandes proprietários de terra, o que satisfazia a amplos setores da sociedade que viam no Partido Republicano o representante, por excelência, dos “latifundiários”. Destarte se produziu, via BOC, como em nenhuma outra proposta de revolução, “os revolucionários” como sujeito político capaz de levar a cabo a luta contra o domínio dos grandes proprietários. Qualificando assim, o conjunto da luta política do período de 1928 como uma *aliança de classes* para a criação de um espaço nacional na etapa do imperialismo. Por fim, foi esta proposta que deu o acabamento completo à revolução contra o fantasma da oligarquia, qualificando-a como uma oposição ao feudalismo e ao inimigo estrangeiro (grande capital), banindo do cenário da luta de classes, pela fragilidade da burguesia industrial, o conflito fundamental entre o capital e o trabalho. Para o autor, foi nessa perspectiva de concordância com as outras propostas de revolução, que a tornou completa, já que nenhuma delas concebia a

---

<sup>329</sup> Idem, pp. 88-89.

revolução contra o fantasma da oligarquia, como uma revolução cujo eixo passasse pela contradição entre o capital e o trabalho.<sup>330</sup>

Para Ângela de Castro Gomes, o ano de 1937, com a fundação do novo modelo estatal, foi o ano de resgate da alma brasileira, que Azevedo Amaral chamou de Estado “*verdadeiramente nacional e humano*”. Entretanto, suas raízes devem ser buscadas na *Revolução de 1930* o momento de irrupção que fez surgir este Estado, ou seja, o episódio verdadeiramente revolucionário. Corroborando com o pensamento de Azevedo Amaral, Gomes afirma que a Revolução de 30 trouxe em si uma “*proposta verdadeiramente construtiva/revolucionária*”.

A autora identifica a Primeira Republica como responsável pela consecução de uma política liberal excludente que divorciava o homem de sua condição humana, que conduziu o país ao caos, à desordem, portanto, esta guerra (natureza/estado) caracterizou a crise em cujo bojo emergiu a *Revolução de 1930*, retirando a sociedade do conflito pré-político inserindo-a definitivamente na história da ordem política. Assim, a violação inicial da condição nacional/humana, assumiu as feições de uma trajetória para o mundo político da razão e da *construção do país*, e a revolução estava situada como um fato político por excelência, que demarcava as fronteiras entre a anarquia e a ordem.<sup>331</sup>

Destarte, a Revolução de 30 tinha por escopo a construção da nossa nacionalidade “perdida” em um dado momento; e se antes de 1930 o que se verificava era o desencontro do povo com as elites o cisma foi, pois, legítimo e autenticamente revolucionário, haja vista unir elites e massas. Gostaríamos apenas de ressaltar que, para a autora, o termo Revolução expressa dois momentos específicos de nossa história, a saber, o ano de 1930 como início do processo de *Construção Nacional* e 1937, com o Estado Novo completando o processo revolucionário.

Para Ianni, a *Revolução de 1930* significou um momento de rupturas estruturais, embora parcial, no seio das oligarquias dominantes provocadas pelas novas classes sociais urbanas que surgiam no cenário político, tendo como *corenseqüência* a reelaboração das relações entre o Estado e a sociedade, ou seja, “... a *Revolução implicou na derrota (não se trata propriamente de liquidação) do Estado oligárquico*”.<sup>332</sup> Mais enfaticamente declara:

---

<sup>330</sup> Idem, p. 103.

<sup>331</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 176.

<sup>332</sup> IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991, p. 25.

... a Revolução de 1930 (...) representa uma ruptura política e, também, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores. Alias, é o próprio Estado oligárquico que se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem-se as tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política e econômica mundial e interna.<sup>333</sup>

Ianni entende que a partir de então, o poder público passou por um processo de adequação cujo funcionamento conformou melhor as estruturas estabelecidas pelo sistema capitalista vigente no Brasil. Desta forma, houve a reformulação das condições de funcionamento do mercado de fatores de produção, das relações internas de produção e das relações entre as economias nacional e internacional, empreendidas pelos governantes dos anos trinta e quarenta, que acentuaram a agonia do Estado oligárquico, passando ao desenvolvimento do Estado propriamente burguês. Evidentemente, Ianni não incorre no erro de afirmar que os novos governantes tinham um projeto de Estado pronto e acabado, muito pelo contrário, ele parte do pressuposto de que o Estado foi se forjando a partir das respostas que foi dando às diversas pressões que surgiram dos mais variados setores quer econômicos (internos/externos), sociais, militares ou políticos.<sup>334</sup>

O autor de “Estado e Planejamento Econômico no Brasil” demonstra que, bem antes da Revolução propriamente dita, diversos problemas que se impuseram ao governo a partir de então, já haviam tido um alto grau de discussão, entre eles, a democratização do sistema político; defesa da indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino, formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais; as funções do poder público; etc.<sup>335</sup> Como exemplo, Ianni demonstra a vulnerabilidade decorrente da dependência da economia brasileira do setor agro-exportador, ou seja, a economia do país estava umbilicalmente ligada à exportação do café, que nos anos vinte, representava 80% das exportações brasileiras. Destarte, havia a necessidade premente de defender o referido setor dispensando-o uma política específica de proteção e incentivo, que consubstanciava o sistema político-econômico vigente.<sup>336</sup>

Conforme Ianni, paralelamente a este sistema político-econômico, formaram-se novos grupos sociais com interesses bastante distintos daqueles representados pelo setor agrário de exportação

---

<sup>333</sup> Cf. IANNI, Octávio. Op. Cit. p. 30.

<sup>334</sup> Idem. p. 26.

<sup>335</sup> Idem. p. 27.

<sup>336</sup> Idem. p. 28.

brasileiro. Ligado e este e a despeito dele, houve nas décadas anteriores um desenvolvimento, mesmo incipiente, da indústria brasileira; o crescimento do setor terciário e da urbanização e, expansão da classe média. Para Ianni, foi nessa conjuntura urbana mais complexa e mais independente, da cultura agrária, que surgiu, na década de vinte, diversos movimentos políticos e artísticos novos que foram “... *algumas das principais expressões de uma sociedade urbana em franca transformação*”; ao mesmo tempo em que cresceu o mercado interno possibilitando, mui fragilmente, o setor manufatureiro.<sup>337</sup>

De um modo geral, quer queiramos ou não, permanece a querela: para uns, trinta foi um momento de ruptura com o *status quo* vigente, para outros nada ou quase nada mudou permanecendo os mesmos vícios e desmandos.

Veremos, pois qual a posição de José Américo neste contexto, ou seja, como ator histórico no processo revolucionário de trinta, como agiu, o que pensou; qual sua importância no planejamento e deflagração do movimento revolucionário; o que significou a Revolução de 30 para a Paraíba, o Nordeste e o Brasil, conforme sua visão.

### 3.2 – O poder em Cena

Conforme Iglesias, o intelectual Jackson de Figueiredo, “... *não soube ver nas inquietações militares latino-americanos a inquietação de grupos em ascensão...*”,<sup>338</sup> empenhando-se de forma quase proselitista nas campanhas políticas de Epitácio Pessoa e na de Artur Bernardes, no entanto, não eram com eles nem com a República que havia concordância, *mas com a ordem*.<sup>339</sup> Semelhantemente, José Américo também defendeu *a ordem e o poder*, todavia em oposição à visão de Figueiredo, Américo viu no movimento militar iniciado em 20 a gênese de uma crise que redundaria no *ciclo revolucionário* que explodiu em 1930 “... *Pouco se dava que se iniciasse aí [a cena do forte de Copacabana] o ciclo revolucionário que, depois de tantas vidas destruídas, iria explodir, triunfalmente, em 1930*”.<sup>340</sup>

<sup>337</sup> Idem, p. 29.

<sup>338</sup> IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 150.

<sup>339</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit, p. 151.

<sup>340</sup> ALMEIDA, José Américo de. **Discurso do seu tempo**. 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1965, p. 261.

Há muitas semelhanças entre Américo e Figueiredo, como também com outros intelectuais, dos quais já evidenciamos as aproximações e diferenças. Figueiredo, dominado pela pregação da fé católica, não concebia a possibilidade da Revolução, embora, paradoxalmente, “*Para lutar com êxito contra a Revolução, é preciso por vezes adotar processos revolucionários*”.<sup>341</sup> Percebe-se em Américo, um cuidado extremado em não ter suas idéias de *intervencionismo* confundidas com socialismo/proletariado, entre outras coisas do gênero. Entretanto, seu ideal de mudança/reforma e/ou Revolução é cristalina, embora elitista e excludente, coisa que ele jamais negara:

Para os democratas, o efeito mais positivo do getulismo na vida brasileira terá sido, na opinião de José Américo, *o fato de ter detido as massas na sua marcha para a esquerda: confiantes nas soluções de Getúlio, os mais descontentes aguardavam o seu dia, sem espírito de aventura.*<sup>342</sup>(grifos nossos)

Comentando a posição de José Américo acerca do que fora a Revolução de 30, José Joffily desdenha da visão americista que apontava como causa da Revolução o rompimento havido no “... eixo Minas-São Paulo, que monopolizava o *poder* (...). Foi essa separação responsável por tudo que aconteceu. Nada de fator econômico, nem craque de 1929, nem general café, como causa determinante”<sup>343</sup>(grifos nossos). Américo reforçou esta posição em outras duas ocasiões, uma em sua entrevista a Aspásia Camargo, quando afirmou que a Revolução de 30 foi motivada pela briga pelo *poder*,<sup>344</sup> e em uma outra oportunidade, também em entrevista, ao Jornal Nacional em dezembro de 1971. Neste último, ele foi mais além, definindo o fato histórico Revolução de 30, não como uma Revolução propriamente dita, já que as estruturas não foram modificadas em suas bases.<sup>345</sup>

<sup>341</sup> Joseph de Maistre autor católico lido e citado por Jackson de Figueiredo in: IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit, p. 147.

<sup>342</sup> Cf. Entrevista de José Américo de Almeida ao jornalista Lago Brunet, do Jornal Nacional, de 12 de dezembro de 1971, fl. 31. “**JOSÉ AMÉRICO O PATRIARCA DAS REVOLUÇÕES: 1930, a Revolução que não houve**”. Arquivo José Américo de Almeida Cx: 01, Doc. 17, Fundação Casa de José Américo – FCJA.

<sup>343</sup> ALMEIDA, José Américo de. “A Revolução de março e seus antecedentes históricos”. Rio de Janeiro: biblioteca do Exército, 1966, p. 40, apud. JOFFILY. Op. Cit, p. 65.

<sup>344</sup> Cf. CAMARGO, Aspásia. Op. Cit, p. 124.

<sup>345</sup> “A Revolução de 30 não considero revolução. A revolução implica em grandes reformas. Em 30, faltou o centro, faltou o condutor. Ficaram dependentes de solução os problemas que estavam em suspenso, como a divisão territorial. Houve concessões de ordem democrática – o voto secreto, a Justiça Eleitoral. A Previdência Social a substituição dos velhos valores políticos pela intervenção da massa para agir politicamente. Revolução é estrutura. A partir de 35, caiu-se no diapasão antigo. O voto secreto foi dominado pela corrupção eleitoral. Em vez de cabo eleitoral foi o comprador de votos”. Cf. Entrevista de José Américo de Almeida ao jornalista Lago Brunet do Jornal Nacional de 12 de dezembro de 1971, fl. 31. “**JOSÉ AMÉRICO O PATRIARCA DAS REVOLUÇÕES: 1930, a revolução que não houve**”. Arquivo José Américo de Almeida Cx: 01, Doc. 17, Fundação Casa de José Américo – FCJA.

Joffily, entre outros autores não conseguiram ver que Américo estava vislumbrando o *Poder*, transcendendo o personalismo estático a que o referido comentador ficara limitado, ao afirmar que a Revolução de 30 para Américo não ia “... além dos três personagens”, ou seja, Washington Luis, Vargas e João Pessoa.

Na obra “*O Poder em Cena*”, Georges Balandier afirma que “*O poder é concebido como um jogo dramático que permanece ao longo dos tempos e ocorre em todas as sociedades*”.<sup>346</sup> Para ele, é o imaginário quem ilumina o fenômeno político, sendo, pois, dele parte constituinte, uma vez que emana de seu interior. Desta forma, todo o sistema de poder passa a ser um dispositivo cuja finalidade é a produção de efeitos, em que as ilusões criadas comparar-se-iam às ilusões do teatro, havendo, portanto, uma “... relação íntima de parentesco entre a arte do governo e a arte da cena”.<sup>347</sup> Destarte, o governante “... deve se comportar como ator político para conquistar e conservar o poder. Sua imagem, as aparências que tem, poderão assim corresponder ao que seus súditos [governados] desejam encontrar nele. Ele não saberia governar mostrando o poder desnudo (...) e a sociedade em uma transparência reveladora.”<sup>348</sup> Para Balandier, a aceitação por parte dos governados será a resultante, em grande parte, das ilusões da ótica social.

Na Paraíba de final dos anos vinte, montou-se um governo, do qual José Américo foi seu articulador político, cujo *poder em cena* dramatizou-se de forma tal, que se produziu uma imagem de renascimento cívico e de respeito à vontade popular e à democracia, como demonstra o jornal A União, de 1º de fevereiro de 1929:

Entre os sintomas auspiciosos de um renascimento cívico nacional destaca-se a atitude de alguns governadores que começam a manifestar, não apenas em palavras, mas em atos bastante significativos, o respeito pela vontade popular e a consideração aos direitos dos adversários.

Gestos recentes do Dr. João Pessoa, presidente da Paraíba, e do Dr. Matos Peixoto, chefe do executivo cearense, vieram mostrar como triunfa naqueles dois estados nordestinos a corrente liberal a que já se havia caracteristicamente associado o Sr. Antônio Carlos, em Minas, o Sr. Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, e o Sr. Vital Soares, na Bahia.

<sup>346</sup> BALANDIER. Georges. **O poder em cena**. Prefácio. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Unb, 1982.

<sup>347</sup> BALANDIER. Georges. Op. Cit, p. 6.

<sup>348</sup> Idem, p. 6.

Assim, torna-se o Ceará, a Paraíba, a Bahia, Minas e o Rio Grande do Sul centros de irradiação do novo espírito republicano que procurava infundir nas instituições a força vivificadora do gênio da democracia.<sup>349</sup>

Em oposição a esta cena do poder, ou a nova *ordem* que se apresentava, o velho situacionismo local e nacional passava a sofrer agravos, recaindo sobre estes o estigma da *desordem* e com o passar do tempo tornaram-se mais constantes e contundentes:

Semelhantermente movimento constata, entretanto, com o retrocesso político que se opera por forma desoladora no grande estado, cujas tradições se acham tão intimamente identificadas com a evolução política da nacionalidade. São Paulo, foco de onde emanou a independência, centro donde partiram as energias organizadoras da propaganda republicana e donde se exerceu, durante anos, sobre a marcha do regime, a influência construtiva de uma política inteligente conservadora, *esta hoje sob a inspiração de um partido, regredindo a uma situação em que o poder asfixiante do situacionismo procura por todos os meios ao seu alcance suprimir as expressões espontânea da vontade popular.(...)*.

Há vinte anos Rui Barbosa no ardor da campanha civilista orgulhava-se em por o valor moral dos sufrágios que São Paulo lhe dera nas votações suspeitas dos estados do norte, que ele estigmatizava com o humilhante qualificativo de escravizados. Em menos de um quarto de século a situação nacional modificou-se e hoje é das unidades setentrionais que, com os exemplos de alta compreensão cívica, *dados pelos homens novos que os governam, vem à luz o verdadeiro republicanismo despertar as esperanças do altivo povo paulista, opressivamente dominado pelo PRP.*<sup>350</sup>(grifos nossos)

Se há alguém que soube se apropriar da *força dramática* do poder, na Paraíba, este fora José Américo. Não a utilizou unicamente sobre a força ou a violência não controlada, pois, teria sua

---

<sup>349</sup> Cf. A União de 1 de Fevereiro de 1929, fl.1 “GOVERNADORES LIBERAIS E GOVERNADORES REACIONÁRIOS”.

<sup>350</sup> Idem, fl. 1.

existência em constante ameaça. Conforme Balandier, quem melhor acentua a teatralidade política é o mito do herói, já que “... *ele engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira, que não oferece surpresas*”.<sup>351</sup> Américo era o herói do momento, intelectual bem sucedido cantado em verso e prosa, com toda a imprensa nacional atribuindo-lhe loas pelo sucesso de *A Bagaceira*; concomitantemente assumiu o cargo mais importante da política estadual, ou seja, o de secretário geral, abaixo apenas do presidente de Estado. Usando do poder da palavra provocou adesões ao governo que servia “... *ele é reconhecido em virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder. A surpresa, a ação, e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência*”<sup>352</sup> Declarava, pois, A União:

*É aclamado pelo povo o Dr. José Américo de Almeida: Aclamado pela multidão* que se achava em frente ao Palácio do Governo, falou de sua sacada principal, o Dr. José Américo de Almeida secretário geral do Estado: (...)

Louvada seja essa estupenda eclosão de justiça a um governo que se vos nega alguma coisa, é porque tudo vos quer dar. Eu sou testemunha quotidiana desse comovente desvelo. Nunca vi em homem nenhum mais apurado sentimento filial transformado num patriotismo que, em sua forma de nobre intransigência, o forma mais amigo da Paraíba do que seus amigos (...).

Toda ascensão é um sacrifício, menos para quem sobe disposto a colher os frutos que não lhe pertencem. *Para quem sobe de mãos puras, com o espírito de servir ao bem público, o poder é uma angustia de responsabilidades* (...).

Meu pobre estado, minha terra pequenina, para que sejas rica e grande basta que sejas toda tua. Vinham-te desarticulando, desmembrando, arrancando pedaço por pedaço, para que do teu corpo mutilado ficasse viva somente esta nossa cidade, que como cérebro desse organismo roubado, apenas vivia para pensar nessa desgraça de um corpo desfeito de vida.<sup>353</sup> (grifos nossos)

<sup>351</sup> BALANDIER. Georges. Op. Cit, p. 7.

<sup>352</sup> Idem, p. 7.

<sup>353</sup> Cf. A União de 27 de Junho de 1929, fl. 1. “A GRANDE PARADA CÍVICA DE ONTEM À NOITE”

De acordo com Balandier, o poder independe da conivência dos deuses ou do respeito da tradição, independe também do surgimento do herói e ainda do controle das correntes históricas, todavia, “... *depende da arte da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado ao representante. Ele dramatiza pela eleição, ocasião em que uma ‘partida’ nova parece ser jogada*”.<sup>354</sup> E, nesta nova partida, a intensidade da ação dependerá da incerteza quanto à maioria, manutenção ou mudança; para o autor, o momento espetacular ocorre nos momentos das crises de governo. E, o ano de 1930 foi esse momento espetacular, em que Américo engendrou sua ação, buscando na Paraíba a legitimação do poder, o discurso da *ordem* e *desordem* entra em cena. Ambas as facções em luta tentavam a desqualificação do outro. Américo demonstrou à sociedade, a necessidade de mudança; o poder político que sua facção detinha mostrava-se “... *como sua emanção, ele lhe assegura sua apresentação no exterior, ele devolve uma imagem idealizada desta sociedade e portanto aceitável*”.<sup>355</sup>

O jogo da ordem e da desordem, do conformismo (exigindo adesão visível e as sociedades. Nenhuma consegue um controle integral; nas situações de crise grave e durável, *cada um* forma às suas regras) e da mudança (dando lugar à novidade e ao inesperado), se desenrola em todas *dos dois termos visa o desaparecimento do outro*, em um afrontamento tendendo para a guerra santa. *Todas as sociedades – até estes tempos de modernidade avançada – reconheceram e temeram no imaginário e na realidade a liberação dos processos explosivos*. Elas instalaram dispositivos que permitem transformá-los, derivá-los expulsá-los, com sucessos diferentes segundo os casos e as conjunturas, mas sempre parciais.<sup>356</sup>(grifos nossos)

Indubitavelmente, havia uma crise política tácita na Paraíba de final da década de vinte e início de 30. Crise esta que já ficou bem definida em capítulos anteriores, e que se explicitou definitivamente com o rompimento do Coronel José Pereira com o situacionismo local, às vésperas das eleições de primeiro de março de 1930.

<sup>354</sup> BALANDIER. Georges. Op. Cit, p. 8.

<sup>355</sup> Idem, p. 10.

<sup>356</sup> Idem, p. 39.

Com o rompimento, iniciou-se a crise mais aguda do governo paraibano, ou seja, a *Revolta de Princesa*. Concomitante a esta e a partir de então, os discursos assumiram uma conotação mais clara em busca da legitimidade popular e política, em que ambos os lados tentaram demonstrar que *o outro* estava conduzindo o estado ao caos. Assim, afirma Balandier:

*A ordem e a desordem da sociedade são como o verso e o averso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados, dos quais um, à vista do senso comum, aparece como a figura invertida do outro. Esta inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva, ela pode ser utilizada para reforçá-la. Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte, a “lei” com a violência apaziguada pela operação simbólica.*<sup>357</sup> (grifos nossos)

Como o “*Bufão*” e o “*Feiticeiro*” em Balandier,<sup>358</sup> as facções antagônicas se enfrentaram, todavia o discurso situacionista levou grande vantagem em relação ao oposicionista. “*O Bufão* [José Américo] *desaloja o que está oculto e a desordem embrulha as categorias; porém ele sai da ordem na passagem de seus empreendimentos*”.<sup>359</sup> Já o *Feiticeiro* [José Pereira] é aquele que manipula a desordem, invertendo as condutas e convenções sociais. E tudo que ocorreu na Paraíba desde o cisma político buscou demonstrar esta inversão, deixando-se claro que a *desordem*, isto é, a *Revolta de Princesa* não tinha razão de ser, só admitida por objetivos mesquinhos, pessoais e egoístas. O povo paraibano passou, através do discurso, a identificar o “*feiticeiro*” na pessoa de José Pereira na esfera local e no presidente da República, Washington Luis,<sup>360</sup> em âmbito nacional.

<sup>357</sup> Idem, p. 41.

<sup>358</sup> Conforme Georges Balandier, a modernidade não eliminou completamente esses recursos, ou seja, de recorrer ao imaginário político (*Bufão/Feiticeiro*), já que a sociedade e seu poder não podem evitar a confrontação da ordem e da desordem. Admite que as formas podem mudar “... mas o processo de designação e de neutralização do culpado permanece. Os irredutíveis, por condição, ou por opção, são considerados agentes nefastos ou inimigos internos, como eram os feiticeiros de outrora. Se sobrevém uma crise grave, eles são apontados, ‘sacrificados’, a fim de que o poder seja reconhecido como não culpado e que a própria coletividade, inocentada, reforce sua coesão”. Cf. Idem, p. 45.

<sup>359</sup> Idem, p. 42.

<sup>360</sup> “Precisamos fazer a contra-revolução! *O chefe da nação tornou-se o chefe da desordem*. Os seus apaniguados já não trepidam diante das afrontas mais caracterizadas à soberania das leis. O pacto fundamental da República jaz por terra (...). O voto livre tornou-se um crime de lesa-majestade aos bigodes cesarianos do Catete. A Paraíba praticou o crime de ser liberal; a Paraíba deve, portanto, ser sacrificada, em holocausto à prepotência de cacique!...”. Declarações do Cônego Mathias Freire in: A União de 11 de abril de 1930, fl.8. “A CONTRA-REVOLUÇÃO”(grifos nossos)

Assim, declarava o governo, através de A União, que já tinha conhecimento da conspiração<sup>361</sup> que agora se confirmava:

*Mas este [o governo] vem agora declarar que acompanhou a conspirada desde o nascedouro. Esteve informado com segurança do movimento dos trânsfugas logo que esses começaram a se ajuntar para a trama de sua deslealdade. Soube das suas reuniões secretas onde se estudavam o modo e a oportunidade do rompimento. Numa delas, o local escolhido fora a própria fazenda ‘Acauã’, a ‘Acauã’ das estacas de cimento armado, e até onde foram atraídos os figurantes dessa força memorável por uma propalada doença grave do Sr. João Suassuna. Havia, realmente, essa doença, mas não lhe afetava o corpo.*

---

<sup>361</sup> Poder-se-ia perguntar: ora se o governo tinha conhecimento destas sublevações, como afirmava tê-las, porque não agiu antes da deflagração do movimento? Pode-se afirmar que esta assertiva do governo era apenas uma declaração formal de que não fora pego de surpresa. Todavia, há uma carta de Manuel Arruda publicada em A União dando conta das movimentações ocorridas em Princesa: “Princesa, 4 de dezembro de 1929. Ilustre amigo Dr. João Franca. Minhas saudações. O Sr. Dr. José Américo de Almeida, então secretário de Segurança Pública, recomendou-me em ofício e radiograma datados de 25 do mês findo, **as capturas** dos criminosos José Nunes da Silva vulgo **caixa de fósforos**, Manuel Barbosa e Antônio Lalau, vulgo ‘tocha’, todos pronunciados por crime de homicídio na comarca de triunfo, do Estado de Pernambuco.

Conheço pessoalmente os mencionados criminosos, **pois foram eles soldados da nossa polícia, na administração passada**, e, quanto aos dois primeiros não me consta se acharem homiziados neste município, o terceiro porém fora a uns dois meses e dias, tiroteado por uma diligência sob o comando do sargento Antônio Pereira, o qual criminoso conseguira evadir-se para lugar, até então ignorado, conforme em telegrama comuniquei a Secretaria da Segurança

Na gestão de minha autoridade neste distrito **foram capturados 19 criminosos**, isto é, inclusive, José Vieira e Antônio Lopes, mortos em tiroteio com a polícia no lugar Feijão, deste município.

Ainda existiam outros homiziados em diversos lugares, mas perseguidos tenazmente haviam se evadido. Acontece, **porém, que as coisas aqui, de um certo tempo a esta data, se extremaram muito**. O coronel José Pereira entendeu de **armar gente no seu sítio Baixio e ainda nos lugares Cabeça de Porco e Saco**, respectivamente circunvizinhos aquele. Em torno de tal anomalia **correm boatos diversos**, dos quais propalam que **já têm reunido naqueles três pontos ao pé de cem homens, inclusive os criminosos José Soares**, pronunciados em Brejo dos Santos, do Estado do Ceará, Francisco Izidro e Tocha em Triunfo (Pernambuco), além de outro que consta também de acharem no referido sítio Baixio: **Tais criminosos estavam foragidos e foram ultimamente chamados pelo mesmo José Pereira**. Não sei se efetivamente existe aquele número de pessoas armadas, entretanto **posso asseverar que tem muita gente, e com ordem de em caso de ataque ao Baixio, darem retaguardas àqueles pontos**.

Além do mais, **alguns elementos** do Cel. José Pereira, **vem de a tempo propalando fazerem hostilidades do governo do Exmo.sr. presidente, para tal fim confabulam-se com os municípios de Triunfo e Flores** do Estado de Pernambuco, por cujas irregularidades pede por duas vezes, minha retirada desta localidade.

Pensei em comunicar oficialmente ao Dr. secretário da Segurança de tudo que ocorre de anormal neste município e todas as pessoas de representação desta cidade **têm a minha estada aqui como uma afronta feita pelo Dr. Archimedes** e por isso não quero dar margem para explorações em tono da minha autoridade, visto como diante de tais anomalias, retifico tratar-se de política e nada mais.

**Segundo me parece o cel. José Pereira procura meios de romper com exmo.sr. presidente. (...)**. Cf. A União de 9 de abril de 1930, fls. 1 e 3, “CARTA DE MANUEL ARRUDA”. (grifos nossos)

Não escaparam também ao conhecimento do governo as confabulações em Pernambuco, a reunião em Flores, o entendimento com elementos do comércio e políticos situacionistas do vizinho Estado e até com o *candidato a sucessão do Sr. Estácio Coimbra*, como não escapa o modo como está se realizando o envio de armas para Princesa. *E se não agiu, foi porque quis deixar que a traição ocorresse, para que os traidores recebessem como estão recebendo, o repúdio da opinião pública.*<sup>362</sup>(grifos nossos)

Conforme Balandier, ao se apontar o *feiticeiro*, as coletividades tradicionais localizam o seu mal. Há, portanto, a necessidade de culpabilizá-lo pela desordem, só assim a sociedade será restabelecida, porquanto já eliminou o mal:<sup>363</sup>

Seu sacrifício contribui para uma volta à ordem dramatizada pelo ritual da execução, a uma *restauração das instituições e dos pensamentos que as legitimam*. Durante algum tempo, a eliminação do culpado restabelece uma espécie de sociedade purificada. A operação do sacrifício transformou uma comunidade enfraquecida, minada pela desordem engendrada, em uma comunidade regenerada. O poder se nutriu com suas próprias fraquezas ou com seus próprios excessos.<sup>364</sup>(grifos nossos)

Da mesma forma, a oposição tentou manipular o imaginário político das massas, agravando a extremo a situação. Sabiam que o tema *Revolução* era um assunto temido por todos, uma vez que não se sabia o seu fim, entretanto, lançaram mão do “perigoso” discurso, buscando a inversão das circunstâncias que se apresentavam desfavoráveis, ou seja, era o situacionismo político que conduzia o estado a desordem. De acordo com Balandier:

A crise governamental, ou a simples ameaça de uma partida, gera uma dramatização política nos países multipartidários. Um acontecimento que

<sup>362</sup> Cf. A União de 4 de março de 1930, fl. 1.

<sup>363</sup> A eliminação do mal aqui não se refere à morte física do Feiticeiro, ou seja, José Pereira, mas aquilo que ele representava, isto é as oligarquia e República, decadentes.

<sup>364</sup> BALANDIER. Georges. Op. Cit, p. 43.

provoque o *desarranjo dos aparelhos do poder e da autoridade* – (...) – acarreta manifestações comparáveis às organizadas pelos rituais de inversão; *com essa diferença de natureza que lhes advém do inesperado e não da programação social; é que seu resultado é incerto.* <sup>365</sup>(grifos nossos)

Assim sendo, o Jornal do Comercio, do Recife, noticiou que o presidente paraibano estava envolvido em um movimento subversivo que teria sido tramado em uma guarnição federal no estado do Rio Grande do Norte, a fim de sublevá-lo. <sup>366</sup> O revide não tardou: “*trata-se de uma infame invencionice, forjada pelo cérebro fértil nos expedientes mais grosseiros, dos inimigos da Paraíba*”. <sup>367</sup>(grifos nossos) Vê-se que a resposta reforçava a idéia central de que havia um *complô* contra o estado paraibano, que ainda por cima, partia de sua própria terra. Em telegrama ao deputado federal Tavares Cavalcante, o governo do estado disse estar ciente das notas divulgadas pelo jornal recifense, cujo conteúdo afirmava que o presidente da Paraíba havia dado “... *instruções ao segundo tenente comissionado Jonatas Luciano para sublevar o 29º Batalhão de caçadores, do Rio Grande do norte e para cometer atentados contra o presidente Lamartine, seus filhos e auxiliares do seu governo*”, <sup>368</sup> aduziu, ainda, que:

*Essa inconcebível infâmia contrasta com minha atitude infensa sempre a qualquer movimento armado, evitando comprometer a campanha política desenvolvida pacificamente, e minha recusa a qualquer aproximação com elementos subversivos. Não conheço sequer de nome o oficial indicado como instrumento de plano de revolta das forças aquarteladas em Natal, nem creio haja no inquérito procedido qualquer referência a essa suposta responsabilidade.*

*Sei que o desembargador Heráclito Cavalcante, em constantes viagens a Pernambuco e Rio Grande do Norte, procurou tecer intrigas, envolvendo a Paraíba e meu governo. Mas, nem mesmo a corrupção de testemunhas seria*

<sup>365</sup> BALANDIER. Georges. Op. Cit, p. 48.

<sup>366</sup> Cf. Jornal do Comercio in: A União de 8 de março de 1930, fl. 1. “DESFAZENDO UMA MONSTRUOSA INVERDADE”

<sup>367</sup> Cf. A União de 8 de março de 1930, fl. 1. “DESFAZENDO UMA MONSTRUOSA INVERDADE”

<sup>368</sup> Telegrama de João Pessoa a Tavares Cavalcante publicado por A União de 8 de março de 1930, fl. 1. “DESFAZENDO UMA MONSTRUOSA INVERDADE”.

*capaz de criar tão monstruosa fantasia.* Isto, porém, não quer dizer que não esteja disposto a defender a sua solidariedade. Abraços – João Pessoa.<sup>369</sup>  
(grifos nossos)

É interessante observarmos que da resposta de João Pessoa surge a fatídica afirmação – para aqueles que defendem a qualquer custo sua verve de revolucionário – de que ele não compactuava com qualquer movimento armado ou com elementos subversivos. Por isso, afirmava Luzardo que todo contato na Paraíba era mantido com José Américo de Almeida.

O discurso do governo estadual permaneceu inexorável no que tangia a desordem e este se agravava a cada instante com notícias de interferências externas, quer fosse do Governo Federal quer dos estados circunvizinhos. Em entrevista ao Diário da Tarde, do Recife, um comerciante da cidade de Patos (Paraíba), que se encontrava em trânsito naquela cidade, declarou que não havia nas ruas paraibanas quem aplaudisse a traição do Coronel José Pereira que teria se deixado “... *levar pelos cantos da sereia que teve tão bom ‘princípio’ em São Paulo...*”<sup>370</sup> rompendo com seu estado e se divorciando da opinião pública. Este discurso evidencia, mais uma vez, uma das versões corrente em relação à posição do povo. Deprendendo-se daí que há um acompanhamento por parte da arraia-miúda dos acontecimentos políticos. Podemos asseverar tal posição, ou seja, da opinião popular, uma vez que seu discurso não sugere uma posição de proselitismo em defesa do governo, mas sim do cidadão que ouve falar o que se passa nas ruas e está inteirado dos fatos, como demonstra ao ser indagado sobre como se financiava<sup>371</sup> o cangaço afirmou ele: “*Fala-se muita coisa. Por exemplo: dizem que o Sr. Heráclito Cavalcante acaba de receber 1.200 contos... Para ajuda de custo. Mas também se diz que o ‘arame’ chegou há vários dias sem que se veja o homem a ajudar nada*”.<sup>372</sup> Era do seu conhecimento também que se propalava que o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, estava “... *solidário com os cangaceiros do Sr. José Pereira. E promete ‘mundos e*

---

<sup>369</sup> Idem, fl. 1.

<sup>370</sup> Cf. Entrevista de José Timóteo de Moraes, negociante em Patos, concedida ao Diário da Tarde, do Recife, e publicada em A União de 11 de março de 1930, fl. 3. “OS CANGACEIROS DE PRINCESA TENTANDO CONVULSIONAR O SERTÃO”.

<sup>371</sup> De acordo com as denúncias do governo paraibano o financiamento da campanha de Princesa viria do sul do país, mais especificamente do estado de São Paulo. Cf. A União de 10 de abril de 1930, fl. 8 “DE ONDE VEM O DINHEIRO”.

<sup>372</sup> Cf. Entrevista de José Timóteo de Moraes, negociante em Patos, publicada em A União de 11 de março de 1930, fl. 3. “OS CANGACEIROS DE PRINCESA TENTANDO CONVULSIONAR O SERTÃO”.

*fundos'. Pernambuco também está no rol dos adeptos da causa da Princesa emprestando algum auxílio aos celerados".*<sup>373</sup>

O governo estadual fomentava ainda mais o imaginário político das massas. A tônica era a desordem, pois a Paraíba pretendia mostrar ao país que era o Governo Federal, em conluio com os estados vizinhos,<sup>374</sup> que se apartando de suas funções constitucionais insuflava a desordem juntamente com as forças políticas interna contrárias ao situacionismo faziam com que o estado padecesse as inomináveis agruras:

Depois o desejo de mostrar ao país de que lado está a desordem, de que lado estão os intuitos de perturbação. Não fomos nós que estabelecemos o odioso regime de demissões e transferências só atingindo os funcionários liberais ou os suspeitos de simpatizantes com essa corrente política, - demissões e transferências que se prolongaram até as vésperas, até quase o dia das eleições. Não fomos nós que espalhamos boatos de intervenção das forças federais, vindas de dois batalhões do Exército, deposição de governo, e, finalmente, após o rompimento com José Pereira, o boato de que esse indivíduo, com o auxílio da força federal marcharia sobre a capital. Não fomos nós, (...) que andamos a explorar com o nome e o prestígio do Exército para fins políticos.<sup>375</sup>

O país e os paraibanos sentiram-se compungidos com o esbulho da bancada paraibana e da mineira. Era a política pinherista em seu fulgor, todavia esta fora extremamente questionada, ou seja, há indícios inequívocos de que sua força não seria mais admitida, só aqueles que estavam arraigados na República Velha não perceberam:

As notícias da apuração dos trabalhos eleitorais na Paraíba causaram estupefação entre os próprios governistas que *não escondem o escândalo sem nome, só comparável à depuração da representação Paraense no tempo em*

---

<sup>373</sup> Idem, fl. 3.

<sup>374</sup> Conferir declarações de João Pessoa ao Jornal A União de 12 de março de 1930, fl.1.

<sup>375</sup> Idem, fl. 1.

*que os senhores Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado governavam a política.*

Depois desse escândalo ocorrido há quinze anos contra os candidatos eleitos do partido chefiado por Lauro Sodré é a primeira vez que ocorre fato idêntico, *perfeitamente em desacordo com a cultura política atual*".<sup>376</sup> (grifos nossos)

Era inaceitável o que se estava impondo ao país e aos estados que se opuseram ao continuísmo político, exceto ao estado do Rio Grande do Sul. As vozes discordantes, via discursos jornalísticos assumiram caráter cada vez mais contestadores e o Poder Executivo passou a ser afrontado em sua legitimidade. Na imprensa local o cônego Mathias Freire verberava:

*Contra a desordem, que se dirige do alto para a planície, dos esplendores do Catete para a pobreza e a honra da Paraíba, ergamos a montanha luminosa da nossa dignidade, de nossa consciência republicana, de nosso indefectível patriotismo! Contra dezessete governadores que se ajoelharam aos pés do déspota todo-poderoso, sustentemos a atitude democrática e constitucional de nosso lídimo presidente, – porque o cangaço não pode vencer a legalidade, nem o despotismo governar um povo livre! (...).*

Façamos a contra-revolução, para salvar o país do perigo das bambochatas eleitorais! *Para conter o chefe da nação nos limites legais de sua alta investidura!* Para evitar a guerra de secessão! Para restabelecer a independência e a sua *harmonia entre os três poderes constitucionais!* Para que o império da lei seja a garantia da paz! Para que a *estabilidade da ordem* seja a base fecunda do progresso! Para que as posições oficiais não sejam ocupadas por homens sem noção da felicidade pública! Para que o Brasil seja reintegrado na posse definitiva e esplendorosa de seus gigantescos destinos no planeta.<sup>377</sup> (grifos nossos)

<sup>376</sup> Cf. A União de 11 de março de 1930, fl. 1. "O ESCÂNDALO DA JUNTA APURADORA"

<sup>377</sup> Declarações do Cônego Mathias Freire. Op. Cit, fl. 8.

As contestações continuaram via jornais, destacando-se a frase do jornalista F. Telles “... *é preferível suportar quatro anos do Sr. Júlio Prestes a um ano de Revolução*” [muito semelhante a famigerada frase de João Pessoa que dizia preferir mil vezes Júlio Prestes na Presidência à uma Revolução. Possivelmente, esta fala de João Pessoa derivou daquela proferida por Telles] segundo ele, tal frase teve entre os conformistas uma ampla aceitação, entretanto, segundo o próprio Telles, seu argumento não passava de um grosseiro embuste, porquanto “*Se se tratasse, com efeito, de cotejar os malefícios de um quadriênio Prestes, ‘em tudo e por tudo’ com os danos de uma revolução (suposta longa e terrível e sangrenta, bem entendido), nenhuma pessoa sensata hesitaria em resignar-se aos quatro anos de realizações ‘dinâmicas’ do honrado presidente de São Paulo*”.<sup>378</sup> Para Telles, o que estava em jogo não era quatro anos (um minuto fugitivo na vida de uma nação), Mas:

Se, por amor do conforto de cada um, *compararmos o nosso sossego momentâneo a troco da aceitação pacífica de um candidato não eleito, indiscutivelmente repellido por todas as forças vivas do país, teremos em 1934 que repetir a dose, e assim em 1938, etc, etc. Até a consumação dos séculos. Isto pela simples razão de que a liberdade não se conquista com palavras (...)*. Não é, portanto, um quadriênio que está na balança: são todos os quadriênios e o futuro mesmo da nação.

*Aquela frase perigosa é positivamente um embuste, uma cilada à boa fé de nosso povo. Lembra a tática de Borgia, que desarmava os inimigos com lábias e promessas, e, em os apanhando sem defesa, tratava de os estrangular sem mais delongas.*<sup>379</sup>(grifos nossos)

Os dias passam e os ataques à instituição, Presidência da República, continuam mais veementes,<sup>380</sup> é bem verdade que se falava em nome do povo, e que este já estava desiludido com a eficiência do voto e “... *cansado de escutar as promessas das sereias políticas, sofreu um golpe rude*

<sup>378</sup> TELLES, F. “A CILADA DOS CONFORMISTAS” in: A União de 12 de Abril de 1930, fl. 3.

<sup>379</sup> Idem, fl. 3.

<sup>380</sup> Cf. A União de 24 de maio de 1930, fl.1. “O ESBULHO DOS DEPUTADOS MINEIROS”

*e viu crescer-lhe o ceticismo que uma República sem ideais gerou na sua alma*".<sup>381</sup>Esse mesmo povo tem percebido que os golpes sofridos pela nação "*... tem como principal agente o presidente da República, o magistrado que devia e deve velar pela continuidade do regime, pela pureza dos costumes políticos, pela integridade da pátria*".<sup>382</sup>

Quando ocorreu a diplomação dos deputados e senadores oposicionistas paraibanos, entraram na pauta do dia dos questionamentos, as demais instituições do poder. Antes, apenas a Presidência da República, agora os outros dois Poderes começaram a sofrer os mesmos achaques.<sup>383</sup> Em editorial no Diário de São Paulo, publicado pela A União, o jornalista Rubens Amaral lançou um verdadeiro manifesto a nação:

Pois, senhores, está acabado o Brasil. Isto não é mais uma nação. Isto não é um povo. Isto não é mais uma República. Isto é um ajuntamento de homens, sem lei, sem moral e sem remédio. O que ocorreu na Paraíba, como o que vai ocorrer em Minas, vale pelo atestado de óbito de uma nacionalidade. *Quando o poder executivo afronta assim a opinião, com acintes na moralidade; Quando o legislativo se recruta assim entre indivíduos capazes de aceitar diplomas que são o corpo do delito da fraude atrevida; Quando o judiciário se presta a cumprir assim as ordens daquele para eleger este – Não tenhamos dúvidas nem ilusões nem esperanças: A podridão atingiu a medula da raça. Já não há possibilidade de salvação.*<sup>384</sup>(grifos nossos)

Amaral invocava o passado como o lugar onde se praticava tais coisas, ou seja, "*... rasgava o diploma de fulano para dar a sua cadeira a beltrano*", com a agravante de que "*não se trata de uma bandalheira tramada por vagos politiqueros provincianos, de estreitos horizontes, com a cumplicidade de incertos suplentes da Justiça Federal, de caráter truculento; A direção dessa*

<sup>381</sup> Cf. A União de 30 de abril de 1930, fl.1. "A REALIDADE DE UMA ATITUDE SOBRE A ILUSÃO DE UMA PROMESSA"

<sup>382</sup> Idem, fl. 1.

<sup>383</sup> Cf. D' O Globo. "Os Três Poderes da República, neste momento torvo de apreensões e de desamparo, podem ser simbolizados nas figuras do ministro da guerra, do Deputado Artur Lemos e dos suplentes do juízo federal" in: A de União de 24 de maio de 1930, fl.3.

<sup>384</sup> AMARAL, Rubens. O supremo escândalo. in: A União de 30 de abril de 1930. fl. 8.

*jornada de escândalos coube, como é público e notório, ao mais alto magistrado da nação”*

<sup>385</sup>conclui seu manifesto com indagações contundentes:

Agora perguntamos: Que pensa do caso da Paraíba o Sr. presidente do Estado, cujo governo na presidência da República está sendo antejuizado pelos incidentes da campanha eleitoral? Que pensa a comissão Diretora, que é o Estado-Maior do Exército que está dominando o Brasil a poder de gases asfixiantes? Que pensa a bancada paulista, que será compelida a homologar com o seu voto, no reconhecimento de poderes, o esbulho da Paraíba?

O que pensam bem sabemos.

Nunca o dirão, porém. *A covardia moral anestesia as consciências. Os políticos brasileiros são como cegos, surdos, mudos e paráliticos. Não vêem, não ouvem, não falam, não se movem.* Se estiverem vivos, é em estado de catalepsia. *E é por isso que o Sr. presidente da República faz o que está fazendo na Paraíba.*

Como contou com aqueles *candidatos e com aqueles juizes*, conta o rebanho dos Licurgo. Nem valerá a alegação de que lhe foi mais fácil encontrar sete ou oito instrumento, no bas-fonol paraibano, do que lhe será encontrar no *Congresso Nacional, cento e sete deputados e trinta e dois senadores, para ter nas duas casas do parlamento maiorias suficientemente desonestas para reconhecer os diplomas da Bélgica Nordestina.* Encontrá-los-á ansioso por essa prova de subserviência, que quanto mais indecoroso mais mérito lhes conferirá junto ao onipotente feitor.

Tanto pior para o Brasil? Ou tanto melhor? Deus, que sempre velou pela terra de Santa Cruz, saberá para onde nos vai conduzindo, nos seus impenetráveis desígnios... <sup>386</sup>(grifos nossos).

*A Paraíba atingida na Soberania do seu povo e ameaçada na Autonomia*, eis a manchete do jornal A União de 9 de maio de 1930. Nesta manchete, havia pois uma mensagem de sentimento

<sup>385</sup> AMARAL, Rubens. Op. Cit. fl. 8.

<sup>386</sup> Idem, fl. 8.

ignominioso por parte do povo paraibano e certamente do povo brasileiro, com aquilo que se impunha à Paraíba e ao Brasil. O caso da Paraíba agitava o organismo político nacional, as vistas de todas as classes sociais se voltavam para o pequenino estado setentrional, buscava-se semelhantes acontecimentos na história republicana a fim de se compreender tais posições, já que “... *jamais testemunhamos tamanhas anomalias, mutações tão graves e tão revoltantes achincalhe às leis que nos regem*”.<sup>387</sup> Punha-se em xeque a própria democracia, o regime republicano, a instituição do sufrágio universal, houve, portanto uma massificação nas mensagens de desagravo:

*O povo comparece as urnas pra o exercício de um direito legítimo; elege conscientemente seus representantes entre os mais dignos e capazes de honrarem o seu mandato, para vê-los mais tarde miseravelmente roubados por indivíduos sem compostura moral, a quem os *politiqueiros da República* se esforçam em confiar os *mais altos interesses da justiça, que sofre, por isso, na sua invulnerabilidade, modificações tremendas e esquisitas...**

*O exemplo que parte do centro é o mais desolador...*

*Entram para as duas casas do Congresso cidadãos que não foram eleitos; nega-se aos governos adversários quaisquer meios de defesa para o restabelecimento de ordem alterada; escarnece-se do povo; tira-lhe a última esperança de um Brasil feliz e melhor, enquanto os redutos cangaceiros se enchem de munição e alimentos saídos das fábricas encarregadas de fornecerem tais materiais ao Exército, como está acontecendo em Princesa.*

*Doe-nos a alma de brasileiros ao contemplar tudo isso, mas desgraçadamente é uma verdade que a ninguém ilude.*<sup>388</sup>(grifos nossos)

Negava-se ao povo o seu direito legítimo de escolha; a justiça sofrera modificações esdrúxulas e tudo isto em decorrência de uma ingerência que partia do poder executivo. O Congresso Nacional perdera sua legitimidade, haja vista ter acolhido pessoas não eleitas pelo povo. E, foi este governo

<sup>387</sup> Cf. A União de 9 de maio de 1930, fl. 3. “A PARAÍBA ATINGIDA NA SOBERANIA DO SEU POVO E AMEAÇADA NA AUTONOMIA”

<sup>388</sup> Idem, fl. 3.

que impediu a pequenina Paraíba de defender-se,<sup>389</sup> contraditoriamente era o mesmo que estendia as mãos aos cangaceiros de Princesa.<sup>390</sup> O desfecho de tal situação culminou com a ameaça da intervenção federal que parecia estar às portas. Toda a Paraíba protestou e mobilizou-se contra a ameaça da intervenção, produziu-se um “... documento, que recebeu 18068 assinaturas, sendo 15830 da capital e 1720 do interior, está vazado em linguagem expressiva e veemente, que traduz a revolta dos paraibanos de consciência, em face de tão vil atentado”.<sup>391</sup> Entretanto, a despeito dessa mobilização, que mais parecia um grito agonizante em busca de socorro, a oposição local buscava o golpe de misericórdia, notícias de São Paulo publicadas em Porto Alegre e repassadas para A União, dava contas de que “... estiveram em visita ao Sr. Julio Prestes, na capital paulista, os Srs. Irineu Machado, Pessoa de Queiros e Heráclito Cavalcante. Esses políticos, segundo aquelas notícias, teriam levado aos Campos Elíseos o projeto de intervenção federal da Paraíba, a fim de que o mesmo recebesse o ‘placet’ do Sr. Júlio Prestes”, no entanto:

A opinião pública acompanha, aqui, com maior interesse, a marcha dos acontecimentos, estando na expectativa da conduta do Sr. Washington Luis. Se por acaso, o presidente da República, aliado que é dos bandidos de Princesa, pretender empregar, por golpe de força, a Paraíba do Norte a esses salteadores, *é indiscutível que o Rio Grande do Sul se levantará em peso, de armas nas mãos, para impedir a consumação do monstruoso crime. Não há na terra gaúcha, ninguém com prestígio bastante para impedir, nessa hipótese, a explosão do movimento revolucionário.*<sup>392</sup>(grifos nossos)

<sup>389</sup> A Paraíba teve notória e reiteradamente seus pedidos negados para compra de armamento e munições, quer no país ou fora dele, bem como teve suas fronteiras patrulhadas por forças policiais de estados circunvizinhos e sua costa litorânea constantemente vigiadas pela força naval, a fim de evitar que qualquer material bélico chegasse as tropas paraibanas a fim de sua defesa. O Governo Federal impôs também forte fiscalização nas alfândegas portuárias com a mesma finalidade, além do que há fortes indícios de sua colaboração no municiação tais forças rebeldes.

<sup>390</sup> Cf. A União de 4 de maio de 1930 . fl. 2. “NOTÍCIAS DE TAVARES”; e A União de 10 de maio de 1930, fl.8 “O PRESIDENTE JOÃO PESSOA E O PADRINHO DOS CANGACEIROS”. Pode-se alegar, plausivelmente que tais notícias são questionáveis por se tratar de veiculação oficial, concordamos. Todavia, a omissão e os óbices criados a partir da Presidência da República leva-nos a inferir que tais notícias tenham grandes chances de serem verídicas.

<sup>391</sup> Cf. A União de 24 de maio de 1930, fl.1. “O PROTESTO DA FAMÍLIA PARAIBANA CONTRA A AMEAÇA DE INTERVENÇÃO FEDERAL”

<sup>392</sup> Notícias de Porto Alegre Publicada in: A União de 27 de maio de 1930, fl. 1.“A REVOLUÇÃO SERÁ A CONSEQUÊNCIA LÓGICA DA INTERVENÇÃO NA PARAÍBA”

A situação beirava o descontrole, *a desordem total*. Os inimigos da Paraíba desdenhavam de sua situação periclitante, pretendia-se a deposição de seu governo, uma lição exemplar àqueles que ousassem colocar-se contra o Catete. Paradoxalmente, a intervenção não chegava, questões internas e pessoais levaram ao assassinato do presidente do estado, e como declara Balandier “*a morte do rei parece restabelecer a desordem inicial, liberando as forças perigosas no centro do universo e no seio da sociedade; ela faz surgir às violências, as cóleras e os medos*”.<sup>393</sup> Com a morte de João Pessoa, a 26 de julho de 1930, na confeitaria Glória na cidade do Recife, a Paraíba entrou em estado de “anarquia”, as *forças perigosas* foram liberadas, pessoas foram mortas, perseguidas, casas comerciais foram depredadas, saqueadas, queimadas, bastava à violência a simples suspeita de *perrepismo* ou simplesmente *perré*, ou seja, tal associação conduzia a acusação de assassinos de João Pessoa. Tamanha ebulição causou os discursos no imaginário político. Assim descreveu José Américo o cenário que encontrou na Paraíba (capital) quando chegou dos combates em Princesa:

Mal acabava de chegar, ainda com a roupa da viagem, coberto de poeira e tostado do sol, dirigi-me ao Palácio do governo. (...).

*Houvera uma hora terrível. A notícia do atentado caíra como um raio no seio do povo que, correndo para a rua, se entregara ao desespero. E ouviu-se o grito de guerra que escapava de todas as bocas: morte aos inimigos de João Pessoa!*

*Grupos enlouquecidos lançavam-se em busca dos adversários e punham fogo em suas casas.*

*Força do Exército guardavam as pessoas mais visadas.*

Encontrando a cidade mergulhada nos caos, na mesma noite entrei em ação pra por cobro aos excessos. E aqui começa minha luta que iria durar 70 dias, até o advento da Revolução.

*Fui observando os estragos. Espalhavam-se destroços pelo meio da rua, móveis, roupas, vidros, lançados das residências assaltadas.*

*No Varadouro ainda ardia o braseiro. Vários prédios tinham só paredes negras em pé. Um armazém reduzia-se a escombros.*

A cidade que João Pessoa tanto amara e embelezara está coberta de cicatrizes.

---

<sup>393</sup> BALANDIER. Georges. Op. Cit, p. 46.

Eu devia estar morto de cansaço e nessa hora não sentia nada.

Já de madrugada, ainda via gente, como sombras vagueando pelas ruas.

Tinham-se dado cenas como esta: *assaltada uma drogaria, o vigia dispôs-se a defendê-la, sozinho, contra uma onda em fúria. Investiam e ele respondia com tiros de rifle. Atearam fogo ao estabelecimento e galgou o telhado, cercado de chamas, pulando de um lado para outro, a disparar. Jogavam querosene e gasolina, até que desabou o teto com o seu defensor carbonizado.*

E o interior estava em pânico. *Pois tinham soltado os presos de justiça, alguns criminosos da pior espécie, armando-os e açulando-os, para a destruição material e violências pessoais.* <sup>394</sup>(grifos nossos)

Mesmo envidando todos os esforços para sustentar o povo que saía às ruas, sobreveio a “intervenção federal”, em que forças do Exército ocuparam algumas cidades paraibanas, dentre elas, Campina Grande, Sousa, Santa Luzia e Princesa. Exceto esta última, toda a Paraíba encontrava-se “... *num regime de paz inalterável*”. <sup>395</sup>

Álvaro de Carvalho assumiu o comando do estado, já que era o 1º Vice-Presidente, em uma situação bastante desconfortável. Permaneceu no cargo, em esforço sobre-humano, tentando conduzir o estado a *ordem*. Mas seus auxiliares, como ele mesmo atestou:

*Deixou-me alheio [José Américo] ao que se passara nos primeiros dias de agosto, em relação à política ou às diretrizes assumidas por João Pessoa, e quando tive de agir, atendendo ao curso dos acontecimentos, por conta própria, senti e o disse, ainda com o silêncio dos meus supostos secretários, ‘que a Paraíba estava só’, em discurso e em telegramas que passei, com alguma ironia, respondendo aos srs. Antônio Carlos e Getúlio Vargas.* <sup>396</sup>

<sup>394</sup> Cf. ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego**: memórias. João Pessoa: A União, 1978, pp. 161/2.

<sup>395</sup> Trecho do telegrama de Álvaro de Carvalho, presidente da Paraíba, ao presidente da República, Washington Luis, em protesto contra a ocupação, pelo Exército de cidades paraibanas. Cf. A União de 14 de agosto de 1930. “TELEGRAMA DE ÁLVARO DE CARVALHO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM PROTESTO A OCUPAÇÃO DO INTERIOR POR FORÇAS FEDERAIS”

<sup>396</sup> Cf. CARVALHO, Álvaro de. Op. Cit, pp. 150/1.

De uma certa forma, Álvaro de Carvalho fora um grande injustiçado, tivera que manter a *ordem*, substancial para a deflagração do movimento no estado, e ao mesmo tempo fora visto como um inimigo da Revolução:

O fato de dirigir-me ao presidente da República, tratando-o por excelência, constituía para os fariseus do novo credo uma capitulação em que eu transacionava e comprometia a dignidade da Paraíba.<sup>397</sup>

Aduzindo que:

A intolerância política chegou entre nós a extremos tais, que, tendo tido a desdita de perder minha mãe, trinta dias depois de morto João Pessoa, consoante as normas da terra, dei a publicar todos os telegramas de condolências recebidos. Entre estes, havia um grande número firmado por adversários políticos meus amigos pessoais. Bastou isto para que os jornais, que me moviam campanha, vissem, naquele fato uma conspiradora transigência com os inimigos de João Pessoa.<sup>398</sup>

Embora Álvaro de Carvalho tivesse legado o governo, não se reconhecia nele legitimidade suficiente para o exercício do poder, havia uma conspiração em andamento, poder-se-ia afirmar por ambas facções, e ele se tornava ao mesmo tempo, os anseios de uns e a desconfiança dos outros, ainda que não buscasse satisfazer a nenhuma das partes, assim:

Este soberano do mundo [Álvaro de Carvalho], ao contrário, imita em tudo o rei desaparecido [João Pessoa]; (...); ele comanda e sanciona – enquanto a vida política corrente é atribuição de um regente oculto [José Américo]; ele tem acesso aos celeiros, mas não aos bens e tesouros reais. Ele é dublagem paródica do verdadeiro rei. O que importa mais, pois que mais significativo é o exercício do poder sobre a transgressão e o excesso.<sup>399</sup>

---

<sup>397</sup> Idem, p. 37.

<sup>398</sup> Cf. nota de nº 9. Idem, p. 108.

<sup>399</sup> BALANDIER. Georges. Op. Cit, p. 47.

Assim foram os setenta dias, da morte de João Pessoa à eclosão da Revolução de 30 na Paraíba. Ou seja, acentuação não mais do discurso entre *ordem/desordem*, mas sua eclosão. A morte do rei [João Pessoa] liberou as forças que estavam incontidas, mas alvoroçadas pelo discurso da *desordem*, transformaram-se em verdadeiro pandemônio. Marcas indeléveis ficaram gravadas para a história em diversas famílias paraibanas. Mas o advento da Revolução de 30 inscreveu-as mais intensamente, alijando do poder, por algum momento, famílias oligarcas até então incontestes em seus domínios eleitorais.

### 3.3 – Prenúncio e Revolução de 30 na Paraíba

José Américo de Almeida, como intelectual, pensou um Estado moderno e dinâmico, mas para modernizá-lo era necessário romper com a velha ordem estatal. Não havia outro caminho a seguir, e este foi se desenhando com o desenrolar dos acontecimentos. Como político, conduziu a Paraíba ao rompimento, tirando *o poder* das mãos daqueles que ele considerava o principal óbice ao desenvolvimento do estado e da região, por extensão, do país, a saber, os Coronéis, representantes das oligarquias.

Como já aludimos no primeiro capítulo, o final do século dezenove e início do vinte, foram marcados por inúmeras transformações na conjuntura político/econômico mundial, que atingiram em chofre o nosso país. Como afirmou Luciano Martins, a monarquia foi ab-rogada, surgindo assim a República, a nossa *intelligentsia*, ainda em formação, clamava por mudanças nas estruturas do Brasil. Entretanto, a elite dirigente nada fez, a não ser recrudescer a exclusão sócio/político/econômico dos estados federados brasileiros que não compunham o centro de decisões.

As contestações foram inúmeras, sendo a mais marcante, sob a óptica americista, indiscutivelmente o movimento iniciado com os 18 do forte, que segundo Américo foi à gênese do ciclo revolucionário que redundou na Revolução de 30. Partindo do *poder da imagem*, já que as cenas do massacre de jovens oficiais que marcharam para a morte em busca de um ideal onírico, isto é, mudar o país, ficaram marcadas na memória do povo brasileiro. De acordo com Bronislaw Baczko, em qualquer conflito social grave como uma guerra ou revolução é as imagens “... *uma condição de*

*possibilidade da própria ação das forças em presença...*,<sup>400</sup> bem como são elas que modelam os comportamentos, mobilizam as energias e legitimam as violências.

Podemos afirmar que trinta foi o encontro, talvez fortuito, de esperanças, sentimentos e aspirações, até então contidas, cuja evocação por parte dos intelectuais permitiu que tais discussões se popularizassem, culminando com o movimento revolucionário, ou seja, trinta foi o colhimento de um fruto que se mostrou maduro, aquele era o momento que não poderia ter-se perdido.

Percebemos nos jornais de época que o tema Revolução não era estranho ao povo, nem poderia sê-lo, já que estávamos no “*século do revolucionismo*”, como afirmara Azevedo Amaral. Estávamos também a poucos anos da Revolução Russa; a propaganda anarquista, no Brasil, era bastante forte e a comunista em vias de solidificação, em meio à classe trabalhadora. Todavia, nos jornais, o tema revolução aparece mui sutil e esporadicamente como propaganda não subversiva, não inocente, mas como *possível*.

A União de 3 de junho de 1928, trazia em suas páginas um artigo denominado “Contra os emboabas”, propaganda revolucionária (renovação), que se depreende partir da intelectualidade ou em nome dela, chamando para si a responsabilidade da condução da nação brasileira, colocando-se aptos para tal tarefa:

*A geração brasileira de intelectuais que encabeça o movimento de renovação, de modo nenhum está disposta a abdicar dos seus direitos adquiridos. Ela é que há de dirigir os destinos do país. Ela saberá tomar conta da política como da imprensa, da orientação social, como da estética e pedagogia (...).*

Haverá desvios, erros de atalho e algumas recordações emboabas e catequistas que pensam paralisar-nos. Impossível! (...).<sup>401</sup>(grifos nossos)

Os anseios e esperanças dos intelectuais e do povo paraibano por verem o desenvolvimento (modernização) de sua terra e o progresso de sua gente, isto é, o desejo por mudanças, encontrava-se nos vários discursos que se faziam em romances (A Bagaceira), ensaios (A Paraíba e seus problemas) e artigos de jornais:

<sup>400</sup> BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” in: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: imprensa nacional/casa da moeda, v. 5, 1985, p. 298.

<sup>401</sup> Cf. A União de 3 de junho de 1928, fl. NT. “CONTRA OS EMBOABAS”

Durante muitos anos *vivemos imersos em esperanças*, mais ou menos felizes, como quase todos os *nossos sonhos de progresso e anseios de triunfo*. Era essa confortadora virtude o nosso maior alimento espiritual. Ainda que não satisfizesse inteiramente aos nossos desejos e necessidades dava-nos, *todavia muita resignação em todas as vicissitudes que nos sucediam e grande confiança no dia de amanhã (...)*.<sup>402</sup>(grifos nossos)

O amanhã era sempre a *possível* realização das mudanças, o estado estava estéril, como Américo demonstrou, tinha-se todas as condições quer naturais, terras agricultáveis, variedade de frutos, alguns considerados exóticos; quer humanas, povo trabalhador, que necessitava apenas de conhecimento técnico e acesso ao crédito, a fim de se livrarem das amarras dos coronéis e da forma de produção semifeudal.

Vislumbrava-se esta possibilidade a partir das ações engendradas pelo governo João Pessoa, medidas estas que se consubstanciavam no pensamento de José Américo, que compunha a Secretaria Geral de governo. Quando as ações efetivas do governo paraibano começaram a ser postas em prática surgiram como que do nada manifestações de aplausos às “inovações” implementadas.<sup>403</sup> Iniciou-se uma campanha de abandono do “... *regime atual de caciquismo, de intolerância, de incondicionalismo, de unanimidades fraudulentas e humilhantes...*”.<sup>404</sup> Inesperadamente, a campanha à sucessão presidencial saiu às ruas bem mais cedo do que se esperava, todavia o Governo Federal não a discutia, não dava indicações de quem o sucederia, sabia-se, em tese, que seria Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, porém nenhuma manifestação do Governo Central. Assis Chateaubriand, jornalista e proprietário de O Jornal, “lançou” algumas pré-candidaturas, evidentemente com o intuito de provocar o governo e tirar-lhe do anonimato em que jazia, porém sem sucesso. No entanto, o pré-lançamento das candidaturas não deixava de trazer significações, porquanto da ausência de nomes paulistas para o pleito (mineiro, gaúcho, baiano e um cearense), podendo-se depreender daí fissuras na Política dos Governadores de Campos Sales, haja vista ser o estado de São Paulo seu principal esteio. Falava-se, pois, em um presidente que conciliasse *o poder e o povo*, este fato evidentemente deixa transparecer que se percebia e/ou anunciava-se uma decalagem entre ambos:

---

<sup>402</sup> Cf. A União de 7 de Março de 1928, fl.1.

<sup>403</sup> Cf. nota de nº 206 Cap. II, p. 69.

<sup>404</sup> Cf. A União de 14 de março de 1929, fl. 1.

*Se a nação deseja ganhar agora um candidato liberal, um candidato que satisfaça os seus desejos de concórdia, de tolerância, só tem um caminho: É fortalecer, com o seu apoio, homens como o presidente Antônio Carlos, como o presidente Vargas, como os governadores, Vital Soares e Matos Peixoto para que eles, unidos, dê ao Brasil o presidente que concilie o poder com o povo.*<sup>405</sup> (grifos nossos)

A proposta da *intelligentsia* continuava a aparecer nos jornais invocando o imiscuir-se da sociedade na política, leia-se os intelectuais, a fim de estabelecer uma influência direta na direção dos negócios públicos, esta seria uma forma de sobrestar a ação dos politikeiros e, sobretudo reclamar para si, atribuindo-se uma responsabilidade maior, uma postura mais decisiva quanto ao papel que lhes cabiam na condução da política nacional; e, em meio a esta, o tema Revolução surgia como algo ameaçador, como uma possibilidade, caso não houvesse espaços para o exercício pleno da democracia:

*É preciso saber evitar a farândula de politikeiros fantasiados de políticos e saber atrair os corpos de ação da sociedade para que eles exerçam influência direta na direção dos negócios públicos.*

*E preciso apoiar os homens que assim compreendam a missão de governar, que tragam um programa de trabalho de reforma, independência de ação e visão própria.*

Eis a política que nos convém, a única que pode merecer a definição de Rui: *‘Ciência dos Interesses vitais da Nação’.*

(...) É duplo sentido da palavra da democracia.

Para uns é o conjunto das vozes esparsas que não elegem ninguém.

Para outros é o conjunto das instituições e das conquistas liberais definitivas.

Aqueles querem a *revolução*. Estes, a *evolução*.

Mais a *ação revolucionária só é legítima quando se perdeu de toda a esperança das reformas legais.*

---

<sup>405</sup> Cf. Assis Chateaubriand, O JORNAL do Rio de Janeiro in: A União de 11 de Junho de 1929, fl. 01.

*Só depois que culminou a má fé para a continuação de erro e da rotina, ou falharam todos os processos de adaptação social, deve-se recorrer às soluções radicais.*

*Entre nós ainda não se pode justificar uma instigação das massas para a insurreição.*<sup>406</sup>(grifos nossos).

Evidentemente, este tipo de discurso não pode ser mensurado, não podemos conceder-lhe um alcance além daquilo de seu significado, ou seja, independentemente do seu grau de persuasão, o que queremos demonstrar é a sua presença. Não sendo, portanto, a Revolução um acontecimento abrupto que surgiu do nada, ele estava lá através dos discursos, fomentando o imaginário político do povo, *em silêncio*,<sup>407</sup> porém presente. É o que Baczko chama de *Comunidade Sentido ou Imaginação*. Baczko, ao falar da eficácia dos símbolos, afirma que eles só “... são eficazes quando assentam numa comunidade sentido. Se esta não existe, eles tem a tendência de desaparecer ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas”.<sup>408</sup>(grifos nossos) Ou seja, para que a Revolução ocorresse era necessário haver uma simbiose perfeita entre o discurso político e o anseio do povo, em outras palavras, fazia-se necessário um contexto emotivo, em que a positividade de um acontecimento pudesse se inscrever.

Destarte, ao iniciar-se a campanha presidencial para o pleito de 1930, com a dissidência dos três estados, Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, os humores da política nacional começaram a se apimentar. Os discursos, antes esparsos e esporádicos chamavam a sociedade a participar na vida política do país, porém, nada se ouvia a este chamamento, como feedback. A partir de então, esta situação muda e a sociedade principiou a manifestar-se fazendo ecoar os seus anseios.

Na Paraíba, as manifestações afluíram desde o rompimento com o Catete, em um misto de euforia e loucura, porquanto da atitude atrevida do pequeno estado nordestino. Tal gesto aparecia em alguns discursos como “... grande e generosa disposta ao sacrifício em prol da República e grandeza do Brasil (...). Estou quase convencido, Sr. Presidente, de que a Paraíba formará uma frente única em defesa do ideal genuinamente republicano, do qual é V. Excia. líder autorizado e prestigioso”.<sup>409</sup> A construção da *comunidade sentido* iniciava-se, o pulular de discursos reivindicando as restaurações

<sup>406</sup> OLAVO, Silvino “Política e Democracia” in: A União de 23 de Junho de 1929, fl. 2

<sup>407</sup> Sobre a *política do silêncio*, ver pp. 66/7 do Cap. II desta dissertação.

<sup>408</sup> Cf. BACZKO, Bronislaw. Op. Cit. p. 325.

<sup>409</sup> Discurso proferido por João Moraes, pres. do Conselho Municipal, dirigido a João Pessoa. in: A União de 1 de Agosto de 1929, fl. 2.

da *moral* e da *República* brasileira são incontáveis, como demonstravam O Jornal de Recife e O Diário da Manhã, do Rio de Janeiro, entre outros:

O gesto do presidente paraibano é destes que enaltecem e dignificam um homem. S.EX. nesta hora de anseios e de expectativas, *quando todos se apresentam para esse belo movimento de restauração da moral brasileira...*<sup>410</sup>(grifos nossos)

e:

O gesto do presidente João Pessoa, pondo-se ao lado da aliança mineiro-gaúcha, merece ser ainda assinalado por se tratar de um pequeno estado da federação, o único de todo o Brasil setentrional *que rompeu até agora o círculo de subserviência em que se anulam os demais estados nortistas.*<sup>411</sup>(grifos nossos)

Como é notório, Washington Luís rompeu com a regra e a ética há anos estabelecida para sucessão presidencial: com a regra, ao indicar para o cargo presidencial um político paulista, uma vez que caberia ao estado mineiro a indicação do nome para a ocupação do referido cargo; e com a ética, porquanto os presidentes não interferiam em sua própria sucessão, como declarou Deputado mineiro, José Bonifácio “... *Sr. Washington Luis quer impor à sua sucessão um nome paulista que pretere os reais valores da política do Estado. (...). E escolhe um nome que é um desafio, uma afronta ao país*”.<sup>412</sup>

Várias tentativas foram feitas para dissuadi-lo desta indicação. Oswaldo Aranha, em nome do Rio Grande do Sul, propôs a conciliação com a retirada de ambas as candidaturas em torno de um tertius indicado pelo próprio Washington Luis e apoiado pela Aliança Liberal, mas sem sucesso.<sup>413</sup> Epitácio Pessoa, como corolário da conjuntura econômica pela qual passava o país, buscou demonstrar ao presidente que as incertezas da campanha presidencial estavam criando para o nosso

<sup>410</sup> Cf. O Jornal de Recife in: A União de 2 de agosto de 1929, fl. 1.

<sup>411</sup> Cf. O Diário da Manhã in: A União de 3 de Agosto de 1929, fl. 1.

<sup>412</sup> Discurso de José Bonifácio, deputado mineiro, na Câmara dos Deputados in: A União de 6 de agosto de 1929, fl. 12.

<sup>413</sup> Cf. Jornal A NOITE in: A União de 7 de Agosto de 1929.

crédito e para a política financeira do governo – quebra da Bolsa de Nova Iorque – uma situação de extrema delicadeza e gravidade, porquanto a luta política prolongada e renhida poderia transformar-se num grande desastre, seria, pois, recomendável “... às duas partes em luta os alvitres, indicando meios de pô-los em prática, o primeiro dos quais seria o afastamento, em comum acordo, das candidaturas atuais...”.<sup>414</sup>

A visibilidade do país foi aludida. Era necessário mostrar o Brasil ao mundo como um país de homens dignos, cujo povo gozava do uso de sua soberania, não sendo, pois, uma democracia de rótulos “A sociedade atual não comporta mais prepotências, felizmente, graças aos céus o Brasil tem em seu seio homens capazes de dizer e de agir no momento propício, quaisquer que sejam as conseqüências toda a Paraíba deve, pois, estar contente ao lado do seu presidente, **para com ele vencer ou cair...**”.<sup>415</sup>(grifos nossos) Os discursos recrudesciam, e tornavam-se cada vez mais veementes. Os jornais A Manhã, Jornal do Comércio, O Jornal, O Correio da Manhã, A Ordem e A Pátria, punham em destaque as declarações dos líderes mineiro e gaúcho deixando claro a luta que se delineava no horizonte. No entanto, este último jornal aduziu um elemento que parecia apático, mas estava bem vivo e participante, a saber, o povo, já que os discursos políticos estavam gerando manifestações populares, no interior da Câmara, aos oradores da corrente liberal.<sup>416</sup>

Ao governo paraibano, inúmeras manifestações populares foram feitas e recebidas de várias partes do país. Passeatas, cartas e telegramas foram remetidos, reverberando a singularidade do momento:

Recife, 12 – Presidente João Pessoa – Universitários Escolas Superiores Pernambuco, unidos sob mesma bandeira desfraldada pelos nossos avós defesa ideais libertários, protestam absoluta solidariedade atitude assumida Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, em face problema presidencial, *pugnando pela reintegração sufrágio popular suas verdadeiras normas constitucionais*. Estranhas escaramuças partidárias, sobretudo, infensos faccionismo de aldeia tão nefasto educação política de um povo, impele-nos este gesto anseio cooperar *soerguimento* um Brasil que além obra prima natureza seja pela

<sup>414</sup> Epitácio Pessoa “FALANDO À NAÇÃO”. Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro in: A União de 15 de novembro de 1929, fl. 1.

<sup>415</sup> Cf. A União de 8 de agosto de 1929, fl. 1.

<sup>416</sup> Cf. A Pátria in: A União de 8 de agosto de 1929, fl. 1. “SUCESSÃO PRESIDENCIAL”

cultura, pelo direito e pela justiça, obra prima civilização. Não se compreenderia que essa cruzada, horizonte que se rasga outras tantas reivindicações nacionais assistíssemos indiferentes, retraídos silêncio (...). Não. *Juventude universitária nordeste traz ainda peito pulsações que animaram epopéia nossas revoluções nativistas (...)*. Estamos vosso lado porque estais lado Nação; *porque viestes quebrar tenebrosa monotonia águas estagnadas em que se submergia uma República de mistificações e ignomínias*. E porque confiamos sinceridade vossos intuitos libertadores, fazemos apelo nome nossa mocidade, nossa boa fé, *pela dignidade uma raça e pelo destino um povo para que tudo façais sentido impedir acordos desviando diretriz uma causa que deixou de ser de grupos políticos para ser de trinta e seis milhões brasileiros* – Horácio de Almeida, George Latache Pimentel e Prof. Dr. Luis S. de Góes, dirigentes Comitê Universitário.<sup>417</sup>(grifos nossos)

Tais manifestações não passaram despercebidas pelos políticos mais argutos. Via-se um despertar na consciência cívica dos brasileiros que buscavam a restauração das fórmulas liberais e democráticas consagradas na Constituição republicana e que agora requeriam o seu direito à participação política. Os políticos do chamado “*situacionismo bem intencionado*” que defendia uma posição coincidente com o pensamento das elites – sendo em alguns casos eles mesmos essa elite –, e com os sentimentos populares, reconciliava-os entre si. No entanto, percebe-se uma reivindicação de deslocamento do *fórum de discussão*, ou seja, a sociedade queria e deveria participar mais ativamente da política nacional, e de suas discussões. Desta forma, cabia a eles empreenderem a fórmula de Antônio Carlos, ou seja, “... *vamos fazer a revolução antes que o povo a faça...*”<sup>418</sup> já que todos os “brasileiros patriotas” compreendiam que a política que se tinha havia se incompatibilizado com a opinião popular e com os governos e que era preciso modificar tudo, para melhor.

Tinha-se a consciência, ao menos era o que declarava João Neves da Fontoura, deputado gaúcho e um dos mais fervorosos oradores da Aliança Liberal, que se estava diante do mais brilhante movimento cívico já feito na história da República até o momento, haja vista este prescindir das espadas. Para João Neves, era “... *a nação viril, ela só, que se levanta! É a nação que fala, talvez*

<sup>417</sup> Manifesto do Comitê Universitário do Recife, em cujo quadro estava o paraibano Horácio de Almeida, in: A União de 15 de agosto de 1929, fl. 1. “MANIFESTO DOS UNIVERSITÁRIOS DO RECIFE”.

<sup>418</sup> Cf. Jornal do Comércio do Rio de Janeiro in: A União de 11 de agosto de 1929, fls.1/2.

*pela boca humilde de seus filhos; mas é a nação em marcha que há de vencer na batalha incruenta das urnas. E ninguém se atreverá a esbulhar ou a roubar a nossa vitória no pleito eleitoral*".<sup>419</sup>

Havia nesses discursos uma afronta clara e inequívoca ao poder estabelecido. Afirmava-se peremptoriamente que qualquer ameaça ou atitude contra os estados contendores não ficaria impune, porque fatalmente a reação seria através das armas – Neves da Fontoura e todos os demais tinham claro, e por questões óbvias, que o Governo Federal não intentaria qualquer retaliação contra o Rio Grande do Sul:

Não nos intimida, porém; nem o arreganho da ameaça com a manobra da compressão; *Nós nos defenderemos sozinhos*. A nação não receia nunca.

Agora a advertência suprema. Empenhados nessa luta, daqui observamos ao nobre presidente da República que grandes são suas responsabilidades. Único autor da desavença profunda, único autor dessa divisão, que se chama, por ironia, coordenação de forças ele suportará, sozinho, em face da posteridade, da história *as conseqüências dessa peleja, em que não nos renderemos jamais*, senão diante de uma vitória honesta dos nossos adversários...

Por espírito de familiaridade, o chefe do executivo, com uma simples ordem, quis cancelar todos os valores autênticos da política brasileira, anular o poder de todos os outros Estados, simplificar o problema sucessório na pessoa de um só homem, como se a pátria fosse um deserto de incapazes e só houvesse, entre quarenta milhões de brasileiros, um único continuador para a sua obra. *Exigiu-nos, a nós, que somos a maioria eleitoral a rendição humilhante, concedendo-nos, apenas, entre os salvados do naufrágio da nossa dignidade cívica, a vice-presidência, quantidade para ele desprezível, e, como se nós estivéssemos esfaimados pela dominação das alturas, como se mineiros, riograndenses e paraibanos e todos os brasileiros que conosco formam, fossemos aspirantes sôfregos, a regatear posições de comando e compensações*.<sup>420</sup>

<sup>419</sup> Discurso de João Neves da Fontoura in: A União de 17 de agosto de 1929, fl. 1.

<sup>420</sup> Idem, fl. 1.

Todavia, o discurso dos líderes máximos da Aliança Liberal divergia daqueles proferidos no Congresso. No Manifesto da Aliança Liberal, publicado a 18 de agosto de 1929, afirmava-se que nenhum regime de opinião que se pretendesse livre poderia se coadunar com o sistema de unidade implantado no Brasil, certamente nossa cultura política era rudimentar e imperfeita, pela falta, principalmente de grandes correntes partidárias organizadas em torno de doutrinas e programas de ação governamental, tendo como consequência os despotismos e ludíbrio da República. Deste modo, a nação teria muito a lucrar com o confronto entre dois ou mais candidatos à presidência da República, já que passaria ao estudo e observância das tendências políticas e idéias e programas de governo. A Aliança, que sempre compusera os quadros políticos até então, reconhecia necessariamente que “... a situação atual da política do Brasil, confinada no ar viciado das combinações e das competições pessoais, não corresponde às verdadeiras qualidades da República nem ao sentir real da nação”.<sup>421</sup> Solicitava ainda o referido manifesto que o presidente da República e presidentes de estados compreendessem a excepcionalidade de que se revestia o pleito em vias de se realizar e tudo envidassem para “... poupar ao país o triste espetáculo das compressões, das violências, das eleições fraudulentas”,<sup>422</sup> uma vez que a nação não toleraria mais o esbulho, constituindo-se uma afronta à vontade soberana da nação, portanto:

Será inequívoca prova de elevação moral conformarem-se os vencidos com a derrota e felicitarem os vencedores pela vitória, *não sendo esta campanha, como não é, senão uma simples e ocasional coligação.*

*Não o ‘custe o que custar’ para a conquista do governo, mas uma sincera deliberação coletiva, rumando a melhoria dos nossos costumes políticos...* (J.J. Seabra, Afonso Penna Junior, Simões Lopes, Bueno Brandão, Afrânio de Mello Franco, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Tavares Cavalcanti e Carlos Pessoa).<sup>423</sup>(grifos nossos)

Este manifesto, destoava flagrantemente dos arroubos revolucionários que o precedera, ou seja, dos discursos flamejantes proferidos na Câmara dos Deputados. Era, pois, um discurso comedido, no entanto, pouco ou nada conseguira aplacar a efervescência do que estava ocorrendo na prática. Como

---

<sup>421</sup> Cf. Manifesto da Aliança Liberal in: A União de 21 de agosto de 1929, fl. 1.

<sup>422</sup> Idem, fl. 1.

<sup>423</sup> Idem, fl. 1.

demonstra a carta enviada a Epiácio Pessoa por Afrânio de Mello Franco, em que denunciava os desmandos, sem precedentes, do Governo Federal <sup>424</sup> e os fatos confirmavam as apreensões de Afrânio de Mello. Assim sendo, mais um manifesto foi publicado pela Aliança, este denominado de *Manifesto à Nação brasileira*, tendo por escopo demonstrar que suas atitudes neste embate de forças partiam da “... *convicção de que urge harmonizar os nossos costumes partidários com o império da lei, sob pena de refulgindo agora a agitação salutar das idéias, nos conformamos com uma indisfarçável situação de despotismo, que é sempre véspera fatal da anarquia*” <sup>425</sup> em oposição à outra facção que pretendia armar um supremo magistério de prerrogativas, as quais a Constituição não lhe concedia e o exercício digno do poder lhe vedava.

Na Paraíba, a adesão do grupo político chefiado por Heráclito Cavalcante ao prestismo acirrou os ânimos, haja vista estar se vivendo um momento histórico, em que se dignificava o nome do paraibano, no contexto nacional. Assim, era inaceitável a divergência de um grupo político, divergia-se no momento não de uma orientação política, mas de um compromisso maior com o estado e seu povo. Os paraibanos, a seu modo, compreendiam o atual momento pelo qual passava o estado e seu governante. Em praça pública ocorreu uma grande manifestação popular ao chefe de governo com a participação de aproximadamente 10 mil pessoas. <sup>426</sup>

O tema Revolução já não era mais temido, passou a fazer parte do cotidiano do povo paraibano e brasileiro de um modo geral, pois, já nas declarações de Artur Bernardes atribuía-se ao Governo Federal a decretação da revolução em território mineiro, portanto, cabia “... *aos mineiros e ao povo conservador do país que são a ordem e a legalidade, organizar a contra-revolução em defesa da verdade eleitoral, da Constituição da República...*”. <sup>427</sup> Da Paraíba e do estado gaúcho partiram discursos que eram verdadeiros libelos, um chamamento à luta, clamava-se por justiça, buscavam atingir os sentimentos de civismo, honra e coragem de um povo: <sup>428</sup>

Mas, asseguramos não será tão fácil vencer pela brutalidade da força quem se ergue, numa campanha, pelo idealismo sadio que orienta o presidente que se quer depor para entregar o governo a uma corte de cangaceiros de gravata.

<sup>424</sup> Cf. Carta de Afrânio de Mello Franco a Epiácio Pessoa in: A União de 6 de outubro de 1929, p. 1.

<sup>425</sup> Cf. A União de 25 de setembro de 1929, fl.1. “O MANIFESTO DA ALIANÇA LIBERAL À NAÇÃO BRASILEIRA”

<sup>426</sup> Cf. A União de 26 de março de 1930, fl. 3. “GRANDE MANIFESTAÇÃO POPULAR AO CHEFE DE GOVERNO”

<sup>427</sup> Declarações de Artur Bernardes in: A União de 9 de abril de 1930, fl. 8.

<sup>428</sup> Cf. A União de 12 de abril de 1930, fl. 1.

Valerão muito mais os legionários da Paraíba nessa luta que se afigura numericamente desigual, mas donde, afirmamos, *não sairemos derrotados porque não se vence o idealismo alevantado que nos apontou a trincheira da liberdade onde nos encontramos... Somos os que sonham com a liberdade, com o governo democrático, com a vontade das urnas, com a moralidade administrativa, com um regime do povo, para o povo e pelo povo. E se a nossa agitação política é esse sonho de liberdade e justiça, por que não empregaremos todas as nossas energias na defesa desse sublime ideal? Por que recuaremos diante dos primeiros arreganhos do poder público? Por que temeremos a intervenção?*

*Chegaremos ao extremo da reação se tentarem tomar-nos o caminho.*<sup>429</sup> (grifos nossos)

O Governo Federal desconfiava da presença de Juarez Távora na Paraíba, – e estava correto, Juarez Távora encontrava-se escondido, na casa de José Américo, na praia de Tambaú – esta preocupação se evidenciava através das correspondências emitidas ao secretário de segurança do estado: *“Peço a vossência providenciar no sentido de serem revistados com o maior cuidado os navios que aí aportarem, a fim de verificar se neles viaja o capitão revolucionário Juarez Távora, cuja prisão e remessa a esta capital solicito com interesse”*.<sup>430</sup> Por esta óptica, justificava-se as apreensões do Governo quanto à concessão de armas e munições a um estado que estava na iminência de se sublevar.

Um dia antes do assassinato de João Pessoa, ou seja, 25 de julho de 1930, A União rebatia essas acusações, que de uma forma geral indicava um possível levante no estado *“não pode resistir a mais superficial análise o argumento de que à Paraíba está vedado receber munições por que aqui se erguia o laboratório da Revolução. (...) Que neste estado se refugiavam elementos revolucionários*

<sup>429</sup> Cf. A União de 28 de Maio de 1930, fl.3. “ NA TRINCHEIRA DA LIBERDADE” e ver também A União de 12 de abril de 1930, fl. 1, “O ESTADO DO RIO GRANDE”. Que fazia considerações a respeito da possibilidade do reconhecimento da vitória de Júlio Prestes, mas questionava o tratamento dispensado a Paraíba.

<sup>430</sup> Telegrama enviado ao secretário de segurança da Paraíba, pelo chefe de polícia da Capital Federal, Coriolano de Góes. Cf. A União de 25 de julho de 1930.

*com o fim de fomentar-se a idéia de rebelião (...). Chegaram a maquirar essa novidade de estarmos abrigando oficiais revolucionários”.*<sup>431</sup>

Havia indícios temerários da deflagração de um movimento revolucionário, especificamente partindo da Paraíba, o que nos leva a considerar a vinda do Gal. Lavanère Wanderley, comandante da Região Militar, sediada em Recife, para a Paraíba (capital) e a ocupação das cidades paraibanas pelas forças do Exército como medidas de prevenção contra a Revolução e não para por fim ao movimento armado de Princesa, reconciliando o estado. Esta seria sua justificativa e não o seu objetivo principal, ou seja, caso houvesse qualquer tentativa de golpe, o movimento seria facilmente debelado, já que as forças legalistas estariam preventivamente em ação, ocupando áreas hostis. Fazemos tal assertiva a partir das cartas remetidas por um informante ao presidente João Pessoa no mês de sua morte. Em uma delas (três cartas) lidas por Joaquim Pessoa,<sup>432</sup> irmão do presidente assassinado, e publicadas em A União, o informante dizia que as tropas pernambucanas estavam em prontidão, tanto a polícia quanto o Exército “... *Os quartéis estão com receio de um assalto. Falava em uma Revolução chefiada por Juarez Távora...*”.<sup>433</sup>

Tais inquietações refutam a idéia de Barbosa Lima Sobrinho de que o governo se mantinha indiferente “... *Não acreditava que daí viesse realmente a revolução*”.<sup>434</sup> Certamente, Barbosa Lima parte da premissa da indiferença por parte do Governo Federal, por não ter tomado providências mais efetivas que demonstrassem tais apreensões, como por exemplo, uma caçada inexorável ao suspeito revolucionário. Evidentemente, o Governo Federal não tinha porque se preocupar com as outras regiões do país, uma vez que não acreditava que do Rio Grande do Sul – único estado que podia efetivamente enfrentar o Governo Federal, haja vista seu contingente armado – pudesse partir qualquer movimento armado, em conseqüência do acordo firmado com Paim Filho em nome de Vargas,<sup>435</sup> bem como ter tomado providências em relação ao estado mineiro com o esbulho de parte de seus deputados e senadores, mantendo uma certa “intervenção” nesse estado.

<sup>431</sup> Cf. A União de 25 de julho de 1930. “REBATENDO AS AFIRMATIVAS DO Sr. ROBERTO MOREIRA SOBRE PRURIDOS DE LEVANTE NA PARAÍBA COM DOCUMENTOS ANTERIORES AO SEU DISCURSO”

<sup>432</sup> Estas cartas foram endereçadas ao presidente João Pessoa – a primeira a 05/07/1930; a segunda em 10/07/1930, esta dizia que “O Dr. João Dantas diz que não ficará satisfeito com a deposição de V. Exc. quer a vossa vida”; e a última em 17/07/2003 – por um seu informante que Joaquim Pessoa não revela, em A União, o nome. Elas foram lidas na Assembléia Estadual e publicadas em A União. Cf. A União de 30 de agosto de 1930. “DOMUMENTOS DA PERFÍDIA E CHANTAGEM POLÍTICA”

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de outubro – 1930**. 3 ed. São Paulo: Alfa-ômega, p.140.

<sup>435</sup> A União publicou a seguinte matéria veiculada em O Jornal: “O Jornal disse estar informado com toda a segurança que o Sr. Washington Luis pretende dentro em breves dias *empreender uma viagem ao Rio Grande do Sul*. Segundo adianta

Destarte, a alma dos brasileiros estava pronta, os imaginários político e social aguçados, os discursos da ordem/desordem, contribuíram grandemente para isso, ou seja, estava construída a *comunidade sentido* que assomou definitivamente setenta dias após o assassinato do presidente João Pessoa, *contexto emotivo* que liberou as forças contidas e culminou com a Revolução.

Os preparativos para a eclosão do movimento na Paraíba foram estabelecidos por Américo, era ele o elo de ligação entre o Norte e Sul do país, todas as negociações foram por ele mediadas, mesmo com João Pessoa em vida.<sup>436</sup> Aqui na Paraíba tudo estava preparado, aguardava-se apenas as diretrizes do Rio Grande do Sul, pois de lá viriam as ordens para a deflagração do movimento. A Juracy Magalhães, 2º Tenente do 22º Batalhão de Caçadores, sediado na Paraíba, e braço direito de Távora, cabia preparar o referido Batalhão para o levante e a José Américo de Almeida coube a mobilização da Polícia Militar.

Em decorrência de um mau entendimento de horário, o movimento no sul do país deflagrou-se primeiro que na Paraíba e no norte em geral. Correspondências chegavam ao telégrafo da capital informando do movimento, no entanto, todas elas foram interceptadas pelo Tenente Agildo Barata. Estranhando a quietude do comando do 22º BC, o diretor dos Correios e Telégrafos entrou em contato com a referida unidade militar que mandou um oficial àquela repartição a fim de saber os

---

ainda aquele matutino o scout 'Rio Grande do Sul' no qual o presidente da República empreenderá a sua viagem, se acha aprestado para sair a qualquer momento.

Comentando a notícia '*O Jornal*' acredita que o propósito do presidente Washington Luis em fazer semelhante viaje só pode ser o de dissuadir o presidente Getúlio Vargas de manter a sua candidatura contra o Sr. Júlio Prestes, ou em outros termos, desassociar o Rio Grande do Sul de Minas Gerais. Nesse caso, adianta aquele matutino, o honrado chefe de uma nação ter-se-á lamentavelmente enganado, pois não está nas mãos do Sr. Getúlio Vargas a candidatura levantada por Minas. Ela pertence hoje não só a comunidade gaúcha unida como a maioria da população do país, não sendo mais possível retirá-la". Cf. *O Jornal* in: A União de 9 de agosto de 1929, fl.2. (grifos nossos)

Naquele momento poucos perceberam o que ocorria, já que as candidaturas se mantiveram e tudo parecia estar inalterado. No entanto, nas memórias de João Neves da Fontoura que vieram a lume em 1963, publicadas pela ed. Globo em seu segundo volume pp. 234/5, declarou-se o acordo que adveio daquela viagem, a saber: "1º) O candidato Getúlio Vargas não sairá do seu estado para fazer propaganda, nem para ler sua plataforma; 2º) se for vencido, na eleição, conformar-se-á com o resultado das urnas, dando por terminado o dissídio e passando a apoiar o governo constituído; 3º) o presidente da República e o candidato Júlio Prestes comprometem-se: a) a não apoiar elementos divergentes da situação do Rio Grande, a não lhes fornecer quaisquer recursos e não fazer demissões ou transferências de funcionários federais filiados ao Partido Republicano Riograndense; b) a reconhecer na apuração das eleições de representantes ao Congresso Federal os candidatos diplomados; c) passada a eleição, as relações entre o governo da República e o do Rio Grande do Sul serão restabelecidas nos mesmos termos anteriores à divergência sobre a sucessão presidencial; d) esse compromisso será mantido pelo Dr. Júlio Prestes, quando empossado no governo da República; e) se for eleito o presidente do Rio Grande do Sul, o atual presidente da República não combaterá o seu reconhecimento e o Dr. Getúlio Vargas assumirá com São Paulo compromisso idêntico ao proposto aos Srs. Washington Luis e Júlio Prestes, em relação ao Rio Grande".

Cf. FAUSTO, Boris. "A Revolução de 1930" in: Carlos Guilherme Mota (org). **Brasil em perspectiva**. 9 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 236. (nota de nº 10).

<sup>436</sup> "O José Américo, que era secretário do interior e com quem tínhamos relações, era quem conhecia os meandros de tudo que estávamos fazendo" Ver Declarações de Batista Luzardo à Câmara dos Deputados por ocasião da Semana Comemorativa da Revolução de 30 (50 anos da Revolução). Cf. **Anais da semana comemorativa da Revolução de 30**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984, p. 172.

motivos do açodamento.<sup>437</sup> Conforme Américo, este oficial ao retornar deparou-se com o Ten. Juracy Magalhães, que dando explicações pelo ocorrido, ganhava tempo, possibilitando o grupo de assalto<sup>438</sup> posicionar-se e assaltar o Batalhão. O confronto entre os revolucionários e as tropas do Exército foi praticamente nulo, ocorrendo apenas uma ligeira escaramuça. Nesta, morreram o comandante da Região Militar, Gal. Lavanère Wanderley, o seu ajudante de ordens, Ten. Sílvio Gomes da Silveira, o Ten. Raul Reis e o Ten. Paulo Lobo. Entre os revolucionários apenas Antenor Navarro foi atingido, mas sem gravidade.<sup>439</sup>

Américo aguardava notícias do assalto e encontrava-se às portas do quartel de polícia quando Antenor Navarro lhe aparecera comunicando da vitória. Dirigiu-se, pois, ao 22º BC e relatou da seguinte forma a vitória da Revolução na Paraíba:

A sirene [do 22º BC] que ficara calada, desde a morte de João Pessoa, lançou seu grito, a resfolegar, longo e nervoso, anunciando a vitória. A campanha tinha adquirido essa voz que, desde o princípio, era portadora das mensagens. Vibrava, agora, com outra sonoridade, como se tivesse tocando alvorada. E nunca uma música foi tão viva. *Traduzia todas as expressões do sentimento popular.* Mas, de repente, parecia desentoar, como um engasgo pungente.

O silvo estridente, como se fosse para todo o Brasil ouvir, aclamava os vivos e recordava os mortos.

O momento a transformava em toques miraculosos. Chegavam às janelas, brilhava luz nas calçadas, corria gente para a rua. Raros sabiam o que era e não existia nenhum pânico. *Abriam-se portas. Uma população inteira já se despejava nas ruas, muitos sem tempo de se vestir direito. Invadiam o quartel, dando vivas aos vencedores.* Não se tinha medo de nada. Uns acenavam para os outros e davam gritos de entusiasmo ou choravam de alegria, abraçando-se. Outros pulavam de contentes ou jogavam os chapéus nos ares. (...)

<sup>437</sup> Cf. ALMEIDA, José Américo de. **O ano do negro.** Memórias. João Pessoa: A União, 1978, p. 209.

<sup>438</sup> O grupo de assalto ao quartel do 22º BC era formado pelos seguintes civis: Antenor Navarro, José Mariz, Antônio Pontes, Artur Sobreira, Odon Bezerra, José de Borja Peregrino, Ernesto Silveira, Basileu Gomes, José de Barros, José Silva, José de Lima, Caetano Júlio, Cipriano Galvão, Francisco Cícero de Melo e Artur Oliveira. Junto a este grupo, estavam os oficiais Juracy Magalhães, Agildo Barata, entre outros. Ver. ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. p. 210.

<sup>439</sup> Ver ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. pp. 210/1.

Saí vendo as coisas. Caminhões cheios de soldados vitoriosos atiravam para o ar.(...)

As forças estacionadas no interior foram aderindo. Em Campina Grande, o tenente Aluísio Moura assumira o comando e ia marchar para o sul; em Princesa, a guarnição aderiu ao movimento e os rebeldes abandonaram a cidade; Santa Luzia não reagiu.

Só Sousa foi teatro de uma tragédia. O comandante Pedro Ângelo decidiu-se a resistir...<sup>440</sup> (grifos nossos).

Vitoriosa a Campanha, José Américo assumiu o governo do estado da Paraíba e em seguida a função de Governo Central do Norte, ao qual se subordinavam todos os demais governantes da região empossados pela Revolução. Todas as ações desses governos passavam necessariamente pelo crivo de Américo, delineando de certa forma o comportamento político/administrativo que seria implantado a partir de então, ou seja, um forte centralismo.

Conforme Baczko, o desencadeamento do fato revolucionário dá um novo ímpeto à imaginação social e a própria dinâmica da revolução. Havia, diríamos, um alto grau de expectativas a serem satisfeitas, abrindo-se um sem número de possibilidades. E aqui reside a grande querela, porquanto:

Os protagonistas, quer aqueles que pretendem radicalizar a revolução. Quer os que desejam detê-la em determinado estágio, vêm-se obrigados a esconjurar um destino incerto por meio de programas, senão mesmo visões do futuro: *têm de imaginar situações futuras para si e para os adversários; têm de legitimar ou denunciar a violência revolucionária e a nova redistribuição dos papéis sociais; por fim, têm de mobilizar ou canalizar as energias e esperanças das massas, etc.*<sup>441</sup>(grifos nossos)

Como controlar os ímpetos e anseios da sociedade? Quais caminhos trilhar? Já evidenciamos que a proposta de Américo era elitista e excludente, a modernização para ele significava uma ruptura com o *modus vivendi* político e esta foi estabelecida, nos primórdios da Revolução. As ações iniciais

<sup>440</sup> Cf. ALMEIDA, José Américo de. Op. Cit. pp. 211/2.

<sup>441</sup> BACZKO, Bronislaw. Op. Cit. p. 320.

de seu governo visaram por em andamento as teses defendidas em seus escritos. Pretendia estabelecer uma administração que buscava privilegiar a competência técnica,<sup>442</sup> não havendo, portanto, segundo A União:

... a preocupação partidária, de pura facção, com que sempre timbrou em agir durante a última campanha política a situação federal ora decaída. O espírito dominante da revolução não é o de perseguir o adversário e sim o de aproveitar as aptidões honestas e capazes de bem servir a causa pública.

Todos os nomeados são pessoas de reconhecido critério e de absoluta confiança pelos seus antecedentes de moralidade, de modo que se acham plenamente dentro da verdadeira preocupação revolucionária, que é a de colocar nos seus devidos postos os homens sinceros e leais, saneando assim, de alto abaixo o ambiente da administração pública.<sup>443</sup>

Semelhantemente ao início da campanha presidencial a propaganda jornalística, que teve um peso fundamental na fomentação do imaginário político, foi extremamente utilizada visando a domesticação da Revolução. Era preciso refrear os impulsos a fim de contê-la para que ela não fosse além do previsto. Esta era a recomendação de Américo:

Povo exército polícia confraternizaram aqui para brilhante campanha vitória nossa desagravo memória querida João Pessoa pt Acabo ser investido chefia governo revolucionário cujo posto estarei serviço Paraíba verdadeiros

---

<sup>442</sup> A União de 08 de outubro de 1930, à folha 2 trouxe as seguintes nomeações: Eugênio Ribas Neiva, para Expediente da Alfândega do Estado; Luis Benevenuto, escriturário da alfândega, para Guarda-mor da Alfândega; José D'Ávila Lins, engenheiro, para Chefe do Distrito de Obras Contra as Secas na Capital; Eptácio Pessoa Sobrinho, agrônomo, para Delegado do Serviço de Indústria Pastoril; Francisco de Assis Vidal, Secretário do distrito de Obras Contra as Secas; Manuel Maria de Almeida, Monsenhor, para fiscal do governo no colégio Nossa Senhora das Neves; Janduy Carneiro, Prefeito de Pombal; João Santa Cruz, bacharel, Secretário da Imprensa oficial; Rafael Correia de Oliveira, jornalista, Diretor da Imprensa Oficial; Cícero Caldas, Chefe do Distrito Telegráfico; José Aloysio da Costa Machado, bacharel, Contador dos Correios, Antônio Ferreira Milanez, delegado Fiscal; Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Prefeito da Capital; Adhemar Victor de Meneses Vidal, bacharel, Procurador da República; Virgínio Veloso Borges, Fiscal do Governo junto ao Banco do Brasil e Antenor Navarro, Secretário do Interior.

<sup>443</sup> Cf. A União de 8 de outubro de 1930, fl. 3.

amigos nosso grande malogrado chefe pt *Recomendo acalmar amigos  
manter ordem* pt<sup>444</sup>(grifos nossos)

Os editoriais de A União foram exemplares nesta tarefa; seus discursos buscavam na história colonial da Paraíba, construir a imagem de um povo guerreiro e destemido, enaltecendo as atitudes corajosas do soldado e povo paraibano<sup>445</sup> e, ao mesmo tempo desmobilizavam as massas. Afirmava o jornal oficial do estado: “*Não houve atentado à propriedade nem as pessoas dos políticos perrepistas, garantidas pelas forças que acabavam de triunfar*”.<sup>446</sup> Ora, o significado desta notícia está na afirmação de que a violência deveria ser contida neste patamar, ou seja, para os revolucionários, era suficiente a substituição dos elementos nocivos a política. Portanto, conclui-se que se “... as forças que acabavam de triunfar”, isto é, os que possuem legitimidade para isso, ou seja, destruir, matar e/ou espoliar os adversários, não o fizeram, então, nós (as massas), não podemos fazê-lo, pois não temos tal legitimidade. Como afirma Orlandi “... os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”.<sup>447</sup>

Ainda no mesmo periódico, lembrava-se que em todo o Brasil havia uma grande fogueira a crepitar, uma crepitação capaz de redimir toda a nação, levando-nos a uma prodigiosa exuberância cívica e moral e o pequenino estado havia participado desta luta, dessa construção magnífica e terrível:

<sup>444</sup> Telegrama (Doc. 88) enviado a Virgínio Veloso Borges, Fiscal do governo Revolucionário junto ao Banco do Brasil, por José Américo de Almeida em 04 de outubro de 1930. Cf. ANDRADE. Ana Isabel de Sousa Leão (Coord.). **O arquivo José Américo e a Revolução de 1930**. João Pessoa: FCJA, 1985, p. 42.

<sup>445</sup> “Mas não se surpreendam, os contemporâneos, da abnegação do *supremo espírito de sacrifício com que a minha pequenina Paraíba está rompendo ao desafio do Governo Federal*. A geração de 1930 é a mesma de 1630. Sob o duro jugo flamengo, a Paraíba escreveu as páginas mais emocionantes de amor à pátria, que se encontrem em nossa história. O diretor da colonização holandesa da capitania da Paraíba, Ypo Essens, praticou desmandos inqualificáveis contra a liberdade local. *Pagou com a vida, no próprio solo paraibano, os crimes que ali cometera*. Quando em 1654 terminou o domínio batavo no Brasil, a Paraíba era um montão de ruínas, talada desde o mar até o longínquo sertão. De 21 engenhos de açúcar só lhe restavam dois. Paulo de Lyngge mandou enforcar os patriotas mais ardentes da capitania. Estevão Fernandes foi morto e amarrado na cauda de um cavalo, para ser esquartejado, por tentar resistir aos Washingtons Luíses daquela época. Gonçalo Cabral pereceu na forca. *A esses crimes, André Vidal de Negreiros respondia incendiando os canaviais do próprio pai*, a fim de cortar os víveres ao invasor flamengo.

*E é um povo com essa história opulenta e fascinante, que ele sabe cada vez mais haurir todo o dia, juntando-lhe capítulos novos e soberbos de energia moral*, que se pretende intimidar com a caratonha dos mais impávidos vilões de que ainda se envergonhou a atualidade brasileira. *Geograficamente, a Paraíba valerá Sergipe. Civicamente, os paraibanos valem uma Irlanda ou uma Bélgica. O machado, que tentar abater aquela Aroeira do Nordeste, perderá o gume*”. Assis Chateaubriand in: A União de 05 de outubro de 1930, fl. 8 (grifos nossos)

<sup>446</sup> Cf. A União de 5 de outubro de 1930, fl. 1.

<sup>447</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 30.

... A Paraíba não é um calvário, como a covardia de muitos se afigura, senão uma robusta demonstração de confiança, que um povo altivo tem na *justiça* da sua causa. Entre a escravidão e a luta, cercados de todo os perigos, os paraibanos preferiram a peleja, até agora, a sua estupenda coragem não se deparou um adversário, digno de se medir com eles. A vitória da Paraíba é a vitória do Brasil, pois que ele dá-nos a certeza de que ainda temos povo para resistir as tiranias estúpidas... <sup>448</sup>

Exclusivamente, o *povo* passou a ser o grande alvo das propagandas, porquanto tudo que se intentara fazer, fora feito por ele, para ele e por causa dele:

*O povo* recebeu a Revolução como o *imperativo mais acentuado das suas aspirações libertárias e a ação destemida das impressionantes figuras que conduzem as forças do exército, confraternizando nesta hora de grande expressão cívica com a população brasileira na mais pura ideologia, vai surgindo a renovação completa da política nacional.*

*Vencedores das oligarquias estaduais* que vão, uma a uma, cedendo aos anseios legítimos da alma coletiva, *os bravos combatentes realizam a formidável obra de regeneração dos nossos costumes.*(...)

O extraordinário movimento armado, que se irradia da Paraíba para todo o Norte, é bem a prova insofismável da vitória final que se aproxima. <sup>449</sup>(grifos nossos).

Era, pois, o povo tratado como um grande incapacitado, uma massa amorfa, sem vontade própria. Entretanto, paradoxalmente, cabia a esse mesmo povo a legitimação da causa, ou seja, sair às ruas só e somente só para aplaudir a Revolução e os revolucionários, quando estes lhe permitissem ou achassem necessários. Os discursos se sucediam dia após dia, conforme demandasse o momento:

<sup>448</sup> Cf. Assis Chateaubriand in: Op. Cit, fl. 8.

<sup>449</sup> Cf. A União de 7 de outubro de 1930, fl. 1. "O GRANDE SACRIFICADO"

Continuadamente, aqui, em Recife, em Natal, nas cidades do interior, o general Juarez Távora e os governos civis têm recomendado ao *povo* o máximo respeito à vida e à propriedade dos adversários vencidos.

O cavalheirismo dessa conduta, bem o sabemos, é um contraste forte com a moralidade política muito elástica dos reacionários que ainda empolgam uma parte do poder da República. *Mas, nós lutamos por uma renovação moral, sofremos muito para corrigir um dia os erros e crimes que abastardavam a nação. E como ainda agora estamos de peito aberto e vida exposta pugnando pela grandeza desta pátria tão bela e tão rica que as polilhas da politicagem reduziram a miséria. Porque iríamos, no ponto inicial da reconstrução, praticar os mesmos crimes de que fomos vítimas?*

*A obra da Revolução será, sobretudo, obra de justiça integral (...)*

*A Revolução vai marchando sob os aplausos do povo. Por toda parte onde as armas libertadoras desfraldam a bandeira vermelha, a multidão sorri, aclama os heróis da cruzada, vibra feliz. Continuemos assim. Porque, se a Revolução soube vencer os tiranos, saberá perdoá-los ou condená-los na hora em que os tiver de julgar.*

*Que o povo confie nos homens que levantaram de armas nas mãos pela regeneração do Brasil. Esses homens saberão ser dignos da missão histórica que o destino lhes deu.*<sup>450</sup> (grifos nossos)

O discurso da Igreja – esta como se sabe foi alijada do cenário político com o advento da República – anteriormente precedido de ambigüidades<sup>451</sup> e apreensões, neste momento da irrupção do movimento revolucionário, utilizou todo seu poder de persuasão perante o povo, a fim de tirar-lhe qualquer desejo de vingança, contendo, assim sua violência, no estreito limite do aceitável. O

<sup>450</sup> Cf. A União de 08 de outubro de 1930, fl. 1. “AÇÃO REVOLUCIONÁRIA”

<sup>451</sup> “... Somos por uma campanha de civismo, desarmada, sem fuzis, nem baionetas, uma campanha de princípios e de respeito mútuo que se decida nas urnas pela votação de um eleitorado livre, sem pressões, sem fraudes sem truculências. (...) Fora de partidos, como nós estamos, acima de competições partidárias, podemos considerar com liberdade o momento político e dizer que *é muito difícil que os aliancistas consentam passivamente num esbulho de votos nas urnas; e não estranhemos quando os mesmos se referem ao apelo das armas.*

Seria um direito de última instância, mas sempre um direito, depois de empregados todos os meios pacíficos (...)

*Não se justifica uma Revolução nesta hora de reivindicações nacionais e não a queiram provocar os homens responsáveis diante da consciência do Brasil”* Cf. Gazeta de Nazarhet (Jornal católico) in: A União de 28 de fevereiro de 1930, fl. 8. (grifos nossos)

discurso da Igreja reforçava a idéia de que os anseios políticos do povo se manifestavam em uma classe dirigente, ou seja, esta atuava como espelho daquela refletindo-a em sua plenitude. Deveriam, portanto, confiar na condução dos destinos da Revolução, principalmente por ser conduzida por José Américo, o grande representante do povo paraibano. Desta forma, a Igreja aos poucos ia reivindicando seu espaço, demonstrando que nem a Revolução, nem a República poderiam prescindir de seu apoio: <sup>452</sup>

Triunfou na Paraíba o movimento revolucionário que irrompeu em nossa cidade nas primeiras horas do dia 4 e se propagou célere com o *entusiasmo das massas populares* por todo estado.

O grito de reação contra a política nefasta que, desde largo tempo, infelicitava a pátria brasileira e abastardava o regime republicano, ecoou longe, de uma extrema a outra do país, empolgando uma a uma todas as unidades da federação. (...)

O movimento revolucionário converge felizmente para a *meta suprema da regeneração da pátria, para a reforma de nossos costumes públicos, para o expurgo dos vícios que afeiam o regime constitucional.*

*Visa destruir os ídolos do profissionalismo político, a maior barreira contra o nosso progresso e a expansão de nossa vida moral, administrativa e econômica.*

Queremos, de antemão, *saudar o advento desta era que se auspicia fecunda e gloriosa, com soerguimento das forças vivas da nação, com a harmonia das classes sociais, com a volta de Cristo no meio de nós para a realização dos mais justos anseios do nobre povo brasileiro.*

A alegria, o entusiasmo, o alvoroço que invadem as cidades, as vilas, aldeias e se comunicam a todas as almas *é bem um sinal da confiança que todos depositam nos que estão a testa do movimento revolucionário.*

Não, desta feita não veremos o malogro das nossas esperanças.

---

<sup>452</sup> Esta demonstração de força ficará mais bem evidenciada na Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (D. Sebastião Leme da Silveira Cintra) e dos Arcebispos do Brasil por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro realizado em 20 de julho de 1939.

Os pensadores e sociólogos apontam-nos as causas próximas da decadência da República, mas não descem até a origem do mal.

Esta repousa por sem dúvida, na apostasia social, no agnosticismo do Estado, na descrença que, dia a dia, ganha terreno.

Vem daí as desgraças que nos acabrunham. A crise de autoridade, o desrespeito à lei, a desorganização da família, o antagonismo das classes, a usura, o luxo, a sede dos prazeres, a falta de escrúpulos e de amor à verdade e à justiça nos homens públicos, os desmandos, as violências e abusos de poder, tudo, em última análise, se deve ao ateísmo que reina despótico na sociedade.(...)

*O Dr. José Américo de Almeida, nome fulgurante de nossas letras pátrias, é ainda a individualidade mais em relevo da administração passada.*

*O seu alto senso moral, de seu descortino e larga intuição de nossas necessidades, tudo espera a terra de João Pessoa.*<sup>453</sup>(grifos nossos)

Os discursos jornalísticos empreendidos pelos diversos segmentos envolvidos com a Revolução revelavam claramente a mobilização da população em relação ao movimento, ou seja, não aceitando a condição de legitimadores do processo, pura e simplesmente. O discurso que buscava a desmobilização do povo teve, evidentemente, um alto grau de eficácia, no entanto, vê-se alguns elementos dessa “*massa amorfa*” teimando em não se sujeitar a tal condição,<sup>454</sup> recrudescendo os discursos. Aventava-se a vitória da Revolução estando intrinsecamente ligada à confiança e sujeição do povo àqueles que se tornaram “... *condutores dos nossos triunfos*”. A ordem precisava ser restabelecida para poder fortalecer a Revolução concedendo-lhe autoridade moral, já que um dia, haveria de iniciar a *obra de justiça* para premiar os bons e castigar os maus, e isto não poderia ser feito sem a ordem, sem a reclusão para o interior de suas casas, a deposição das armas e à volta ao trabalho, por parte do povo.<sup>455</sup> Apelava veementemente o secretário de segurança pública da Paraíba, Irineu Joffyli:

<sup>453</sup> A Imprensa, jornal católico da Paraíba, in: A União de 7 de outubro de 1930, fl. 3. “A REVOLUÇÃO BRASILEIRA”

<sup>454</sup> “A Secretaria de Segurança Pública avisa que *não permite a exibição de armas proibidas por parte de civis que não estejam em serviço revolucionário e devidamente autorizados pelos poderes competentes. (...) Não há necessidade, portanto, de se fazer exibição de armas*”. Cf. A União de 11 de outubro de 1930, fl. 1. “EXIBIÇÃO DE ARMAS PROIBIDAS” (grifos nossos).

<sup>455</sup> Cf. A União de 15 de outubro de 1930, fl. 3. “A JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA”

*Todos os cidadãos têm nesse momento histórico, a obrigação de contribuir na medida de suas forças, do mais graduado socialmente, ao mais humilde, para a consecução completa do triunfo dos nossos ideais de salvação do Brasil e de reivindicações dos nossos direitos.*

*A Revolução brasileira está vitoriosa, é tempo de voltarem todos com mais fé, ao seu trabalho quotidiano, com certeza, com uma segurança, de que a paz, o sossego, a garantia da vida e da propriedade, estão assegurados em toda a sua plenitude. Desapareçam os sentimentos de ódio e de vingança e cuidemos todos do bem comum.*

*A cooperação na obra de soerguimento da nacionalidade, em que nos empenhamos, não está só em empunhar o fuzil ou a espada e avançar para as trincheiras, está também no restabelecimento do trabalho e na harmonia de vistas que todos devemos ter.*

*A Secretaria da Segurança Pública que se sente por sua vez, confiada no espírito de ordem e disciplina do povo paraibano, apela insistentemente para que lhe sejam entregues espontaneamente todos os explosivos porventura existentes em poder de alguns que se muniram resignada e decididamente para defesa indômita e desesperada de sua liberdade individual e da autonomia do seu estado nos dias trevosos da tormenta que passou.<sup>456</sup>(grifos nossos)*

Ao povo foi permitido oficialmente, isto é, autorizados pelos *condutores dos nossos triunfos* a sair às ruas em cortejos cívicos em louvor a vitória da Revolução,<sup>457</sup> quando esta se consolidou. Américo em discurso em praça pública disse a população que “... *os transes difíceis da ação revolucionária cuja organização exigia o sacrifício de sigilo ditado pelas conveniências e responsabilidades que o distanciavam do povo...*” mas este afastamento se deu para “... *o bem do próprio povo e para não sacrificar a grande causa nacional*”, ele afirmou também ao povo que “... *ficasse certo que os inimigos da Paraíba e os que haviam concorrido para a morte de João Pessoa*

<sup>456</sup> Cf. A União de 15 de outubro de 1930, fl. 8. “UM APELO DO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA”

<sup>457</sup> Para se ter uma melhor compreensão acerca do controle das massas, ver: CANETTI, Elias. **Massa e poder**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1983.

*jamais teriam aproximação com o seu governo*".<sup>458</sup> Esta afirmação será de grande relevância para se compreender a recomposição política paraibana após a Revolução.

Indiscutivelmente urgia sair do imobilismo e dar respostas prementes aos anseios da população. As ações de Américo foram exaustivamente divulgadas pela imprensa oficial e demonstravam uma preocupação voltada com a moralidade, principalmente nos serviços públicos. Empreendendo-se a partir de então uma fortíssima centralização, com sua investidura na condição de Chefe Civil da Revolução e/ou Governador Central do Norte, em que se subordinaram todos os demais governos da região. Inicialmente, Américo decretou que aqueles serviços permanecessem organizados como antes, até serem devidamente reorganizados pela Revolução,<sup>459</sup> recomendou aos diversos chefes de repartições públicas que lhe fizessem chegar às mãos as relações de pessoal: nomeado, exonerado, mandado addir e voltar a seu serviço, pertencente aos quadros da Fazenda Federal, no período de 7 a 29 de outubro, enquanto o governo provisório tomava ciência da situação,<sup>460</sup> assim como recebeu também relações de pessoal demitidos da Coletoria e da Administração dos Correios.<sup>461</sup>

Criou e nomeou comissão determinando que procedessem a inquérito e balanço gerais em todas as repartições federais da Paraíba, a fim de se apurar irregularidades, proporem medidas de ajustes e redução do funcionalismo.<sup>462</sup>

Um relatório, mais bem detalhado, apresentado por Antônio Urbano dos Santos, que se encontrava à frente da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, nos dará a idéia de como se encontrava aquela repartição pública e as sugestões para sua remodelação: em primeiro lugar, verificou-se a necessidade de uma regulamentação interna para a repartição mais prática e mais eficiente, com o concurso do menor número de funcionários e cujas relações fossem mais breves, sem delongas prejudiciais ao desenvolvimento desse mesmo serviço. Em segundo, sugeriu-se a suspensão das obras em andamento, em decorrência de pequeno saldo existente em caixa, a saber, 71 contos de réis; redução de pessoal, uma vez que *"... algumas dezenas de auxiliares cujos serviços (...) se tornaram desnecessários, não passando de mero sinecuristas, com evidente prejuízo dos cofres públicos"*, demitindo-se 45 auxiliares e, suspendendo-se outros 12, cujos critérios, os mais

<sup>458</sup> Cf. A União de 21 de outubro de 1930, fl. 3. "O GRANDE CORTEJO CÍVICO REALIZADO ONTEONTEM EM COMEMORAÇÃO A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO"

<sup>459</sup> Cf. Decreto de nº 3 em seu artigo 1º, publicado em 7 de outubro de 1930. Arquivo da FUNESC cx. nº 20.

<sup>460</sup> Cf. Correspondência de Antonio Ferreira Milanez, enviada ao Exmº Sr. Dr. José Américo de Almeida, M.D. Chefe do Governo Central do Norte do Brasil, de 30 de outubro de 1930. Arquivo da FUNESC cx. nº 20.

<sup>461</sup> Cf. Ofício nº 4178/1ª Seção dos Correios, assinado por Manoel H. Monteiro da França, de 16 de outubro de 1930. Arquivo da FUNESC cx. nº 20.

<sup>462</sup> Cf. A União de 11 de outubro de 1930, fl. 2.

escrupulosos possíveis desprezaram “... *qualquer insinuação de ordem convencional ou partidária*”; empreendendo-se também neste órgão um inquérito e balanço geral, porquanto pesarem sobre a administração anterior “... *acusações de grandes irregularidades cometidas no movimento e andamento dos múltiplos serviços que lhe são inerentes*”.<sup>463</sup>

Américo propôs também a criação de uma grande comissão que findou por elaborar o documento: *Problemas e necessidades da Paraíba*, cujas teses contemplavam: 1º) Sugestões sobre a cultura algodoeira, pelo agrônomo Alpheu Domingues; 2º) Beneficiamento do algodão, pelo agrônomo J. Martins Ribeiro; 3º) A indústria de óleos, pelo industrial Guilherme Kroncke; 4º) Comércio de algodão na capital, pelo comerciante industrial têxtil Virgínio Velloso Borges; 5º) Comércio de algodão – Campina Grande, pelo industrial João de Vasconcelos; 6º) Comércio Grossista da capital, pelos comerciantes Ner-Granjeiro, João de Souza Campos e José Teixeira Bastos; 7º) Comércio de Campina Grande, pelo comerciante João Marques de Almeida; 8º) Comércio de retalho na capital e suas necessidades, pelo comerciante Delfino Costa; 9º) Sugestões em torno do comércio açucareiro desta capital, pelo comerciante Nicolau Costa; 10º) Comércio de couros e peles, pelos exportadores Rossback Brasil Company e J. Clemente Levy & Cia.; 11º) A grande indústria açucareira, pelo agrônomo José Galvão de Melo; 12º) Pequena indústria açucareira, pelo agrônomo Clarindo Gouveia; 13º) Memorial sobre o fumo e sugestões apresentadas com o fim de desenvolver melhor os métodos de sua cultura e de seu beneficiamento; 14º) Indústria pastoril, pelo agrônomo Eptácio Pessoa Sobrinho; 15º) Sugestões sobre indústria de couros, pelo industrial Félix Guerra e Cia; 16º) Pequenas indústrias, pelo amador Gutemberg Barreto; 17º) Viação férrea e rodoviária, pelo engenheiro civil Leonardo Arcoverde; 18º) Navegação, por Guilherme Kroncke; 19º) A pequena açudagem como fator econômico, por João Maurício de Medeiros; 20º) O crédito agrícola, por Diógenes Caldas; 21º) Crédito Mercantil, pelo bacharel em ciências comerciais, Waldemar Leite; 22º) Instrução pública, pelo professor Eduardo Medeiros; 23º) Sugestões sobre o ensino profissional, pelo professor J. R. Coriolano de Medeiros; 24º) Memorial, pelo bel. Argemiro de Figueiredo; 25º) Legislação fiscal e estadual, pelo professor Matheus Ribeiro; 26º) Legislação da fazenda federal, pelo despachante João Luiz Ribeiro de Moraes; 27º) Assistência social, pelo bel. Ademar Vidal; 28º)

---

<sup>463</sup> Relatório de Urbano de Almeida acerca da situação da IFOCS enviado a José Américo. Cf. Arquivo da FUNESC cx. nº 21.

Saúde Pública e Higiene, pelo médico Dr. Antônio Lins; 29º) Organização Hospitalar e Institutos de Caridade, pelo Dr. Lauro Wanderley.<sup>464</sup>

Providenciou a assistência aos pequenos agricultores que era ao mesmo tempo uma reivindicação sua, com fulcro em A Paraíba e seus problemas, como também era uma forma de se mostrar a Revolução como uma reparação ao esquecimento provocado pela situação anterior, ou seja, houve toda uma ação discursiva que construiu e/ou buscou construir o novo a partir das deficiências do “velho sistema”, isto é, o coletivo x individual, classes humildes x classes privilegiadas. Procurava-se infundir, pois, que aqueles dias eram dias em que tudo se tornara possível:

*O governo revolucionário, demonstrando uma exata compreensão das suas responsabilidades, tem procurado orientar-se sempre no sentido do interesse coletivo, sem distinguir, neste particular, o credo político dos que recebem o benefício.*

*Com esta orientação de equidade não podia a Revolução esquecer as classes humildes, os pequenos trabalhadores, os que também forjam a fortuna pública e a grandeza da nacionalidade no esforço quotidiano e anônimo do amanho das terras.*<sup>465</sup>(grifos nossos)

Neste misto de esperança, honra e glória foi forjada a alma do povo paraibano, mui provavelmente como corolário do movimento revolucionário. A União não parava de fazer alusão ao heroísmo, inteligência, generosidade, sacrifícios e episódios guerreiros dessa gente. Facilmente identificados nas histórias colonial, monárquica e republicana. E, neste justo momento de mudança, em que a Revolução implantando “... *um outro sistema político de ordem e decência, é que verdadeiramente compreendemos o vulto das responsabilidades da Paraíba como provocadora desse estupendo movimento de redenção nacional*”.<sup>466</sup> Constituindo, portanto, o conjunto de ideais e intenções como o escopo pretendido e possível, a fim de integrar o país em um ciclo virtuoso de seriedade e respeito:

---

<sup>464</sup> Cf. Problemas e necessidades da Paraíba, in: SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e intervenção estatal**. – Paraíba: 1930 – 1945. Universitária/UFPB, 1999, pp. 167/8. (nota de nº 37). Os trabalhos dessa comissão foram implantados ainda no governo Américo e concluído na interventoria de Antenor Navarro.

<sup>465</sup> Cf. A União de 22 de outubro de 1930, fl. 3. “ASSISTÊNCIA AOS PEQUENOS AGRICULTORES”

<sup>466</sup> A União de 24 de outubro de 1930, fl. 3. “A NOSSA ESCALADA”

Será, então, quando a Paraíba mais se elevará, porquanto os princípios que a levaram a pegar em armas, e sair pelo Brasil afora, pelejando com fé de bandeirante, eram o motivo principal senão único que a faz sustentar a luta até o fim.<sup>467</sup>

Em fins de novembro de 1930, José Américo foi sacado do governo da Paraíba para constituir o Ministério do Governo Provisório, ocupando a pasta de ministro da Viação e Obras Públicas. Levava consigo uma certeza “O problema do Nordeste” e/ou da Paraíba,<sup>468</sup> alguma coisa precisaria ser feita pela e para a região, todavia, era um espírito conciliador, sabia que enfrentaria divergências e dificuldades, tendo de derrubar amigos,<sup>469</sup> em decorrência dos abusos cometidos, a fim de manter intactos os seus ideais de revolucionário, que foi.

---

<sup>467</sup> *Idem*, fl. 3.

<sup>468</sup> Américo fora acusado por amigos de primeira hora, como Carlos de Lima Cavalcanti, empossado por ele e Juarez Távora como governador de Pernambuco em 1930, de beneficiar demasiadamente a Paraíba em detrimento dos demais estados da região. Cf. SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. *Op. Cit.*, p. 207. (nota de nº 100).

<sup>469</sup> “É certo que tem havido muitos abusos e esses abusos praticados pelas próprias juntas governativas revolucionárias vão ser reparados, pois até funcionários federais eles demitiram! Repuz muitos em seus lugares para depois mandar proceder a sindicâncias e inquéritos como é justo que se faça, apurando-se, então, com serenidade, todas as responsabilidades. *A intervenção da politicalha é que continua a ser daninha para o novo estado de coisas criado pela Revolução.* Ainda não se acomodou tudo como é necessário e surgem empecilhos de toda sorte. Precisamos mesmo destruir alguns amigos, afastá-los. Os amigos muitas vezes são piores que os inimigos.

*Ir buscar os bons elementos onde quer que eles estejam, essa é que é a obra de reconstrução que tem de ser brasileira*”. Cf. A União de 25 de novembro de 1930, fl. 1. “O PROBLEMA DO NORDESTE: uma entrevista do ministro José Américo de Almeida à imprensa carioca”. (grifos nossos)

## CONCLUSÃO

José Américo de Almeida, nascido a 10 de janeiro de 1887, no engenho Olho D'água, na cidade de Areia, foi o quinto filho de um casal, cujos sobrenomes, Almeida e Leal, entre outros, que compunham o clã familiar, indicavam o pertencimento a uma família aristocrática, com forte presença na economia, política e no clero.

Américo cresceu em um momento *sui generis* da sociedade brasileira. Originário de uma cidade que conhecera o fausto no século XIX, mas que agora, início do século XX, vivia em plena decadência política/econômica. Assim, fazia-se mister buscar as razões desse declínio. Como intelectual, foi isso o que Américo se propôs e efetuou, ou seja, explicar o porquê de a Paraíba e a região Nordeste viverem naquele atraso sem precedentes e como retirá-los daquela modorra.

Percebeu e explicitou em *A Paraíba e seus Problemas*, as razões pelas quais o estado paraibano e a região Nordeste padeciam política e economicamente em relação ao sul do país. Genericamente, duas razões básicas foram destacadas, a saber, a incúria do Império e a ação destruidora dos chamados Coronéis. Desta forma, Américo propunha uma ação mais efetiva da República, cujo liberalismo excludente e seu federalismo hegemônico mantinham a maior parte dos estados federados em segundo plano; e uma ruptura com a política oligárquica, evidenciado em seu romance, *A Bagaceira*. Conforme Durval Muniz, os autores do chamado “romance de trinta” se caracterizavam por se engajarem na luta entre as diversas propostas de nação, desde as conservadoras até as revolucionárias. Buscaram, portanto, se aproximar do povo evidenciando temas e formas de expressão de origem popular. Conforme Durval, este intelectual vindo, geralmente, de famílias decadentes não tinha vínculos diretos com a burguesia, porquanto seu romance estava sendo dirigido para um público e não para uma classe.<sup>470</sup>

Notoriamente, a ruptura proposta por Américo estava em retirar das mãos dos chefes oligarcas a direção política, modernizando a sociedade e, democratizando o acesso ao poder, uma vez que em seu entendimento estes utilizavam uma forma equivocada de fazer política e de administrar o bem público.

---

<sup>470</sup> Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 2 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001, p. 110.

Suas proposições não contemplavam, em hipótese alguma, a tomada do poder pelo povo, pelo contrário, estes deveriam ser dirigidos pela elite, como sempre foram. Todavia, esta elite deveria assumir compromissos com essa parcela da sociedade, que se resumia nas obrigações do Estado, ou seja, educação, transporte, saneamento básico, estradas, em outras palavras, levar o povo ao progresso.

A vida política de José Américo de Almeida foi intensa e longa. Aproximadamente 30 anos efetivos de vida pública,<sup>471</sup> o que dificulta demasiadamente uma análise desapaixonada, por parte de quem quer que seja, porque se se considerarmos todo o período de sua vida pública, inevitavelmente, nos depararemos com a recomposição da estrutura de poder na Paraíba, problema este que consideramos prejudicial à análise da ação de José Américo no contexto da Revolução de 30. Entendemos, que para efetuar tal exame, se faz necessário uma divisão didática, em períodos, de sua vida política. Propusemos, pois, a seguinte divisão: em primeiro lugar, a fase que chamamos de *o idealismo político*, caracterizada pela formulação e concepção de Estado, concretizada com a Revolução de 30. Findando-se com sua renúncia em 1935; em segundo lugar, *o ostracismo*, este período compreendeu sua ida para o Tribunal de Contas da União com o interregno da campanha presidencial de 37 e o Estado Novo; em terceiro, *o retorno*, compreendendo sua participação para a queda do Estado Novo em 1945,<sup>472</sup> a formação da UDN, até a campanha para governador de estado em 54; por fim, *o ocaso*, quando Américo retira-se definitivamente da política.

Evidentemente esta periodização é uma proposta sem maiores conseqüências, fazemo-la apenas para explicitarmos melhor o nosso entendimento. Indubitavelmente, nosso objeto se encontra no primeiro período proposto, ou seja, *o idealismo político*.

Desta forma, faz-se necessário fazermos algumas considerações acerca da visão de Eliete Gurjão, que de certa forma explicita a visão corrente da intelectualidade universitária paraibana – isto é, a *força da imagem*<sup>473</sup> construída por essa intelectualidade – acerca da elite política local. Para a autora, José Américo foi o responsável pela reestruturação da oligarquia na Paraíba, em sua análise,

---

<sup>471</sup> Estamos levando em consideração apenas os anos em que esteve na vida pública à frente de cargos públicos, ou seja, de sua ascensão em 1928, como secretário geral do estado, até 1958, quando deixou o governo da Paraíba, abandonando definitivamente a vida pública.

<sup>472</sup> Américo contribuiu para a queda do Estado Novo, quando percebeu seu enfraquecimento dando uma célebre entrevista a Carlos Lacerda, do jornal Correio da Manhã.

<sup>473</sup> Conforme Orlandi, na análise do discurso “... não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 42. (grifos nossos).

ela contempla, sumariamente, a queda das oligarquias em 30, sua recomposição e sua definitiva consolidação em 45. Para Gurjão, Américo foi beneficiado, ou melhor, agraciado, com a permanência no poder, pela participação da Paraíba na querela de outubro de 1930, porquanto já integrava o aparelho administrativo estatal. Segundo ela, o contínuo aumento de prestígio de José Américo alijou definitivamente a oligarquia epítacista, retirando-lhe quaisquer pretensões de volta ao poder. O discurso de Gurjão sugere que Américo fez uso da influência e/ou do discurso dos tenentes, para assomar ao poder, dele se desvencilhando, quando se precipitou a crise do tenentismo.

Gurjão é enfática e carrega nas tintas buscando demonstrar uma atuação de Américo voltada para o *status quo ante*, tendo como fulcro cercear a atividade “verdadeiramente” revolucionária de Antenor Navarro à frente da interventoria paraibana. Para tanto, fez referência a uma carta enviada por Américo a Antenor, qualificando-a como “... *no nosso entender, de uma velada reprimida a Antenor Navarro que exprimia o temor do ministro frente à força dos políticos do sul, e ao mesmo tempo, uma recomendação para que o interventor da Paraíba assumisse uma política de maior colaboração com o governo federal*”<sup>474</sup> concluindo:

No caso específico da Paraíba, o cenário político em recomposição apresentava de um lado, a interventoria inspirada – no período Navarro – no tenentismo, subordinada, porém, a José Américo que tolhia os passos, *conciliando com antigas oligarquias e com o bloco no poder central*, evitando assim reformas mais radicais.<sup>475</sup>(grifos nossos)

Sem meias palavras, a autora de “*Morte e Vida das Oligarquias*” atribui a Américo a recomposição das oligarquias na Paraíba. A análise da autora em questão, no nosso entendimento, peca em diversos aspectos, a saber: primeiramente por desprezar e/ou desconsiderar todo o pensamento americista que já propunha, desde 1923, mudanças nos rumos políticos do Estado/Nação. Américo afirmara ao povo em praça pública que “... *os inimigos da Paraíba e os que haviam concorrido para a morte de João Pessoa jamais teriam aproximação com o seu governo*”, seu discurso era claro e preciso, não havia nada subjacente, ou seja, não havia engodo em suas palavras. Afirmou também que todo aquele que pudesse contribuir para o crescimento da Paraíba, estivesse

<sup>474</sup> GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias** – Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994, P. 110.

<sup>475</sup> GURJÃO, Eliete de Queiroz. Op. Cit, pp. 110/1

onde estivesse, independentemente de seu matiz político, deveria compor o aparelho de Estado, todavia a condição seria não ser inimigo da Paraíba e/ou não ter contribuído para a morte de João Pessoa.

Américo declarou também que “*A intervenção da politicalha é que continua a ser daninha para o novo estado de coisas criado pela Revolução*”, e que este “... *novo estado de coisas...*” ainda não se acomodara como necessário, surgindo empecilhos de toda sorte. Para ele, precisava-se mesmo era destruir alguns amigos, afastá-los, porquanto os tais, muitas vezes, eram piores que os inimigos. Quando a autora diz que Américo beneficiou-se com o advento de 30, que “... *conferiu às lideranças locais*” a permanência no poder, sugere que Américo sempre esteve no poder na Paraíba, o que sabemos não ser verdade. A ascensão de Américo, como já demonstramos, decorreu exatamente da convergência de suas proposituras com os anseios de João Pessoa, aduzindo também que Américo não foi um adesista de última hora, pelo contrário, sempre esteve à frente do governo lutando pela implantação de suas idéias, pondo em risco literalmente sua vida e de ente querido, e não se locupletando com um governo para o qual nada fez. Ocorre, portanto, em Gurjão o mesmo *silenciamento político* ao qual José Américo parece está fadado a permanecer, principalmente, quando o assunto passa pelo advento da Revolução de 30.

De fato, Américo assumiu a interventoria do estado da Paraíba e, posteriormente, o Governo Provisório do Norte, tudo isso em um lapso de tempo. No entanto, esquece-se de dizer que José Américo percorreu todo o Nordeste, juntamente com Juarez Távora, dando posse aos interventores em seus respectivos estados. Esquece-se, também, que Américo esteve dirimindo conflitos em vários estados como Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, entre outros, na consolidação da vitória revolucionária. Já no dia 14 de outubro de 1930, ou seja, dez dias após a deflagração do conflito, encontramos telegramas assinados por Antenor Navarro, nesse momento, respondendo pela Secretaria do Interior, e por José Américo, denotando, em outras palavras, que era Navarro quem respondia efetivamente pela interventoria na Paraíba. Lembrando, ainda, que em novembro daquele ano, José Américo deixava definitivamente a interventoria paraibana assumindo a pasta do Ministério da Viação e obras Públicas.

A “... *velada reprimida a Antenor Navarro*” que Gurjão faz referência, conotando a interferência de Américo no governo paraibano. Nesta referida carta de Américo a Antenor Navarro, datada de 1931, Américo não reprime em hipótese alguma quaisquer atitudes de Navarro, no entanto, coerentemente, sabendo das prevenções de Vargas quanto às suas atitudes à frente do governo, disse

não se sentir a vontade servindo a um governo, cujo interventor por ele indicado, estava sendo um estorvo ao mesmo. O que Américo estava tentando evitar era o conflito aberto e desnecessário – pois não devemos perder de vista o caráter de negociador de Américo, além do que necessitava sobrestar a Revolução naquele ponto, ou seja, a derrubada da oligarquia – a que Navarro estava se colocando, apresentando, portanto, sua renúncia se a direção política de seu estado insistisse no enfrentamento ao Poder Central.

Por fim, acompanhamos a interpretação de Santana,<sup>476</sup> para quem a recomposição política/oligárquica paraibana se deu através de Argemiro de Figueiredo e não com José Américo de Almeida. Conforme Santana, há um equívoco na análise de Gurjão quanto a força econômica do Partido Progressista, cujo chefe era Américo, ou seja, o bloco algodoeiro-pecuária que havia assumido o poder no pós-30, através de seus representantes na Assembléia, impondo a candidatura de Argemiro de Figueiredo.<sup>477</sup> Santana demonstra que nos moldes da Constituição de 34, a escolha do governo estadual se dava de forma indireta pelo poder legislativo. Leva, também, em consideração o código eleitoral de 32, que normatizava como prazo máximo legal de registro para os candidatos, em todos os níveis, até 15 dias antes da realização do pleito, o que se expirava no caso aludido em 30 de setembro de 34. Por fim, Santana acrescenta que o nome de Argemiro fora escolhido em agosto e que só a partir do início de outubro, depois de legalmente registrado, passou a ser veiculado pelo PP, ou seja, muito antes da eleição da bancada algodoeiro-pecuária.<sup>478</sup>

Achamos isto de fundamental importância pelos seguintes aspectos: Em primeiro lugar, retira de Américo o caráter oligárquico que Gurjão busca evidenciar – demonstrando puro interesse na ação de José Américo, quando este se lançou nas reformas da estrutura de poder, que de fato deixaram de ocorrer, como ele mesmo afirmou. No entanto, a quem coube esta não-mudança? Porquanto, Américo preteriu o nome de sua preferência para o governo do estado, por um outro de consenso, isto é, o nome de Argemiro Figueiredo. Tal indicação foi confirmada pelo próprio Argemiro em entrevista concedida ao jornalista William Tejo, em 1974.<sup>479</sup>

Em segundo lugar, a ascensão de Argemiro e da bancada algodoeiro-pecuária, associada às pressões no âmbito nacional, conduziram a *renúncia* do então senador da República, futuro embaixador do Brasil no Vaticano, e chefe do Partido Progressista na Paraíba, José Américo de

---

<sup>476</sup> Sobre a consolidação do poder oligárquico na Paraíba ver SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e intervenção estatal** Paraíba – 1930 – 1940. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

<sup>477</sup> Ver GURJÃO, Eliete de Queiroz. Op. Cit, p 177.

<sup>478</sup> Ver SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. Op. Cit, pp. 129/130.

<sup>479</sup> Idem, pp. 130/1.

Almeida. O que evidentemente demonstra sua não concordância com os rumos tomados pela Revolução de 30, isto é, sua total desilusão com o “... *novo estado de coisas...*” que estava voltando a sua condição anterior. Américo afirmou claramente em “*A Palavra e o Tempo*”:

Não vou esconder: havia outros motivos para essa evasão. A política destronada pela Revolução ressurgia com as mesmas taras *e eu andava desgostoso com os rumos tomados pela situação na Paraíba*.<sup>480</sup>(grifos nossos)

Na carta enviada a Argemiro de Figueiredo em agosto de 1935, Américo dá explicações de sua renúncia ao então governador do estado da Paraíba. Evidentemente, ele busca retirar do episódio qualquer insatisfação pessoal, principalmente, quando afirmou que “*Manti-me, aliás, até esta parte, na atitude de completo alheamento da política do estado, como não lhe é estranho*”<sup>481</sup> atribuindo ao fato a “... *inconveniência da chefia a distância*”.<sup>482</sup> Nesta carta, Américo dá indícios claros daquilo que viria a afirmar posteriormente, ou seja, de que “... *andava desgostoso com os rumos tomados pela situação na Paraíba*”. O autor de *A Bagaceira* contesta que tinha feito sugestões para escolha de auxiliares do governo, haja vista o respeito adotado ao “... *critério de sua preferência pessoal [de Argemiro] para a organização do governo*”<sup>483</sup> – Américo fizera uma única indicação, mas sem “*determinação de lugar*”, como ele disse, que fora a de Demétrio Toledo. Entretanto, “*Não decorreu, porém, dessa divergência acidental meu definitivo afastamento da política militante*”.<sup>484</sup>

A desilusão de José Américo pode ser vista em diversos momentos de seus discursos como, por exemplo, quando de sua saída do Ministério da Viação e Obras Públicas declarou “*Não fiz o que quis, mas o que pude*”.<sup>485</sup> Tal fala se completa com outra afirmação “... *dou graças a Deus haver terminado com vida, depois de tão duros embates com homens que perdoam tudo, menos o interesse perdido*”.<sup>486</sup> Como afirmamos, estes discursos foram produzidos no calor da hora e não como se

<sup>480</sup> ALMEIDA, José Américo de. **A Palavra e o tempo**: (1937-1945-1950). 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio; Fundação Casa de José Américo, 1985, p. 161.

<sup>481</sup> Carta de José Américo de Almeida a Argemiro de Figueiredo 1 de agosto de 1935. Fundação Casa de José Américo CRP. 1 doc. 13.

<sup>482</sup> Idem, CRP. 1 doc.13.

<sup>483</sup> Idem, CRP. 1 doc.13.

<sup>484</sup> Idem, CRP. 1 doc.13, 2.

<sup>485</sup> ALMEIDA, José Américo de. **O Ciclo Revolucionário no Ministério da Viação**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p. xx.

<sup>486</sup> José Américo de Almeida apud. SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. Op. Cit, p. 207. Conforme Santana, este discurso era dirigido a Carlos de Lima Cavalcante, interventor de Pernambuco, empossado por Américo e Távora, acusando o ministro de beneficiar a Paraíba em detrimento dos demais estados nordestinos.

poderia afirmar ser fruto de anos de análise. Mesmo que fosse, a coerência dos fatos revelados apontam para a desilusão política nutrida por Américo. Criticou em diversas oportunidades os rumos tomados pela Revolução a ponto de ser chamado por João Neves da Fontoura de o “*Censor da Revolução*”:

‘O ministro José Américo é um censor da revolução’. Eu criticava muito a revolução em entrevistas, discordava muito. As vezes, o pessoal ficava descontente e ia para Osvaldo Aranha; ele, que era muito meu amigo, dizia: ‘não se importem com isso: José Américo é contra nós somente quando fala. Agindo ele é a favor mesmo’.<sup>487</sup>

Américo criticava os erros da Revolução. Muitas práticas permaneceram, como ele mesmo afirmou que todos achavam que podiam mandar, faltava unidade a Revolução.<sup>488</sup> Ele se indispôs em diversas frentes, com Eptácio, com seu irmão que queria ser candidato a uma vaga na política e foi sobrestado,<sup>489</sup> com Carlos de Lima Cavalcante, entre outros. Para ele, os políticos sempre quiseram manter uma posição na administração pública, mantendo seu tráfico de influência, aproveitando-se de nomeações para manter seus eleitores.<sup>490</sup>

Para nós, as renúncias de Américo foram suficientemente fortes e significativas, para questionar quaisquer posicionamentos contrários, acerca do seu ideal de mudar a forma de se fazer política e de lidar com o bem público, principalmente nesta fase que chamamos do *idealismo político*. Quer queiramos ou não, permanecerá a indagação: Depois de conquistado o tão ansiado Poder, qual ou quais as razões para abandoná-lo sem uma razão contundente? Afirmar que Américo agia como a *eminência parda* é insuficiente, haja vista, quando do seu retorno, em 1937, ter sido extremamente negociado, porquanto da fortíssima liderança de Argemiro de Figueiredo.

<sup>487</sup> Cf. CAMARGO, Aspásia. Op. Cit, p. 237/8.

<sup>488</sup> Américo cita o caso da instituição de um Decreto-Lei, por Getúlio, para conceder a um motorista uma loja na Central do Brasil. Porque um Tenente revolucionário achava que o referido motorista merecia o prêmio por serviços relevantes prestados a Revolução, em outras palavras, dizia Américo: todos queria ser líder, queriam ter algo para dar. Ver CAMARGO, Aspásia. Op. Cit, pp. 195/6.

<sup>489</sup> Em 1934, houve uma série de reportagens publicadas em: Diário de Notícias, Vanguarda, Diário da Noite, Jornal do Brasil, A Noite, dando contas da desavença entre o ministro da Viação e Obras Públicas e seu irmão Padre Inácio de Almeida Leal, por ocasião das eleições de 1934, na qual seu irmão Padre gostaria de concorrer a uma vaga na política concorrendo pelo Partido Progressista. Cf. transcrições na íntegra dessas reportagens in: PEREIRA. Joacil de Brito. Op Cit, pp. 607 e ss.

<sup>490</sup> Ver CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. pp. 284/5.

Entendemos, portanto, que para se construir um perfil político acerca de José Américo de Almeida faz-se necessário deixar claro de qual período de sua carreira política se está falando, porque flagrantemente Américo pode ser visto como um divisor de águas, isto é, pelo antes e depois da *Revolução de 1930*.

## **FONTES**

### **MANUSCRITAS:**

CARTA de José Américo de Almeida a Argemiro de Figueiredo.

CORRESPONDÊNCIA de Antonio Ferreira Milanez, enviada ao Exmº Sr. Dr. José Américo de Almeida, M.D. Chefe do Governo Central do Norte do Brasil, de 30 de outubro de 1930.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA – LAUDO MÉDICO de 12/04/1930.

DECRETO Nº 3 da Interventoria do Estado da Paraíba de 7/10/1930.

DECRETO Nº 35 da Interventoria do Estado da Paraíba de 16/12/1930

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR de Princesa, 1930 (Memorial). Indiciado Inquérito policial de Princesa, 1930. João Francelino da Costa.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (Portaria de nº 970) 1930. Indiciado o Tenente José Guedes da Silva.

RELATÓRIO Movimento Exercício Financeiro de 1928-1929.

RELATÓRIO de Urbano de Almeida acerca da situação da IFOCS.

OFÍCIO nº 4178/1ª Seção dos Correios, assinado por Manoel H. Monteiro da França, de 16 de outubro de 1930.

TELEGRAMA de João Pessoa a José Américo de Almeida datado de 27 de setembro de 1928.

### **IMPRESSAS (JORNAIS):**

A União de 7 de Março de 1928.

A União 15 de Maio de 1928.

A União de 16 de maio de 1928.

A União de 3 de junho de 1928.

A União de 19 de Janeiro de 1929.

A União de 1 de Fevereiro de 1929.

A União de 14 de março de 1929.

A União de 11 de Junho de 1929.  
A União de 23 de Junho de 1929.  
A União de 27 de Junho de 1929.  
A União de 1 de agosto de 1929.  
A União de 2 de agosto de 1929.  
A União de 3 de agosto de 1929.  
A União de 6 de agosto de 1929.  
A União de 7 de agosto de 1929,  
A União de 8 de agosto de 1929.  
A União de 8 de agosto de 1929.  
A União de 9 de agosto de 1929.  
A União de 15 de agosto de 1929.  
A União de 11 de agosto de 1929.  
A União de 14 de agosto de 1929.  
A União de 17 de agosto de 1929.  
A União de 21 de agosto de 1929.  
A União de 7 de setembro de 1929.  
A União de 10 de setembro de 1929.  
A União de 11 de setembro de 1929.  
A União de 25 de setembro de 1929.  
A União de 26 de setembro de 1929.  
A União de 28 de setembro de 1929.  
A União de 6 de outubro de 1929.  
A União de 15 de outubro de 1929.  
A União de 17 de outubro de 1929.  
A União de 25 de outubro de 1929.  
A União de 27 de outubro de 1929.  
A União de 15 de novembro de 1929.  
A União de 11 de dezembro de 1929.  
A União de 29 de dezembro de 1929.  
A União de 27 de fevereiro de 1930.

A União de 28 de fevereiro de 1930.

A União de 5 de março de 1930.

A União de 29 de março de 1930.

A União de 29 de março de 1930.

A União de 26 de março de 1930.

A União de 4 de março de 1930.

A União de 8 de março de 1930.

A União de 11 de março de 1930

A União de 12 de março de 1930.

A União de 23 de março de 1930.

A União de 26 de março de 1930.

A União de 29 de março de 1930.

A União de 9 de abril de 1930.

A União de 10 de abril de 1930.

A União de 11 de abril de 1930.

A União de 12 de abril de 1930.

A União de 30 de abril de 1930.

A União de 4 de maio de 1930.

A União de 9 de maio de 1930.

A União de 10 de maio de 1930.

A União de 23 de maio de 1930.

A União de 24 de maio de 1930.

A União de 27 de maio de 1930.

A União de 28 de maio de 1930.

A União de 25 de julho de 1930.

A União de 25 de julho de 1930.

A União de 14 de agosto de 1930.

A União de 30 de agosto de 1930.

A União de 5 de outubro de 1930.

A União de 7 de outubro de 1930.

A União de 8 de outubro de 1930.

A União de 11 de outubro de 1930.

A União de 15 de outubro de 1930.

A União de 21 de outubro de 1930.

A União de 22 de outubro de 1930.

A União de 24 de outubro de 1930.

A União de 25 de novembro de 1930.

Jornal Nacional de 12 de dezembro de 1971.

Jornal Correio da Paraíba de 2 de novembro de 2003.

## Referência Bibliográfica:

**Anais da semana comemorativa da Revolução de 30:** simpósio realizado de 29 a 31-10-1980, pela Comissão Especial de Comemoração da Revolução de 30". Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de Publicações, 1984.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil:** um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2 ed. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1988.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **O engenho antimoderno:** a invenção do Nordeste e outras artes. Campinas (Doutorado em História): UNICAMP/DHIFCH, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** 2 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. **A construção da verdade autoritária.** São Paulo: humanitas/USP, 2001.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba.** João Pessoa: Universitária, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **A Palavra e o tempo (1937-1945-1950).** Rio de Janeiro: José Olympio/Fundação Casa de José Américo, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Paraíba e seus problemas.** 3 ed. João Pessoa: A União, 1984.

\_\_\_\_\_. **Antes que me esqueça.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. **Discursos do seu tempo.** 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1965.

\_\_\_\_\_. **Eu e eles.** 3 ed. (facsimilar). João Pessoa: A União, 1994.

\_\_\_\_\_. **O ano do nego:** memórias. João Pessoa: A União, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Ciclo Revolucionário no Ministério da Viação.** 2 Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934

AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro.** N.T: Omena & Barreto, 1930.

\_\_\_\_\_. **Estado autoritário e a realidade nacional.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

ANDRADE. Ana Isabel de Sousa Leão (Coord.). **O arquivo José Américo e a Revolução de 1930.** João Pessoa: FCJA, 1985.

- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” in: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: imprensa nacional/casa da moeda, v. 5, 1985.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Unb, 1982.
- BURITY, Tarcísio de Miranda. “Matriz e antecipações sociológicas em A Paraíba e seus problemas” in: **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980.
- CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política**: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CAMPOS, Francisco. **Pela civilização mineira**. Belo Horizonte: N.T. 1930.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena**. Campinas: papyrus, 1999.
- CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução**: 70 dias na presidência do Estado da Paraíba e memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.
- D’ANDRÉA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta**: Gilberto Freyre e a literatura regionalista. Campinas: editora UNICAMP.
- De DECCA, Edgar S. **1930**: o silêncio dos vencidos. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro. Vol. 2, 10ª edição. São Paulo: Globo, 2000.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FEVBRE, Lucien. **Combates pela História**. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FIÚZA, Alexandre Felipe/GONÇALVES, Regina Célia e outros. **Uma história de Areia**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Betania Amoroso. São Paulo: Cia. das letras, 1987.
- GIRADET, Raol. **Mito e mitologia política**. São Paulo: cia. das letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GONZALES, Horácio. **O que são os intelectuais**. (coleção Primeiros passos) São Paulo: editora brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

- GURJÃO, Eliete Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Universitária, 1994.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.
- IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- JOFFILY, José. **Revolta e revolução: cinquenta anos depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAJUGIE, J. **As doutrinas econômicas**. Tradução de J. Guinsburg. 4 ed. São Paulo: Difel S. A. 1976.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução de André Vilalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MARIZ, Marilene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934**. Recife (Mestrado em História): UFPE/CFCH, 1982.
- MARTINS, Luciano. "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940". in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 04, São Paulo, ANPOCS, 1987.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada: um estudo sobre a formação do centralismo em 1930**. João Pessoa: A União.
- \_\_\_\_\_. **O problema do Estado na Paraíba: da formação à crise (1930/96)**. Campina Grande: EDUEP, 2000.
- MELLO, Oswaldo Trigueiro de A. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.
- MELO, Fernando. **João Dantas: uma biografia**. 2ed. João Pessoa: idéia, 2002.
- \_\_\_\_\_. **João Pessoa: uma biografia**. 2ed. João Pessoa: idéia, 2000.
- MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva**. 9 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- NOBREGA, Apolônio. **História republicana da Paraíba**. João Pessoa: divisão de imprensa oficial, 1950.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento do silêncio**. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

- PAIM, Antônio. **A filosofia da escola do Recife**. Rio de Janeiro: Saga, 1966.
- PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo: a saga de uma vida**. Brasília: INL; Senado Federal, 1987.
- PESSOA, Epitácio. **Na política da Paraíba: (2ª fase 1912-1935)**. Rio de Janeiro; INL, 1962.
- PROCÓPIO, Severino Gomes. **Meu depoimento: revolta de Princesa e Revolução de 1930**. João Pessoa: A Imprensa, 1962.
- RODRIGUES, Gonzaga et ALVES, Natanael (ogrs). **José Américo: o escritor e o homem público**. João Pessoa: A União.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A gangorra do poder**. (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1989.
- SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e intervenção estatal**. – Paraíba: 1930 – 1945. Universitária/UFPB, 1999.
- SILVA, Nelson Coelho da (Coordenador): **A Paraíba nos 500 anos do Brasil**. Vol. 1. João Pessoa: A União, 2000.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência de consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Moderna, 1984.
- SILVEIRA CINTRA, D. Sebastião Leme. Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e dos Arcebispos do Brasil por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro realizado em 20 de julho de 1939.
- SNYDER, Louis L. **El mundo en el siglo XX – 1900-1950**. Barcelona: Labor, NT.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de outubro – 1930**. 3 ed. São Paulo: Alfa-mega, 1983.
- VIANA, Helder do Nascimento. **Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na obra de José Américo de Almeida**. João Pessoa (Mestrado em Ciências Sociais), UFPB/CCHLA, 1995.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Paz e terra, 1989.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. 5 ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de política objetiva**. 1 ed. N.T., 1930.
- \_\_\_\_\_. **Evolução do povo brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- \_\_\_\_\_. **O idealismo da Constituição**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1927.

\_\_\_\_\_. **Populações meridionais do Brasil**. 2 ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1922.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. **1930**: história de João Pessoa e da revolução na Paraíba. São Paulo: cia. editora nacional, 1933.